

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES:

REFLEXÕES SOBRE AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

WELINGTON JUNIOR JORGE
ORGANIZADOR



DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES:

REFLEXÕES SOBRE AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

WELINGTON JUNIOR JORGE
ORGANIZADOR



Uniedusul

CONSELHO EDITORIAL

Ciências Agrárias

Carla Patrícia Noronha Dornelles - Centro Ecológico
Christoph Gehring - UEMA
Cléia dos Santos Moraes - SETREM
Edilson Máximo da Silva Junior - ICMBio NGI Carajás
Ezequiel Redin - UFVJM
Fabiana Helma Lüdtke - IFSUL
Francimara Souza da Costa - UFAM
Gustavo Benítez - Facultad de Veterinaria - Universidad de la República (Uruguay)
Michel do Vale Maciel - UFAM
Milton César Costa Campos - UFPB
Osmar Alves Lameira - Embrapa Amazônia Oriental
Pedro de Souza Quevedo - UNIFESSPA
Teresa Cristina Albuquerque de Castro Dias - IBAMA
Vanderley Borges dos Santos – UFAC

Ciências Biológicas

Vinicius Guerra Batista - UFAC
Cintia Mara Costa de Oliveira - FUAM
Thiago Bernardi Vieira - UFPA
Irlon Maciel Ferreira - UNIFAP
Givago da Silva Souza - UFPA
José Max Barbosa de Oliveira Junior - UFOPA
Antonio Carlos Rosário Vallinoto - UFPA
Renata Coelho Rodrigues Noronha - UFPA
Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro – UFOPA

Ciências da Saúde

Adriana Malheiro Alle Marie - UFAM
Kelly de Jesus - FEFF
Rosemary Ferreira de Andrade - UNIFAP
Wagner Jorge Ribeiro Domingues - UFAM
Djane Clarys Baia da Silva - Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado
Gabriel Araujo da Silva - UEAP
Rosany Piccolotto Carvalho - UFAM
Ana Cristina Viana Campos - Unifesspa
Andrea Mollica do Amarante Paffaro - UNIFAL
Melissa Agostini Lampert - UFSM
Fernanda Barbisan - UFSM
Cláudia Tarragô Candotti - UFRGS
Alcides Silva de Miranda - UFRGS
fabiana schneider pires - UFRGS
Bibiana Verlindo de Araujo – UFRGS

Ciências Exatas

Waldemir Lima dos Santos - UFAC
Simone Maria Chalub Bandeira Bezerra - UFAC
Yurimiler Leyet Ruiz - UFAM
Genilson Pereira Santana – UFAM
Cecilia Veronica Nunez - INPA
Sebastião da Cruz Silva - UNIFESSPA
Fernanda Carla Lima Ferreira - UNIFESSPA
José Sávio Bicho de Oliveira - UNIFESSPA
Rita de Cássia Saraiva Nunomura - UFAM
José Elisandro de Andrade - UNIFESSPA
Marcos Marques da Silva Paula - UFAM
Anderson Henrique Lima e Lima UFPA
Argemiro Midonês Bastos - IFAP

Ciências Humanas, Letras e Artes

Shelton Lima de Souza - UFAC
Pierre André Garcia Pires - UFAC
Yurgel Pantoja Caldas - UNIFAP
Daguinete Maria Chaves Brito - UNIFAP
Silvio Simione da Silva - UFAC
Reinaldo Corrêa Costa - INPA
Marcelo Lachat - UNIFESP
Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos - UNIFAP
José Rosa dos Santos Junior – UNIFESSPA
Anna Carolina de Abreu Coelho - UNIFESSPA
Paula Tatiana da Silva Antunes - UFAC
João Paulo da Conceição Alves - UFPA
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Lucas Rodrigues Lopes - UFPA
Lucélia Cardoso Cavalcante – UNIFESSPA
Vilma Aparecida de Pinho - UFPA
Rafael Sbeghen Hoff - UFAM
Márcia Teixeira Falcão - UERR
Juciane dos Santos Cavaleiro - UEA
Damião Bezerra Oliveira - UFPA
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Wilton Flávio Camoleze Augusto - UNIMAR
Rafael Ademir Oliveira de Andrade - Centro Universitário São Lucas
Daniel Chaves de Brito - UFPA
Fatima Sueli Oliveira dos Santos - IFAP
Ivanilton Jose Oliveira - UFG
Paulo Roberto Barbosa - PUC-SP
Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo - UFBA
Élido Santiago da Silva - UFPI
José Marcos Froehlich - UFSM
José Carlos Martines Belieiro Junior - UFSM
Edison Hüttner - PUCRS
Cláudio Primo Delanoy - PUCRS
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos - UNILAB
Edonilce da Rocha Barros - UNEB

Ciências Sociais Aplicadas

Cristovão Henrique Ribeiro da Silva - UFAC
Maurício Elias Zouein - UFRR
Marcela Mary José da Silva - UFRB
Ricardo Coutinho Mello - UFBA
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá - UFBA
José Carlos Sales dos Santos - UFBA
José Cláudio Alves de Oliveira - UFBA
Cíntia Beatriz Müller - UFBA
Edward John Baptista das Neves MacRae - UFBA
Renato da Costa dos Santos - UniFael e UniEnsino
Ariane Fernandes da Conceição - UFTM
Gabriela Viero Garcia - UFSM
Ivens Cristian Silva Vargas - URCAMP
Carine Dalla Valle - UFSM

Tecnologia Aplicada

Rodrigo Otavio Perea Serrano - UFAC
Laércio Gouvêa Gomes - IFPA
Marcele Fonseca Passos - UFPA
André Luiz Amarante Mesquita - UFPA
Júlio Cesar Valandro Soares - UFG
Eduardo Jacob Lopes - UFSM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D536 Diálogos interdisciplinares [livro eletrônico] : reflexões sobre as ciências humanas e sociais / Organizador Wellington Junior Jorge. – Maringá, PR: Uniedusul, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-004-7

1. Ciências humanas. 2. Interdisciplinaridade. 3. Pesquisa.
I. Jorge, Wellington Junior.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos os créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma utilizá-la para fins comerciais.

www.uniedusul.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1	08
A invisibilidade da violência contra as mulheres do campo: gritos no silêncio	
Gean Carlos Sufinski Alberton	
Luiza Liene Bressan da Costa	
Joelia Walter Sizenando Balthazar	
doi: 10.51324/54180047.1	
Capítulo 2	25
Bases da cultura educacional no Brasil: Colônia, Império e Primeira República	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.2	
Capítulo 3	46
A questão da inserção da história Afro-brasileira no currículo escolar	
Samuel Correa Duarte	
doi: 10.51324/54180047.3	
Capítulo 4	59
Do partido na dialética - pelo resgate da totalidade econômica	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.4	
Capítulo 5	73
Da reificação à consciência e organização do partido	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.5	
Capítulo 6	88
Do partido na consciência de classe – conselho operário do partido	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.6	
Capítulo 7	99
Origem e estranhamento do conservadorismo no Brasil	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.7	
Capítulo 8	116
Sobre o conservadorismo e fascismo - algumas questões preliminares	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.8	
Capítulo 9	130
Do partido na dialética – método da totalidade e realidade histórica	
Diego Fonseca Dantas	
doi: 10.51324/54180047.9	
Capítulo 10	149
Empreendedorismo: relatos da vida econômica e evolução sociocultural de mulheres maranhenses	
Francisca de Jesus Pereira da Silva	
Benedita Amélia Pereira da Silva	
Eliane Fernandes do Nascimento	
Marcelo Augusto Pereira Leite	
Maria Zuila Ericeira de Lacerda	
doi: 10.51324/54180047.10	
Capítulo 11	160
Uma abordagem da sexualidade humana na escola como referencial para o ensino de ciências	
Tatiana Pinheiro da Cruz	
Carlos Alberto Vasconcelos	

Renildes de Melo Souza
doi: 10.51324/54180047.11

Capítulo 12.....174

Relato de experiência: extensão universitária inserida nas disciplinas de graduação do curso de Agronomia-UFRA/Paragominas
Luciana da Silva Borges
Natália Nayale Freitas Barroso
Taylane Santos Santos
Luis de Sousa Freitas
Maria de Fátima Araújo Vieira
Carlos Douglas de Sousa Oliveira
Ronan Magalhães de Souza
doi: 10.51324/54180047.12

Capítulo 13.....184

Formas, Impactos e incidência da Fome e Insegurança Alimentar em Terras Indígenas no Brasil 2018-2021
Gizele de Lima Pinheiro
Magecira Pinto Boiba
Rafael Ademir Oliveira de Andrade
doi: 10.51324/54180047.13

Capítulo 14.....203

A política nacional de arquivos públicos e sua implementação na Universidade Federal De Santa Maria
Nériton Clay Oliveira Porto
Jean Carlo Rosa Durigon
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
doi: 10.51324/54180047.14

Capítulo 15.....222

Agricultura de base familiar e modernização capitalista
Rodson Oldani Casanova
Susana da Costa Mota
Luciana de Aguilar Belizio
Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad
doi: 10.51324/54180047.15

Capítulo 16.....236

Construindo "Verdades": a ação/ interdição da memória na atuação da CNV
Kátia Gomes da Silva Amaro
Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad
doi: 10.51324/54180047.16

Capítulo 17.....247

O direito ao esquecimento e o discurso midiático acerca do Caso Richthofen
Paula Thaís Paiva de Almeida
Stamberg José da Silva Júnior
doi: 10.51324/54180047.17

Capítulo 18.....263

Prontuários de pacientes nos hospitais da quarta colônia de imigração italiana/rs e a gestão documental
Jean Carlo Rosa Durigon
Jorge Alberto Soares Cruz
Nériton Clay Oliveira Porto
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
UFSM doi: 10.51324/54180047.18

Capítulo

01

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO: GRITOS NO SILÊNCIO

GEAN CARLOS SUFINSKI ALBERTON¹

LUIZA LIENE BRESSAN DA COSTA²

JOELIA WALTER SIZENANDO BALTHAZAR³

RESUMO: A violência contra a mulher é um dos problemas sociais mais graves a ser enfrentado. Se a mulher que vive em áreas urbanas, menos isolada, mais próxima dos mecanismos sociais que coíbem a violência são vulneráveis e agredidas constantemente, a mulher que vive no isolamento das áreas rurais vê essa vulnerabilidade aumentar significativamente, pois não conta com a rede de auxílio que há nas áreas urbanas. Pensando a partir do documentário elaborado pela jornalista Ângela Bastos, este estudo teve como objetivo descrever a partir da literatura sobre o tema, a violência contra a mulher do campo e o silenciamento a que é exposta. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental em que analisamos os depoimentos das mulheres que sofrem violência no meio rural e relatamos os números de ocorrências deste crime no município de Orleans-SC. Também fizemos um breve estudo sobre a Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de alcance legal. O estudo mostrou-nos que as mulheres que vivem em áreas rurais e que sofrem violência doméstica têm muito medo de denunciar os parceiros, sentem-se inseguras e desprotegidas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Área rural. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT: Violence against women is one of the most serious social problems to be faced. If women who live in urban areas, less isolated, closer to social mechanisms that curb violence, are vulnerable and constantly attacked, women who live in isolation from rural areas see this vulnerability increase significantly, as they do not have the support network that exists in urban areas. Based on the documentary produced by journalist Ângela Bastos, this study aimed to describe, based on the literature on the subject, the violence against rural women and the silencing to which they are exposed. This is a bibliographical and documentary research in which we analyze the testimonies of women who suffer violence in rural areas and report the number of occurrences of this crime in the city of Orleans-SC. We also carried out a brief study on the Maria da Penha Law and protective measures of legal scope. The study showed us that women who live in rural areas and who suffer domestic violence are very afraid to report their partners, feel insecure and unprotected.

KEYWORDS: Gender violence. Rural area. Maria da Penha Law.

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz à tona reflexões acerca da violência contra a mulher, principalmente aquela que vive na zona rural, em lugares em que a distância de um vizinho para outro dificulta o pedido de ajuda, deixando-a muito vulnerável à violência doméstica. A ideia de estudar o tema teve origem no documentário elaborado pela jornalista Ângela Bastos.

A violência contra a mulher é uma das questões mais destacadas em todo o Brasil há anos e nos dias atuais, apesar do avanço da legislação, a violência persiste e, em virtude

¹ Bacharel em Direito do Unibave. E-mail: geanalberton@outlook.com

² Doutora. E-mail: luiza.bressan@unibave.net

³ Doutora. E-Mail: joelia.sizenando@unibave.net

⁴ O documentário trata de depoimentos prestados por mulheres vítimas da violência na região Oeste de SC e está disponibilizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8>.

do isolamento social por conta da pandemia provocada pelo Covid19, os números aumentaram consideravelmente.

Em 2018 uma pesquisa revelou que mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no Brasil, 76% das mulheres vítimas de violência contam que o agressor era conhecido: o marido, um ex namorado, um vizinho. Muitas respondem quando é perguntado o que elas fizeram depois da agressão, mais da metade responderam: NADA- por medo de acontecer algo pior.

O feminicídio é uma prática secular própria das sociedades patriarcais. Apesar da evolução da sociedade de legislações protetivas, a violência contra a mulher é constante, agravando-se mais em países cujo desenvolvimento social apresenta déficits maiores, o que não significa que em países desenvolvidos não exista a violência contra as mulheres.

A partir desse pressuposto, esse estudo se concentra em pesquisar a violência contra a mulher no espaço rural, pois muitas mulheres são tratadas brutalmente pelos seus esposos e se aquietam, acreditando que dependem do esposo para viver e acabam se submetendo à violência tanto física quanto emocional.

Para entender de que forma acontece a violência contra a mulher que vive na zona rural, elaboramos como questão norteadora deste estudo a pergunta: De que forma se dá a violência contra a mulher moradora da zona rural?

Para responder ao questionamento, este artigo tem como objetivo geral descrever a partir da literatura sobre o tema, a violência contra a mulher do campo e o silenciamento a que é exposta. E para melhor delimitar a abrangência do tema, propomo-nos a conceituar violência e violência de gênero; contextualizar historicamente a violência contra a mulher, enfatizando a mulher que vive no campo e a refletir sobre a violência contra a mulher do campo e o silenciamento a que é submetida.

A violência contra a mulher é de um dos maiores problemas a serem enfrentados mundialmente, pois, embora não se trate de novidade as suas formas de manifestação. O que é recente é o seu reconhecimento como violação de direitos humanos e, por consequência, a sua compreensão como demanda ao Estado por meio das Políticas Públicas e legislação específica.

A violência está presente na vida das mulheres tanto no cenário urbano, quanto no campo. Neste último apresenta especificidades que a agravam, impondo limites ao seu enfrentamento, uma vez que há um silenciamento imposto por muitos fatores.

Assim, este estudo se justifica pela relevância social que apresenta no sentido de buscar compreender as formas como se expressa a violência contra a mulher no campo e

como essa violência é silenciada, uma vez que essas vozes são apagadas pelo medo de denunciar, pelas questões culturais que subjagam as mulheres ao *pater* poder.

Nesse sentido, considera-se importante estudar a violência contra a mulher, principalmente, a mulher que vive no campo cujas condições de vida, a ausência de conhecimento, a distância entre as propriedades a torna ainda mais vulnerável e sujeita à violência. Ampliar os estudo sobre tal temática é fundamental para que se possa discutir de forma mais ampla o problema e pôr a luz suas variadas facetas de manifestações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em sua origem o termo **metodologia** significa **estudo dos métodos**, dos instrumentos utilizados na busca incessante em se “fazer ciência”. Não há ciência sem emprego de métodos científicos (LAKATOS e MARCONI, 1986).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), metodologia é a utilização de técnicas e procedimentos que têm de ser apreciados para a construção do conhecimento, com o objetivo de constatar sua validade e utilidades em vários âmbitos da sociedade.

Ainda, conforme Prodanov e Freitas (2013) entende-se por método a forma, o modo de pensar, o caminho percorrido e a maneira de abordagem. Os métodos gerais ou de abordagem concedem normais genéricas designadas a determinar uma ruptura entre objetivos científicos e não científicos denominados de senso comum.

Sendo a metodologia a busca de esclarecimentos para os questionamentos que emergem do íntimo do pesquisador, notemos o que diz Tonozi-Reis (2005) quando expõe que a pesquisa científica é uma ação intencional que tem como objetivo ampliar o nosso conhecimento sobre a realidade. É um processo de investigação detalhada e organizada para interpretarmos o mundo natural, social, histórico ou cultural. Dessa forma a pesquisa tem sido compreendida como um processo de produção de conhecimento para interpretação da vida, dos homens e das coisas, isto é, conhecimentos que nos auxiliem a compreender e a dar sentidos à realidade vivida

Os procedimentos metodológicos utilizados no presente artigo acadêmico estão concentrados em revisão bibliográfica e documental de caráter qualitativo.

A abordagem qualitativa está relacionada ao problema de pesquisa. Gil (1999, p.94) compreende esse método de abordagem, dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

Com relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2000, p.77):

Os estudos descritivos têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como ele se constitui, as características e processos que dele fazem parte. Nas pesquisas descritivas, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL; 2010, p. 50). A pesquisa documental: é composta de materiais que ainda podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. (GIL; 2010).

Considerando os procedimentos aqui descritos, a pesquisa bibliográfica nos subsidia para que possamos fazer a análise do documentário desenvolvido pela jornalista Angela Bastos em 2017 e também os números que nos foram repassados pela Delegacia de Orleans sobre os registros de violência contra a mulher rural.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: MARCAS DE UMA SOCIEDADE FALOCÊNTRICA

A família não é algo biológico, algo natural ou dado, mas produto de formas históricas de organização entre os humanos. Premidos pelas necessidades materiais de sobrevivência e de reprodução da espécie, os humanos *inventaram* diferentes formas de relação com a natureza e entre si. As diferentes formas de organização familiar foram, portanto, inventadas ao longo da história. Uma destas formas de organização, centrada na figura masculina, foi a família patriarcal. Houve, e ainda há, outras configurações familiares, entre elas as famílias chefiadas por mulheres, as famílias matrifocais, matrilineares e matrilocais, centradas na figura e na descendência feminina (Narvaz e Koller, 2004).

No ocidente, o modelo patriarcal ainda é preponderante, apesar dos avanços nas últimas quatro décadas. No modelo patriarcal o homem é o provedor de tudo: manda, desmanda, toma decisões sobre os filhos e sua esposa. Tais atitudes não são sequer questionadas. Submissão é a palavra de ordem e o silêncio a estratégia de sobrevivência

Em muitas situações, as mulheres não têm como se defender e acabavam se submetendo à violência, tocando a vida até onde conseguem, pois, muitas vezes, não conhecem seus direitos.

A violência é um fenômeno que já acontecia a muito tempo atrás e apesar dos avanços sociais, é muito presente nas sociedades. Conforme Teles e Melo, (2012, p.13):

[...] uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um

meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Na atualidade, a violência ainda é uns dos grandes problemas que a sociedade vem enfrentando em qualquer parte do mundo, pois ainda é muito visível os atos de violência contra mulheres que ainda dependem do seus parceiros para seu sustento e de seus filhos. Mesmo sabendo que talvez poderiam ter uma vida melhor, optam em ficar em silêncio, pensam muito em que pode acontecer com sua família ou até por críticas de pessoas de fora que não fazem ideia do que pode estar acontecendo dentro de casa.

VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência é um fato social, presente em todas as sociedades. Os marcos civilizatórios não deram conta de eliminá-la, apenas minimizou-se os impactos naquelas sociedades em que valores humanitários são considerados direitos básicos.

Quando se trata da violência de gênero, os direitos da mulher ainda são violados, pois o fenômeno da violência tem como entendimento uma visão cultural em que o homem é o provedor e a mulher, a provida. Esses dois institutos legais fomentam uma relação desigual e os homens se veem no direito de exercer sua força e dominação contra as mulheres, cuja vulnerabilidade, sensibilidade e dependência acabam culminando em abuso sexual, violência grave e abalo emocional.

Embora a expressão *violência contra a mulher* possa ter muitos significados, dependendo de suas implicações empíricas e teóricas, conforme Almeida (2007) seus variados usos semânticos têm, muitas vezes, sentidos equivalentes nas distintas nomações: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero. Ainda nos anos iniciais do século XXI, Gregori (2006, p. 67) alerta que

[...] como não havia uma definição jurídica, apenas as tipificações penais correntes, e não há uma reflexão mais aprimorada sobre as implicações em termos de gênero desses tipos de violência, o saber que se tem sobre eles - e que orientam as classificações, o atendimento e o encaminhamento dos casos - acaba ficando subordinado às demandas das queixosas.

A lacuna legal de muitas décadas trouxe como consequência uma aumento da violência contra a mulher. Grande parte das vezes, essa relação marcada por atos violentos é silenciada por conta da fragilização do ser mulher mergulhado em uma cultura de dominação masculina. A violência de gênero (re)vela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a

inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. Almeida (2007: 29) reforça essa tese ao afirmar que nas relações familiares e sociais se fornece:

A base legitimadora para as relações de força. Na violência de gênero em relações íntimas, a dimensão simbólica é potencializada, por ser um problema circunscrito a um espaço fechado, ambíguo, fortemente estruturado no campo axiológico e moral, no qual as categorias de conhecimento do mundo contêm tendencialmente, maior peso emocional do que cognitivo.

Nesse sentido, Segato (2003), reforça que as relações interpessoais de convivência nos *loci* privados e familiares são espaços privilegiados para a instalação e potencialização da violência de gênero. A célula elementar dos atos violentos são as relações de gênero e a violência moral onipresente, considerada normal, é o cimento que mantém o sistema hierárquico e de poder.

Contribui, também, com a discussão Gordon (apud Saffioti, 2004) ao afirmar que a violência não é expressão unilateral do temperamento violento, ela origina-se conjuntamente no seio familiar, ou seja, é formada por elementos que emanam do próprio pensamento social. Assim, compreendemos que a violência de gênero é um fenômeno social, pois está visível em todo lugar, não importando a classe social em que se engendra e se projeta em atos violentos.

Faz-se mister destacar, que a violência de gênero passa a partir daquele que se acha controlador e que se vê como autoridade da vítima. Quando é construído um feição amorosa entre duas pessoas formando um casal, o homem que geralmente cria as regras da casa, põem a comida na mesa, diante essas resoluções ele se acha dono da mulher, achando que pode fazer o que quiser, principalmente se achar que está sendo contrariado ou traído, passa a resolver o problema com violência, deixando-a gravemente ferida e machucada (DÁGOLA e HO, 2020).

A violência de gênero pode ser observada como uma questão problemática, pois são diversos hábitos e costumes que estão presentes na sociedade e que traz como consequência uma estrutura de poder voltada ao homem que se acha superior a mulher. Cabe dizer, ainda, que há muitas pessoas, entre elas, um grande índice de mulheres que desconhecem seus direitos, deixando-as vulneráveis e sem poder de ação.

Outro aspecto que merece destaque no estudo da violência de gênero é a questão do contexto social em que se tem por base um certo pensamento que enaltece as desigualdades entre os sexo, classe, religião, fazendo com que o homem se posicione acima da mulher. Segundo Almeida (2007), a perpetuação da violência de gênero pode ser

visível também pelo grau de tolerância do Estado frente à ausência de medidas eficazes, ou até mesmo pela deficiência de políticas públicas.

O contexto da violência contra a mulher tem maior visibilidade em grandes áreas urbanas, mas isso não quer dizer que não se manifesta em áreas rurais onde impera o distanciamento, a solidão, a ignorância dos direitos e, principalmente, o silêncio.

DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RURAL

A população rural é conhecida como o grupo que reside fora dos limites urbanos, visto que a zona rural é definida física e geograficamente sem levar em conta os processos econômicos e sociais que constituem esse espaço (IBGE, 2010; RUCKERT, CUNHA e MODENA, 2018). A conjuntura de vida desse grupo social é marcada pela pobreza, invisibilidade e dificuldade de acesso aos benefícios sociais a partir de políticas públicas, especialmente nas regiões mais pobres do país (XIMENES *et al.*, 2016; HEREDIA, 2006).

Nesse aspecto, levando em consideração os fatores acima descritos, falar sobre violência doméstica rural é refletir também sobre a seriedade desse tema. Desde os tempos mais remotos, as mulheres sempre trabalharam no cultivo da terra e nos afazeres da casa. Segundo VIANA *et al.* (2018) Costa e Lopes (2012) a violência é uma situação vivenciada por uma a cada cinco mulheres no território brasileiro e, apesar de já terem sido agredidas pelo marido, ex-companheiro, este se torna um fenômeno velado que está sujeito à problemática da subnotificação, fator que tem dificultando o conhecimento da dimensão do problema e afetado a intervenção.

Trabalhar com a temática da violência e, mais precisamente com pessoas em situação de violência, implica em conhecer seu contexto e compreender seu significado para a partir daí conseguir identificar os casos de violência vivenciados. É importante salientar que este estudo está centrado no documentário já mencionado, considerando a dimensão da violência vivenciada por essas mulheres.

A violência rural de gênero existe e sofre um agravamento em relação a mulher que vive em áreas urbanas: o silêncio. Essa situação de silenciamento fez surgir movimentos para dar voz a essas mulheres. Um desses movimentos foi a publicação de uma cartilha pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag que se intitula ‘Combate à Violência contra as Mulheres Trabalhadoras Rurais- Abram os Olhos para seus Direitos’. Trata-se de orientações de como essa mulher, vítima de violência, pode buscar auxílio para não silenciar os atos de violência a que é submetida.

A violência contra a mulher não é natural, é cultural. Por isso, a sociedade deve exigir a adoção de medidas que combatam e superem sua banalização. A ideologia

patriarcal e as relações de poder estabelecidas devem ser coisas do passado. A violência contra as mulheres traz consequências graves para as vítimas e o conjunto da sociedade. A violência doméstica tem também caráter público e é urgente que o Estado e a sociedade reconheçam e coíbam sua existência (COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS/CONTAG, s.p. 2008).

A situação é de temeridade, mas elas enfrentam com coragem e união as dificuldades e as ameaças de violência no contexto social em que vivem. No decorrer da história, a mulher rural sempre trabalhou no espaço público, mas nunca sendo reconhecida pela sociedade patriarcal, especialmente “na produção de alimentos, uma vez que as mulheres não só descobriram a agricultura, mas também promoveram a primeira revolução técnica ao criarem o moinho para triturar os grãos” (FISCHER, 2008, p. 42).

A MULHER DO CAMPO: A VIOLÊNCIA SILENCIADA

Quando a violência apresenta-se no modo de organização dos serviços, ou até mesmo na falta deles, chamamos esse desequilíbrio de violência estrutural, o que conseqüentemente resultará em outras violências. Peres (2002) argumenta que esta forma de violência atinge todos os segmentos sociais, porém afeta os mais vulneráveis, os quais são mais atingidos pela falta de acesso aos serviços públicos:

Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento da violência. O modo como esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros, são favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escala da violência em contextos específicos. Recentemente vem sendo dada importância aos fatores culturais e individuais que atuam como determinantes do comportamento violento, tais como atitudes, comportamentos e normas, padrões de relação familiar e de gênero, uso de drogas e álcool, entre outros (PERES, 2002, p. 54).

Ao analisarmos o documentário, objeto desse estudo, passamos a compreender de que desigualdade trata Peres, pois a vulnerabilidade e o isolamento da mulher que vive em áreas rurais a torna vítima de um sistema que não está acessível a ela.

Essa é uma situação que aflige também as famílias rurais, contudo, há poucos registros dessa modalidade de violência nas zonas rurais em decorrência do machismo e do patriarcado comuns a essas regiões, bem como da inexistência de Delegacias de Mulheres nas áreas rurais. O documentário relata casos de mulheres, vítimas de violência

doméstica e observa-se a fragilidade da rede de proteção às mulheres, uma vez que, muitas vezes, nem conseguem, sequer denunciar o agressor.

NO SILÊNCIO: OS RELATOS NO DOCUMENTÁRIO

O documentário foi realizado no ano de 2017. A jornalista Ângela Bastos registrou depoimentos de mulheres que vivem na área rural do Oeste de Santa Catarina, vítimas de violência. É um documentário muito sensível que inicia metaforicamente, comparando as condições climáticas do inverno, coberto de nevoeiro, enigmático e cheio de sombras como o universo de violência das mulheres que vivem no meio rural. Vejamos:

Quando é inverno, os campos catarinenses são encobertos por um nevoeiro espesso. A paisagem se altera. A cerração impede a visibilidade. Esse evento meteorológico lembra outro fenômeno, também encoberto, imperceptível, igualmente lacrimajante: a violência contra a mulher que vive na área rural (BASTOS, 2017, s.p.).

Constatamos que a visibilidade deste tipo de violência é quase nula. Trata-se de um cenário pouco investigado e, na maioria das vezes, solitário. A mulher está à mercê de todos os tipos de maus tratos e não há a quem recorrer. Na área rural não há vizinhos próximos, não há iluminação pública. A noite desce feito breu, ocultando todas as formas de dores e lutas das mulheres, encarceradas em relacionamentos abusivos e violentos.

A agricultura Joana F. Sebben (2017) relata essa atmosfera de medo e morte.

Até maio de 2017, na região Oeste de Santa Catarina já foram 7 mulheres violentadas e mortas pelos companheiros. Dentro da própria casa, né. Isso é muito forte, né. Mas até chegar a esse dia da morte, é sofrer toda a sorte de violências possíveis pro ser humano. Porque não foi a primeira discussão, a primeira briga que ele matou. Então já sofreu violência financeira, violência física, violência moral. De oprimir, de rebaixar e coisa né. Foi muito forte, não é a primeira violência a morte. Então isso foi, é....o fim né. Tudo que ela suportou e conseguiu chegar. Ela passou essa mulher.

Nesse contexto, muitas vezes, as mulheres não têm a quem recorrer porque estão longe da cidade, onde existem espaços públicos nos quais possam denunciar o agressor e ter proteção para não serem vítimas da violência doméstica.

Além desse depoimento, o documentário traz depoimentos de vítimas da violência doméstica na área rural. São narrativas de sofrimento, de humilhação, de toda ordem. Além do árduo e pesado trabalho que as mulheres são submetidas, enfrentam o completo tratamento desrespeitoso e agressivo do companheiro. “Quando eu chego em casa, chego no galão, assim, ele me recebeu com a paulada. [...] deu cinco ponto aqui (apontando a testa).” (ERACI, 2017). Além da violência física, Eraci relata também a violência emocional,

pois diz que o mais doeu foi quando o companheiro impediu de ir ao sepultamento do pai, no interior do Rio Grande do Sul. Comenta, ainda, que a mãe propôs que ficasse cuidando dela e fez uma oferta com qual todos os irmãos concordaram, mas o companheiro lhe disse que se ela aceitasse, nunca mais veria a filha.

Observa-se que os relatos vêm cheios de medo e consternação. É difícil para elas falar desse sofrimento, pois sentem vergonha, escondem os maus tratos de que são vítimas, procuram omitir essa diversidade de eventos que minam suas forças, deterioram a autoestima. Sentem-se ameaçadas, têm medo de represálias.

Outra narrativa contundente é de Tânia. Assim narra sua história:

Na chácara, no sítio lá onde eu morava, correndo de tiro de espingarda, se escondendo, facão, foice, machado... e eu perguntava para ele porque tava fazendo isso, ele não respondia nada. Ficava inquieto, saía de perto. Quando eu saía de casa para fazer compras, essas coisas, tinha que usar roupas compridas para não aparecer as marcas. Um dia eu cheguei em casa, o ônibus tinha atrasado, ele nem perguntou por que eu tava atrasada, o que tinha acontecido. Ele me deu uma surra muito grande, me chutou, machucou muito as minhas partes. Eu fiquei mais de um mês urinando sangue, sem poder ir no médico, sem poder saber o que tinha acontecido. Foi uma coisa horrível. A minha vida foi muito horrível, muita sofrida, muita sofrida (TÂNIA, 2017).

Na narrativa dessa vítima encontramos as mais variadas formas de violência contra a mulher, conforme descreve a cartilha da Contag (2008), pois há a violência física, psicológica e moral, sexual, assédio moral. As mulheres no cenário rural relatam as situações vivenciadas no passado e no presente, manifestando suas fragilidades, revivendo episódios de violência que expressam a exposição que muitas estão sofrendo bem como os agravos de saúde que surgiram a partir dessas circunstâncias a exemplo de lesões, sofrimento psíquico, sexual, moral dentre outros (VIANA *et al.*, 2018).

E os depoimentos se sucedem, narrando cenas de extrema violência no meio rural, as torturas de toda ordem a quem são submetidas as mulheres. A análise da condição feminina no meio rural mostra as dificuldades que permeiam seu ambiente no espaço privado e público e também os entraves encontrados para se posicionarem como mulheres que reivindicam condições dignas a fim de ter autonomia de dirigir sua vida sem medos e, por meio dos estudos, perceberem que a violência doméstica não é a naturalização do contexto social em que vivem e sim fruto de décadas de dominação do patriarcado. Dar visibilidade, vez e voz às mulheres que vivem na área rural é tirá-las do confinamento, fazê-las conscientes de que é necessário gritar, ainda que no silêncio que lhes é imposto.

Complementando esse estudo, investigamos junto à delegacia do município de Orleans-SC sobre os números da violência rural. Recebemos um breve relatório sobre os registros de ocorrências a partir de 2013. Vejamos os números informados:

2013 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 23
2014 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 17
2015 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 13
2016 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 24
2017 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 32
2018 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 20
2019 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 19
2020 - Boletins de ocorrência envolvendo crimes de violência doméstica com endereço no interior de Orleans: 24. (DELEGACIA DE POLÍCIA DE ORLEANS-SC, 2021).

Conforme os dados recebidos, em 8 anos, foram 172 casos de ocorrência, envolvendo crimes de violência doméstica no interior do município. É um número bastante expressivo para um município que tem aproximadamente 24 mil habitantes.

Importante informar que os dados acima nos foram repassados via correio eletrônico e não tivemos acesso aos documentos-denúncia e, portanto, não sabemos informar quantos processos foram abertos nestes casos e que a Lei Maria da Penha tenha, de alguma maneira, contribuído para minimizar os impactos da violência.

LEI MARIA DA PENHA: A LUZ NO FIM DO TÚNEL

De acordo com a cartilha elaborada pela comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais- CONTAG (2008) um importante instrumento de combate à violência contra as mulheres entrou em vigor em 7 de agosto de 2006. A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, endurece a punição para agressores e determina a criação de órgãos e serviços de assistência às vítimas de violência doméstica. A lei protege todas as mulheres residentes no Brasil, estejam elas na cidade, no campo ou na floresta.

A Lei Federal 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar, sancionada pelo presidente Lula, em agosto de 2006, foi batizada como Lei Maria da Penha, em homenagem à professora universitária cearense Maria da Penha Maia que ficou paraplégica por conta do marido ter tentado assassiná-la (MORENO, 2014). Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres

do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006). Também, a Lei Maria da Penha incorporou o avanço legislativo internacional e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Brasil.

A Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

A partir da violência imposta pelo companheiro de Maria da Penha que a lei estabeleceu meios para combater ao máximo a violência doméstica. Cabe informar que, antes da Lei Maria da Penha, os casos de violência doméstica eram encaminhados aos Juizados Especiais Criminais e julgados nos termos da Lei 9.099/95 como crimes de menor potencial ofensivo, o que possibilitava a aplicação de medidas despenalizadoras tais como a composição civil, a transação penal e a suspensão condicional do processo (artigos 72, 74, 76, 88 e 89 da Lei 9.099/95). Essa lei se orientava pela simplicidade e celeridade que não davam conta da complexidade dos casos de violência de gênero e familiar.

A situação de violência doméstica exigia um olhar cuidadoso e multidisciplinar do judiciário que não era contemplado pelos Juizados Especiais Criminais, gerando na vítima um sentimento de impunidade e insegurança quanto à ocorrência de uma nova agressão:

A Lei Maria da Penha proibiu expressamente a incidência da Lei 9.099/95 nos casos de violência doméstica, sobretudo em face da crítica feminista à universalização da aplicação de prestações comunitárias (contribuições financeiras a entidades filantrópicas, conhecidas vulgarmente como “penas de cestas básicas”) como resposta judicial às violências praticadas contra mulheres. Situação que foi projetada igualmente para as modalidades de sanção previstas na Lei (CAMPOS e CARVALHO, 2011, p. 147).

Nesse aspecto, a lei alavancou um progresso significativo no combate à violência contra a mulher. Para ampliar a abrangência da lei Maria da Penha em 2020, a Lei 13.984 foi sancionada e seu objetivo foi o de estabelecer medidas protetivas de urgência nos casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento

psicossocial. Com a nova redação do artigo 22 e seus incisos, a partir de agora se o juiz constatar a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, poderá aplicar qualquer das medidas do artigo 22, sozinhas ou cumuladas com outras, tornozeleira eletrônica por exemplo, além de poder encaminhar o acusado para comparecimento a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial.

Apesar de todos esses avanços, Montenegro (2015) aponta para a ineficácia do sistema penal em relação à violência contra a mulher, tendo em vista a impossibilidade de impedir a prática de novos crimes; o fato de não escutar os interesses das vítimas, nem auxiliar na compreensão da própria violência, tampouco contribuir para uma melhor relação entre os gêneros, afastando o protagonismo da vítima; a violência institucionalizada da estrutura do sistema de justiça também patriarcal. A autora explica que, ao passar pela SJC (Secretaria de Justiça e Cidadania), as vítimas estariam experimentando novamente a discriminação e a humilhação da violência inicial.

Para além dessa discussão de avanços e eficácia/ineficácia, a Lei nº 11.340/16 trouxe importantes inovações em seu bojo. Como exemplo temos o conceito de família e o reconhecimento das relações homoafetivas. A lei em debate também modificou a antiga concepção de que o problema da violência doméstica é exclusivamente privado e justificado pela herança cultural da autoridade patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo que teve como objetivo descrever, a partir da literatura sobre o tema, a violência contra a mulher do campo e o silenciamento a que é exposta trouxe reflexões importantes e significativas para que se repense políticas públicas de acolhimento às mulheres que vivem nas áreas rurais.

A violência contra a mulher se configura ainda como um grave problema que precisa ser falado e enfrentado, tanto pela sociedade como pelos órgãos governamentais, por meio da criação de políticas públicas que considerem sua prevenção e combate, como também, o fortalecimento da rede de apoio à pessoa que sofre e que pratica violência. Em se tratando de mulheres isoladas em áreas rurais, essa rede de apoio é ainda mais urgente. Os depoimentos das mulheres agredidas no documentário comprovam esse situação de medo, isolamento e silêncio a que são submetidas por viverem em áreas isoladas.

A partir da análise do documentário produzido pela jornalista Ângela e dos dados repassados pela delegacia de polícia de Orleans-SC sobre ocorrências registradas que relatam violência doméstica na área rural do município, compreendemos a gravidade do problema. A Organização da Nações Unidas (ONU) alerta para o fato de que mulheres e

meninas que vivem em áreas rurais enfrentam diferentes riscos e desafios na resposta à violência. O contexto rural inclui elevados graus de pobreza, menor acesso à educação superior e ao trabalho decente, menor capacitação econômica e proteção social, o que aumenta ainda mais a vulnerabilidade de mulheres que estão em relacionamentos abusivos. Em áreas rurais, os serviços para as mulheres são menos acessíveis e, por vezes, inexistem. Os serviços públicos muitas vezes não respondem às necessidades e desafios das mulheres rurais, que vão desde condições limitadas de mobilidade à precariedade dos serviços públicos disponíveis (ONU BRASIL).

Em situações de violência doméstica, por exemplo, questões como a falta de oportunidades de emprego e de serviços básicos de apoio, tais como proteção policial, abrigo, cuidados de saúde e assistência jurídica, agravam ainda mais o isolamento psicossocial das mulheres que vivem em áreas rurais.

Cabe dizer, ainda, que esse estudo não se esgota aqui. Essa é uma reflexão que se desdobra em muitas outras possíveis pesquisas, uma delas, investigar que apoio tiveram as mulheres que denunciaram a violência doméstica que sofreram junto a delegacia de polícia de Orleans-SC. Quais foram as medidas tomadas, o que resultou do registro da ocorrência são questões que renderiam outros estudos. Também aprofundar os estudos sobre a Lei Maria da Penha, objetivando investigar sua eficácia/ineficácia, investigar se a ampliação das medidas protetivas inibiram a violência praticada pelos companheiros, pois acabar com uma situação de violência não é uma atitude fácil, ainda mais quando ela acontece dentro de casa. A vergonha, o medo, as relações de poder e a dominação estabelecidas pelo agressor e, na grande maioria dos casos, a dependência econômica, dificultam a reação das mulheres para o rompimento com essa situação. Um dos primeiros passos é procurar ir à própria Delegacia de Polícia ou Posto Policial denunciar a violência. A violência não é um problema que só acontece com uma ou outra mulher, mas faz parte da realidade de muitas mulheres que vivem nas áreas rurais, isoladas e silenciadas por todos os fatores aqui mencionados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely de S. Essa Violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

ALVES, Sandra. **Entrevista concedida a Fábio Brito em 10/03/2015**. Correio Urbano, Caderno A5, 10 março 2015, p. 01.

BRASIL. Senado Federal. Data Senado. **Violência doméstica e familiar contra a mulher** [Internet]. Brasília: Senado Federal; 2017 [acesso em 2018 Nov 22]. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>.

CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S.: Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, C. H. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

DÁGOLA, Júlia Prado e HO, Gabriela Siqueira. Pandemia das sombras: a influência da quarentena no aumento de casos de violência doméstica. In: KAZMIERCZAK, Luiz Fernando e SANTOS, José Eduardo Lourenço dos (Orgs.). **Violência e Criminologia**. Jacarezinho, PR: UENP, 2020. (Anais do X Simpósio Internacional de Análise Crítica do Direito).

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

GAUER, Ruth M. Chittó. Alguns aspectos da fenomenologia da violência. In: GAUER, Gabriel J. Chittó, GAUER, Ruth M. Chittó (org.). **A fenomenologia da violência**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 13-35.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1986.
_____. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec; 2014.

MONTENEGRO M. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica**. Rio de Janeiro: Renavan; 2015.

MORENO, Renan de Marchi. **A eficácia da lei Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8757/A-eficacia-da-Lei-Maria-da-Penha>. Acesso em 9 de nov. de 2021.

NARVAZ, M. & KOLLER, S.H. Famílias, violências e gêneros: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: Strey, M.N., Azambuja, M.P.R. & Jaeger, F.P. (Eds.) **Violência, gênero e políticas públicas** (pp.149-176). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2ª ed. - São Paulo: contexto, 1997. p. 578-606.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Camponesas em lutas pelo fim da violência contra as mulheres e pela produção de outras formas de existência. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.57262.

SAFFIOT, Heleiath Iara B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, Rita L. **Las estructuras elementales de la violencia** - ensayos sobre gênero entre antropologia, psicoanálisis y derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas**. In: **SOTER (Org). Gênero e teologia: interpelações e perspectivas**. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola: Soter, 2003. (p. 51-66).

TONOZI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2005.

MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: Moraes, Aparecida F.; Sorj, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In: Moraes, Aparecida F.; Sorj, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

VIANA, Aline Lopes et al. Violência contra a mulher. **Rev enferm. UFPE** on line, Recife, 12(4):923-9, abr., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110273>. Acesso em 07 de nov. de 2021.

Capítulo

02

BASES DA CULTURA EDUCACIONAL NO BRASIL - COLÔNIA, IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA³

DIEGO FONSECA DANTAS⁴

RESUMO: Este ensaio estuda às manifestações educativas que criariam as raízes da nossa conhecidamente precária cultura educacional, não sendo, portanto, nossa intenção reescrever nem tampouco sequer interpretar a história da educação no Brasil. O ponto principal de interesse no presente ensaio se prende à problemática dualidade estrutural da educação entre nós, fator, ao nosso ver, inerente ao conservadorismo brasileiro, de resto determinante do tipo de cultura educacional excludente que carregamos como legado histórico e como desafio a ser superado, e que, sem margem à dúvida, esta precariedade foi inscrita dentro de um caráter de classe, de modo a servir ao projeto das elites e das classes intermediárias em detrimento do subalterno e dos populares. Uma marca do passado à qual o país não consegue, mesmo em seu presente, deixar para trás.

Palavras-chave: história; educação; cultura; política

À GUIA DA INTRODUÇÃO

No presente artigo, pretendemos mapear pontualmente as primeiras atividades formativas no Brasil. O mapeamento se estende da colônia até fins da década de 1940, marco do surgimento da primeira legislação educacional nacional e da criação das primeiras universidades brasileiras. O objetivo evidente é identificar as manifestações educativas que criariam as raízes da nossa conhecidamente precária *cultura educacional*, não sendo, portanto, nossa intenção reescrever nem tampouco sequer interpretar a história da educação no Brasil.

Nossa proposta, portanto, é entrar numa breve digressão visando dar um arcabouço sociohistórico das manifestações educativas e culturais na colônia e império, para na segunda seção fazer o mesmo no período da Primeira República, para depois, concluirmos com a revisão e crítica de seus efeitos em meio à derrocada da República Velha e o que viria a ser o 'novo' com a Revolução de 30.

O ponto principal de interesse no presente ensaio se prende à problemática *dualidade estrutural* da educação entre nós, fator, ao nosso ver, inerente ao conservadorismo brasileiro, de resto determinante do tipo de *cultura educacional*

³ Tese “*Ideologia e cultura educacional - Estudo crítico sobre o conservadorismo em educação no Brasil*” Disponível em <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16006?locale-attribute=es> . Acesso em: 14 de junho de 2022.

⁴ Doutor em Educação pela UFF e Mestre em Ciência Política pela UFF. Graduado em Administração pela Universidade Candido Mendes. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação - NuFIPE e do Instituto Norberto Bobbio E-mail: diegodantas@id.uff.br

excludente que carregamos como legado histórico e como desafio a ser superado, e que, sem margem à dúvida, esta precariedade foi inscrita dentro de um caráter de classe, de modo a servir ao projeto das elites e das classes intermediárias em detrimento do subalterno e dos populares. A educação desde então já era encarada como arena de disputas e da luta de classes. Uma marca do passado à qual o país não consegue, mesmo em seu presente, deixar para trás.

METODOLOGIA

Desde a qualificação do nosso projeto de tese⁵, que culminou neste artigo, buscamos aprofundar o entendimento sobre as motivações da atual fase conservadora da nossa história e o seu flerte acintoso com o extremismo de direita de características fascistas. A importância que atribuímos a essa busca não teria a dimensão elevada de agora se a guinada conservadora extremista a partir da segunda metade da última década do século XX não viesse ganhando espaço em determinados setores da educação brasileira. A pesquisa visou, assim, agregar elementos históricos e sociológicos à fundamentação da tese, de modo que o exame das relações sociais que estruturam a disputa ideológica no interior da cultura educacional brasileira encontre lastro material e confiabilidade. Todavia, em não se tratando de uma tese específica nas disciplinas adjuntas da história e das ciências sociais, respectivamente, tampouco numa disciplina do amplo arco da filosofia, gostaríamos de insistir no esclarecimento que a nossa procura aqui se volta para os possíveis recursos que tais disciplinas podem oferecer para a compreensão do que entendemos como o conservadorismo na cultura educacional. Nos valemos ainda de Albuquerque (1981), Fausto (2016), Fernandes (2006), Sodré (2003) como suporte para entendermos a evolução a partir das relações históricas entre Portugal e a colônia no Brasil, assim como no período de Império e Primeira República, e como suporte igualmente para o entendimento das questões socioeducacionais.

COLÔNIA E IMPÉRIO

⁵ Tese *IDEOLOGIA E CULTURA EDUCACIONAL - ESTUDO CRÍTICO SOBRE O CONSERVADORISMO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL*, defendida na PPG – Educação UFF em 09 de setembro de 2020, sob orientação do Prof. Dr. Ronaldo Rosas à banca composta pelo Prof. Dr. Giovanni Semeraro – UFF, Prof. Dr. Paulo Henrique Furtado de Araújo – UFF, Reginaldo Scheuermann Costa – UFF, Prof. Dr. Fernando Antonio Vieira e Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

As relações sociais estabelecidas pelos ibéricos portugueses nas terras coloniais a partir das primeiras décadas do século XVI, tinham na sua base estrutural a economia escravista e na superestrutura o desprezo pelo trabalho manual. Tal desprezo ao trabalho manual ou artesanal não se remetia apenas à tradição ibérica, mas, sobretudo, por este estar associado ao trabalho envilecido, menor, realizado por escravos como da acumulação da economia açucareira. Nesse sentido, tal como em Portugal, a educação, se desenvolveu no Brasil de forma estruturalmente dualista de modo a assegurar que a não transmissão formal do aprendizado das letras e números se impusesse na forma de um valor cultural a fim de disseminar a ideia da educação como propriedade imaterial de prestígio e de classe, de autoridade e poder. A não transmissão do saber estava reservado à massa de populares, desvalidos da fortuna, e, sobretudo, aos indígenas e negros escravizados, restando a estes, exclusivamente, o trabalho brutalizado (CUNHA, 2005). Já no caso da prole dos senhores de engenho, isto é, da aristocracia agrária, assim como das camadas urbanas, isto é, comerciantes e proprietários de pequenas oficinas o acesso à formação era liberado conforme o desejo do patriarca familiar.

De um modo geral, o legado cultural medieval europeu especificamente alimentado no interior das relações sociais na península ibérica, apreendia os estudos superiores e o interesse intelectual como um “fetiche, ornamental, voltada para o intimismo e ao ecletismo” (COUTINHO, 1990, p. 43). Nas colônias portuguesas de ultramar reproduzia-se a divisão social do trabalho existente no reino, na qual cabia a um pequeno número de membros cultos da aristocracia agrária, em geral eles próprios preparados por religiosos para assumirem o clero ou a tarefa de reproduzir as ideias dominantes da época. Fosse no reino ou nas colônias, a esse pequeno grupo culto e intelectualizado cabia tanto o exercício de atividades burocráticas de escribas e de tabeliões no Estado, como a tutoria dos filhos da nobreza palaciana e dos donatários de terras e seus prepostos. No reino, a um grupo menor ainda de intelectuais burgueses cabia professar no magistério superior. Não se tratava exatamente de uma atividade econômica autônoma, isto é, de livre escolha dos intelectuais e artistas burgueses, mas, em regra, era uma distinção necessária concedida a determinados indivíduos próximos às ideias religiosas e ao pensamento filosófico da época. Se por um lado a escolha conferia prestígio pessoal a eles, sobretudo aos tutores e educadores, por outro lado os mantinha comprometidos com a reprodução e a expansão das ideias, dos hábitos e dos costumes das classes superiores. Para Coutinho, se tratava de um *relacionamento de favor* cuja principal marca era a consagração de vínculos de dependência pessoal, de resto “um modo de relacionamento autoritário mesmo quando paternalista” (1990, p. 44). Mais adiante será necessário retomar esse aspecto da relação

entre a nobreza e a burguesia portuguesa. Por ora, procuraremos passar de modo sumário a evolução do ensino no Brasil.

Na medida mesma que a colônia consolidava a estrutura mercantilista e colonial implantada desde Portugal, o aprendizado formal oferecido aos filhos das famílias dos prepostos dos proprietários das terras e donos dos engenhos já em franca produção seguia a mesma orientação da sede do reino. No entanto, de modo a atender às novas exigências estruturais decorrentes do aumento da produção e da população, em 1549 a Coroa daria um passo em direção a ampliação desse quadro ao permitir o início dos trabalhos da Companhia de Jesus. Os jesuítas não tinham como escopo um voluntarismo desinteressado, muito pelo contrário visavam a formação de um homem cristão e de uma sociedade aterrada e aderente ao Estado português. Dessa forma, além da catequese dos indígenas escravizados, o trabalho missionário voltava-se para o ensino de ofícios para a construção de casas, obras urbanas, embarcações e todo tipo de artefato que requeria o desenvolvimento de habilidades manuais, como a carpintaria, a marcenaria e a pintura. Nesse sentido, as missões jesuíticas cumpriam uma dupla finalidade estratégica. De um lado, se tratava de intervir num meio desconhecido a fim de demarcar e legitimar ideologicamente o território da Coroa, e, de outro lado, controlar a exploração econômica das novas terras mediante a cooptação ou a escravização dos nativos.

É importante esclarecer que o contexto histórico em que ficara acordado a presença dos religiosos na colônia era o de reação da Igreja Católica à Reforma Protestante que se disseminava pela Europa, ameaçando não apenas o equilíbrio geopolítico local como ainda o dos territórios ultramarinos. Já em meados do século XVIII, o avanço implacável do modo de produção capitalista se fazia sentir em Portugal, cuja economia, contando com raras indústrias, sucumbia frente a oferta de bens estrangeiros, o declínio das riquezas das colônias e, principalmente, os gastos extraordinários da Coroa e de sua corte. Também contribuindo para acentuar a decadência dos Estados nacionais da península ibérica, a difusão dos ideais libertários dos iluministas alavancaria nessas regiões e em suas colônias movimentos nacionalistas por independência.

Em 1755 o terremoto que destruiu Lisboa, e o atentado à vida do rei José I em 1758, deram ao Marquês de Pombal, então o principal ministro do rei, o pretexto e os poderes para expulsar os jesuítas de Portugal e de suas colônias ultramarinas⁶. Pombal ficaria conhecido pelo grande impulso que deu à educação em seu país, pois reformou a

⁶ Muito antes de assumir o ministério português de José I, Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, colecionou uma centena de adversários políticos. Era admirador do absolutismo como forma de governo, e nesse sentido incomodava os nobres e o clero porque suas ações reduziam privilégios e seu poder.

Universidade de Coimbra, o Exército e a Marinha. Reorganizou as finanças do Estado, criou a Imprensa Real e a Escola de Comércio, não obstante, nas colônias, além de proibir as publicações tidas como hostis à Coroa, designou que a administração educacional das antigas missões religiosas se transferisse para o Estado, estabelecendo a oficialidade da língua portuguesa mediante a proibição de idioletos nativos e que as aulas régias fossem ministradas por leigos. Com a morte de José I, em 1777, subiu ao trono a rainha Maria I, uma desafeta do marquês, o que o levou a ser afastado do governo (ALBUQUERQUE, 1981). Atestada como louca, a rainha não duraria muito tempo no poder, sendo este transferido na forma de regência, em 1792, para o seu então filho mais velho, João. Por fim, conhecida como a *Viradeira*, a queda de Pombal impôs a Portugal o retorno à dependência da Inglaterra, entretanto, de um modo geral, muitas conquistas iluministas propagadas no período pombalino foram mantidas por João. Em 1807, Portugal sendo invadido pelas tropas napoleônicas, levou a que o príncipe regente, juntamente com sua mãe e toda a família real, fugissem para o Brasil, aqui aportando em janeiro de 1808.

As primeiras medidas econômicas do príncipe regente já em terras brasileiras tiveram um peso importante para o desenvolvimento do país, sendo a mais conhecida a abertura dos portos ao comércio estrangeiro. Não obstante, a criação de uma escola pública de economia e uma escola de cirurgia, ambas em Salvador, foi decisiva para o início de um processo de mudança no campo educacional. De acordo com Francisco Silveira Lobo Neto (2008), o conjunto de medidas adotadas pelo Príncipe Regente desde então, resultou na criação de uma escola de anatomia vinculada ao Hospital do Exército da Corte, no Rio de Janeiro, também nesta cidade a criação da Academia de Marinha com aulas de “aritmética, geometria, trigonometria e aparelho, princípios de álgebra até equações do segundo grau inclusive, primeiras aplicações delas à aritmética etc.”. Para além destas iniciativas, Lobo Neto (2008) observa ainda que o documento que embasa a criação do Curso de Agricultura na Bahia, é por várias razões, é emblemático, “seja porque traz uma argumentada justificativa, seja porque revela o propósito de estabelecer um paradigma com efeito multiplicador, seja, também, por determinar minuciosamente o plano de ação pedagógica” (2008, s/p). Em 1815, elevando a condição do Estado Brasileiro à de Reino Unido a Portugal e Algarves, João unificaria a instrução pública visando formar quadros para a burocracia oficial e para o comércio. Um ano depois, com a morte no Rio de Janeiro da rainha Maria I, foi sagrado rei D. João VI e até a sua partida do Brasil, em 1821, esteve diretamente à frente de inúmeras iniciativas que alavancariam a cultura artística, científica e literária mediante a criação da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, a instauração de tipografias, a ampliação da imprensa e, com a chegada de artistas e mestres de ofício

franceses, a criação da Escola Real de Artes e Ofícios permitindo a instalação de indústrias e siderúrgicas para cunhagem de moedas.

Para Sodré, o início da revolução burguesa no Brasil se dá no contexto de ascensão ideológica e política da burguesia do ocidente com o processo de independência. Segundo ele

Realizada a independência – que só pode ser perfeitamente entendida no amplo quadro de desenvolvimento da revolução burguesa no Ocidente e expansão de seus efeitos na América, abalando a dominação colonial ibérica e impulsionando o rompimento da dominação e do regime de monopólio comercial -, tratava-se, para a classe dominante, de organizar o Estado. Para isso, necessitava, desde logo, de quadros; daí a iniciativa da fundação dos cursos jurídicos e a unilateralidade da formação intelectual desinteressada, compatibilizando-se o conhecimento abstrato, a cultura das letras, com a estrutura social, em que aparecia como prenda (SODRÉ: 2003, 49).

Com a independência brasileira e a promulgação de uma Constituição própria, em 1824, ocorreria a permissão para a abertura de escolas particulares, a abertura de cursos jurídicos e contábeis auxiliando a formação de quadros intelectuais a fim de prover o Estado de uma estrutura burocrática. Nesse sentido, do grupo dirigente do imperador faziam parte tanto os elementos da burguesia liberal como alguns poucos elementos letrados da burguesia para atuarem na burocracia de Estado. De toda forma, foram criados os primeiros liceus provinciais, como o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835), o Liceu da Bahia (1836), o Liceu da Paraíba (1836), chegando-se a criação do Colégio Pedro II em 1837 que serviria de modelo e referência para o ensino secundário, em termos de normatização e padronização aos demais. Contudo, a realidade pós-independência parecia contradizer a própria Carta Magna, posto que embora nela estivesse que “A Instrução primária, é gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824, artigo XXXII), um ato adicional de 1834 provocaria a descentralização da responsabilidade da educação primária, induzindo a responsabilidade de sua gestão para as Câmaras municipais, desarticulando rapidamente a conexão entre a instrução primária e a secundária, posto que esta última ficou sob a responsabilidade do Império⁷. Por conseguinte, o dualismo educacional expresso por esta oferta desarticulada, reproduzia, na prática, a dualidade do sistema, pródigo na exclusão dos setores populares da sociedade brasileira⁸.

Se num sentido os primeiros anos da independência brasileira trouxeram pouca inovação e benefícios em relação às antigas práticas coloniais, mantendo-se em grande

⁷ “[...] Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (BRASIL, 1824, artigo XXXIII). Na prática o ato adicional significou que a instrução secundária passaria a ser preparatória para os exames de acesso ao ensino superior.

⁸ Tal dualismo se acentuaria a partir de 1827 quando ficou determinado que a obrigação pela expansão da oferta pública de ensino ficaria a cargo das províncias.

parte o legado dos costumes cartoriais, da moral e, enfim, do etos senhorial, no sentido contrário, ao postergar o patrimonialismo e a seletividade da educação, o Império brasileiro somente fez acentuar a desigualdade por meio da segregação social. De fato, a mudança no comando da política no país não se fez acompanhar por uma mudança real da condição colonial, permanecendo a elite senhorial a ditar condutas gerais. De acordo com Florestan Fernandes

[...] a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro puramente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional [...].

O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação (2006, p. 51).

Ainda acompanhando a ideia do sociólogo, o modo como se deu a Independência no Brasil, merece destaque a incongruência entre o rompimento das amarras coloniais do ponto de vista econômico, e a manutenção do *estado jurídico-político* (Idem, id). Este foi o motivo, segundo Fernandes, em síntese, que fez com que a revolução fosse solapada por um lado, e cuidadosamente controlada por alguns traços ainda remanescentes dessas amarras coloniais que subsistiam na moral da sociedade ainda influenciada pela classe estamental. A escravidão, a grande exclusão das massas do processo eleitoral e a seletividade da educação denunciam por si só, como o raio de ação foi econômico, ficando um passivo no campo político, ficou restrito ao quinhão para estas elites (com o fenômeno da burocratização das elites estamentais).

Assim, invariavelmente amparada pelo conservadorismo e o reacionarismo das elites, os intermitentes períodos de extrema violência praticados pelo Estado contra a população pobre – em sua maioria miscigenada – e os escravos, deixava patente que a pesada herança de irracionalidade estava longe de ser superada e abolida. Se a persistência da instituição da escravidão, da grande propriedade, da família de valores patriarcais como representação do poder senhorial, além da ausência de iniciativas para incluir as massas populares no processo eleitoral, evidenciava a dificuldade da intenção modernizante da burguesia liberal sobrepujar a resistência da ideologia arcaica ainda hegemônica no país, a práxis social daí resultante exibia o gigantesco abismo existente entre os télos arcaico e moderno nas relações de produção do país, como indicava concretamente que a revolução burguesa estava cuidadosamente sob controle dos setores

mais atrasados da sociedade. Contribuindo fortemente para isso, estava a seletividade da educação e do acesso à cultura.

PRIMEIRA REPÚBLICA

Como decorrência da Guerra do Paraguai (1864 -1870), uma inquietação crescente tomava forma nas Forças Armadas a qual seria agravada pela conjuntura nacional na qual se misturavam a luta abolicionista, as frequentes crises do governo parlamentarista e as demandas das províncias agrárias do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais por um capitalismo ao feitiço delas⁹. Internamente, a insatisfação dos militares podia ser traduzida pelo desprestígio que se refletia tanto nos soldados, como nas mudanças de poder relativo as crises que vivia o Império desde 1850. Para Albuquerque,

Após a Guerra do Paraguai o Exército se reorganizara e profissionalizara. Simultaneamente difundiu-se nos quartéis e na Escola Militar a ideologia republicana na sua interpretação positivista. Estes últimos pretendiam impor ao Estado uma República Militar Autoritária, que lhes dava importante papel como agentes no campo político. Daí a diferença entre a ideologia liberal clássica e as funções que o Positivismo atribuía a este setor do aparelho de Estado (1981, p. 421)

Também Fausto expõe que

Depois da Guerra do Paraguai (ou depois da vitória de Caxias nas armas e na política), quando se cria o Clube da Reforma e em 1870 é lançado o Manifesto Republicano, Floriano Peixoto cria em 1871 o Instituto Militar para defender os interesses da corporação. (2006, 33)

Sob influência do positivismo comtiano, a elite do Exército (oficialato) se afastava da Monarquia e voltava-se para as vozes que reivindicavam uma ruptura republicana, e seria esta corrente hegemônica que deflagraria as ações culminantes para a proclamação da república brasileira, em 1889, e a sua primeira carta constitucional, em 1891. Em que pese as disputas travadas contra a corrente liberal republicana, a grande penetração do positivismo nos setores sociais que tinham acesso aos estudos superiores, tornou possível a sua absorção pela oficialidade do Exército se impondo quer como perspectiva cultural como esteio para uma política educacional de base científica. Não por acaso que a primeira Constituição republicana tenha definido a bandeira nacional e o brasão da República segundo a influência do positivismo, além de estabelecer a separação oficial da Igreja e do

⁹ Nessas províncias as relações capitalistas se encontravam bastante desenvolvidas e autonomizadas em torno do eixo agrário-exportador do café. Sobre esse tema ver: FURTADO, 2007.

Estado, ficando à União proibida de financiar atividades educacionais confessionais e ainda sendo retirado do currículo o ensino religioso nas escolas oficiais.

Muito embora hegemônico, e deve-se ponderar que o oficialato não era um grupo homogêneo¹⁰, o ideário positivista compartilhava com o liberalismo de outras correntes de pensamento quanto a necessidade de expandir o capitalismo industrial e enfrentar os interesses regionais tendo à frente o coronelismo das oligarquias. Todavia o preço pago por esse enfrentamento foi alto, resultando na renúncia do primeiro presidente republicano, Deodoro da Fonseca, em 1891. Entretanto não se tratou de uma derrocada *tout court* do positivismo, mas, sim, de uma acomodação aos interesses regionais oligárquicos, prática essa, como sabemos, repetida *ad nauseam* na história do país.

A realidade brasileira composta majoritariamente por uma população analfabeta e de baixa escolarização impôs aos constituintes a busca de uma solução visando, segundo a carta de 1891, “animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais”¹¹. Apesar desse esforço constitucional, a instabilidade política, econômica e fiscal do país freava o desenvolvimento de uma política educacional minimamente sólida. Marcado por graves tensões entre as facções de civis e de militares que disputavam a hegemonia do novo regime, o país sofreria ainda com revoltas internas em Canudos (1893 – 1897) e no Contestado (1912 -1916).

Na esfera econômica, conforme explica Furtado (2007), de modo a atender as demandas das oligarquias do setor agroexportador de café, o governo se impunha com frequência a desvalorização cambial a fim de aumentar a margem de lucro dos produtores, fato este que provocava uma crescente insatisfação entre os setores das classes médias urbanas, os militares e o setor industrial, que estava em tímida formação¹². A necessidade de emissão de moeda e o aumento da contratação de empréstimos estrangeiros gerava distorções na economia brasileira na balança de pagamentos. Nesse contexto havia pouco espaço para políticas sociais e de universalização de direitos, visto que havia necessidade de estruturar o Estado do ponto de vista político e econômico fiscal, principalmente na

¹⁰ Alguns setores tinham uma perspectiva autocrática de República, como o Geralíssimo, Deodoro. Com efeito, isto tinha reflexo nas demais políticas de Estado. Outros setores, tinham uma visão mais liberal. Haveria uma luta no início da República, aberta entre a ala positivista militar e a liberal republicana representada nas respectivas chaves: centralização x descentralização (federalismo). Isto explica, por exemplo, os choques na primeira formação de ministério no Governo Provisório e entre o próprio Benjamin Constant e o Marechal Deodoro.

¹¹ Cf. BALEEIRO, A. Coleção Constituições Brasileiras; v. 23. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.

¹² Entre o fim do século XIX e início do XX, grande parte dos itens de consumo das famílias brasileiras eram importados, sendo, evidentemente, afetados pelo câmbio desvalorizado gerando uma pressão inflacionária sobre as classes médias urbanas, militares, estratos médios rurais e setores emergentes da sociedade.

relação de equilíbrio com interesses locais e regionais, principalmente na luta constante pela aquisição de recursos públicos reforçando laços de clientelismo e patrimonialismo (NUNES, 2010). Importante dizer que a exposição acima tem como referência principal o fenômeno do coronelismo, protagonista chave da democracia representativa conforme a constituição de 1891. Feita à medida dos interesses das oligarquias agroexportadoras da época, permitia que o processo eleitoral local conferisse aos chamados *coronéis* proprietários de terras e plantações ditassem suas próprias regras à revelia do Governo Federal¹³.

No campo educacional, nosso principal objeto de estudo, entre 1890 e 1901 a principal iniciativa governamental reporta à Reforma Benjamin Constant (1891), de inspiração positivista, e cuja abrangência se resumiu ao Distrito Federal.

A reforma com força de lei delegava à iniciativa privada o exercício do ensino primário e secundário. As escolas de 1ª grau admitiriam alunos de 7 a 13 anos, enquanto as escolas de 2º grau, admitiriam alunos de 13 a 15 anos. Do ensino de 1º grau constava o ensino prático de língua portuguesa, de contar e de calcular, de trabalhos manuais (para os meninos), trabalho de agulha (para as meninas), ginástica e exercícios militares, noções concretas de ciências físicas e história natural, noções práticas de agronomia e claro, instrução moral e cívica. No ensino de 2º grau, as disciplinas em grande medida foram as mesmas, com nível mais aprofundado, acrescido de noções de direito pátrio e de economia política e de elementos da língua francesa. Além disto, houve a preocupação com provimento de pessoal docente através das Escolas Normais para formação deste magistério. Por sua vez, o ensino secundário possuiria sete anos e seria ministrado pelo Colégio Pedro II. Em todo caso, a nosso ver, a lei tinha uma perspectiva normativa procurando dar conta das disciplinas por série e até o conteúdo das mesmas, estimulando o enciclopedismo. A Reforma Benjamin Constant tinha como perspectiva uma orientação mais científica devido a influência do positivismo, e nesse sentido visava romper uma tradição cultural baseada na literatura, não havendo, até 1898, qualquer outra iniciativa de maior importância. Já no Governo do presidente Campos Salles (1898 -1902), ocorreria a Reforma Epitácio Pessoa promulgada pelo decreto nº 3.890 de janeiro de 1901 estabelecia a equiparação dos colégios particulares e públicos estaduais. A reforma visava ampliar o espectro de atuação da ideia positivista em educação implantada por Benjamin Constant, e nesse sentido expandia para os demais estados as normas do ensino secundário

¹³ O coronelismo foi um fenômeno remanescente do período colonial oriundo das oligarquias proprietárias de grandes latifúndios da colônia. Como a constituição republicana manteve a garantia do voto baseado em noções como cultura e alfabetização e o voto censitário baseado na renda, o coronelismo vicejou para além da colônia.

implantadas no Distrito Federal. Foi uma reforma mais burocrática do que a anterior que era mais conteudista. Epiácio Pessoa buscou fazer uma reforma funcional com o foco na materialização dos ideais da lei de Benjamin Constant às realidades regionais (priorização ao ensino secundário e a seriação), e nesse sentido buscou dar conta da Direção, de pessoal, de departamentos, da polícia acadêmica, dos membros do magistério, dos concursos, em suma, um código¹⁴.

Entre as iniciativas de expansão do ensino primário e secundário, pensou-se também no ensino profissional. Em 1909 com o decreto 7.566 – o Governo Nilo Peçanha (1909 – 1910) criou a Escola de Aprendizes Artífices em quase todos os estados. Todavia, em 1918 por meio do Decreto nº 13.064 de 12 de junho de 1918 houve a readequação da lei com base na nova realidade do país. 1 ano depois, foi aprovada a criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, com o objetivo de realizar a gestão deste tipo de ensino. Há desde este período o intento em desenvolver a educação profissional, porém, a mesma tinha um viés de assistência social, de regeneração de desvalidos, desamparados e desordeiros por meio do trabalho. A educação profissional era pensada como de caráter preventivo e corretivo contra os desvios sociais. Houve a propulsão da educação profissional na República também pela expansão do processo de industrialização, porém, o seu modelo estava inserido ainda no contexto dual, que a exemplo do Império, era uma escola voltada, portanto, para os pobres e as classes mais baixas, e que também respondia a perspectiva de “segurança” das classes médias, a qual nos referimos. Há, portanto, a reprodução, em outra escala, do dualismo na educação brasileira. Colégios confessionais como o Salesiano como mostra Cunha (2005, p. 47), e demais particulares e colégios oficiais estaduais tinham esta perspectiva de educar as classes mais baixas numa perspectiva de formação para o trabalho. Sobre o avanço deste ensino, falaremos mais adiante.

Entretanto, a despeito das primeiras Reformas, durante o Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), bastante conturbado e com revoltas populares, com praticamente todo o seu mandato sendo exercido sob estado de sítio, tendo que enfrentar às disputas entre Santa Catarina e Paraná entre 1912 e 1916 (Questão do Contestado), e à Sedição do Juazeiro do Norte, em 1914, foi neste contexto que a reforma Epiácio Pessoa foi revogada pela Reforma Rivadavia Corrêa¹⁵, em 1911, no que tange a negar à equiparação

¹⁴ Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%E1cio%20pessoa.htm. Acesso: 03 de setembro de 2019.

¹⁵ Terceira Reforma do Ensino Secundário no período republicano sob o decreto 8.659 – Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental,

dos colégios particulares e estaduais ao Ginásio Nacional, além de negar a validade dos certificados expedidos pelo Colégio há um século. Ela promovia na verdade a total desregulamentação das Reformas anteriores, tendo em vista a não intervenção do Estado em matéria educacional, fazendo com que os admitidos às faculdades o fossem se comprovassem o ‘conhecimento’ em exames. Extinguiram-se “os exames preparatórios parcelados feitos junto às faculdades que de certa maneira atestavam à qualidade dos estudos secundários”¹⁶.

Em 1915, já no Governo Venceslau Brás (1914-1918), a reforma do Ministro Carlos Maximiliano¹⁷ foi uma lei que neutralizou e revogou alguns dispositivos das reformas anteriores, restaurando por exemplo os exames preparatórios, e reintroduzindo tarefa disciplinadora do Governo Federal na educação (NETO, 2015, p. 129). Temos que

Os pontos mais importantes desta reforma podem ser assim sintetizados: a) foram restaurados os certificados de conclusão do curso secundário expedidos pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, reconhecidos pelo governo federal; b) foi reinstituída a possível equiparação de outros estabelecimentos de ensino ao Colégio Pedro II, desde que fossem estabelecimentos públicos estaduais; c) foram reinstituídos os exames preparatórios parcelados, pelos quais os estudantes não matriculados em escolas oficiais poderiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União; d) foi mantida da reforma anterior apenas a eliminação dos privilégios escolares¹⁸.

Ainda, no período do Governo de Venceslau Brás houve a criação em 1916 da Liga de Defesa Nacional¹⁹, que foi uma organização nacionalista e positivista que tinha como objetivo à formação da consciência nacional por meio do serviço militar obrigatório e pela necessidade de democratizar o ensino contra o analfabetismo. Observa-se que até a década de 20, ocorreu o período considerado de entusiasmo pedagógico, um momento em que a República já havia se estabilizado muito pela acomodação entre as classes dominantes e os setores emergentes e que se percebia a necessidade de “republicanização da República”. Neste momento, se tem mais consciência através dos intelectuais, de Congressos e de inquéritos entre eles o mais famoso, o de Fernando Azevedo (1926), que dão conta da condição de atraso estrutural do quadro da educação brasileira. Neste momento, têm-se a proposta de ideias, planos e programas que visam solucionar pelo alto o problema da educação.

¹⁶Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>

¹⁷ Quarta Reforma do Ensino Secundário no período republicano.

¹⁸ Disponível <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira>

¹⁹ No período do Governo Venceslau Brás, a Liga de Defesa Nacional foi fundada em 07 de julho de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. (NETO:2015, 129). Período conturbado de reivindicações do movimento anarquista e socialista que tem como pano de fundo o crescimento do operariado na organização social brasileira.

Outro ponto que se precisa levar em conta, uma vez já falado, é a influência das classes médias urbanas, que expandem em monta decorrente da expansão da economia agrária-exportadora, do processo de urbanização e pela industrialização crescente principalmente após a Grande Guerra (1914 -1918). O aparelho de Estado junto com os serviços públicos e a burocracia civil e militar foram objeto de interesse das classes médias para ascensão social. Há uma junção, embora seja a diversidade na unidade, das antigas camadas médias urbanas como os artesãos, pequenos comerciantes, alfaiates, carpinteiros, sapateiros que se unem agora a 'nova classe média', como advogados, médicos, professores, jornalistas, em que "para muito isso terão contribuído a criação de novas faculdades e a expansão do ensino secundário" (FAUSTO, 2016, p. 22).

Sobre a classe média, como se pode ver na literatura da teoria política, não é uma classe que por si só consegue de forma hegemônica ditar os rumos nacionais ou de tomada de poder, mas, sim, é uma classe arrolada constantemente pelos interesses da classe dominante, e pelas suas facções. Porém, é inegável que ela influi consideravelmente na Primeira República por conta de algo que a separava dos valores da classe que ela almejava um dia ser, a burguesia. A educação era um valor em si para a classe média por conta das possibilidades de mobilidade social e de acesso aos postos do aparelho de Estado e da iniciativa privada, pois era um Estado que estava expandindo a infraestrutura (ferrovia, transportes), assim como os serviços básicos, de educação e saúde, e por conseguinte, atraía grandes polos industriais, grandes empresas e o desenvolvimento de setores do ramo terciário. Não à toa vê-se nesta classe o fetichismo ao fenômeno do bacharelado. E o peso desta classe no fenômeno do tenentismo, na Revolta da vacina, e na campanha civilista (eleição de Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa). No fim das contas, a classe média sempre teve medo da proletarização, por isso, o furor e a defensiva constante contra movimentos populares, que fugissem ao controle. Dirá Fausto que "o controle das massas populares, sempre presente no discurso tenentista, pode ser aproximado sem dificuldade do temor de proletarização das classes médias" (FAUSTO, 2016, p. 20).

Podemos concluir que o início da primeira República denota uma preocupação com o ensino secundário, e, no que se refere à forma é carente de uma visão unitária e integrada como solução para um país, da complexidade e com o atraso estrutural do Brasil, com leis revogando leis anteriores, realizadas de forma descontinuada e pontual de tal modo que a educação com muita precariedade é vista como política de Estado, e mais, como política

do governo de ocasião. No que diz respeito ao conteúdo notamos ainda um dualismo²⁰, herança da colônia e do Império no que se refere ao modelo de dois tipos de escolas que atendiam a expectativas da massa e de manietá-la longe dos vícios, garantindo à “ordem”, e a secundária-superior para o acesso das classes médias que seriam “o progresso”. Ao invés de se pensar em uma escola secundária-técnica que unificasse o melhor dos dois mundos, se pensou em um modelo dual que atendia a perspectivas de classe e acomodava os interesses de expansão das escolas particulares leigas e confessionais, sob patrocínio oficial do Estado, pois como afirma Teixeira:

O Governo Federal continuou a manter um único estabelecimento secundário acadêmico e poucas escolas federais de ensino superior, as quais, sendo gratuitas, representavam a sua contribuição à matrícula democrática no sistema de preparo da elite. Como todo este ensino era altamente seletivo, o aluno pobre que a ele chegava correspondia àquele aluno que, embora não pertencente à classe dominante, possuía as qualidades pessoais necessárias para poder nela se integrar. A maior parte da matrícula se recrutava, na realidade, no ensino particular pago e destinado à classe abastada. O ensino superior, embora gratuito, ficava deste modo realmente assegurado apenas a essa classe. (TEIXEIRA, 2011, p. 336)

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A crise das oligarquias

O Governo Epitácio Pessoa (1919 -1922), aquele que foi nome da Reforma educacional no Governo Campos Salles (1898 – 1902) foi contemporâneo de um período de grande agitação cultural e de reivindicações sociais e de convulsão social, capitaneados tanto por representantes das classes médias como pelas massas agora ideologicamente influenciadas pelos ideais anarquista e socialista. Neste diapasão, é que não foi à toa movimentos como a Revolta do Forte de Copacabana (1922), a fundação do primeiro partido de expressão nacional, o Partido Comunista do Brasil e o fenômeno cultural do Modernismo.

No campo da política, a contestação ao estabelecido, ao dominante, é comandada pelo elemento militar, com os episódios que definem o Tenentismo. [...] são manifestações características do avanço burguês no Brasil [...] é a burguesia buscando apoio, com essas concessões, nas classes inferiores, a pequena burguesia particularmente, onde recruta a vanguarda da renovação, no campo da política como no da cultura, e tanto quanto possível, as classes trabalhadoras que

²⁰ “O outro sistema, organizado com o propósito de educação reduzida até ao nível médio, sem dar acesso ao ensino superior, confiado anteriormente às províncias e agora aos estados, este é que se desenvolvia e merecia atenção dos governos. Era todo ele gratuito e compreendia a escola primária, escolas vocacionais para o preparo feminino de nível médio e o trabalho qualificado masculino. Não dando acesso ao ensino superior, e, por conseguinte, não oferecendo perigo à classe dominante, constituía ensino a ser estimulado pelos governos, com manifesto tom paternalístico e solerte preocupação pela natureza prática dos currículos, de modo a torná-los insuscetíveis de contribuir a qualquer cultura intelectual, que pudesse despertar ambições em seus alunos” (TEIXEIRA, 2011, p. 336).

começam a aparecer no palco. Por coincidência, o ano de 1922 assinala a eclosão do Tenentismo, com a revolta do Forte de Copacabana; do Modernismo, com a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; da organização do proletariado (SODRE, 2003 p. 67).

Em 1920, em âmbito federal cria-se através do decreto 14.343 a Universidade do Rio de Janeiro. Em âmbito estadual ocorre a Reforma Sampaio Dória, antípoda do que não se deve ter como reforma educacional, haja visto a pretensão do projeto sob justificativa de se adequar à realidade financeira do Estado de São Paulo de se equalizar à oferta de 231 mil matrículas para atender estritamente um passivo de jovens de 9 a 10 anos a um curso primário de 2 anos exclusivamente alfabetizante. O reformador Sampaio Dória, expoente da Liga Nacionalista de São Paulo fez com que sua reforma servisse de ‘estudo’ e contraprova para a defesa da escola integral que viria florescer no fim da década de 20, com os princípios do escolanovismo. Foi, a nosso ver, uma ‘solução’ incompatível para o Estado mais rico da federação.

Após vários governos, a República da Café com Leite já apresenta desgastes no Governo Arthur Bernardes (1922-1926) eleito pelo Partido Republicano Mineiro que foi exercido sob estado de sítio. No seu governo, em 1925, houve a Reforma João Luís Alves que sob o decreto nº 16.782 A que criou o Departamento Nacional do Ensino e o Conselho Nacional que substituiu o Conselho Superior. Esta lei discorreu também sobre a forma e as bases da União financiar a expansão do ensino primário rural. Em relação ao ensino superior, neste mesmo ano é fundada a Universidade de Minas Gerais. Ainda, durante o Governo Bernardes, dando continuidade ao debate sobre o ensino técnico-profissional, houve um marco em 1924 com a divulgação do Relatório da Comissão Luderitz²¹ que após avaliar esta modalidade de ensino em todo país, sugeriu algumas medidas como a industrialização de todas as escolas deste formato sem defender a estrita automanutenção financeira pelos próprios institutos com produtos fabricados pelos mesmos, e, portanto, sem prescindir de custeio federal (CUNHA, 2005, p. 225). Embora não tenha sido aprovado em sua integralidade, o projeto teve algumas recomendações aprovadas. Desta forma, em novembro 1926 o Ministério da Agricultura criou uma portaria que introduziu a industrialização no ensino profissional. Definiu o currículo mínimo para a aprendizagem nas oficinas e houve a criação do Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico para o provimento financeiro dos alunos mais carentes. (NETO, 2015, p. 133). Ainda em maio de 1926, o Presidente Arthur Bernardes através do decreto nº 17.329, fez-se o regulamento para os estabelecimentos do ensino técnico comercial.

²¹ Ver FAUSTO, 2016.

Em 1926 deu-se a elaboração de um projeto educacional por Fernando de Azevedo, chamado *o Inquérito*, que baseado em questionários, embora, direcionados a dados diagnósticos do próprio autor da pesquisa, contou com a participação de vários especialistas para tentar dar conta de um diagnóstico estrutural, assim, como soluções para o ensino primário, o normal, o secundário, profissional e o superior. Donde se chegou a alguns consensos: o ensino primário como meio de iniciação ao ensino técnico, através da incorporação de trabalhos manuais como o desenho, a importância de se investir e estruturar com funções industriais e com financiamento público às instituições os cursos técnicos-profissionalizantes, sobretudo o curso técnico de mecânica devido à expansão industrial. E, também, a mensagem da importância dialética da educação como propulsor da democratização das elites com a incorporação de elementos populares a mesma e a formação das elites para prover este movimento. (CUNHA, 2005, p. 217). Esta preocupação também era sentida pelas classes populares:

Quais os padrões dessa educação média existentes no País? Até muito recentemente, em rigor, até 1930, a educação média com preocupação popular era chamada técnico-profissional, compreendendo escolas de ofício, escolas normais, escolas comerciais e escolas agrícolas. A escola chamada secundária – de tipo acadêmico ou pré-acadêmico – não tinha caráter popular, constituindo simples escolas preparatórias ao ensino superior, com um currículo de humanidades ampliado com algumas línguas estrangeiras e ciências. (TEIXEIRA, 2011, p. 81)

O sucessor de Bernardes foi o paulista Washington Luis (1926 – 1930), na chapa única de candidatura a Presidente pelo PRP (Partido Republicano Paulista), e o que parecia que seria presságio de tranquilidade, na verdade fez com que várias instabilidades internas e externas o conjurassem como o último presidente da República Velha, já se deparando com a ruína do velho onde já estava se acomodando o novo. Pois, como vimos, a Primeira República viveu crises fiscais, econômicas e políticas, e principalmente os focos de tensão entre as oligarquias estaduais fizeram com que a educação tivesse sempre iniciativas em sua política e em seu planejamento descontinuados, principalmente em se adequar a tempo a uma necessidade de mão de obra qualificada que demandava outro ensino, não mais afeito ao modelo agrário-exportador. Diz Anísio:

A Nação, após a República, entrou a expandir-se e a quebrar essa estrutura dual, com a emergência da classe média, que se valeu para sua ascensão do sistema estadual público de ensino primário e médio e das modestas oportunidades oferecidas pelos estabelecimentos públicos e gratuitos de ensino acadêmico. O modo pelo qual a nova classe média emergente assenhoreou-se do sistema estadual e acabou por forçar a expansão do ensino acadêmico federal, unificando os dois sistemas, parece-me altamente esclarecedor da natureza das relações entre a sociedade e a educação, mesmo quando essa sociedade seja uma sociedade fechada como a brasileira. (TEIXEIRA, 2011, p. 336)

Advindo da crise política e econômica de 1929 que no Brasil, teve implicações políticas por conta da fratura na aliança entre as oligarquias de São Paulo e Minas, quando o então presidente Washington Luis quis manter a hegemonia paulista ao indicar Júlio Prestes para a disputa presidencial de 1930, rompendo com a vez de Minas Gerais no rodízio, que deveria ser então o Governador deste estado, Antônio Carlos de Andrada. Isto, considerando o desgaste da República Café com Leite, fez com que se construísse um consenso em torno candidatura de Vargas onde se formou a *Aliança Liberal*, onde mesmo o então governador do Rio Grande do Sul com apoio de Minas Gerais sendo derrotado eleitoralmente em 1930 por Júlio Prestes, tomaram o poder em 03 de outubro com apoio dos setores militares como o Tenentismo, das camadas médias urbanas e das oligarquias opostas aos setores de São Paulo²² ligados ao setor agroexportador e ciosos da manutenção da política de valorização de café em vigor desde o governo de Washington Luis. A crise econômica teve reflexos justamente na fuga de capitais e na cultura do café, devido à crise da superprodução e consequente desvalorização de seus preços, impactado pela queda na demanda do exterior e na dificuldade de manter os subsídios dados do governo, por conta da depressão de 1929 em escala mundial. Neste contexto, fica claro a luta entre dois campos opostos, a luta entre facções da burguesia, a agrário-exportadora com apoio da alta classe média; e a burguesia industrial, com apoio das classes médias baixas e do movimento tenentista. Dado que

As transformações políticas, intimamente ligadas às transformações econômicas ocorridas, também evidenciavam a luta ideológica entre dois grupos sociais da sociedade brasileira. De um lado, a velha aristocracia agrária, que começou a perder sua força política na década de 1910 e foi substituída pelo novo grupo político, a burguesia industrial, tentando voltar ao poder; e de outro lado, a burguesia industrial, recém-ascensionária ao poder. (NETO, 2015, p. 144).

E, como numa ironia do destino o presidente que se atribui a uma fala que ficou famosa e que dá tônica na Primeira República, a sentença: “*a questão social é um caso de polícia*” (CERQUEIRA, 1982, p. 59) o que só corrobora com o elitismo da época foi justamente apeado do poder pela nova elite que agora se formava historicamente, qual seja, a burguesia industrial e seus representantes das classes médias urbanas junto com o movimento tenentista. Tal movimento iria dar rumo a um novo tempo e a novas expectativas justamente com aquele que foi seu Ministro da Fazenda, na primeira metade do seu

²² Mesmo com a derrota de setores oligárquicos de São Paulo, houve tentativa de ‘restauração’ da sua condição em 1932 com a Revolução Constitucionalista em São Paulo, mas, movimento foi esmagado com cerco do Exército e de forças de segurança sob comando do governo provisório de Getúlio Vargas. Ver FAUSTO, 1997, p. 48.

governo, Getúlio Vargas. E iria consolidar de vez, a Revolução Burguesa no Brasil, em outros termos, a despeito de ser uma modernização conservadora.

Por fim, por sua vez, da década de 1920 a 1930, tem-se o que a historiografia da educação convencionou chamar de otimismo pedagógico. Aí, o contexto em si das disputas já não é mais a educação como propulsor apenas do desenvolvimento e da instrução brasileira. E sim, o modelo que se defende é de maior autonomização do aluno e das atividades em sala de aula descolando o processo do professor em si. É a defesa da escola mais atrelada à sociedade, onde o escolanovismo era o cerne da questão. A escola se aproxima mais da sociedade e do mercado de trabalho já em mudança dentro do desenvolvimento do capitalismo. Neste período se dão as reformas estaduais que depois em seu conjunto vão se estruturar em nível nacional após a revolução de 30 com o Governo Vargas. Reformas estaduais como Reforma Sampaio Dória em São Paulo (1920); Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922-1926); Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922); Reforma Góis Calmon na Bahia (1925) e Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927); Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928-1930) e Reforma do Distrito Federal (1928). Algumas leis foram infelizes no seu projeto (Sampaio Dória), mas, ajudaram a criar o contraditório (como na Reforma Lourenço Filho) e a desenvolver a educação sempre nas chaves buscando superar a dicotomia alfabetização x instrução completa primária e secundária; escola primária x integral; escola tradicional x escola nova, isto, é, o debate avançando em termos de modelo, e não de um voluntarismo da educação como no início da República. Porém, ainda sim, nos termos de um dualismo estrutural, como visto, e sob à ótica de uma modernização conservadora. Um país malfadado mais uma vez, com o seu passado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. M. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BALEEIRO, A. Senado Federal, **Subsecretaria de edições Técnicas**, 2012. 103 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v. 2).

BRASIL: Biblioteca Nacional. **Acervo digital**: Acesso em 02 de março de 2019. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289261/mss1289261.html

BRUMER, A. “O sistema paternalista no Brasil”. In *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1976.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2008.

- CERQUEIRA, G. **A Questão Social no Brasil. Crítica do discurso político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil.** Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília – DF: FLACSO, 2005
- _____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília – DF: FLACSO, 2005.
- FAUSTO, B. Integralismo, Fascismo e a Sociedade Brasileira dos anos 30. In FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930 -1964).** Tomo III – O Brasil Republicano. Volume 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **A revolução de 30. História e Historiografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **História Geral da Civilização Brasileira. Estrutura de poder e economia (1889 -1930).** Tomo III – O Brasil Republicano. Volume 8. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Instituições (1889 - 1930).** Tomo III – O Brasil Republicano. Volume 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- FERLINI, V. L. A. Perspectivas de Pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no Período Colonial. In **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.11, nº 22. Março/ agosto. 1991.
- FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil.** 34ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- NETO; S. **História da educação brasileira.** São Paulo: Salta, 2015.
- NUNES, Edson Oliveira. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo, Corporativismo e Insulamento burocrático** - 4ªed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- RIBEIRO, A. **Regras da Companhia de Jesus, Impressas com Licença do Supremo Conselho da Santa Inquisição e do Ordinário.** Lisboa: Antonio Ribeiro Impressos de sua C.R.M, 1582. Disponível no Acervo digital projeto Biblioteca Nacional Luso-Brasileira. <http://bdlib.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/3879>
- SAMARA, E. M. “Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX)”. In **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.11, nº 22. Março/ agosto. 1991.
- SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Companhia das letras. 2019.

SODRÉ, N. W. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *As razões da independência*. São Paulo: DIFEL, 1986. Pág. 134.

TEIXEIRA, A. *Educação no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2011.

VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 2005.

Outras fontes

Depoimento de Luiz Felipe de Alencastro. Documentário Guerras do Brasil.doc de Luiz Bolognesi. Disponível no Netflix.

Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html. acesso em 03 de setembro de 19.

Disponível

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%200981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm acesso em 03 de setembro de 19.

Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de outubro de 2019.

Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3552.htm. Acesso em 16 de abril de 19

_____: Acesso em 02 de março de 2019.
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf.

Disponível https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira_republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf acesso em 03 de setembro de 19.

Capítulo

03

A QUESTÃO DA INSERÇÃO DA HISTÓRIA AFROBRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

SAMUEL CORREA DUARTE

RESUMO: O presente texto tem como foco a análise do processo de recepção da questão afro-brasileira no campo educacional. O problema básico é como se deu o reconhecimento da herança da escravidão expressa no racismo e a formulação de políticas e práticas educacionais para combatê-lo. Nossa hipótese é que somente o aprimoramento das práticas educacionais rumo à igualdade racial será capaz de equacionar os males derivados da herança da escravidão. O objetivo do presente texto foi examinar a trajetória do debate político-institucional sobre a questão afro-brasileira e sua articulação com a educação. Esperamos contribuir para desenvolver o debate em torno dos erros e acertos sobre o tema no campo escolar e os rumos a seguir com vistas ao acolhimento a nível das mentalidades do fato do multiculturalismo que permeia nossa sociedade. Do ponto de vista metodológico foi empreendida abordagem qualitativa, construída através de pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: História; Cultura afro-brasileira; Currículo.

ABSTRACT: This text focuses on the analysis of the reception process of the Afro-Brazilian issue in the educational field. The basic problem is how the recognition of the heritage of slavery expressed in racism and the formulation of educational policies and practices to combat it took place. Our hypothesis is that only the improvement of educational practices towards racial equality will be able to equate the evils derived from the legacy of slavery. The objective of this text was to examine the trajectory of the political-institutional debate on the Afro-Brazilian issue and its articulation with education. We hope to contribute to the development of the debate around the mistakes and successes on the subject in the school field and the directions to follow with a view to welcoming at the level of mentalities the fact of multiculturalism that permeates our society. From the methodological point of view, a qualitative approach was undertaken, built through bibliographic research.

KEYWORDS: History; Afro-brazilian culture; Curriculum.

INTRODUÇÃO

A luta contra as desigualdades sociais está diretamente ligada à valorização da diversidade cultural e a abertura para as expressões dos segmentos sociais subalternizados. No campo educacional, a inserção curricular das diferentes narrativas geradas pela trajetória dos grupos sociais subalternizados que compõem nossa sociedade no percurso formativo é demanda premente, com vistas a acolher a diversidade cultural e efetivar a inclusão social (CANDAU, 2016). O estudo e ensino de história repousa sobre as tensões sociais que permeiam a sociedade. Sendo assim, analisar a inclusão da história e cultura afro-brasileira constitui objeto de primeira ordem para a compreensão dos modos como lidamos coletivamente com nosso mosaico sociocultural.

O presente texto tem como foco a análise do processo de recepção da questão afro-brasileira no campo educacional. O problema básico é como se deu o reconhecimento da

herança da escravidão expressa no racismo e a formulação de políticas e práticas educacionais para combatê-lo – a memória rediviva como crítica do presente (ESCOBAR, 2003).

O pressuposto subjacente é o poder transformador da educação ante as mentalidades, de modo que uma mirada multicultural poderia ajustar o percurso formativo dos educandos rumo ao reconhecimento e acolhimento da diversidade. Propomos a longa duração como marco temporal para análise do tema em questão, partindo do Brasil colonial até chegar aos dias atuais, na busca de compreender as linhas mestras que guiam as complexas relações entre a dinâmica sociopolítica e a educação.

Nossa hipótese é que somente o aprimoramento das práticas educacionais rumo à igualdade racial será capaz de equacionar os males derivados do processo colonial. Admitimos que a escola, enquanto instituição formadora de mentalidades, não pode se furtar à sua tarefa de promoção da inclusão social. Para tanto, os instrumentos de política educacional e currículo são elementos de primeira ordem visto que orientam a agenda do processo de ensino-aprendizagem – que devem ser, para tanto, descolonizados (MIGNOLO, 2008).

O objetivo do presente texto foi examinar a trajetória do debate político-institucional sobre a questão afro-brasileira e sua articulação com a educação. Esperamos contribuir para desenvolver a discussão em torno dos erros e acertos sobre o tema no campo escolar e os rumos a seguir com vistas ao acolhimento a nível das mentalidades do fato do multiculturalismo que permeia nossa sociedade.

Do ponto de vista metodológico foi empreendida abordagem qualitativa, construída através de pesquisa bibliográfica. O foco da pesquisa bibliográfica aqui é discorrer sobre o tema em tela recorrendo a estudos pregressos. Conhecer contribuições que permitam delimitar campos de estudo e abrir diálogos teóricos e perspectivas de pesquisa são objetivos precípuos dessa abordagem.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Koche (2011) permite mapear a trilha do saber sobre uma área ou tema de estudo. O princípio básico é que o conhecimento prévio sobre um tema deve estruturar uma pesquisa presente e orientar o debate, seja para a sua superação ou aprofundamento. No caso do presente estudo, pelo escopo restrito, pretende-se explorar as conexões entre os temas do currículo escolar e a história afro-brasileira.

Os textos selecionados como referência bibliográfica compõem um mosaico que consideramos representativo dos principais eixos do debate entre a constituição do campo historiográfico como parte do percurso formativo de educandos e como essa área se articula com a promoção da cultura afro-brasileira e a luta antirracista. Severino (2013)

orienta o inventário das categorias que qualificam teorias e eixo de análise utilizados por diferentes autores para subsidiar a discussão. Isso significa reconhecer que existem noções incontornáveis que precisam ser utilizadas, para dar substância ao estudo, em conformidade com o debate vigente do objeto em análise.

Bastos e Ferreira (2016) admitem que as fontes bibliográficas são variáveis e que, portanto, o pesquisador deverá operar um recorte, uma seleção, com vistas a construir seu instrumento de análise. A linha mestra que guiou a construção da presente abordagem foram os estudos historiográficos em educação brasileira e a perspectiva decolonial como proposta de revisão crítica dos processos sociais (MIGNOLO, 2017).

DESENVOLVIMENTO

A história tem o potencial de propor a formação da consciência e construção de identidades, o que a torna um instrumento imprescindível para qualquer projeto de sociedade (POLLAK, 1992). De acordo com Mathias (2011) a história ensinada é reflexo da ideologia dominante na sociedade em cada época. Nesse sentido, grupos sociais disputam o controle sobre a prática educacional na interface entre estado, sociedade civil e mercado – o primeiro pode ser exemplificado pelas políticas educacionais, o segundo pelos movimentos sociais que atuam diretamente na promoção da educação ou indiretamente influenciando nas políticas educacionais, enquanto o terceiro vislumbra na prática educacional um setor privilegiado para auferir ganhos. O currículo escolar e a dinâmica da sala de aula não passam incólumes a essas disputas, produzindo ajustes e tensões com relação à prática docente.

O campo do ensino de história é sensível a essa conjuntura pela sua composição ancorada em narrativas que visam interpretar o tempo pretérito – controlar o passado é um objetivo recorrente dos grupos que disputam o poder. Pinsky (2001) ressalta que os relatos de viajantes produzidos no decurso do processo colonial deixaram narrativas fundantes para a compreensão de nossa formação histórica a partir de um olhar estrangeiro. Assim o processo de soerguimento da nação brasileira deve ser percebida nos termos de uma Europa que se enveredava nas grandes navegações com vistas à conquista de territórios ultramarinos. No contexto de uma colônia de exploração, Boto (2004) informa que seria somente com a versão lusitana do iluminismo, sob o governo do Marquês de Pombal no século XVIII, que o estado se tornaria protagonista na produção de políticas educacionais para o Brasil, derrogando as prerrogativas exclusivas da Igreja Católica, em particular dos jesuítas.

Pinsky (2001) lembra que a emancipação política do Brasil não decorreu de uma ruptura radical com a metrópole. Num primeiro momento temos a conversão da colônia em sede do império pela acomodação da gestão lusitana, em função de eventos militares envolvendo a França napoleônica. Esse fato criou o ambiente propício para a formação de um consenso entre a elite agrária colonial de que não deveriam retornar ao status anterior à chegada da corte de Dom João VI ao Brasil. Se tratava mais de uma agenda econômica da classe dominante do que um projeto político calcado numa identidade nacional, que de fato somente seria elaborada ao longo do regime imperial – sendo assim, podemos dizer que o Estado brasileiro antecedeu a formação do povo brasileiro e, por consequência, da própria história oficial desse povo. Saviani (2004) anota que a elevação do Brasil a sede do império lusitano e, posteriormente a nação independente, levou à criação de cursos superiores, em especial na Bahia e Rio de Janeiro, para atender as demandas governamentais e econômicas. Nesse período, as tendências pedagógicas principais eram a de cariz religiosa derivada da atuação educacional da igreja católica e a pedagogia tradicional, leiga e voltada para a compreensão da natureza humana.

A construção da identidade nacional se entrelaça com as narrativas históricas, como observa Pinsky (2001) que, no decurso do Brasil imperial, se buscava contrapor o projeto nacional com as deferentes tentativas de colonização local, em particular com a empresa holandesa no nordeste brasileiro – a questão é que a constituição do self (quem somos) depende de sua articulação com a alteridade (quem são os outros). Nesse espectro os sermões de Padre Vieira constituíram matéria singular para essa construção da identidade nacional pela oposição com o invasor flamengo – é ali que o mito das três raças convivendo em harmonia e lutando em defesa da terra ganharia forma, sendo mobilizado para a legitimação do regime imperial. Mais tarde essa alegoria intercultural viria a se cristalizar no eixo discursivo sobre nossa formação nacional ao longo dos tempos.

De acordo com Mathias (2011) ao longo do século XIX, o ensino de história estava vinculado à formação cívica, tendo em vista o propósito de formação do povo brasileiro para o novo estado independente – a narrativa factualista se confundia com a elegia dos atores políticos e sociais escolhidos pela elite dominante como heróis nacionais. A perspectiva era europeizante e a linha adotada era a da escola metódica de historiografia – assim a história nacional era ensinada como parte do processo civilizatório ocidental iniciado com a empresa colonial. Pinsky (2001) recorda que a abolição da escravatura criou um dilema societário: não havia país sem o concurso da mão-de-obra africana e, por outro lado, o instituto da escravidão não era mais sustentável ante as pressões externas. No século XX, com a revolução burguesa a partir de São Paulo, ocorreria a absorção do negro como mão-

de-obra no meio urbano e seu conseqüente assentamento nas periferias urbanas – note-se que estavam assim preservadas as condições de exploração do negro pela elite branca, agora sob a égide do capital.

Mathias (2011) registra que na primeira metade do século XX assistimos os intentos do estado brasileiro em assumir o protagonismo com a criação do Ministério da Educação, com a incumbência de elaborar as diretrizes curriculares e fiscalizar a atividade educacional – e a partir dessa fase temos oficialmente uma política pública especializada para a educação em território nacional. O governo liderado por Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 elevou a história como disciplina autônoma com vistas à promoção do nacionalismo. Se, por um lado, ainda prevalecia a abordagem elitista da história, a ascensão gradativa das classes populares e seu acesso ao sistema educacional ensejavam mudanças no tratamento das narrativas históricas com vistas a contemplar as relações de trabalho.

Pinsky (2001) assevera que a presença negra na composição do povo brasileiro se deu às expensas de uma inclusão de fato – ao negro sempre foi permitido compor o mosaico cultural nacional, desde que preservada sua condição subalterna em matéria de direitos sociais, políticos e econômicos – ou seja, se admitia a imagem do negro como parte do mito das três raças, mas ao negro real se negava acesso à cidadania. É contra essa conjuntura que se levantaram as expressões sociais da negritude e se constituiu a agenda educacional focada na tradição e cultura afro-brasileira.

Com o golpe militar de 1964 temos um novo momento no qual o cariz autoritário se acerba e o controle estatal sobre os conteúdos escolares na área de história se tornam ferramentas de manipulação com vistas a inculcar nos educandos uma história oficial coerente com os interesses da ditadura empresarial-militar. A inserção de matérias como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) visavam prover um conteúdo moralizante ao ensino de história, que deveria se adequar ao civismo subserviente almejado pelo governo ditatorial. É também nesse período que a indústria do livro didático irá ganhar escala como instrumento de difusão dos valores e princípios emanados da elite dominante.

Lima (2014) destaca a crise do regime militar e o processo de redemocratização na década de 1980 como momento propício para o debate e revisão dos paradigmas relativos ao ensino de história. A percepção era de que havia um contexto sociopolítico favorável para uma postura crítica que superasse o tecnicismo preconizado nos anos de ditadura. Nesse sentido, o ensino de história centrado em aspectos factuais se mostrava incapaz de prover as condições para a elaboração crítica da formação histórica nacional. O desafio

posto era proporcionar condições para a formação cidadã dos educandos no contexto do novo regime.

Com a debacle do regime militar, Mathias (2011) argumenta que a abordagem marxista obteve a primazia epistemológica nos centros de formação de professores e na prática docente como sistema de interpretação da realidade. A proposta era preparar os educandos para a vida em democracia a partir de uma perspectiva crítica da sociedade capitalista a partir da perspectiva da formação dos diferentes modos de produção e suas contradições – o culto aos heróis nacionais perderia espaço com vistas a suprir a necessidade de tratar dos grandes problemas sociais brasileiros, como a fome, a pobreza, a desigualdade social e, principalmente, o racismo.

Santos (2013) adverte que o enfrentamento de séculos de herança escravista, racismo e exclusão exige ações continuadas na esfera educacional. Nesse sentido, existe uma progressão que vai da Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 até a recepção da temática da cultura afro-brasileira. A partir desse cenário é que emergiu a Lei 10.639/03, com vistas a tornar compulsório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no âmbito do sistema escolar brasileiro. A mobilização popular do movimento negro constituiu força de primeira ordem para o reconhecimento da necessidade de inclusão da questão afro-brasileira no currículo escolar. Assim versa o artigo 26-A da referida lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Devemos pensar o currículo escolar como uma construção cultural sujeita à dinâmica das relações de poder. Nessa ótica, a inserção da temática africana e afro-brasileira como componente obrigatório no processo formativo escolar é produto de lutas históricas e enfrentamentos. Em fins do século XX e nas primeiras décadas do novo milênio assistimos a ascensão da onda neoliberal e o acirramento da mercantilização dos processos sociais, incluso as práticas educacionais. No campo dos estudos historiográficos a perspectiva da luta de classes perde fôlego ante a debacle do socialismo real e a emergência dos novos movimentos sociais de cariz identitária – de modo as questões de classe social passam a dividir espaço com temas ligados a segmentos subalternizados, tais quais gênero e sexualidade, raça e etnia. Portanto, esse período é marcado por uma dualidade, na qual

de um lado temos o mercado representado pela rede privada de ensino e a indústria editorial voltada para o ensino, e de outro lado a reivindicação de visibilidade de expressões sociais emergentes.

Santos (2013) entende que a reivindicação e luta do movimento negro com vistas a incluir a trajetória das comunidades afro-brasileiras na agenda educacional tem como pressuposto o reconhecimento do potencial de transformação social que as escolas detêm – o que implica na difusão de saberes e revisão axiológica do senso comum circulante sobre a questão afro-brasileira – em particular para o combate às heranças escravistas. A aposta é levar para a sala de aula a história da África e dos afrodescendentes, bem como difundir os valores relativos à inclusão do outro.

Alberti (2013) discute o ensino de história e cultura afro-brasileira a partir da lei 10.639/03, que tornou obrigatório, nas escolas de todo o território nacional, o ensino de história da África e de história e cultura afro-brasileira com vistas ao enfrentamento do racismo e da intolerância. A questão posta visa acolher o fato do multiculturalismo que forma nosso povo, com a respectiva valorização da ancestralidade; mas principalmente, promover a revisão das relações de poder assimétricas que perpassam os diferentes grupos étnico-raciais, com o debate crítico sobre as condições de existência dos grupos subalternizados na sociedade atual.

Mas somente a inserção curricular seria suficiente? Santos (2013) alerta que a inserção da temática afro-brasileira no contexto escolar exige tanto novas abordagens em matéria didática, quanto novos percursos formativos para os profissionais do sistema escolar. Nesse sentido, trazer o mundo da vida para a sala de aula se mostra um recurso imprescindível para tratar da realidade afro-brasileira. A realidade do preconceito, racismo, desigualdade e exclusão que formam a herança escravista em nosso país demanda o tratamento crítico na perspectiva da ação pedagógica. As disciplinas escolares compõem a cultura institucional e são expressões das relações que força que perpassam a sociedade.

Entre a proposta pedagógica e a performance docente em sala incidem uma série de fatores socioculturais que implicam no embate axiológico entre a herança da escravidão e a promessa de liberdade. Romper com o silenciamento das frações sociais subalternizadas é tarefa premente de uma educação libertadora. O racismo consociado com a desigualdade social comprometem as condições de permanência de estudantes afrodescendentes no sistema escolar, seja pela violência física e simbólica, seja pelas exigências de um capital cultural ao qual as frações de classe pauperizadas não tem acesso.

Alberti (2013) ressalta três diretrizes para o trato pedagógico sobre a questão da história afro-brasileira: a ênfase na diversidade cultural como chave da caracterização da formação de um povo – p. exe. as deferentes origens dos africanos que aqui aportaram; o recurso a fontes que efetivamente permitam a expressão dos subalternizados – p. exe. os registros e relatos de comunidades quilombolas; a inserção da temática afro-brasileira como um conteúdo geral da história do Brasil e não como um item especializado à parte – p. exe. a importância da população negra para a formação do capitalismo nacional.

Lima (2014) destaca a noção de cultura histórica como parte da elaboração de práticas de ensino. O ponto chave é captar o modo como os sujeitos percebem o passado e a produção de narrativas de modo que se possa reconhecer as contingências que interferem sobre a ação humana. A consciência histórica se vincula com a esfera política, tendo em vista que a investigação do passado estabelece ligações indeléveis entre os sujeitos e as condições sociais de existência. A consciência histórica moderna é tributária da dinâmica dos processos civilizatórios que estão na origem das nações; os ciclos de guerras e revoluções que promovem rearranjos sociopolíticos; a consolidação da ciência como base explicativa da realidade.

Na exposição de Pereira & Rodrigues (2018) o debate sobre a temática do ensino de história na construção das bases nacionais curriculares comuns – BNCC – aponta para as relações de força que perpassam a constituição do percurso formativo previsto para os educandos brasileiros. Permeado pela guerra de narrativas sobre nossas raízes africanas e suas articulações com a estrutura social brasileira, nosso passado comum se tornou objeto de ativo debate político-ideológico em matéria curricular.

Lima (2014) entende que a educação histórica deve ser guiada por objetivos e conteúdos derivados da investigação historiográfica. O ensino de história deve colocar a produção de saberes vigente a serviço da compreensão do mundo da vida dos educandos a partir do eixo temporal – sendo assim, o exame de fontes históricas e produção de narrativas devem ser desveladas para que o educando possa ter compreensão sobre os modos de produção historiográfico e desenvolva seu senso crítico acerca das narrativas circulantes na sociedade. As abordagens pedagógicas que partem do conhecimento prévio dos alunos pode ser profícua para a formação crítica do entendimento histórico.

A composição da BNCC remonta a uma demanda decorrente da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 e dos sucessivos Planos Nacionais de Educação que criaram o framework jurídico para o atendimento de uma demanda social por uma educação que contemple a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira. No entanto, como advertem Pereira & Rodrigues

(2018), esse processo se deu eivado de interferências políticas – num primeiro momento, a composição do novo currículo para o ensino de história contou com o concurso de especialistas que propugnaram por uma ampla mudança, visando superar a perspectiva factualista rumo a uma abordagem centrada no reconhecimento do multiculturalismo e suas expressões históricas.

A comissão que elaborou a primeira versão dos componentes curriculares de história para a BNCC encamparam uma perspectiva que colocava a formação do Brasil como eixo norteador dos debates, abrindo caminho para a inserção das narrativas ancestrais africanas e indígenas como constitutivas de nossa identidade, rompendo com o europeísmo dominante. No entanto, as forças conservadoras encasteladas nas estruturas de estado prevaleceram nas versões subsequentes do documento, fazendo retornar a perspectiva clássica conteudista, cronológica e focada na narrativa colonizadora – com isso os segmentos subalternizados, em particular negros, indígenas e mulheres, foram mais uma vez silenciados com vistas a preservar o *status quo* de uma elite excludente.

Nesse sentido, o intento dos aparelhos de estado em construir uma história unilateral capaz de universalizar a nível do discurso a perspectiva parcial das elites econômicas terminam por turvar de ideologia o percurso formativo dos educandos. Aos profissionais da educação, engajados na promoção de uma sociedade inclusiva, resta evidente a necessidade de, mais uma vez, ocupar a posição de resistência e tornar o processo ensino-aprendizagem num percurso político com vistas à promoção da emancipação das frações sociais mais vulneráveis.

CONCLUSÕES

Argumentamos no presente texto que a educação opera no vértice que integra estado, mercado e sociedade civil, sendo conformada pelas disputas e tensões que perpassam o campo educacional. A proposta apresentada é que a temática afro-brasileira e o combate ao racismo pela via educacional enseja uma mirada mais atenta à dinâmica societária, com vistas a acolher as demandas dos grupos historicamente subalternizados.

Destacamos o protagonismo assumido pelo estado na organização das práticas educacionais, em particular com a chegada da corte de Dom João VI em 1808 e o processo de emancipação política que daria luz ao Brasil como nação independente em 1822 pelas mãos do príncipe herdeiro Pedro I, doravante imperador do Brasil. A necessidade de estruturar os serviços públicos essenciais levou à constituição de políticas de formação de profissionais e um olhar mais atento à educação pública.

Em paralelo a esse processo decorreu todo o esforço em constituir a identidade da nação recém-emancipada, com vistas à sua afirmação no âmbito externo e, diríamos, principalmente no contexto interno, visto que o Estado brasileiro se constituiu antes que houvesse se formado de fato um povo brasileiro integrado – de modo que coube ao estado operar como articulador da identidade nacional e para a qual a educação deveria concorrer de forma decisiva.

No decurso do período republicano o ensino de história seria mobilizado para múltiplos fins, sempre a serviço dos interesses do regime vigente – da ditadura populista do Estado Novo varguista ao regime militar imposto pelo golpe de 1964 e sua lógica excludente e persecutória, chegando ao período da redemocratização, na qual se espera que a educação avance rumo à inclusão social incorporando a luta antirracista em seu discurso e prática.

A democracia enquanto sistema sociopolítico enseja a inclusão progressiva dos grupos sociais subalternizados com vistas a tornar combater a desigualdade social e tornar a sociedade mais tolerante à diversidade cultural. Nesse sentido argumentamos que a Constituição Federal de 1988, com seus reconhecidos avanços em matéria de cidadania, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no âmbito do sistema escolar brasileiro representam conquistas decorrentes da institucionalidade democracia e a luta dos movimentos sociais de representação afro-brasileira.

Para que se efetive como meio de transformação social, entendemos que o ensino de história e cultura afro-brasileira precisa abordar as deferentes origens dos africanos que aqui aportaram pelo expediente do tráfico negreiro, empregar fontes que efetivamente permitam a expressão dos subalternizados, como os registros de história oral e memória coletiva. Também entendemos que a temática supracitada deve ser incorporada como tema interdisciplinar nos diferentes conteúdos escolares, bem como o racismo se articula com o projeto de um capitalismo excludente. Nesse sentido, concluímos que a BNCC foi descaracterizada pelas forças políticas conservadoras, comprometendo os avanços obtidos desde a redemocratização na luta pela promoção da justiça social no campo educacional, o que torna necessária a ativa mobilização dos movimentos sociais na permanente luta antirracista.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. "Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira". *In: ARAÚJO, A. P.; MONTEIRO, A. M. (org.) Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BASTOS, M. C. P.; FERREIRA, D. V. **Metodologia Científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

BOTO, C. "Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX". *In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (orgs.) Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

CANDAU, V. M. F. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 802-820, set. 2016.

ESCOBAR, A. "Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano". **Tabula Rasa**, n. 1, p. 58-86, 2003.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, M. "Consciência histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos". *In: MAGALHÃES, M. et al. (org.) Ensino de história: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MATHIAS, C. L. K. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**. 15(1):40-49, Janeiro/Abril 2011.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017.

_____. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, aug, 2008.

PEREIRA, N. M., & Rodrigues, M. C. M. BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(107), 2018.

PINSKY, J. **O ensino de história e a criação do fato** (org.). São Paulo, SP: Contexto, 2001.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTOS, L. dos. “Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03”. *In*: ARAÚJO, A. P.; MONTEIRO, A. M. (org.) **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Capítulo

04

DO PARTIDO NA DIALÉTICA - PELO RESGATE DA TOTALIDADE ECONÔMICA

DIEGO FONSECA DANTAS

Doutor em Educação

UFF - Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Neste artigo, tratamos do livro seminal de Lukács, *História e Consciência de Classe*. Em parte dele, o filósofo húngaro em sua interpretação dos escritos de Luxemburgo insere diretamente no ensaio a figura do Partido, como reivindicador da herança de fomentar e propagar a consciência de classe do proletariado. Na visão do marxista húngaro, a acumulação de capital é a mola propulsora de consciência, pois ela denuncia na primeira hora e desvela o caráter desigual do capitalismo, seja social, economicamente entre as classes. E defende que o Partido funciona como catalisador desta denúncia e desvelar da realidade, de sua totalidade, e com ela, as contradições do processo econômico e histórico, que emergiu com o advento do capitalismo, como aporte ideológico para a “ruptura” com a falsa consciência.

PALAVRAS-CHAVE: dialética; partido; proletariado; acumulação; capital

ABSTRACT: In this article, we deal with Lukács' seminal book, *History and Class Consciousness*. In part of it, the Hungarian philosopher, in his interpretation of the writings of Luxembourg, inserts the Party figure directly in the essay, as a claimer of the inheritance of fomenting and propagating the class consciousness of the proletariat. In the Hungarian Marxist's view, capital accumulation is the driving force of conscience, as it denounces in the first hour and reveals the unequal character of capitalism, be it socially, economically between classes. And he argues that the Party acts as a catalyst for this denunciation and unveiling the reality, of its totality, and with it, the contradictions of the economic and historical process, which emerged with the advent of capitalism, as an ideological contribution to the “rupture” with the false consciousness.

KEY-WORDS: dialectic; party; proletariat; accumulation; capital

À GUIA DA INTRODUÇÃO: O PARTIDO E O MÉTODO DIALÉTICO

Posto o primeiro ensaio de Lukács em *História e Consciência de Classe*, percebemos que há uma defesa e um postulado da ortodoxia marxista a partir de uma perspectiva do método dialético, que une em uma só unidade: a teoria e a práxis, a totalidade em cada situação particular e o particular dentro da totalidade.

Um método indissociável do marxismo enquanto dialética revolucionária, que induz a uma constante superação dialética de conceitos, de estrutura, de matéria seja seus dois vieses (LUKÁCS, 2012)²³: 1) o pensamento e o ser; e 2) na história, ou na filosofia da história da luta de classes (ou seja, a concepção da história como a história da luta de classes). O

²³LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.116. Diz Lukács: “o método filósofo de Hegel, que sempre foi - de maneira mais convincente na *Fenomenologia do espírito* – tempo, jamais foi abandonado por Marx em relação a esse ponto essencial. Pois a unificação hegeliana – dialética – do pensamento e do ser, a concepção de sua unidade como unidade e totalidade de um processo, formam também a essência da filosofia da história do materialismo histórico.”

Partido em Lukács, com isto, rechaça o oportunismo e o voluntarismo de “marxistas” em separar o método em um destes dois vieses, o que só joga qualquer análise em um viés contemplativo ou forjado no método racionalista e das ciências naturais. Há aí a observação de Lukács em que afirma que a dialética é “a guardiã do marxismo ortodoxo” e como método idem de combate contra o oportunismo e o voluntarismo – a que chama também respectivamente de revisionismo e utopismo (LUKÁCS, 2012)²⁴. Seja o oportunismo do Partido menchevique ou da pequena-burguesia; ou ainda pelo voluntarismo na forma de utopismo intelectual, ambos, muito influenciados pela visão mecanicista da Segunda Internacional. Daí, a concepção de que o Partido revolucionário do proletariado, não pode também ser forjado em concepção outra que não seja à dialética marxista.

Para isto, o Partido deve entender e negar objetivamente seja em sua abordagem prática e política ou teórica e intelectual – porque ambos de qualquer forma negam a dialética marxista -, tanto o comportamento oportunista e voluntarista, quer dizer, o determinismo e mecanicismo de que por si só, uma crise econômica seria um fato determinado para a elevação da classe proletária, sem a necessidade de uma iniciativa na experiência e na ação consciente revolucionária por parte do mesmo contra a burguesia. Lukács, ainda, dissecou esta questão de forma bem aprofundada no ensaio *Notas Críticas sobre a Crítica da Revolução Russa, de Rosa Luxemburgo* (LUKÁCS, 2012)²⁵ – em que defende que a forma correta de combate dos dois, é pela organização (LUKÁCS, 2012)²⁶ do Partido – seja tanto ao utopismo intelectual como ao oportunismo de Partidos de caráter pequeno-burguês.

Há que esclarecer ainda que, em suma, o oportunismo decorre de uma ação consciente deliberada de Partidos mencheviques, da pequena-burguesia. E o voluntarismo seria uma ação intelectual de cunho utópico, - ambas, descaracterizam a ortodoxia do marxismo, devido o caráter mecânico, obtuso, em que nega prontamente a dialética como método próprio e único do marxismo - haja vista a defesa de Lukács de forma veemente no ensaio: *O que é marxismo ortodoxo*.

Por isso, por conseguinte, é de vital relevância e de caráter fundamental que o Partido revolucionário seja, na primeira hora, o catalisador à apreensão da metodologia do sistema dialético, materialista, que é a teoria e a prática, irrefutáveis e de caráter inegociável no marxismo a partir da ótica do momento, da conjuntura e sua totalidade para a classe do

²⁴LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo?. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.104.

²⁵ LUKÁCS, Georg. Notas críticas sobre a crítica da revolução russa. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.p.489-522.

²⁶Idem. p.508-509.

proletariado. O que quer dizer, com efeito, que separar o Partido do método, seja em sua instância da natureza (o ser e o pensamento), ou em sua instância histórica, mesmo a despeito de se adotar uma, é descaracterizar o método marxista. Mas, não é somente isso. É preciso explorar as antinomias do processo de reprodução: *a acumulação do capital*. É o que falaremos em seguida.

ACUMULAÇÃO DO CAPITAL É A MOLA PROPULSORA DA CONSCIÊNCIA

Dado o que vimos, com efeito, para o Partido na captação e fomento da consciência de classe do proletariado, na visão do filósofo húngaro no ensaio “*Rosa Luxemburgo como marxista*”, há uma constatação de que a análise deve, sobretudo, focar e perpassar a totalidade concreta da sociedade para o estudo dos fenômenos sociais, em última instância, econômicos.

Lukács rechaça, como citado em supra no parágrafo anterior, também o oportunismo e o voluntarismo do marxismo dito vulgar e coloca em ênfase o reconhecimento de que Rosa Luxemburgo em seu livro *Acumulação do Capital* resgata este caráter da análise e ortodoxia marxista (LUKÁCS, 2012)²⁷, de modo que, não por acaso, explicita a relação da acumulação do capital, que se deu de forma mais agravada no capitalismo e insere este problema como de vital importância para o despertar da consciência do proletariado.

Em suma, concluímos que após o Partido apreender a dialética como método primeiro na ciência marxista, porque revolucionária, faz-se necessário a apreensão da totalidade concreta e econômica, sendo a chave deste entendimento: a absorção e superação dialética da acumulação do capital, não como lei eterna da consciência burguesa, mas, como chave revolucionária, porque desvela o caráter desigual do capitalismo e sua divisão entre a burguesa e o proletariado, e o seu ponto nevrálgico: a subtração do valor, e da mais-valia no processo de reprodução pelo primeiro em detrimento do último.

Por isso mesmo que o filósofo húngaro em sua interpretação dos escritos de Luxemburgo insere diretamente no ensaio a figura do Partido, como reivindicador da herança de fomentar e propagar a consciência de classe do proletariado²⁸. Na visão do marxista húngaro, a acumulação de capital é a mola propulsora de consciência²⁹, pois ela denuncia na primeira hora e desvela o caráter desigual do capitalismo, seja social, economicamente entre as classes. O Partido funciona como catalisador desta denúncia e

²⁷LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.113.

²⁸ Idem. p.128. “Nesse processo, que o partido não pode nem provocar, nem evitar, cabe, portanto, ao partido o papel elevado de ser o portador da consciência do proletariado, a consciência de sua missão histórica.”

²⁹ibidem. p.124-127.

desvelar da realidade, de sua totalidade, e com ela, as contradições do processo econômico e histórico, que emergiu com o advento do capitalismo, como aporte ideológico para a “ruptura” com a falsa consciência, pois a ideologia não é somente falsa consciência, mas, um instrumento de combate de consciência e de conhecimento da práxis da cotidianidade.

Ainda, em defesa do Partido como centro organizador e portador da consciência do proletariado, em meio a este processo dialético, na categoria de unidade entre teoria e práxis, entre ser e pensamento dentro do processo histórico como premissa da dialética marxista, além de Rosa Luxemburgo, há essa mesma observação na transcrição de Lukács em referência a Marx neste mesmo ensaio:

“Isto é, o nível do processo histórico que imprime à consciência de classe do proletariado um caráter de exigência, um caráter latente e teórico, deve se transformar em realidade correspondente e, enquanto tal, intervir de maneira ativa na totalidade do processo. Essa forma da consciência de classe proletária é o Partido”³⁰ (LUKÁCS, 2012)

Por conseguinte, não considerar o Partido como portador desta consciência e para além dela, é de igual modo, assim, como separar o método dialético de sua raiz da natureza e da história, é escamotear também a ciência marxista, uma vez que, na visão de Marx e na de Lukács³¹ - sem mencionar Lenin, teórico de aspectos da organização do Partido bolchevique³²- a união entre teoria e práxis, entre ser e pensamento, na totalidade do ser e da história, se põe com o advento e o reconhecimento do proletariado e, em sua instância organizada, o Partido revolucionário. Esta concepção fica clara e inexorável no *Manifesto Comunista*³³, quando Marx e Engels distinguem os comunistas dos socialistas utópicos e demais Partidos operários, assim como a importância e a relevância em se agrupar um Partido único para subverter a realidade burguesa, derrocando o capitalismo para elevação do socialismo. Neste sentido, Lukács está em sintonia com os clássicos do marxismo, que defendem o protagonismo do Partido.

³⁰LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.127.

³¹_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012. p.54-55. “O Partido tem, por um lado, de ter a clareza e a firmeza teóricas para se manter no caminho correto a despeito de todas as oscilações das massas, e mesmo correndo o risco de um isolamento momentâneo. Mas ele tem, por outro lado, de ser elástico e receptivo e suficiente para detectar em todas as exteriorizações das massas, mesmo confusas, as possibilidades revolucionárias que permanecem inconscientes para essas mesmas massas. Essa adequação à vida da totalidade é impossível se a mais rígida disciplina no partido”.

³² *Teses sobre organização e Estatuto do Partido Bolchevique - apresentadas Resolução aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, realizado de 22 de junho a 12 de julho de 1921.*

³³MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010. p.68-69. “Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro movimento..Mas em nenhum momento esse partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado.”

Como dito em supra, há a defesa de Lukács, sobre a acumulação de capital como o elo, a mola propulsa da consciência, uma vez que inevitavelmente o problema da acumulação expõe em carne viva as contradições do capitalismo, seja com a ebulição de crises estruturais e cíclicas no próprio sistema e na realidade histórica, seja com a tensão latente entre a burguesia e o proletariado, no reflexo do processo produtivo e econômico.

Quando Lukács defende o resgate da dialética como método e a totalidade econômica como forma de o Partido captar a consciência das massas visando transmutá-la em classe, em proletariado, ele o fez na defesa idem de que o mecanismo para ascender tal consciência o seria pela percepção e ideia de que o problema da acumulação de capital deveria ser absorvido realmente como um problema, isto é, como um processo de produção e reprodução, pois extrai a mais-valia do proletariado, e pelo seu caráter inexorável de exploração da classe proletária pela burguesia, pois gera crescente acumulação de capital à burguesia e decrescente perda da mais-valia ao proletariado.

Há aí uma defesa do Partido na importância de não se potencializar, mas enraizar-se na base do trabalho (BARROSO, 2004)³⁴, no processo produtivo para o proletariado, da importância e capacidade de apreensão da realidade, por sua vez, da consciência, pela situação de classe no processo produtivo. Lukács afirma com clareza tal defesa em que o problema da acumulação não poderia ser concebido como um processo natural, para além do capitalismo, e sim, como um problema que tensiona e decerto decorre em crises no capitalismo de ordem econômica e, por conseguinte, com desdobramentos sociais e políticos entre a burguesia e o proletariado, que “ao reconhecer sua situação, ele age” (LUKÁCS, 2012)³⁵, afirma Lukács. Portanto, em boa hora, o conceito e a correção do problema da acumulação de capital estão diretamente associado à práxis e epistemologia do Partido, seguindo o raciocínio metodológico de Lukács em *História e Consciência de Classe*, que diz:

“Se, portanto, para o marxismo, o conhecimento do caráter historicamente limitado do capitalismo (o problema da acumulação) torna-se uma questão vital, é porque somente esse elo, a unidade da teoria e práxis, pode se manifestar como fundamentado a necessidade da revolução social, da transformação da totalidade da sociedade”.³⁶

Mas, mesmo assim, pode-se permitir ainda questionar a relação entre acumulação do capital, consciência e Partido do proletariado. Mesmo com a defesa da causa de que a

³⁴ BARROSO, Maria Lucia Silva. *Ética y servicio social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p.41-50. Seção: Ej significado ontológico Del trabajo. A relação entre indivíduo, trabalho e alienação na realidade.

³⁵ LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.126-127.

³⁶ Idem. p.125.

acumulação do capital expõe de forma não pudica a exploração da mais-valia do proletariado pela burguesa que transforma por isso, dialeticamente a mais-valia em acumulação, poderíamos justificar o mesmo ponto, pela sua consequência, pelo efeito da causa - com o desenvolvimento a pleno vapor do capitalismo. Com efeito, entende-se que a condição da acumulação do capital está diretamente envolvida com a relação quantitativa e qualitativa do proletariado, uma vez que todo processo produtivo é um processo de reprodução, isto é, de produção periódica e que permeia as mesmas fases, em suma, o valor do capital, através da venda de mercadorias. Produz um mais-valor, que é o excedente extraído da força de trabalho, e reconvertido em dinheiro, por sua vez, em capital para reintrodução ao processo produtivo e em renda contínua ao proprietário, ao capitalista. Lukács, não detalha este ponto em *HCC*, mas, a detalha no capítulo “*A Reprodução*” da *Grande Ontologia*.

Daí, este convertimento do dinheiro em capital, seja em sua (re)-produção, e em renda ao capitalista, em subtração corrente do valor trabalho do proletariado, é que se deduz, por conseguinte, como sistema de reprodução. Por isso, vale lembrar que o capital não é somente dinheiro, e longe disso, é a força social de produção (bens de produção, meios de produção e forças produtivas e sua transformação em dinheiro, sua forma fluída do que é produzido através da venda de mercadorias, para virar-se e retornar novamente ao capital). Daí, a importância do método dialético³⁷, para apreender esta transformação e dinâmica constante do capital. Sobre o Capital, diz Marx no manifesto:

“A propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de gerar novo trabalho assalariado, para voltar a explorá-lo. Ser capitalista significar ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção. O Capital é um produto coletivo e só pode ser colocado em movimento [...] em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. Não é um poder pessoal: é um poder social”.³⁸

Por isso, ainda, é entendendo o efeito, que este processo chamado reprodução simples está dialeticamente interligado ao que Marx chama por reprodução ampliada, isto é, o eco deste processo em larga escala, não somente falando-se reprodução de capital, mas também da massa proletária, uma vez que o aumento do primeiro causa como efeito o maior emprego da classe trabalhadora, de modo que a reprodução ampliada ressona a

³⁷ LENIN, V.I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p.157.

“Não se pode compreender plenamente *O Capital* de Marx, e particularmente o seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido toda a lógica de Hegel. Portanto, meio século depois de Marx, nenhum marxista compreendeu”.

³⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010. p.52.

reprodução simples (a produção do próprio sistema capitalista, seus efeitos sociais: com o aumento das forças produtivas; modernização dos meios de produção; e também, do próprio proletariado). Não defender esta relação, em suma, é de igual modo, não conceber o método dialético, e negar a própria sorte a correlação fidedigna entre a acumulação do capital e sua relação com a consciência do proletariado. Novamente, Lukács, não detalha este ponto em *HCC*, mas, a detalha no capítulo “*A Reprodução*” da *Grande Ontologia* em consonância com o processo de reprodução descrito por Marx. Marx, afirma em o *Capital* (MARX, 2010):

“Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalista de um lado, assalariados de outro, -, a reprodução ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro mais assalariados. [...]Acumulação do capital, é portanto, multiplicação do proletariado”.³⁹

Entretanto, na concepção de Lukács, para o Partido se instrumentalizar através da análise de conjuntura da realidade – mais uma vez, pelo método dialético e pelo reconhecimento e estudo concreto da situação econômica - não para por aí, concluindo entendimento objetivo do efeito, à medida que o processo de acumulação se dá, se reprocessa, há um início de colapso do sistema, pois com a acumulação (reprodução ampliada) há grande concentração do capital na mão cada vez mais recorrente de grandes capitalistas, que ao expropriarem capitalistas menores, - e como a acumulação e o excedente em lucro do que fora vendido e transformado em dinheiro -, precisa passar obrigatoriamente para o (re)convertimento em processo produtivo, vai-se adquirindo vasta maquinaria e matéria-prima. O velho capital⁴⁰vai se reinventando e transformando em novo capital, configuração em que não mais precisa da mesma quantidade e do aumento da massa proletária, dando o indicativo de crise e desemprego, com evasão de empresas para outros mercados, em busca do arcabouço de maquinaria e matéria-prima a baixo custo, e decerto, gerando crise, mas, nestes espasmos, vem à consciência de classe, do proletariado.

Ainda, quando há o advento do monopólio capitalista, temos, portanto, o indicativo revolucionário, pois, como efeito da crise, o proletariado se não impactado pelo desemprego, sofre com a flutuação de mercado e a extração maior de sua renda, de sua mais-valia pela burguesia. O Partido, por conseguinte, pode dialeticamente explorar o entendimento do problema da acumulação, seja pela causa, ou pelo efeito das contradições do modo de produção capitalista.

³⁹MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.690.

⁴⁰ Idem. p.704.

Esta flutuação é patente da crise, da crise para a revolução, para todo um conjunto dialético de contradições que são absorvidas pela consciência, ou seja, reproduzida da realidade e que incute o proletariado a agir, não de forma reativa e mecânica à crise, mas com base em ação consciente. Por isso, a relevância cabal para Lukács, da direção do Partido revolucionário na captura dessa consciência (reflexão da realidade) do proletariado. É na esteira da crise que vem a consciência do proletariado de qualidade revolucionária. Sobre isso, Engels descreve este sentimento, quando o proletariado parisiense foi esconjurado pela Revolução de junho de 1848, pela burguesia e aristocracia da França, inscritos nas Lutas de Classe na França entre 1848 e 1851⁴¹ - neste particular, o Partido revolucionário de certa forma sofreu revés por si só, por ter se articulado com os Republicanos (Partido pequeno-burguês – A Montanha) e com o Partido da Ordem (aristocracia agrária e urbana), o que culminou em sua derrocada. Na melhor imagem dos mundos, onde as contradições são mitigadas, não há como vislumbrar uma ação revolucionária que tome para além dos indivíduos para a transformação da generidade social. Não se pode especular somente no nível do pensamento à tomada da realidade, tendo o pensamento como um fim em si mesmo, pois, desta forma, estaremos decerto deturpando e isolando a realidade concreta, e por conseguinte, desviando-se do método dialético, imprescindível para consciência e práxis revolucionária do Partido.

Constata-se que o Partido está inserido em uma dinâmica complexa, principalmente o proletariado, que é movido por um processo nebuloso que incorre diretamente em sua subsistência devido à flutuação no mercado, já que também é uma mercadoria para sua consciência reificada - que precisa ser suportada e superada nas fileiras do próprio Partido. Portanto, o Partido, na visão de Lukács, urge resgatar este processo e sua dinâmica do *modus operandi* capitalista em nome da totalidade, da totalidade econômica, em suma, do método dialético em Marx que, como preconiza no prefácio transcrito de *O Capital*, é remetida em última instância, à economia.

Na concepção de Lukács, o Partido e o movimento revolucionário estão postos na experiência e na imagem de mundo: cuja concepção (LUXEMBURGO, 1988)⁴² dada é a de um processo de acumulação do capital que precisa arregimentar-se cada vez mais de forma visando consumir novos mercados, excepcionalmente os de economia não capitalista, arcaica, para transformá-lo em economia de mercado, e de igual modo, uniformizar e

⁴¹ ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo. 2012. p.11. “Enquanto os três primeiros artigos ainda estavam imbuídos da expectativa de uma nova escalada iminente da energia revolucionária, o panorama histórico formulado por Marx e por mim no último caderno duplo publicado no outono de 1850, rompeu de uma vez por todas com tais ilusões: Uma nova revolução só será possível na esteira de uma nova crise”.

⁴² LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital*. v. I e II. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

expandir o processo de reprodução: com mais consumo, aumento da acumulação e da exploração da mais-valia.

Desta forma, o modo de produção capitalista precisa inexoravelmente expandir-se, ter capilaridade em todos os continentes, em todo o globo terrestre. Dissecando este processo, vale observar mais uma vez a importância da dialética como método fidedigno com início, meio e fim de conhecimento, mas, também para além do conhecimento: a tomada de ação e transformação da realidade.

Por isso, tal dinâmica da estrutura precisa estar aterrada nas análises de conjuntura do Partido que incute o fenômeno do imperialismo a submissão das nações subdesenvolvidas às desenvolvidas, mostrando que o capital não se enquadra somente em seu entorno, mas, pelo contrário, em todas as camadas e setores da sociedade econômica com seu escoamento explosivo e ininterrupto da produção, ao mesmo tempo, em que encontra outros e diversos meios de produção à medida que domina todo o globo capitalista, ao passo que cada nação submete os outros a tarifas protecionistas aos produtos de outrem. Daí, a decorrência de déficit e superávit nas economias soberanas, e as crises cíclicas e econômicas do sistema capitalista. A crise, em si, é uma crise de déficit, principalmente em se tratando do mercado financeiro e do mercado de capitais e divisas. Há com a condição protecionista, expansão bélica e imperialismo entre os países do globo, toda uma condição idem de tensão entre as nações, preeminente a explosão de crises que, em última instância, possuem aterramento no plano da economia. Esta foi a análise dialética e contribuição de Rosa Luxemburgo em *a Acumulação do Capital*.

ALGUNS PONTOS NÃO ACABADOS PARA CONCLUSÃO

Pois, como visto, ainda, o problema da acumulação do capital é o ponto de ruptura no imaginário individual e consciência de classe coletiva. Portanto, é o único elo onde o ciclo se fecha entre a teoria e a práxis na dialética. Não à toa, é o utopismo, oportunismo de autores que não reconheceram o problema da acumulação do capital, transformando isso em característico natural e imanente ao processo econômico, descambando para o fatalismo econômico, que coloca o indivíduo e toda a sociedade sob a falsa consciência, sob uma visão contemplativa da realidade e das “leis econômicas” imutáveis. Na concepção recorrente de Lukács, descamba-se mais uma vez, para as leis eternas da natureza, – decerto explicado, ainda na visão de Lukács, na crítica da razão pura, na teoria kantiana do conhecimento.

Vemos, então, o Partido neste particular, entretido numa espécie de conceito e prática real de conviver e aceitar-se perante leis intocáveis aceitas com toda a sorte de fatalismo. Neste mundo, o filósofo húngaro nos coloca que só pode-se mudar este tipo de mundo, ou aprimorando-se suas entranhas, com a utilização de técnicas inerentes às leis imutáveis, não saindo, quando muito, para uma alteração quantitativa, ou voltar-se para a ética (razão), onde quando pouco, é o único mundo – levando em estímulo o indivíduo a se contrapor estrita: dogmática e utopicamente para o mundo exterior.

Permanece prescritivo e imperativo, saindo-se de uma filosofia da história e natural – dialética marxista, fundamental para um processo de conhecimento da totalidade, para uma ciência específica, crítica que busca leis na abordagem e “ataque” dos problemas, voltando-se para uma de substrato histórico, que não tem nada de sentido, e uma ética abstrata kantiana. “O elo metódico entre a crítica da razão pura e a crítica da razão prática, de Kant é obrigatório e inelutável” – (LUKÁCS, 2012)⁴³.

Portanto, ao portar essa concepção à consciência natural do mundo, o Partido⁴⁴ não conseguirá se desdobrar uma consciência de classe para o proletariado. Resumidamente, o Partido não pode aderir a uma crença de mundo em que a moral prática contrasta com a razão daquilo que é anterior a experiência, como Deus, a natureza, o cosmo, das leis eternas, etc, como se fossem duas coisas distintas. Quando falamos em razão pura⁴⁵ (anterior a experiência) e a razão prática⁴⁶ (ação de acordo com a vontade livre aterrado na moral); Lukács defende que estamos propriamente falando desta falsa dualidade, e como visto, não se justificaria na dialética marxista. Por isso, saindo da questão filosófica para a prática do cotidiano, o Partido não pode seguir tal orientação kantiana sob pena de permanecer com o pensamento e ação imersos no viés contemplativo.

Por conseguinte, não pode se furtar a concepção do Partido como um organismo que não seja vivo e indissociável do proletariado, enquanto força moral e ética, que representa em si a vontade do proletariado, que, justamente por isso, precisa liderar e não ser liderado, e com isso, ser escamoteado, ser jogado ao largo, mas sim, ser o catalisador do movimento

⁴³ LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.124.

⁴⁴ Idem. p.128-130. Diz Lukács: “A consciência de classe é a ética do proletariado, a unidade de sua teoria e de as práxis, o ponto em que a necessidade econômica de sua luta emancipadora se transforma dialeticamente em liberdade. Uma vez reconhecido o partido como forma histórica e portador ativo da consciência de classe, ele se torna, ao mesmo tempo, o portador da ética do proletariado em luta.”

⁴⁵ KANT, I. *Prefácio da crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes, 2012. Tribunal de que se faz uso a razão para especular e ter um entendimento em si, mesmo e independente da experiência. p.17-24.

⁴⁶ Ver: DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.43-45; ver KANT, I. *Prefácio da crítica da razão prática*. In: *Crítica da razão prática*. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2011. p.3-24. Razão prática, ou razão pura prática, perpassa o entendimento possível, especulativo, e vai para além da vontade, para a prática, para a moralidade.

do proletariado, agora não mais espontâneo, mas, como ação consciente. Furtar o Partido a esta responsabilidade e este grau de relevância e de estratégia, é permitir uma capitulação do movimento proletário à medida que ao máximo sua ação não alcançará uma ação direcionada, e sim, espontânea e dispersa, contribuindo para o condicionamento de sua ação a ações pontuais e mínimas, sem coro de organização revolucionária⁴⁷.

Por fim, o Partido em Lukács é a força moral das massas espontâneas, sua forma de organização, por mais inconsciente que se faça na consciência, por vezes, como falsa, do proletariado. Que a correção do conhecimento e a organização do proletariado não se esconde na frieza e racionalidade do método puramente científico e, nem tampouco, na vitória da revolução por intermédio da entidade das leis eternas da natureza. Ambos os caminhos fecham a porta do conhecimento dialético e revolucionário ao proletariado, a separação do que é indivisível, a dispersão do autoconhecimento ativo do proletariado, a estripação da teoria e da práxis.

Por isso, extremamente relevante ao Partido proletário, quanto tão forte quanto seu combate for a um só tempo, prático, intelectual e ideológico – suportados sempre na análise econômica e nos desdobramentos para a generidade e a sociabilidade humana – haja visto o que mostramos no processo de reprodução econômica em social (aumento de capital, aumento do proletariado, aumento das contradições sociais, econômicas e morais, ideológicas) , sabendo sabotar com o método dialético e pela organização o oportunismo e utopismo, como já também visto, é que de tal forma os entraves para a consciência de classe do proletariado e de seu Partido revolucionário serão elevados para além da consciência reificada; e por conseguinte, atuará com base na análise e ação da totalidade econômica e dialética para o proletariado - pois a consciência de classe é a ética verdadeira e autêntica do proletariado, e o Partido é a sua eticidade, a forma ética de transbordar a ética e a moral burguesa, agora não mais como puramente contemplativa, mas aguerrida, prática e revolucionária, a ser perseguida tanto no intrínseco do indivíduo como em toda a base revolucionária do Partido.

⁴⁷LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.p.130. Defende o filósofo húngaro: “Pois a força do partido é uma força moral, ela é alimentada pela confiança das massas espontaneamente revolucionárias, coagidas pela evolução econômica a sublevar-se, pelo sentimento das massas de que o partido é a objetivação de sua vontade mais íntima...a forma organizada e visível e organizada de sua consciência de classe. Pois somente então o impulso espontâneo das massas tenderá, com toda a sua energia e cada vez mais instintivamente, na direção do partido e de sua própria tomada de consciência”.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Maria Lucia Silva. *Ética y serviço social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

KANT, I. *Prefácio da crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes, 2012.

LENIN, V.I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. Anotações sobre o materialismo burguês. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 31. São Paulo: Unicamp, 2010.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Meu caminho para Marx. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011

_____. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma Ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Tactics and Ethics: 1919-1929*. London-New York: Verso, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital*. 2.v. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 6.ed. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

TROTSKY, Leon. A degeneração do Partido Bolchevique. In: Wiliam Felliipe. *Teoria e organização do partido*. São Paulo: José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

_____. *A Revolução de Outubro*. São Paulo: Boitempo. 2007.

Capítulo

05

DA REIFICAÇÃO À CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

DIEGO FONSECA DANTAS

Doutor em Educação
Universidade Federal do Fluminense - UFF

RESUMO: O tema deste artigo trata a questão do Partido enquanto fomentador e transformador da consciência (burguesa) do proletariado em consciência de classe. Faz uma revisão bibliográfica a partir do livro seminal *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács. Tem por objetivo avaliar se realmente (se assim o for), e em que medida, o Partido do proletariado é de fato o agente transformador da realidade burguesa. Porém, na sublevação da mesma em revolução proletária, teremos que também lançar mão das sombras para elevação do proletariado. Conclui-se que os efeitos da reificação são entraves diretos do Partido, enquanto aplicação do método dialético e da organização, sobretudo à crença na instituição do Direito e do Mercado Financeiro que repelem qualquer ordem conjecturada que não seja à ordem burguesa.

Palavras-chave: dialética; partido; reificação; mercado financeiro

ABSTRACT: The subject of this article deals with the question of the Party as a promoter and transformer of the (bourgeois) consciousness of the proletariat into class consciousness. It makes a bibliographic review based on the seminal book *History and Class Consciousness*, by Georg Lukács. Its objective is to assess whether (if at all), and to what extent, the Party of the proletariat is in fact the transforming agent of bourgeois reality. However, in the uprising of the same in proletarian revolution, we will also have to use the shadows to elevate the proletariat. It is concluded that the effects of reification are direct obstacles of the Party, as an application of the dialectical method and organization, especially to the belief in the institution of Law and the Financial Market that repel any conjectured order that is not the bourgeois order.

Key-words: dialectic; party; reification; financial market

À GUIA DA INTRODUÇÃO

Neste ensaio, entraremos na questão da organização do Partido dito revolucionário, assim como na questão da dialética sob a ótica da crença. *[A organização]* apenas uma questão de recorte desta temática que completa a dialética, no sentido que transborda a mesma da consciência para a ação na realidade, pois, com efeito, o método dialético não é apenas deleitar-se com a teoria ou visão contemplativa, sem lançar mão da ação prática. Por isso, é fundamental a relação dialética e organização para o Partido. Não menos importante é a questão da reificação, muito pelo contrário, esta é tema recorrente e de fundo, pois sem ela não se permite conjecturar, e muito menos entrelaçar os conceitos: dialética, organização, Partido, proletariado, sociedade e burguesia. Portanto, o campo de ação de enlace e entrelace da organização do Partido está no processo de reificação, isto é: de coisificação dos complexos do indivíduo e da sociedade, das “relações comerciais entre pessoas e relações sociais entre coisas”, como diz Marx no *O Capital* Livro I sobre o fetichismo da mercadoria (MARX, 2010, p. 94).

Por isso, é o fetichismo que dá o tom da reificação em toda a sociedade, e por isso mesmo, nos deparamos como uma questão altamente delicada do ponto de vista da

organização do Partido revolucionário, pois, como questão de ordem, o problema da organização está inscrito no processo de reificação e na sua célula básica que é o fetichismo da mercadoria, e a sua instância máxima, o seu reflexo cada vez mais mediado na sociedade, na generidade⁴⁸ humana e no indivíduo, isto é, à ideologia burguesa refletida nas ciências, na filosofia, no sistema de vida, no Direito, no mercado e principalmente no trabalho que é o labor, segundo Engels (LUKÁCS, 2012, p. 18) para a práxis e a elevação da consciência do Partido. Os desdobramentos da reificação são, decerto, poderosos e contínuos reveses contra a formação de consciência e de iniciativa revolucionária do Partido do proletariado. Dito isto, veremos estas nuances em detalhes, a seguir.

O PARTIDO DENTRO DO PROCESSO DE REIFICAÇÃO: DIREITO E MERCADO FINANCEIRO

Por ora, antes de estudarmos a relação entre a reificação e a sua crença, é importante destacar que o processo de reificação está diretamente relacionado com a questão da organização do Partido: o uso dos conceitos de legalidade e ilegalidade, da experiência da revolução Russa e do materialismo histórico perpassam à ‘questão do agir’ sob à conveniência e o pragmatismo do momento da realidade objetiva e histórica. Será sempre uma relação de tensão entre a moralidade, a vontade e a crença dos indivíduos do Partido rumo a uma flexibilidade total de agir estritamente com base nas oportunidades do momento tático, sem apego algum a instituição e aos “escrúpulos” da legalidade, e somente com fidelidade irrestrita à estratégia do fim revolucionário. Não é um problema fácil de se resolver teoricamente, porque o mesmo, mais do que os outros, está profundamente aterrado na prática, no dia a dia, no cotidiano e no âmago do ser humano, tanto subjetiva como objetivamente. Por isso, tomando consciência dos “escrúpulos da legalidade” que constroem qualquer iniciativa revolucionária, não há como subverter esta ordem sem destacar dois pontos do pensamento burguês que se refletem na realidade, mesmo que se ressaltem as devidas autocríticas quanto até que ponto tais ordens são burguesas (Gramsci, por exemplo, considera o direito⁴⁹ (GRAMSCI, 1976, p. 97) como para além da consciência burguesa, e sim, como imanente à moral pedagógica e punitiva da sociedade).

⁴⁸Generidade, apesar de ser um neologismo é descrita pela Prof. Doutora Ester Vaisman (responsável pela revisão da tradução), como essência do ser, in: LUKÁCS, Georg. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.73.

⁴⁹ “Se cada Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais, tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado de modo que esteja conforme ao fim e seja eficaz ao máximo e criador de resultados positivos.”

Por tais, estas questões são o Direito (a ordem jurídica) e o Mercado Financeiro. Não conceber tais desdobramentos é entender a reificação puramente como um processo místico, abstrato, que não é produzida e ao mesmo tempo produz seus efeitos e causas – porque dialética – na realidade e na totalidade material da base econômica e na ideologia da sociedade burguesa. É entendê-la puramente como um fenômeno da ideologia sem lastro na realidade e na totalidade econômica desde o processo produtivo até o campo da moral e ética burguesa, e, por conseguinte, na ciência jurídica.

Portanto, o lastro do fenômeno da reificação para além de uma ideologia compõe à instituição da crença, uma ideia viva de uma impressão vívida que é trazida da experiência, mas, ao mesmo tempo plasma na mesma, na realidade, a que se atribui ao fenômeno do fetiche da mercadoria, no contexto da sociedade burguesa e da sua estrutura econômica. O próprio Marx utiliza o termo em *O Capital*, e não o faz à toa, aleatoriamente:

“Há uma relação física entre coisas físicas. Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho [...], nada têm a ver com a natureza física destes produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença”. (MARX, 2010, p. 94).

Ainda no discorrer do tema da crença, ou seja, sobre “a região nebulosa da crença” como produto do cérebro⁵⁰ a que Marx se refere, citamos, também, David Hume, que destaca em sua definição a crença⁵¹ como impressões e ideias em seu tom mais forte. Decerto, pelo menos no tocante ao fetichismo, há uma ponte filológica clara, mesmo que marginal entre os dois pensadores, no termo crença, assim como também na forma e no conteúdo: seja na definição da “crença como produtos do cérebro humano em Marx; ou produtos da imaginação de “impressões que produz ideias”, como em Hume”:

“As percepções são todas de dois tipos, a saber, impressões e ideias, que só se distinguem por seus diferentes graus de força e vividez. Nossas ideias são copiadas de nossas impressões, representando-as em todas as suas partes. Se quisermos alterar de algum a ideia de um objeto particular, a única coisa que podemos fazer é aumentar ou diminuir sua força e vividez” (HUME, 2009, p.125).

⁵⁰ Ibidem. “[...]os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta como sensação subjetiva deste nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. [...] Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção das mercadorias”.

⁵¹ “Uma tonalidade particular de uma cor pode adquirir um novo grau de vividez ou brilho sem que haja nenhuma outra variação, porém, não teremos mais a mesma tonalidade ou cor. Sendo assim, como a crença não faz senão variar a maneira como concebemos um objeto, ela só pode conceder a nossas ideias, uma força e vividez adicionais.”

Com efeito, e em tratamento ao conceito de Hume, Kiraly⁵² (2012, p.101) define e desdobra a crença como a plasticidade imanente ao ser humano e à natureza humana como necessidade, como forma inexorável de absorver e apreender-se na vida, e, por conseguinte, no usufruto de sua experiência. Não é uma concepção, portanto idealista de se fazer crer na ideia. Nasce da experiência ‘no alçar-se’ a uma impressão, e por sua vez, no seu produto: a ideia que, quanto mais vívida, torna em sua plasticidade uma crença.

Portanto, são as crenças e tradições que formam ‘o viver’ e o próprio ser humano, porque ambos têm seu lastro na experiência. Apesar de uma ideologia do modo de produção capitalista, este encontra seu lastro na experiência do ser humano, o que a vivifica como impressão e como produto da ideia, e ressona o fenômeno e o fetichismo da mercadoria como falsa consciência, porque forjada da realidade econômica burguesa, isto é, em um sistema de crença da experiência, por isso, existe independente de qual lado se esteja na luta de classes, e ainda dentro do próprio Partido revolucionário – certa dualidade, porém, não isolada em si, mas, em uma relação dialética: “um mundo” proveniente da ideia revolucionária, um possível e potencial reino da liberdade; e outro por assim dizer, da ideia burguesa – reino da necessidade, cujo lastro de ambos está aterrado na experiência e na mesma realidade. O Partido do proletariado, não pode desconsiderar esta concepção proveniente da natureza humana. Diz Kiraly:

“Não se trata de uma ação arbitrária sobre a organização do mundo e dos conceitos, mas, um outro modo de descrever: a crença, porque acrescenta plasticidade, faz ver no discurso a composição pictórica dos conceitos e da história [...] os mundos não podem ser definidos senão como criados por sistemas de crença” (KIRALY, 2010, p.103).

Por conseguinte, na constatação das citações de Marx, Hume e Kiraly, pelo visto acima, podemos auferir a crença da reificação, ou melhor, a instituição da sua crença, como um sistema de crenças que cristalizadas formam o arco de instituições políticas e morais, sedimentada na realidade histórica e refletida em todas as regularidades da sociedade: no noticiário, na propaganda, no sistema de ideologias e na consciência das pessoas. Portanto, na natureza humana, não há mais o que se apregoa na vida da sociedade humana em sua estrutura capitalista do que dois desdobramentos dialéticos da estrutura burguesa: 1) o direito e suas prerrogativas de âmbito e amplitude internacional, ou ocidental, assim, como 2) o mercado financeiro. Isto quer dizer que, qualquer que seja o imaginário de revolução,

⁵² “Não existe um mundo sem homens. Não existe homens sem crenças. Não há crenças sem mundo. [...] A crença não é um sentimento: a crença é uma estrutura cognitiva e social da natureza humana, cuja expressão é a adesão necessária à experiência. Por isso, não podemos deixar de respirar ou crer.”

somente para ficar no imaginário, ou o é enquadrado moral e legalmente pelo Direito e a ordem jurídico-legal, assim como pelo mercado financeiro, com a fuga de capitais provida pela integração de capitais em todo o mundo.

Após essa digressão: em suma, o Partido revolucionário precisará se elevar não somente em um processo de reificação, mas, com efeito, em um espécime de barreira invisível e intangível provido pelo campo nebuloso do que chamou atenção de Marx, à crença; e que produz regularidades tangíveis como a interferência no cotidiano e na realidade, como o Direito e o Mercado. Desta forma, o Partido revolucionário terá inexoravelmente que ir ao encontro a essas barreiras, pois não há pretensa supremacia de ideologia ou ação revolucionária que possam passar à margem dos respectivos entraves, visto que o mercado talvez atinja seu maior ápice no fetichismo, transformando dinheiro na “maior” mercadoria desejada, e que está em constante circulação; assim como o Direito, estrategicamente inserido como regulador e provedor deste mercado em âmbito legal e por si só, detentor da máxima legal, das regularidades, - que como vimos - nasce da instituição de crenças, decerto contribuindo para colocar o método dialético no escapismo, e abarcando qualquer pretensão de totalidade por parte do Partido do proletariado. Desta forma, as regularidades do Direito e do Mercado, por conseguinte, racionalizam com bastante êxito e assertividade a sociedade em partes, consolidando-se, entre outros, como dois sustentáculos da sociedade burguesa.

Vejamos em princípio, o mercado financeiro:

O Mercado Financeiro (FORTUNA, 2010, p.49-71). é a maior estrutura ‘férrea’ de oposição à outra ordem, que não seja a burguesa, pois sua internacionalização no século XX, culminando na economia global entre os diversos mercados⁵³, isto é, integrando o mercado monetário, de câmbio, de crédito e de capitais em organismos escriturários e mecanismos somente possíveis com o advento evolutivo constante da eletrônica e da tecnologia da informação, fizeram com que reação fosse cada vez mais múltipla e dinâmica -, com a fuga de capitais de um estado soberano a outro. Esse dispositivo capital coloca qualquer ameaça política ou econômica sob a resposta imediata em qualquer ponto global com base no “dispositivo” social da especulação financeira. Portanto, com a integração do mercado global, o capital flui rapidamente e dinamicamente de um país para outro desde uma aspiração pessoal ou de um grupo econômico a buscar lucro; a fazer um negócio trivial;

⁵³ SILVA, José Cláudio Ferreira. *Macroeconomia: modelo de análise conjuntural*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2008. p.69-113. Noções de Mercado de Bens e Serviços, Mercado Monetário, Mercado de Capitais e Balança de Pagamentos.

e principalmente, em caso de crise ou ameaça política, social e econômica que esteja ocorrendo em um Estado.

Desta forma, propomos a fazer o seguinte exercício como exemplo: Supondo que há uma “ameaça” política de qualquer ordem em um Estado e, por conseguinte, a fuga de capitais do mesmo: o câmbio da nação em questão desvaloriza a moeda local, portanto, “derrete” e destrói-se base monetária (há escassez e menos recursos e dinheiro em circulação); a Bolsa de Valores despenca em pontos com o registro de inúmeras transações negativas; os conglomerados produtivos das principais empresas desabam com suas transações no mercado futuro, derivativos e em crédito; e o governo, altamente dependente do capital estrangeiro (porque comumente financia-se no longo prazo com recursos financeiros oriundo dos investimentos em papéis e empresas do país) fica sem caixa para remunerar ao custo de sua taxa de juros, os seus credores e detentores dos títulos públicos que ficaram retidos.

Portanto, sem dinheiro do capital internacional, pois, comumente, a política econômica do Estado está condicionada a ele: a balança de pagamentos com seus saldos de conta corrente (*exportações menos importações, e gastos comerciais do exterior no país menos gastos do país no exterior*) e a conta capital (*total de investimentos financeiros estrangeiros em um país subtraído do total de investimentos do país no exterior*), também ficam deficitárias; e por isso, estando corrente o processo e fluxo de fuga de capitais, o sistema bancário-financeiro do país entra em colapso. Devido a menos circulação de dinheiro, a falta de capital estrangeiro e as perdas de valor de mercado das grandes empresas, além da falta de capacidade de financiamento do governo. Todos esses efeitos interligados e sob a “alavanca” da regularidade do mercado em riste, caso haja somente a ameaça de uma moratória, uma intervenção estatal mais radical, ou principalmente se a causa for uma guinada no sistema político e, por sua vez, na política econômica.

Portanto, o Partido proletário ao fazer valer na prática a revolução, em última instância, a derrocada da burguesia e da estrutura econômica do capitalismo: com a socialização de pronto dos principais meios de produção e o “controle” do mercado financeiro, seria preciso uma ação articulada e integrada em todo sistema bancário e financeiro para controlar o fluxo de saída de capitais, e utilizando-se do dispositivo existente, interromper de imediato as transações no mercado de capitais. Além disso, “controlar” o câmbio, frear radicalmente a escrituração de qualquer transação de títulos, e assumir o controle imediato das empresas estratégicas.

Em suma, com efeito, não é demais observar o teor da complexidade e da contingência muito além da realidade histórica, para o Partido já consciente ir além da

consciência à organização concreta, para, desta forma, obter o êxito revolucionário e a subversão da realidade. Pois, o maior problema não é a simples regularidade do Mercado e seus efeitos e desdobramentos. Pois, os desdobramentos não estão enraizados apenas em uma regra; a regra não é universal em si mesma (KIRALY, 2012. p.53), muito longe disto, ela é decorrente da instituição de crenças, dos costumes e da moralidade humana. Portanto, a regularidade está entranhada no âmago do ser humano, na sua moralidade e experiência, e nas suas tradições. Quer haja a revolução para outra realidade política, social e econômica, não muda em nada essa factualidade. Não é suficiente, apenas, revolucionar e mudar a regra ou regularidade sem ater à questão da moralidade e da natureza humana. Por isso, a importância da ideologia, como veículo de luta política, de propaganda, e de fomento cultural e moral para o Partido e como retransmissor para toda a sociedade.

Cuidemos, por ora, do Direito, para o Partido revolucionário:

O direito de um Estado de Direito constitucional, assim como de um Estado Social, em outros termos, um estado socialista, não dando margem a generalidade do termo, acompanha-se de uma observação de Bobbio de que um Estado de Direito e Social são incompatíveis no âmbito constitucional, e somente se articulam no administrativo e legislativo. Isso porque há o “atropelo” ao direito à propriedade e às liberdades fundamentais pela política de redistribuição social econômica do Estado Social. Diz Bobbio:

“Os direitos fundamentais: liberdade individual e pessoal, política e econômicas são pleitos permanentes da tutela da sociedade burguesa. Um dique contra a intervenção do Estado. O contrário, os direitos sociais são pleitos de maior participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida”. (BOBBIO, 2000, p.401)

Portanto, a ordem jurídico-legal é uma barreira da qual o Partido revolucionário, como regularidade, não pode deixar de atentar. Pois, fazendo uma contextualização histórica do Direito no Estado burguês: na estrutura nacional e internacional vigora um sistema capitalista liberal de vasta capilaridade na geografia do globo, o que produz grande concentração de renda com grande planificação da mão de obra; além de alta e dinâmica rede de evolução tecnológica como produto do arcabouço do capital financeiro e transnacional, sendo que essa estrutura material fora refletida no Estado de Direito, e plasmou-se ainda mais com o rearranjo da propriedade, sendo gerida, e negociada em títulos na Bolsa. Isto é, todo o capital “separado”, ora: industrial, comercial e bancário consolidou-se de forma pujante no capital financeiro, o que se consumou nos anos 70 do século XIX nos grandes conglomerados econômicos, na redução de custos de produção, na distribuição e no consumo com a permuta e a integração de capitais. Com efeito, o

capitalismo se engendrava agora de forma organizada, formulando de fora ou de dentro do Estado à nova legislação bancária, comercial, trabalhista e financeiro-econômica.

Por isso, com efeito, o que se chama por legalidade e contra ela 'atentá-la', é a subversão dos termos legais da legislação trabalhista, bancária e financeira. Como efeito de um processo de reificação, agora se vê com clareza e à luz alcalina como a sociedade foi reduzida a célula da mercadoria, e como a ideologia burguesa pelos seus principais tutores: o Direito e o Mercado Financeiro funcionam como arcabouço de proteção e de ataque a qualquer ameaça que abra margem para uma mudança de ordem, sobretudo, para a ação revolucionária de um Partido revolucionário. Percebe-se, como a instituição da crença e a relação com o fenômeno da reificação, e como o Direito e o Mercado estão dialeticamente relacionados e interligados na materialização da estrutura econômica, e, por conseguinte, em resguardar os interesses da classe dominante, da burguesia em detrimento do proletariado.

O PARTIDO DENTRO DAS SUBJETIVIDADES E DA CRENÇA

Por isso, visto que discorreremos sobre a análise considerando o complexo da sociedade e a relação do gênero com os entraves do Direito e do Mercado, de igual modo, se nos propomos a tratar da dialética e da organização do Partido, não podemos deliberadamente tratar essa relação como miniaturização (KIRALY, 2012. p.50) e desconsiderar a individuação e sua relação com a generidade humana, isto é, a redução à regularidade em si mesma, da crença e da ação do ser humano ao estrito comportamento geral e regado mecanicamente pela generidade e sociedade. Mas, cabe reforçar: como vimos neste fenômeno, não podemos nos furtar na ciência política de nos ater a temática do Partido revolucionário contextualizando-o para além da consciência do proletariado sem essa estar baseada no sistema de crença destes dois "demiurgos" ideológicos, morais e regulares, não únicos, mas decerto como fundamentais bastiões ideológicos e de consenso espontâneo da sociedade burguesa.

Mas, uma vez que não podemos agir com miniaturização, e considerando o Partido também em sua individuação, podemos relacionar claramente a consciência como um *status* de *persona* e *sombra*, o que podemos também aludir respectivamente o primeiro como consciência reificada e o segundo como consciência de classe. Pois, mesmo Lukács não tratando diretamente da consciência de classe como consciência psicológica, não se pode refutar essa temática, visto que o próprio Lukács fez uma ressalva: de que não se deve

mecanicamente manter a distância entre consciência de classe e a consciência psicológica. Ao contrário, deve-se investigar em que medida há correção símile entre as diversas classes⁵⁴ (LUKÁCS, 2012, p.142), pois, ‘o despertar’ da consciência decerto envolve a consciência do gênero, assim como a consciência individual, cada vez mais autonomia e independência, mesmo que relativa em relação ao gênero.

E outro ponto, a despeito dessa ponderação, é a de que se precisa de uma teoria comportamental de forma a não criar uma teoria social e política a partir de um reducionismo do ser humano como indivíduo e de sua natureza humana, como ressalta Kiraly⁵⁵ (KIRALY, 2012. p.101) em termos de ciência política. Por conseguinte, sobre este enlace entre *persona* e *sombra*, tratando com o ceticismo possível e o distanciamento da generalidade humana, o Partido claramente, em sua individuação, se mantém nesta recorrência entre um status de *persona* ou de inconsciência; ou de *sombra* ou consciência de classe a ser potencializada e transmutada.

Por sua vez, em continuidade ao debate sobre a individuação no Partido revolucionário, lançamos mão também de Lacan em correlação ao descrito em supra entre *persona* e *sombra*, e considerando essa sombra forçosamente como uma incompreensão da consciência; o mesmo reforça que na verdade a incompreensão é um sintoma⁵⁶, e que ao desbaratá-la, acha-se de igual modo o valor de verdade, a compreensão:

“Digamos que muito poucos [...] sabem a equivalência entre sintoma e valor de verdade. [...] Isso tem um correspondente histórico. Demonstra que o sentido da palavra “sintoma” foi descoberto, denunciado, antes que a psicanálise entrasse em jogo. Como aponto muitas vezes, essa equivalência foi o passo essencial dado pelo pensamento marxista”. (LACAN, 2011. p.44)

⁵⁴. “Esta determinação (da consciência) estabelece, de imediato, a distância que separa a consciência das ideias empíricas efetivas e daquelas psicologicamente descritíveis e explicáveis que os homens fazem de sua situação de vida. Não se deve, no entanto permanecer na simples constatação dessa distância, ou mesmo se limitar a fixar, de maneira geral e formal, as conexões resultantes. É preciso, antes, investigar: em primeiro lugar, se nas diferentes classes essa distância varia conforme suas relações com a totalidade econômica e social da qual são membros e em que medida essa diferenciação é tão grande para produzir diferenças qualitativas; em segundo, o que significam na prática, para o desenvolvimento da sociedade, essas diferentes relações entre totalidade econômica objetiva, consciência de classe adjudicada e pensamentos psicológicos reais dos homens sobre sua situação de vida, e, portanto, qual é a função histórica prática da consciência de classe.”

⁵⁵ “Assim, neste ensaio, partimos da seguinte hipótese: duas disposições básicas podem ser encontradas na ciência política contemporânea, ambas resultado dos modos de leitura da tradição da filosofia política: (1) a miniaturização do fenômeno político e (2) minimalismo do fenômeno político. Essas duas disposições são formadas em virtude do conceito de natureza humana (ainda que a terminologia da natureza humana não seja usada por vários setores da ciência política, não é demais falar, concepções antropológicas estão sempre presentes: (1) a natureza humana como minutura (opção teórica para simplificar os modos descritivos e determinar a regularidade das ações e (2) a natureza humana descrita como minimalismo.”

⁵⁶ “Significativo quer dizer o quê? Eu não disse significante, em absoluto. Há uma grande diferença entre a relação significante/ significado e a significação. A significação, isso faz um signo. Um signo não tem nada a ver com um significante.”

Por conseguinte, desdobra-se neste ensaio à hipótese de o Partido, já consciente e ao mesmo tempo às voltas com sua inconsciência ou consciência reificada, em que: para “igualar” sua consciência psicológica à consciência de classe, o fará através do processo de mediação, buscando equilibrar em certa medida o sujeito interventor, do objeto da realidade dada para pretensamente ser transformada. Isso porque há uma realidade social e natural independente da consciência de classe. Ou seja, da consciência objetiva. Mas, não podemos esquecer-nos do subjetivo (idealismo), da consciência psicológica do indivíduo, senão, reduzimos o ser humano a uma objetividade mecânica (materialismo vulgar). Marx e Engels deixou isso claro nas *Teses de Feuerbach*.

Portanto, isso precisa ficar claro para o Partido: O ser humano é tanto universalidade como individualidade. É tanto objetividade e como subjetividade. É necessidade e causalidade. Para tal, em suas categorias e determinações reais do ser, no caso, o Partido está inscrito como objetividade e como universalidade do gênero, mas, sua individualidade está inscrita como um problema que está na ordem do dia, pois o indivíduo não é regado simplesmente pelo gênero social (VAISMAN, 2009. p.455), muito menos pela regularidade de uma instituição - pois há o sistema de crenças (KIRALY, 2012. p.101), e por isso, precisará lançar uso da organização, mas, não somente isto: precisará da ideologia como instrumento de combate de ideias e de crenças para se possível, subverter a moralidade própria do indivíduo, porém, mesmo na categoria modal da possibilidade, este é um processo lento e muito delicado.

O movimento religioso mesmo após a Idade Média, e as escolas filosóficas, por si só, demonstram a força que tem o suporte ideológico na transmutação da consciência dos indivíduos, uns mais dogmáticos, outros, mais moderados, mas, o fato é de que é uma força a que não se pode subestimar, mas, muito menos superestimar. Porém, o indivíduo e a sociedade não prescindem da ideologia, tanto em seu cotidiano, em sua práxis humana, em sua experiência, não estando somente restrita a “estudos superiores” ou religiosos.

Pois, o certo é que tal devir do homem é irreversível em sua historicidade, donde, ao mesmo tempo em que é forjado pela base econômica, produz e se reproduz autonomamente distante dela, em sua própria generidade e na sua individualidade, e na substituição de uma crença por outra, de uma ideologia por outra, de um estranhamento por outro.

Por isso, não há outra forma para a captura da consciência pelo Partido. Não há como vislumbrar outro jeito: Para Lukács, faz-se necessário filosoficamente e moralmente no dia a dia da ideologia e do cotidiano na captação da consciência pelo Partido – “destruir” o mundo burguês na consciência, mesmo estando faticamente inserido na estrutura econômica e sociedade burguesa, e isso, perfaz tanto à consciência subjetiva como à

consciência de classe – para derrocar a consciência reificada que transforma o ser humano na consciência de automercadoria. Isto é uma luta árdua, um processo lento, porém intenso e profundo a ser travado pelo Partido. É um trabalho ideológico e de propaganda, um trabalho de repetição.

Mas, isto precisa ficar também, muito claro: não é concebido como a mecânica de uma regularidade ou fórmula. Estamos discorrendo sobre ideologia, imaginário, crença, na individuação de uma instituição que também é formado por sua crença, mas, que está inscrita – querendo ou não, na pluralidade de mundos – ou seja, de outros sistemas de crenças. Não é intenção aqui e nem escopo entrar em pormenores de caso a caso. Mas, não podemos negar até o momento a crença, independente de sua intensidade, que ainda gira e ressona em todo o mundo, que se reflete no imaginário: o Partido comunista e revolucionário, mesmo após a queda do Muro de Berlim.

Portanto, o Partido revolucionário com base na luta ideológica e prática das lutas políticas, do cotidiano e parlamentar, precisa atingir suas metas consecutivas: ser primeiro, o artífice da consciência do proletariado, ser o arquétipo de modo a não refluir à consciência e o fenômeno da reificação na pós-consciência do proletariado. Isso é imprescindível. Este sintoma da inconsciência é a chave da “verdade”, sendo preciso trazer à sombra para a camada superior, e fazer com que o “sentimento oceânico”, o ‘eu e o ambiente’ se entrelacem novamente com a consciência, e que refaça as camadas subterrâneas para a camada da consciência, como a Roma *quadrata* (FREUD, 2011. p.12), a Roma da renascença, como exposto por Freud; e como mostramos com Lacan, considerando a consciência subjetiva e psicológica do indivíduo, pois a individualidade não é regrada mecanicamente pela genericidade e pela objetividade econômica, possuindo também sua autonomia e independência do gênero.

Mas, trazer e entender este mundo em substituição ao mundo a ser destruído vai precisar de fato debater-se, em seus elementos de entrave, com o Direito e o Mercado Financeiro, e antes disso, à moral burguesa. Mas antes ainda, deparar-se com seu simulacro: a crença e seu sistema para criar-se à semelhança e com as ações ideológicas e políticas, prover à causalidade para outra ordem: a da moral e ética revolucionária, como a história já se fez provar, mas não perdurar, como a Comuna de Paris em 1871, e a Revolução Russa de 1917, só para ficarmos nestes exemplos.

Portanto, segue-se ao desenvolvimento e a relevância da organização, contextualizada nestas questões de ordem das regularidades, assim como na questão do inconsciente e do sintoma para o Partido, atributos da genericidade e da individualidade que precisarão ser elevados à consciência para tratar da organização concreta, e lidar com

contradições morais como: a violência, a legalidade e ilegalidade, com total pragmatismo quando do ápice e o recrudescimento da crise econômica e das suas barreiras, para o objetivo final da revolução. Tudo isso, para evitar-se à capitulação durante o usufruto e momentos lançados pelo materialismo histórico – seja em combate escancarado ou não aberto da luta de classes entre as duas classes fundamentais: o proletariado e a burguesia. Em suma, é preciso que o Partido revolucionário lance mão da ciência e arte dialética, marxista e organizativa para suprir a fonte da “religião” (FREUD, 2011. p.18) burguesa, sua moral e seus costumes, ao passo a passo da realidade histórica.

CONCLUSÃO

Por fim, faz-se necessário ficar detidamente claro para o Partido revolucionário que a moral e ética burguesa, moduladas pela reificação estão extremamente arraigadas no Mercado Financeiro e no Direito, o que sugere que tais movimentos são correias de transmissão ao mesmo tempo em que fabricadas pelo processo de reificação, são também os demiurgos da ideologia burguesa funcionando como pontos de consenso e pontos de coerção – ou seja, como pontos de arrefecimento, mitigação e extirpação da consciência que acometem as individualidades (VAISMAN, 2009. p.455) do Partido, e principalmente, mesmo que a se tenha, de restringir por parte do agente revolucionário uma ação de fato real e transformadora da realidade pelo âmbito da organização. Com efeito, mesmo que se tenha consciência, pode decerto inibir uma ação do Partido e dos seus indivíduos em criar os acontecimentos, em tomar a iniciativa com receio de sofrerem as sanções e regularidades, principalmente da ordem legal e da financeira.

Por isso, para o Partido agir com base, agora, em sua consciência e ação revolucionária, porque ambas formam a práxis revolucionária (teoria e prática), o mesmo não poderá sob nenhuma hipótese: vulgarizar, minimizar, banalizar, assim como negligenciar ou superestimar tais espécimes concretos da estrutura reificada e burguesa, coercitiva à sociedade, que racionaliza, mecaniza e determina o ser humano, e que deturpa a sua formação como classe proletária. Pois decerto, se o Partido permanece nessa postura passiva perante essa estrutura e suas suscetibilidades, destrói-se a ponte entre a consciência psicológica (subjéctiva) das individualidades e a consciência de classe (objectiva) do gênero, pois, se o Partido fica no vale entre a consciência e a organização da ação efetiva na ordem dia do Partido revolucionário, o mesmo cai no ocaso da ação contemplativa e utópica, perfazendo-se na sombra, no sintoma e na inconsciência, do que ao contrário, deveria ser apenas um caminho gradual e árduo para potencializar e superar um sintoma

de inconsciência para a verdade da ação consciente no cotidiano do Partido do proletariado. Mesmo a despeito da crença da reificação reproduzir ainda também neste mesmo cotidiano o espelhamento da realidade da sociedade burguesa na consciência da individualidade e no gênero do Partido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFANCO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v.1. 13.ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político (civilização brasileira)*. Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Lukács, Proust e Kafka. Literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 18.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FELIPPE, Wilian. Teoria e organização do partido. *Coletâneas de textos de Lênin, Trotsky e Moreno*. São Paulo: Ed. José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HUME, David *Tratado da natureza humana*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2009)

KIRALY, Cesar. *Ceticismo e política*. São Paulo: Giz Editorial, 2012

_____. *Os limites da representação: um ensaio desde a filosofia de David Hume*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

KONDER, Leandro. *A revanche da dialética*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LACAN, Jacques Lacan. *Estou falando com as paredes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LUKÁCS, Georg. Anotações sobre o materialismo burguês. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 31. São Paulo: Unicamp, 2010.

_____. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Lenin: a study on the unity of his thought*. London-New York: Verso, 2009.

_____. Meu caminho para Marx. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011

_____. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma Ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

A MUDANÇA de função do materialismo histórico. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SILVA, José Cláudio Ferreira. *Macroeconomia: modelo de análise conjuntural*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2008.

VAISMAN, Ester. Apresentação. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Apresentação. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. In: *Revista Perspectiva*, v.27. Florianópolis: jul/dez, 2009.

Capítulo

06

DO PARTIDO NA CONSCIÊNCIA DE CLASSE – CONSELHO OPERÁRIO DO PARTIDO

DIEGO FONSECA DANTAS

Doutorado em Educação
Universidade Federal do Fluminense - UFF

RESUMO: O tema deste ensaio é o partido na concepção de Lukács enquanto fomentador e transformador da consciência reificada do proletariado em consciência de classe. Faz uma revisão bibliográfica a partir do seu livro seminal *História e Consciência de Classe*. Tem por objetivo entender se o Partido pode ser de fato um organismo de mudança e revolução social. A partir das perspectivas do autor, validar alguns de seus entendimentos. Como, por exemplo, o entendimento do que é consciência de classe, quais são as classes intermediárias na luta de classes. Por meio do entendimento de que há duas classes fundamentais dentro do capitalismo: o proletariado e a burguesia. Do resgate em todos os sentidos da questão e método dialético como a forma correta de teoria e ação proletária e do marxismo, ou seja, da teoria à interpretação da ação correta na realidade. Concluímos que é possível, dadas as contingências históricas, e o Partido, já consciente e usando a organização como método de entendimento da realidade e de ação e práxis, e sabendo arrolar as classes intermediárias para sabotar e mitigar a burguesia. Porém, enquanto há a consolidação de sua consciência de classe, o próprio proletariado ainda está suscetível a concepção burguesa e reificada.

PALAVRAS-CHAVE: dialética; partido; consciência de classe.

ABSTRACT: The theme of this essay is the party in Lukács' conception as a promoter and transformer of the reified consciousness of the proletariat into class consciousness. It makes a bibliographic review based on his seminal book *History and Class Consciousness*. Its objective is to understand whether the Party can in fact be an organism of social change and revolution. From the author's perspectives, validate some of his understandings. Like, for example, understanding what class consciousness is, what are the intermediate classes in the class struggle. Through the understanding that there are two fundamental classes within capitalism: the proletariat and the bourgeoisie. From the rescue in all senses of the dialectical question and method as the correct form of proletarian theory and action and of Marxism, that is, from theory to the interpretation of correct action in reality. We conclude that it is possible, given the historical contingencies, and the Party, already aware and using the organization as a method of understanding reality and action and praxis, and knowing how to enlist the intermediate classes to sabotage and mitigate the bourgeoisie. However, while there is the consolidation of its class consciousness, the proletariat itself is still susceptible to the bourgeois and reified conception.

KEY-WORDS: dialectic; Party; Class consciousness;

INTRODUÇÃO: PARTIDO, CONSCIÊNCIA E REIFICAÇÃO

A despeito do que podemos constatar nos dois primeiros ensaios de *História e Consciência de Classe* (“O que é marxismo ortodoxo” e “Rosa Luxemburgo como marxista”) sobre o conceito da dialética como preeminente, anterior, premissa e co-criadora da figura orgânica e agora dialética do Partido, e esse mesmo como forma de captar as contradições para elevação de sua consciência como proletariado pela percepção da acumulação do Capital na sociedade e totalidade concreta e econômica do capitalismo; no ensaio

Consciência de Classe, o filósofo húngaro trata a questão do título e a dissecar em dois problemas em caráter terminal: o que se entende por consciência de classe; e segundo, se a mesma possui uma natureza de unicidade de todo proletariado ou se possui gradações⁵⁷ entre as classes e como o proletariado se destaca neste processo. A apreensão deste conceito é também vital para a análise de conjuntura sobre a realidade para a ação revolucionária, isto é, contra a burguesia pelo Partido proletário, seja pela ideologia e na luta cotidiana.

Para iniciar seu ditame, destaca que apesar da evolução natural da história e das forças produtivas, e, por conseguinte, do modo e sistema de produção com a acumulação do capital, quando se vê a estrutura atual burguesa, há um recorrente aparte dessa classe em renunciar a esta consciência em reflexo com a realidade econômica, e o proletariado, de modo a explicá-la, seja pelas leis naturais da história, em que a história é suprimida de seus fins e processos evolutivos, sendo explicado em tom formal, e negando que houve revoluções históricas, e quando o houve, foi feito de modo inacabado e, em outro ponto, que a história é explicada por um viés recortado, em contexto individual como garantindo que “cada época estava mais próxima de Deus”⁵⁸, por assim dizer, perfeita e equânime em seu respectivo e estrito “*status quo*”.

É neste quadro de problematização em que tudo leva ao conformismo e a constatação *do fim da história*, que pretendemos investigar à luz do livro seminal de Lukács, se o Partido dito revolucionário, de massas, podem enfim, subverter esta realidade.

A DETERMINAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Por isso, o Partido, segundo Lukács precisa dissecar e referir-se como negação o pretenso dilema e que ambas as formas não são nada mais do que modos contemplativos da burguesia submeter uma ideologia para as classes, negando o motor da história, reafirmando que não há evolução possível, que tal estrutura é elegível ao mais adequado. Tal estratégia não faz mais que jogar a classe trabalhadora às forças produtivas e na direção diametralmente oposta à organização como Partido proletário.

Com efeito ainda, tal diagnóstico não faz mais do que jogar ao longe qualquer forma racional de aludir às pessoas e classes, de que os processos da vontade e ação individual

⁵⁷MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012. Sobre este aspecto de gradações, tal constatação é explicada em Marx na obra editada posteriormente por Engels – “As lutas de classe na França de 1848 a 1850”. Sobre o relato da pequena-burguesia e campesinato. p.68-71.

⁵⁸LUKÁCS, Georg. Consciência de classe. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.137.

não fazem mais do que sequer serem controlados pelo sistema, uma estrutura-mor, que afasta todos do controle, e move o dia-a-dia, as regras e formas da vida em sociedade. Quando, é o contrário, que tal ilusão, serve para controlar e reger o proletariado condicionado as condições e *modus operandi* econômicos, fazendo desaparecer a relação indivíduo e indivíduo, com efeito, provido por uma relação de objetivação, um processo “natural” entre os homens, que por necessidade e liberdade e pela experiência precisam interagir-se pela linguagem, pela educação, seja mediata ou imediatamente por qualquer relação social entre os indivíduos em sua forma plena; para uma relação forjada e cada vez mais distante dessa relação social e “natural” para o que Lukács chama de processo de reificação (a submissão das relações humanas pelas relações de coisificação, de troca econômica de mercadorias, sendo que nesta visão a relação “natural” e social entre os homens dá lugar à relação em que os homens enxergam-se um ao outro como uma mercadoria. O trabalho assalariado vendido ao proprietário, é a prova disso, apenas para ficar neste exemplo).

E é aí que está o problema para o proletariado e o Partido. Este processo de reificação modula as leis econômicas, jurídicas e sociais, e por sua vez, a sociedade⁵⁹. Por isso, o processo de reificação escamoteia o processo de objetivação e a relação social e “natural”; uma relação intelectual, ativa, prática e de ação mútua entre os homens, entre indivíduo e indivíduo para uma relação dada pelas “leis eternas” da economia e de troca de mercadorias entre si. Pois Lukács defende⁶⁰ que Marx, afirma, afinal, que em última instância neste particular, as relações sociais, também, são um produto do homem, com base nas já citadas *Teses de Feuerbach* de Marx e Engels. Enquanto o Partido permanecer nesta dualidade contemplativa (sociedade e indivíduo regradados mecanicamente por uma realidade dada), não fará mais que fraseologia e utopia revolucionária, sem efeito tático e estratégico, muito menos no cotidiano da luta contra o *modus operandi* e a imagem de mundo burguesa.

Por sua vez, o indivíduo possui decerto autonomia na relação social entre os homens, seja sob falsa consciência ou consciência, mas, devemos esclarecer que, em última instância, sua base está aterrada na sociedade (generidade), em uma relação dialética, por

⁵⁹ POSTONE, Moishe. *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, New York. 1993. p.72-74. Tradução feita pelo autor: “Neste contexto, Lukács adota a caracterização de Max Weber sobre a sociedade moderna em termos de um processo histórico de racionalização, e as tentativas de incorporar a análise no âmbito da análise de Marx do capitalismo. Ele faz disso um aterramento: do processo de racionalização na análise de Marx da mercadoria formar-se como o princípio de estruturação básica da sociedade capitalista. Desta forma, Lukács pretende demonstrar que o processo de racionalização é socialmente constituído, que se desenvolve de maneira não linear, e que o que Weber descreve como o “ferro e a gaiola da vida moderna” não é um concomitante necessário de qualquer forma da sociedade moderna, mas, sim, em função de capitalismo, e que, portanto, pode ser transformado”.

⁶⁰ LUKÁCS, Georg., Consciência de classe. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.137.

isso, sua situação no processo produtivo, e por sua vez, sua consciência (reflexo) estará sempre contida em uma estrutura de classe. Lukács mostra⁶¹, como Engels, que a consciência de classe, não é produto das consciências psicológicas individuais dos indivíduos desta classe, e que sim, são produtos e reflexo de sua história e contradições dentro da base material, em última instância, da infraestrutura econômica.

Isso se deve, pois a história: de que com o advento do capitalismo ficou mais claro a gradação e distinção entre as classes sociais, as puras, segundo ele, entre a burguesia e o proletariado, sendo que no período pré-capitalista, tais condições eram mascaradas devido à junção entre a estrutura política e a econômica, devido a maior autonomia entre os indivíduos no processo produtivo próprio do coletivismo necessário da época confundir-se com as “decisões políticas” da divisão das tarefas, ‘de como’ e ‘quando caçar’, plantar, colher, abrigar-se, etc.; estrutura essa pertinente aos estamentos e comunidades vigentes do período, pois, da antiguidade, do comunismo primitivo, como relatado por Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*. O capitalismo colocou à luz clara, à sociedade de classes, pujante e vigente desde o desenvolvimento: da nova estrutura econômica, da divisão do trabalho, do processo produtivo racionalizado, das ciências e de uma sociedade cada vez mais mediada e complexa pela lógica da troca de mercadorias, subvertendo àquela relação dos homens, mais “natural” e social das épocas pré-capitalistas.

Destaquemos, então, o que para o Partido revolucionário se entende por consciência de classe, no dito marxista a partir da visão lukacsiana, pois, este conceito “consciência de classe” é advindo de Lukács, a despeito de termos a definição de consciência em *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels e *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* de Marx.

A consciência na visão marxista⁶² a partir de Lukács, não é outra coisa, senão a tomada de consciência a partir da realidade material, com suas contradições, entre forças produtivas e relações de produção, ou melhor, entre a contradição capital e trabalho, entre burguesia e proletariado. Fazer-se e sê-lo consciente, nesta visão, é justamente absorver pela mediação e não imediatismo da sua relação com o processo produtivo, justamente, também, sua posição na situação do processo produtivo, o que forma, à sua classe, que dentre várias duas classes, formam-se como fundamentais a burguesia e o proletariado. O primeiro detentor dos meios de produção, o segundo, como fornecedor da força de trabalho, que a vende para o dono do capital. Sobre tal, temos a definição de Marx⁶³ de que é uma classe a que se pode representar por haver um elo nacional com a mesma gradação de

⁶¹Idem. p.134;142.

⁶²MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e teses sobre Feuerbach*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.61. Seção: A produção da consciência.

⁶³MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 6.ed. São Paulo: Centauro, 2010. p.132-133.

cultura, de interesses e que podem ascender-se e organizar como organização política, seja no parlamento ou fora dele. Os que não possuem ligação comum de mesmo interesse e cultura, não podem se representar, tem, por tal, que ser representados. Por isso, não podem, com efeito, serem considerados como classe. Ter consciência de classe para o Partido revolucionário é ter a visão da sociedade como formada por esta estrutura de classe, espelhada pelo processo produtivo e econômico, mas, influído ainda pela genericidade social, pela ideologia e superestrutura moral, ética, direito e etc.

Portanto, ‘tomar consciência’ na visão marxista, para um Partido marxista revolucionário, não é conjecturar e espelhar ideias, subjetiva ou objetivamente para a realidade, mas através da mediação, de seu processo de imersão subjetiva, relacionar-se com a totalidade, para, na mesma, enxergar-se na realidade, ou seja, a realidade tomada pela consciência, e não a consciência forjando a realidade. Esta relação entre consciência e totalidade, Lukács a chama de estudo concreto⁶⁴. Capitular a esta visão e à tomada de consciência, na concepção de Lukács, faz com que qualquer estudo dito concreto não passe de algo abstrato⁶⁵, sem sensação e base na realidade material. Abstrato na medida em que não se relaciona com qualquer ponto da realidade concreta, de uma situação concreta, de uma totalidade concreta, o que por sua vez, não refletirá uma análise concreta. Será um estudo apenas estrito ao campo do pensamento e da lógica. Apenas um estudo isolado da realidade.

Por exemplo, é enxergar uma “totalidade” puramente econômica sem ater-se a totalidade política e social, é ater-se a uma totalidade de um país, sem enxergar sua totalidade em contexto mundial. Existem várias totalidades. A sua junção é a totalidade plena, e dela, na dialética, não se pode furtar atendo-se a um recorte, que mesmo como totalidade específica, não representa a ideia do todo. Portanto, a recusa à consciência marxista para o Partido do proletariado como classe é não se enxergar e fazer-se entender que todos estão inseridos em uma sociedade tomada por relações entre as classes e não relações entre pessoas e indivíduos especificamente. Por tal, a consciência não pode passar ao largo desta visão de sociedade a da base material, sob risco de cair na consciência individual, subjetiva e adjudicada da consciência psicológica entre os mesmos, mesmo que amparado por uma consciência psicológica da massa, pois cairá na máscara subjetiva de

⁶⁴Consciência de classe. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.141.

⁶⁵ Idem: Diz Lukács: “A ciência histórica burguesa também visa, é verdade, a estudos concretos...Seu erro consiste em acreditar que é possível encontrar o concreto no indivíduo empírico e histórico e em sua consciência dada empiricamente... Mas é justamente quando acredita ter encontrado o que há de mais concreto que ela está mais longe de do concreto: a sociedade como totalidade concreta, a organização da produção num determinado nível do desenvolvimento social e a divisão de classes que opera na sociedade.”.

uma sociedade que não dividida em classes, de uma sociedade que não na plenitude de sua totalidade, em última instância econômica⁶⁶.

Por este viés, a consciência capitaneada pelo Partido não passa sob pena de perecer de sua concretude, da sua relação com a totalidade⁶⁷. É na totalidade, em última instância, com base econômica, que se eleva a consciência, sobrepujando a falsa consciência, a consciência burguesa, de cunho contemplativo. Consegue-se extrair de uma situação de inconsciência para a consciência de classe. Não obstante, como dito, é se enxergar como classe, a partir de sua situação na produção capitalista. Por mais que tenhamos classes intermediárias, e elas são legítimas, elas também, a despeito de algumas, serem reminiscências ainda da época pré-capitalista, ainda assim, em alguma medida, são fomento do modo de produção, que fomenta a sua situação de classe, em suma, sua consciência de classe.

Justamente por esta leitura histórica e as reminiscências das estruturas antigas de classes, que o Partido revolucionário em Lukács entende e afirma que de fato as duas classes fundamentais e móveis do capitalismo são a burguesia e o proletariado, informando que as demais classes (pequena burguesia, campesinato, etc.) não passam de vestígios históricos da sociedade de estamentos – pré-capitalista⁶⁸. Que, em tempo e espaço da realidade histórica, somente as referidas classes, podem de fato imaginar-se com poder de organizar todo o plano e estrutura da sociedade. Este conceito como teoria e práxis, é de vital relevância para a organização tática e estratégica do Partido revolucionário, pois, como visto, tais classes intermediárias não podem se representar, precisam ser, pois, representadas por outra classe. Por isso, tais classes precisam ser manietadas e arroladas, através de alianças para além de parlamentares, mas, nas instâncias da sociedade, como forma de capturar pelo interesse imediato das mesmas, por conseguinte, bônus tático e estratégico para o Partido revolucionário. A história da aliança entre o campesinato e os bolcheviques em Outubro de 1917⁶⁹, mostra categoricamente isto. A partilha das terras como moeda de troca imediata cujo signatário bolchevique precisou se comprometer para obter dividendos e êxito final da Revolução. A diferença entre momento tático (movimento) e objetivo final (estratégia) não pode ser instrumentalizado pelo Partido conceitualmente. É decerto instrumento de ação na luta política.

⁶⁶ Ibidem. p.140.

⁶⁷ Ibidem. p.141-143.

⁶⁸ Ibidem. p.156.

⁶⁹ TROTSKY, Leon. *A Revolução de Outubro*. São Paulo: Boitempo. 2007. p.55.

ver LUKÁCS, Georg. Legalidade e Ilegalidade. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

Pois bem, a pequena burguesia só pode, por sua vez, imaginar-se em ordem com a organização da sociedade se seus interesses de classe vierem a coincidir com os interesses do capital, em outras palavras, com o interesse da classe de fato: burguesia. Que, no máximo, seu interesse comporta-se como de caráter imediato, e que o fará em conveniência a minar e mitigar a tensão entre capital e salário, burguesia e proletariado, e se jogará ao sabor dos ventos, em sua inconsciência, para um lado e para outro, conforme lhe convier nessa conveniência, e visando seu interesse econômico e imediato. O campesinato, comporta-se em forma análoga, mas, com um caráter mais beligerante, sendo por sua própria condição decisiva em nível territorial e político, a utilizar-se de bandeiras ideológicas para com um lado e outro, mas, que não oferece nenhuma garantia, na luta final, podendo ele mesmo e internamente assumir posições opostas para com um lado e outro. Devem ser vistos com reserva e cautela, a não confiar diretamente nessa classe, como ponto-mor de apoio na luta histórica do proletariado. Devem, portanto, ser usados pragmaticamente no rolar da história e dos momentos de crise econômica do capitalismo: ser utilizados pelo Partido para situações limítrofes de crise e de fluxo contra a burguesia.

Mas, sem sorte à dúvida, Lukács defende em sua reflexão imediata e mediada da situação de classe no processo de produção, respectivamente, a burguesia se faz de forma mais consciente do que a do proletariado, dado o seu imediatismo objetivo, pois, na burguesia, sua situação de classe é a dominante, a que já se encontra ascendida no processo material e na realidade histórica. Então, desta forma, mesmo que sua consciência permita-se em conveniência a se deleitar no consumo e na ideologia e prática reificada, de enxergar no outro um derivativo da mercadoria, quando não a própria, ele defende instintivamente sua posição de destaque contra qualquer sobressalto do proletariado. Isso mostra que sua defesa não por acaso, não é vã, é a defesa instintiva e proveniente da sua consciência, dada a sua posição que precisa ser defendida. Como exemplo, a luta entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção, na defesa da redução da jornada de trabalho, na concessão de benefícios, etc.

Tal comportamento de luta mostra-se tão menos opaca ou tão mais ativa, quando sua consciência imediata se transforma em igual medida na sua consciência natural, de classe burguesa. Advinda dos intelectuais, da propaganda burguesa provinda, com efeito, dos grandes detentores do capital, em suma, a grande burguesia e a elite burguesa, quando aí, a luta se instrumentaliza tanto no Parlamento (contra projetos de lei que beneficiem o proletariado) e em todas as instâncias do Estado.

Já há nesta medida uma diferença na consciência de classe do proletariado para o Partido. Ele só o pode ser alcançado, se –defende Lukács – pela mediação e não pelo

imediatismo da realidade objetiva. E, por isso, que a categoria, por sua vez, da totalidade, e do método dialético se faz necessária, à medida que o trabalhador normal, o proletário, não em termo individual, mas coletivo, precisa sair do reducionismo da realidade econômica, do chão-de-fábrica, da visão taylorista para se alçar à elevação de sua consciência. Processo este que irá dizer e maldizer, evoluir e retrair e retroagir, afirmar e negar, como o processo dialético, de tal forma que o mesmo saia do mecanicismo, da visão contemplativa e autodeterminada, para enxergar-se como não ser econômico, apenas, como ser político, como sujeito histórico de seu objeto.

CONCLUSÃO

Conclui-se, daí, o advento da massa do proletariado já com sua consciência de classe – reflexo de sua situação no processo de produção - em Partido revolucionário, relação dialética, pois – o aumento das fileiras precisa estar articulado e condicionado à captação da consciência pelo Partido, desde seu núcleo, seu Conselho Operário⁷⁰, às suas fileiras de entrada, seja pela comunicação e entendimento junto aos trabalhadores: do método e aplicação da dialética marxista, do problema da acumulação de capital em detrimento da sua mais-valia; em suma, pelo processo de mediação para enxergar no particular da sua esteira da linha de produção à totalidade da sociedade capitalista (a unidade que possui a estrutura econômica, o Estado, o direito, etc., mesmo do ponto de vista da linha de produção) – enfim, isso somente será feito com êxito pela organização do Partido (propaganda ideológica, método do centralismo democrático, aplicação dos conceitos e prática: da legalidade e ilegalidade, e do objetivo final e tática, etc.).

Por isso, este mesmo Partido que precisa através do Conselho, arregimentar e nivelar, num mesmo cordão, às fileiras mais revolucionárias, contendo cada individualidade e seu sistema de crenças, que se compõem do acesso as obras intelectuais e experiências marxistas ou não – das mais dispersas que não possuem, portanto, conhecimento, concepção ideológica, e por vezes, nem experiência na práxis política. Pois, não se pode esquecer que devido às variabilidades da reificação nas diversas subgradações do proletariado, há também em igual medida, reflexos – idem - distintos na consciência de classe operária – que é o seu entendimento objetivo de sua situação econômica no processo

⁷⁰LUKÁCS, Georg. Consciência de Classe. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.191-192. “O conselho operário revolucionário, que nunca deve ser confundido com sua caricatura oportunista, é uma das formas pelas quais a consciência da classe proletária lutou incessantemente desde seu nascimento [...]. Com efeito, o conselho operário é a superação econômica e política da reificação capitalista”.

de produção - da mínima contemplativa à máxima revolucionária. Que neste ponto de mediação, o Partido é a força eletromotriz de união desse macro divisor social.

Para concluir, cabe lembrar, que teoria e práxis, para Marx, é a teoria e ação consciente do proletariado na realidade concreta⁷¹. Mas, toda a lógica do Partido envolve dialeticamente o entendimento da acumulação e como pernicioso este fenômeno é para o trabalhador na expropriação de sua mais-valia, de sua precarização como trabalhador, assim como no nível de renda e salário, mas, que por outro lado, abre uma oportunidade: o processo agudo de acumulação unido a determinadas conjunturas provê em seu processo de reprodução um desenvolvimento desigual que se elevando às crises econômicas é que se pode esmerar-se a uma consciência de classe ao proletariado. E, para isso, é preciso desbaratar e ascender-se no entendimento e prática do processo de reificação, e de fato se unir a essa totalidade, antes como método, agora como meio de ação consciente para elevar-se a Partido revolucionário. Foi neste quadro que dada às devidas contingências, de crises agudas econômicas e políticas advindas da acumulação do capital, que eclodiram a Revolução de outubro de 1917 na Rússia, a própria Comuna de Paris de 1871 no bojo das lutas de classe na França, e as revoluções Chinesa e Cubana para ficarmos apenas nestes exemplos.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político (civilização brasileira)*. Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Lukács, Proust e Kafka. Literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FELIPPE, Wilian. Teoria e organização do partido. *Coletâneas de textos de Lênin, Trotsky e Moreno*. São Paulo: Ed. José Luiz Rosa Sundermam, 2006. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KONDER, Leandro. *A revanche da dialética*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LENIN, V.I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

⁷¹LUKÁCS, Georg. Legalidade e ilegalidade. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.65.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. Anotações sobre o materialismo burguês. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 31. São Paulo: Unicamp, 2010.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. _____. Legalidade e ilegalidade. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Lenin: a study on the unity of his thought*. London-New York: Verso, 2009.

_____. Meu caminho para Marx. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma Ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Tactics and Ethics: 1919-1929*. London-New York: Verso, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital*. 2.v. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural. 988.

MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 6.ed. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e teses sobre Feuerbach*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

PAULO NETO, José. Introdução: Lukács e a Política., In: *Socialismo e Democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 2011.

POSTONE, Moishe., *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, New York. 1993.

TROTSKY, Leon. A degeneração do Partido Bolchevique. In: Wiliam Fellipe. *Teoria e organização do partido*. São Paulo: José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

_____. *A Revolução de Outubro*. São Paulo: Boitempo. 2007.

Capítulo

07

ORIGEM E ESTRANHAMENTO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL

DIEGO FONSECA DANTAS

Doutorado em Educação
Universidade Federal do Fluminense - UFF

RESUMO: Este ensaio faz uma revisão teórica sobre o ideário conservador e apontamentos sobre o fascismo referenciado em Lukács e Chasin, dentre outros. Coloca em perspectiva histórica a emergência e o estranhamento do conservadorismo examinando no terreno das relações sociais o alcance, a profundidade e as suas possibilidades na cultura do país. Constata que o conservadorismo praticamente nasce e se desenvolve com o próprio Brasil, e que embora não tenha faltado o desejo, o flerte e, talvez, até a oportunidade concreta de surgimento de um aparato fascista de fato, isso não ocorreu, ao menos não até agora.

Palavras-chave: fascismo; conservadorismo; ideologia.

ABSTRACT: This essay makes a theoretical review on the conservative ideology and notes on fascism referenced in Lukács and Chasin, among others. It puts the emergence and estrangement of conservatism into historical perspective, examining the scope, depth and possibilities of the country's culture in the field of social relations. It notes that conservatism is practically born and developed with Brazil itself, and that although there was no lack of desire, flirtation and, perhaps, even the concrete opportunity for the emergence of a de facto fascist apparatus, this did not occur, at least not until now.

Keywords: education; conservatism; ideology.

À GUIA DA INTRODUÇÃO

Um olhar ainda que superficial sobre a história do Brasil nos mostra um país constituído sobre bases extremamente conservadoras. Mesmo considerando os saltos qualitativos da Independência, da República e da Revolução de 1930, a permanência de valores e práticas conservadoras das elites brasileiras impede que o país acerte as contas com seu passado. Das diferentes fases da colonização, passando pelos curtos períodos monárquicos – tanto como Colônia, assim como Império independente – até os 133 anos de República a serem completados este ano, o Brasil conserva ainda hoje tradições patrimonialistas, herança da escravidão, autoritarismo, hierarquização e exclusão social. Não fosse isso tudo o bastante, o conservadorismo brasileiro revela ainda traços reacionários que nos remetem de tempos em tempos a práticas de grandes, médias e pequenas mazelas anticivilizatórias, quando não a barbárie. Tendo por objetivo entender como o conservadorismo se tornou hegemônico no pensamento e na prática das elites brasileiras, e encontrou, nos parece, acolhimento nas classes médias e em segmentos das classes populares, dedicaremos esta seção à revisão de alguns postulados históricos.

ORIGEM E ESTRANHAMENTO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL

Ocupado intensivamente pelos portugueses a partir de meados do século XVI, o Brasil se estruturou e manteve por três séculos seguidos uma miscelânea de práticas coloniais, como a escravatura, e práticas econômicas mercantilistas aplicadas por Portugal. Reproduzidos pela elite burguesa que aqui se instalou visando o enriquecimento da Corte e de si própria, os valores e as crenças tradicionais na península ibérica como o mandonismo, o patriarcalismo, a hierarquização, o desprezo pelo trabalho, a subserviência brutal, a corrupção, o patrimonialismo e o culto a redentores de ocasião, trazidos para cá, moldaram os indivíduos livres em diferentes posições na escala social. Também a violência foi, desde sempre, um elemento seminal na constituição elementar da sociedade brasileira, não apenas contra o escravo, mas, também, contra a mulher, contra a criança, contra o pobre.

Para Reis

Una violencia que sirvió para que él marcasse socialmente su propiedad, ya sea la de un esclavo, un animal de carga, la tierra y todo o más que él pudiese explotar para su propio enriquecimiento. La violencia del opresor ibérico también sirvió como distinción de poder, sobreponiendo el ocio de los que mandaban al trabajo de los que obedecían. Sirvió incluso para demostrar el desprecio personal que el opresor sentía por todo aquello que él discriminaba y brutalizaba, el nativo pobre, el negro pobre, el blanco pobre (2014, p. 265).

A inseminação permanente da violência na vida do país, acabaria sendo naturalizada e reproduzida em todos os extratos sociais desde as elites às camadas mais pobres e mesmo entre os negros escravizados mediante a adoção de um misto de perversidade covarde, astúcia e esperteza. De fato,

De acuerdo con Schwarz (2012), al agregar la figura del aparcerero para que este gerenciara el trabajo esclavo o semi-esclavo en sus tierras, el propietario introducía el *favor* como un poderoso mecanismo de mediación de clase. Siendo aquel que tiene el dominio útil de la propiedad (incluyendo a los esclavos), pero no siendo él mismo un propietario, el aparcerero se valía del *favor* del propietario de hecho para ser incluido socialmente (Filho; Neder, 1978: 189-227). Al avanzar este proceso de mediación el *favor* serviría incluso para dividir a los esclavos, delegando a los más fuertes y violentos la tarea vil de *capitán de la selva*, para capturar y castigar a otros tantos esclavos fugitivos. La naturaleza de estos artificios mediadores ponía en evidencia el objetivo de la clase propietaria de inculcar en el oprimido la idea de que la violencia contra otro oprimido estaba asociada al beneficio de su inclusión social. Con el pasar del tiempo, aparcereros, *capitanes de la selva* y cualquier otro oprimido mínimamente beneficiado con la perspectiva de escapar de la miseria física y de la barbarie anti-civilizatoria a que estaban condenados, asimilarían esto como fruto de una cualidad personal propia. Esto es, como una *astucia* por él desarrollada con la finalidad de ser favorecido en sus relaciones personales. Asimilada, por lo tanto, como un artificio o cualidad individual para mitigar la violencia, la *astucia mediadora* contribuiría a que la

A seguir, Reis (2014) destaca o caráter estrutural desse relacionamento esclarecendo que do ponto de vista do foreiro e do capitão do mato, o *favor* subjacente na transação assumia a forma de *valor*, sendo que na cadeia hierárquica decrescente normatizada no Brasil, esse *valor* favorecia os escravos e trabalhadores mais fortes ou mais habilidosos para a prática da violência⁷². Adiante será necessário retomar a problemática da violência no seio do conservadorismo. Por ora seguimos adiante destacando aqueles pontos que, segundo a nossa compreensão, melhor caracterizam o entranhamento do conservadorismo entre nós.

Acentuando com maior força o patrimonialismo lusitano visando o férreo controle da terra e da produção, a Coroa trouxe ainda a exigência das práticas cartoriais (reproduzindo estruturas sociais de hierarquização e mandonismo para com os seus representantes na colônia) como forma de manutenção da ordem estamental. Tais fatores seriam determinantes então para que, entranhados nas relações sociais de produção na forma de acumulação pré-capitalista, em pouco tempo a colônia tivesse uma estrutura de um clã familiar patriarcal, na qual dispunha-se um emaranhado de segmentos sociais subalternos. Cabia, portanto, à família, tomada como célula da sociedade, um papel central nas relações sociais, cuja composição mantinha não apenas ligados por laços de sangue, mas também um séquito de agregados, como vizinhos e filhos ilegítimos. A todos o patriarca mantinha sob sua proteção numa forma hierárquica análoga à corte, posto que aos olhos da sociedade em geral demonstrava seu poder, prestígio e indulgência. Dada essas condições, a família condicionava “seus membros a uma certa trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais, já que absorvia toda a vida social ao seu redor” (VIANNA, 2005, p. 99). De acordo com Samara (1991, p. 11) havia uma relação intrincada e direta entre família, poder local e sociedade, sendo que o patriarca (ou o seu grupo parental) “cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob a área de sua influência”. A família colonial era, por conseguinte, a instituição que visava preencher as lacunas do Estado Português, principalmente nos primórdios da colonização

Dada a sua importância, a vinculação a esses agrupamentos permitia uma maior participação política, social e econômica na ordem patriarcal. E, se por um lado, para estes

⁷² Cabe esclarecer, com Araújo (2017, p. 2), que é no ato da troca/favor que ocorre a exteriorização “[...] da contradição entre valor de uso e valor, de tal maneira que o valor de troca se torna a manifestação do valor”. Isso ocorre porque sendo o interesse do foreiro e a força de trabalho do capitão do mato as mercadorias a serem trocadas pelas benesses dos senhores da terra, temos que se trata de “um momento fundamental no processo de expansão do valor” (Idem, pp. 2-3).

indivíduos era necessário procurar a proteção de uma família, para o patriarca também era interessante a sua manutenção, pois, isso significava projeção política em uma sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de arcos que o seguiam (SAMARA, 1991, p. 13).

No hoje clássico *A revolução burguesa no Brasil* (2006), Florestan Fernandes observa que as mudanças nas relações sociais não ocorrem de súbito, mas sim nas agruras do próprio sistema, de forma a fazer nascer o novo, em meio as estruturas do velho. Na formação pré-capitalista brasileira sob domínio compartilhado dos senhores de engenho e dos jesuítas, a existência de indivíduos livres não constituía problema maior para a estrutura do clã comunal, posto que para sobreviverem aqueles indivíduos se submetiam, em regra, ao controle dos proprietários dos meios de produção. Embora sendo propriedade privada, a terra era o lócus da família e da produção coletiva. Dessa forma, sem conflitos significativos, o tólos conservador fundado na propriedade, no controle sobre a produção e na família, análogo ao de Portugal, manteve-se íntegro como ideologia dominante no longo e quase exclusivo período do ciclo açucareiro.

Entretanto, a despeito da aparente vitalidade das práticas e costumes conservadores dos estamentos então dominantes, como o respeito à hierarquia do poder local, a troca de favores e a rede de solidariedade, o sistema colonial brasileiro já dava sinais de que mudanças vinham ocorrendo. Aos poucos os conflitos decorrentes de tudo aquilo que veio agregado ao ciclo do ouro, alteraria a forma e o conteúdo das relações sociais até então conhecidas. Nesse novo contexto histórico, as pressões sobre a propriedade e a produção levariam a que as elites promovessem de forma lenta, porém quantitativamente crescente, a mudança teleológica necessária à manutenção da sua hegemonia ideológica na colônia.

Diferentemente do que ocorrera na Europa, onde o conservadorismo resultou de uma tomada de consciência sobre práticas e reflexões acumuladas historicamente, no Brasil ele se estabeleceu como uma diretriz ou norma a ser seguida sem chance de serem estabelecidas as condições para apreende-lo e refleti-lo. A concentração da propriedade de grandes latifúndios nas mãos de pouquíssimas pessoas ou gerenciadas por prepostos da Coroa, davam uma “forma específica e harmoniosa às determinações mercantis da colonização” (FERLINI, 1991, p. 36). De todo modo, reconhecia-se que tal condição estrutural criara uma “forma política de exclusão da população livre da posse de terra e do controle do poder local e do direito de ter vínculos com o Estado, sedimentado a arraigada estrutura de privilégios” (Idem, id.). De fato, antes mesmo do fim do período colonial, uma combinação de fatores associando interesses ligados à Coroa e as elites brasileiras, em comum acordo com as camadas urbanas que haviam emergido socialmente ao longo do

ciclo da mineração, levaria a um ajuste teleológico a fim de superarem os conflitos intermitentes⁷³.

O acordo se deve sobretudo pelo povoamento ostensivo da colônia com migrantes que traziam uma bagagem cultural muito superior aos habitantes locais, fator que imprimiria uma capilaridade intelectual até então desconhecida na colônia, posto que uma quantidade expressiva deles se formara pela razão iluminista, sendo ainda herdeiros da reforma protestante que abalara moralmente e dividira politicamente a Europa ao longo dos séculos XVI e XVIII. Adequando as práticas e costumes às crescentes pressões por mudanças, compartilhou-se parte do controle sobre a propriedade, deixando livre a produção para ser explorada segundo a lei do *valor* (MARX, 2011). Dessa forma, a partir do plano estrutural, a diretriz ou norma do privilégio haveria de se consolidar como um tólos a ser conservado e reproduzido quer como um valor moral no plano pessoal quer como uma ética no terreno das relações jurídicas. Adiante, já no Império, tais valores já haviam tomado a forma de uma corrente de pensamento e programa político. Adotando a centralidade do Rio de Janeiro como referência, Schwarz assim explica a situação:

O Rio se tornara capital do Brasil desde 1763, e agora precisava exercer sua centralidade política e histórica. Além do mais, o estabelecimento necessitava confirmar sua origem palaciana, bem como justificar a composição do quadro de sócios, basicamente pertencentes às elites agrárias locais. Dessa maneira, nada mais adequado que a construção de uma história oficial que concretizasse o que, àquela altura, parecia artificial e, além do mais, recente; um Estado independente nas Américas, mas cujo projeto conservador levou à formação de um Império (regido por um monarca português) e não de uma República. Ademais, era preciso enaltecer um processo de emancipação que ia gerando muita desconfiança e conferir-lhe legitimidade. Afinal, diferentemente de seus vizinhos latino-americanos, o chefe de Estado no Brasil era um monarca, descendente direto de três casas reais europeias das mais tradicionais: os Bragança, os Bourbon e os Habsburgo. (2019, p. 14.)⁷⁴.

Embora a controvérsia sobre o surgimento prematuro de uma pequena burguesia no Brasil permaneça de certo modo viva, gostaríamos de considerar como válido o pressuposto de que um elevado número de famílias das camadas urbanas cuja ancestralidade comum remontava às mais antigas formas de uso da propriedade sob estatuto colonial nos ciclos de exploração mercantilista, seriam já em fins do século XVIII e início do século XIX, portadoras de uma forma de consciência conservadora. Um numeroso contingente de homens e mulheres pequeno burgueses arrendatários de pequenas

⁷³ Cabe o esclarecimento de que durante o ciclo da mineração um grande contingente de migrantes portugueses portadores de conhecimento técnico no ofício de metais e pedras preciosas, se estabeleceria no Brasil, vale dizer em parte incentivado pela própria Coroa, juntamente com massivos contingentes de comerciantes nômades do oriente médio. Calcula-se que entre o início do ciclo do ouro, cerca de 1685 e o seu apogeu, cerca de 1750, a população estabelecida no Brasil tenha saltado de 300 mil habitantes para mais de 3 milhões de pessoas. Ver PRADO Jr. (1973)

⁷⁴ Sobre o assunto ver também, dentre outros, LESSA (2001); CUNHA (2005); PRIORE (2016); FERNANDES (2006) e FURTADO (2007).

propriedades, grileiros com ou sem consentimento legal, gente habilidosa no comércio e em oficinas de reparos, alguns músicos e encenadores teatrais, ao mesmo tempo que haviam se tornado “*valor existente por si mesmo, como capital*” (MARX, 2011, p. 409), igualmente faziam do conservadorismo patriarcal, religioso e extremamente retrógrado um legado familiar. Assim, em que pese a ocorrência de uma mudança de *status* social daquele contingente de pessoas, a inexistência de fatores complementares não converteu em realidade o seu novo *status* (LUKÁCS, 2013). No caso aqui examinado, o *fator adicional* ou complementar inexistente seria, em meio ao processo de produção da época, a “síntese dos pores teleológicos singulares [...] como pontos de partida para cadeias causais singulares que se concentram no processo global” (Idem, id, pp.580-581). Ora, num Estado funcional para os interesses emergentes das classes dominantes, como o Brasil em meio às relações sociais ampliadas, na qual o tal contingente nacional numeroso disputava acirradamente *valores* (na mais ampla definição do termo) com um contingente igualmente numeroso de novos migrantes, parece-nos natural que as famílias oriundas do antigo regime colonial buscassem se fortalecer solidariamente se apegando ao passado.

De fato, vivendo um conflito ideológico próprio, no qual se veem colocadas entre a vigência natural de uma moral conservadora e retrógrada e a ameaça do Estado e do liberalismo *estrangeiro*, as camadas urbanas, ou uma pequena burguesia *enraizada* encontraria na endogenia dos seus costumes comuns, como o silêncio, o segredo e a fé religiosa, um refúgio estratégico e a força moral para enfrentar o outro (FERNANDES, 2006). Como pequenos burgueses *enraizados*, detinham uma condição singular na história do Brasil naquele momento, sendo que, de um modo se encontravam diante da necessidade de reconhecer as conquistas e o dinamismo do novo estatuto social sobre propriedade e a produção, de outro modo, sentiam-se na condição de herdeiros de um *éthos* tido por elas como especial, único e verdadeiro, e, nesse sentido, lutavam para conservar como universalmente válidas concepções arcaicas no “*hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade” (Idem, id, p. 465). Para Lukács

Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo [...] conserva dentro de si as marcas indelévels de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais (Idem, idem, id).

Permitindo-nos projetar a perspectiva analítica de Lukács da confluência ideológica entre conservadorismo e violência no exame da particularidade disso no Brasil, podemos agora retomar o fio da narrativa deixada em aberto no início desta seção considerando,

conclusivamente, a violência peculiar do conservadorismo retrógrado e reacionário entre nós.

No curso das transformações econômicas e sociais que tiveram início com a descoberta das jazidas no interior da colônia, não por acaso os foreiros ou seus herdeiros foram os migrantes que emergiram como a pequena burguesia *enraizada*, sobre a qual discorreremos anteriormente. Nesse sentido, na medida mesma em que, face às novas condições da dinâmica das relações sociais, observamos que o conflito ideológico peculiar desse segmento nasceu de uma atitude particular de autoproteção do seu conservadorismo, podemos dizer agora que, dado a forma pronunciadamente reacionária de tal estranhamento, carregou ainda os piores instintos da sua particularidade, como o autoritarismo, a arrogância, a *esperteza* como *valor*. De modo a alimentar os pressupostos de que este artigo se serve, podemos acrescentar, por fim, que o abandono, a repressão, a brutalidade e a crueldade fazem parte dos muitos os fatores sócio-históricos que isolados ou misturados constituem a base objetiva dos discursos retrógrados e reacionários das camadas médias urbanas na atualidade.

RAÍZES CONSERVADORAS E LATÊNCIA DO FASCISMO NO BRASIL. ALGUMAS REFLEXÕES

Em 1932, portanto alguns anos da vigência do Estado Novo (1937-1946), o fenômeno chauvinista no Brasil adotou a cor verde e o lema “Deus, pátria e família” pela Ação Integralista Brasileira (AIB)⁷⁵. Nacionalista, ultraconservadora, católica e anticomunista, a AIB cultivava algumas singularidades pitorescas despertadas pelo modernismo brasileiro uma década antes, tal como a saudação em tupi-guarani *Anauê*, mimetizando o gestual igualmente pitoresco do nazifascismo europeu da mão estendida para cima. Também mimetizavam a simbologia iconográfica obscurantista do nazifascismo, na medida em que adotavam o símbolo da letra grega *sigma* ao invés da suástica (CALDEIRA NETO, 2014). Sua estrutura vertical tinha uma burocracia que dava conta de funções para cada membro e sua liderança era formada por artistas e intelectuais medíocres, como o escritor Plínio Salgado e o jurista Miguel Reale. Defendiam a doutrina do Estado Integral, de corte sindical corporativista, tendo sido o mais destacado partido de

⁷⁵ Se trata do mesmo lema do partido político que está sendo criado, desde 2019, pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

massas de extrema direita, associando entre “500 a 800 mil camisas-verdes”⁷⁶ (CALDEIRA NETO, 2014, p. 15)⁷⁷, o que representa aproximadamente 3% da população à época. Vejamos o que diz o *Manifesto de 1932* no que se refere ao *Princípio da Autoridade* em consonância com os movimentos de extrema direita que dialogam com o mito da pátria.

Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio de Autoridade. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil.⁷⁸

Em que pese haver uma espécie de *identidade reflexa* da AIB em relação ao fascismo europeu, José Chasin (1978) nota que não haveria nos textos de Salgado e Reale, indícios de que o ideário integralista estivesse assentado em bases fascistas⁷⁹. De acordo com o filósofo, a via colonial do capitalismo brasileiro denotava a constituição de uma sociedade na periferia do conjunto de Estados nacionais que, naquele momento, faziam surgir o modo de produção capitalista. O Brasil seria então, para Chasin, contribuinte para a consolidação do capitalismo, fato que associado à presença da escravidão, a economia ancorada no extrativismo primário, dentre outras mazelas ignominiosas, resultou no atrofiamiento do capitalismo entre nós e, por conseguinte, na sua marginalidade no mercado mundial. Ainda assim, já no século XX, em meio ao avanço mundial do fordismo, o capitalismo brasileiro de via colonial receberia a tecnologia já superada nos países centrais, ocorrendo então a sua precária modernização. De acordo com Chasin, nesse quadro, deve-se apreender o integralismo como um movimento que tinha por horizonte uma modernização conservadora, chauvinista e religiosa. Nesse sentido, o messianismo adotado pelos integralistas no culto a uma liderança do Estado, e este, tido como um “espelho perfeito do homem, a própria ampliação do indivíduo humano” se apresentava

⁷⁶ Segundo Censo do IBGE relativo à população, no ano de 1920, o Brasil tinha 30 milhões (30.635.605) de habitantes, conforme <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.

⁷⁷ Cabe o esclarecimento da controvérsia existente entre pesquisadores sobre a identidade reflexa da AIB em relação ao fascismo europeu. Para José Chasin, não haveria nos textos de Salgado e Reale, indícios de que o ideário integralista estivesse assentado em bases fascistas. Sobre o assunto ver CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

⁷⁸ Disponível em <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

⁷⁹ Sobre o assunto ver CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

como a utopia perfeita de um retorno ao passado idílico e glorioso, com harmonia social (ARAÚJO, 2020)⁸⁰.

Uma utopia reacionária, regressiva, que projetava uma sociedade brasileira assentada em uma miríade de pequenas propriedades quase que exclusivamente rurais. Esse seria o mecanismo para frear os efeitos da crise da acumulação capitalista iniciada nos países centrais em 1929 e que atinge a economia brasileira, inexoravelmente, logo em seguida. Ao mesmo tempo bloquearia a democracia liberal e o comunismo, que eram as alternativas presentes no período.

Apesar de no início ter apoiado o golpe varguista que deu forma, em 1937, ao Estado Novo, a AIB e seu partido foram dissolvidos⁸¹. Entretanto, a despeito do seu fim institucional, o chauvinismo integralista se manteve ativo não apenas ideologicamente, mas também na prática partidária no interior da União Democrática Nacional (UDN) e no Partido da Representação Popular na sigla (PRP). Ressignificados, o culto à ordem e à pátria, a perseguição e a violência contra os adversários políticos, a propaganda anticomunista e a crítica ao liberalismo democrático, formavam o esteio sobre o qual os integralistas se mantiveram organizados, inclusive na participação da marcha ultraconservadora da *Família com Deus pela liberdade* antes do golpe de Estado de 1964. Mais adiante, já com a ditadura civil-militar instaurada, e o Ato Institucional nº 2 (AI-2) determinado o bipartidarismo, as lideranças políticas e os seguidores do integralismo ingressam nas fileiras da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação ao regime. Em 1968, com a doença do general presidente Costa e Silva, após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), uma Junta Militar composta dos comandantes das três forças armadas assume a governança do Estado, sendo que dos três integrantes da junta, dois eram integralistas⁸². Embora a ação como um todo do Integralismo não tenha sido majoritária, não podemos dizer também que foi algo periférico sem qualquer influência. Após a morte de Salgado, em 1975, já no governo do general presidente Ernesto Geisel, o movimento perdeu a unidade e fragmentou-se em quatro grupos neointegralistas que até hoje disputam o espólio do movimento. (CALDEIRA NETO, 2014)⁸³.

No Brasil, embora os setores ultraconservadores não possam ser caracterizados cientificamente como parte de um organismo fascista, o fato de dialogarem em alguma medida com as práticas fascistas pautadas por um pragmatismo radical que vai às últimas

⁸⁰ Depoimento do professor Paulo Henrique Furtado Araújo (UFF) ao autor.

⁸¹ Tentaram dar um golpe em Vargas e vários integrantes foram presos, e Salgado foi exilado em Portugal, quando só retornou em 1945, no Governo Dutra, quando fundou o PRP – Partido da Representação Popular, ambíguo em relação as pautas da AIB, mas que de certa forma, serviu de continuidade às suas ideias.

⁸² Brigadeiro Márcio de Melo e Souza e Almirante Augusto Rademaker.

⁸³ São eles a Ação Integralista Brasileira; a Frente Integralista Brasileira; o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e uma ala mais radical, representada pela Ação Integralista Revolucionária.

consequências, os aproxima diligentemente das organizações fascistas que existiram na Europa (KONDER, 2015). Sem sobra de dúvida, entre as décadas de 1960 e 1980, portanto, ao longo de toda a ditadura do regime civil-militar, milícias paramilitares como as do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), acobertadas por oficiais militares das forças armadas e dos órgãos civis de repressão, causaram o terror na sociedade intimidando os adversários políticos do regime invadindo teatros, espancando artistas e plateia, colocando bombas em shows de música, emboscando e assassinando militantes comunistas. Apesar de rarearem, as ações violentas de ultrarradicais conservadores marginais, estas não deixaram de ser menos ostensivas do ponto de vista propagandístico na vida social do país. Dos uniformes negros das forças de segurança com a caveira sendo trespassada por uma espada numa imitação dos uniformes modelados por Hugo Boss para a SS nazista, passando por filmes e seriados apologéticos da violência contra o pobre, como *Tropa de elite I e II*, de José Padilha (2007; 2010) às ações espetacularmente violentas das suas investidas contra moradores de comunidades pobres e favelas, o ultraconservadorismo radical ganhou foro jurídico e *status* entre os diferentes setores conservadores da sociedade. De fato, analisando um fato ocorrido em 2010 na cidade do Rio de Janeiro, Reis assim comenta:

El día 28 de noviembre de 2010, un viernes, desde muy temprano, diversas estaciones de radio de la ciudad comenzaron a divulgar los primeros boletines informativos sobre la ocupación del *Complexo do Alemão* por la policía de Río Janeiro, apoyada por las fuerzas armadas brasileñas. A partir de las siete de la mañana, ya con el día claro, las principales emisoras de TV abierta y de cable de Brasil comenzaron a transmitir en vivo las operaciones policiales. Los portales de noticias y las redes sociales en internet acompañaban el evento actualizando cada media hora las informaciones. Con *links* en los portales de la prensa extranjera, el evento alcanzaba una dimensión internacional. Al día siguiente, la invasión del *Complexo* ocuparía las páginas principales de los periódicos impresos, habiendo registrado el portal *YouTube* más de un millón de accesos a las imágenes de las prisiones y de los bandidos en fuga. Durante las semanas siguientes, la totalidad de los medios de comunicación nacionales repetiría hasta el cansancio para todo el país los comentarios de especialistas en seguridad pública y las entrevistas con policías y pobladores (2014, p. 269).

Ainda no terreno da propaganda da ultradireita, a ocupação sistemática das redes sociais por militantes conservadores ou auto declaradamente *integralistas e/ou fascistas*, tem sido ampliada formando o tecido ideal para a formação de uma consciência fascista. Tem-se desde o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro defendendo a tortura e torturadores, passando por astrólogos como Carvalho, médicos ultraconservadores e chauvinistas como Enéas Carneiro do Partido da Reedificação da Ordem Nacional

(PRONA)⁸⁴, além de uma variada galeria de bancadas congressuais conservadoras formadas por militares, policiais militares e civis, profissionais liberais, educadores, pequenos empresários, prepostos de grandes indústrias, de empresas comerciais, de seguradoras de saúde e do agronegócio, até dirigentes religiosos e de crenças. Quanto a estes últimos, cabe uma palavra mais específica sobre o papel estratégico das seitas e crenças em razão da tradição moral, cultural e religiosa no Brasil.

Em meados da década de 1970, quando os religiosos da Teologia da Libertação estiveram à frente da ala progressista da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base no interior do país, nas favelas e na periferia das cidades organizavam a resistência contra a ditadura civil-militar, surgiram as primeiras seitas evangélicas reunidas em pequenos templos nas mesmas regiões. Contrariamente às CEBs, traziam a palavra da bíblia associada à prosperidade familiar e pessoal. A princípio as próprias organizações protestantes tradicionais, como os evangélicos⁸⁵, os adventistas e os metodistas viram o fenômeno com desconfiança e descrédito. Entretanto, passadas duas décadas e meia, o chamado neopentecostalismo, tendo à frente teólogos ultraconservadores, assume uma posição proeminente na vida social, econômica e política do país. Para Cortês, a Igreja Universal, do empresário Edir Macedo, é um exemplo genérico da “emergência de uma nova configuração societária nas periferias das grandes cidades”, dado que

[...] a estabilidade do emprego fordista cedeu lugar ao desemprego ou ao subemprego precário; o mundo do crime tornou-se uma alternativa sedutora para jovens que viram suas perspectivas de futuro fraturadas; os setores progressistas da Igreja Católica saíram de cena ao passo que proliferaram igrejas pentecostais que prometiam a libertação do mal por meio da expulsão de demônios e a conquista da prosperidade (2018, p. 32).

E ainda:

Um mercado de pregações e testemunhos, em que o passado mundano de pregadores itinerantes é vendido como mercadoria simbólica – o sofrimento torna-se valor agregado em uma espécie de capitalismo religioso altamente competente. A partir da década de 2010, a Igreja Universal do Reino de Deus, uma das principais denominações da corrente neopentecostal, passa a instituir um novo agenciamento da subjetividade de seus fieis:

⁸⁴ Com apenas meros 15 segundos de propaganda na TV e no rádio, Carneiro obteve, em 2002, a segunda maior votação para o Congresso, sendo eleito deputado federal com 1 milhão e 500mil votos.

⁸⁵ Cabe ponderar que o segmento evangélico não é um grupo homogêneo, e é um erro fazer uma generalização de forma a considerar os seus membros automaticamente como conservadores, contra à teologia da libertação. Como visto na Tese de Raquel S'antana defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a origem dos segmentos evangélicos remontam a década de 30, e “*é importante notar que as associações paraeclesiais tiveram uma expansão destacada entre os jovens nessa primeira metade do século XX, em especial, a partir dos anos 1930. Em alguns casos, isso significou um conflito em relação às gerações mais antigas. O abismo entre setores dessa juventude inspirados por movimentos sociais de esquerda e uma geração de líderes consolidados em uma cúpula de organizações interdenominacionais chegou a seu grau máximo com o golpe de 1964*”. (S'ANTANA, 2017, 46).

não se trata apenas de resolver de forma pontual um demanda aguda de uma população flutuante, mas de praticar uma “fé racional” – estabelecer uma nova relação de si para consigo, que implica racionalizar a vida cotidiana, cumprir desafios, estabelecer metas, trabalhar para a criação de si próprio como um capital humano que deve ser sistemática e infinitamente valorizável. (2018, p. 35).

Finalmente, Cortês avalia que a modulação da subjetividade trazida para o cotidiano da população, tornou análogos o mundo da casa e o mundo corporativo, na medida em que

[...] todas as ações são meios de produção para a valorização permanente do capital de si mesmo. Se, por princípio, pode parecer contraditório que no Brasil uma pauta conservadora se combine como uma agenda neoliberal, o mecanismo de subjetivação da Universal resolve a aparente contradição: afirmar valores tradicionais e revitalizar velhos papéis sociais do que significa ser homem ou mulher, ou seja, ser conservador, ou melhor, tornar-se de forma mais eficaz um “bom conservador”. (2018, p. 35)

Ainda hoje a escassa literatura sobre o conservadorismo e a ascensão da extrema direita no Brasil e na América Latina, torna arriscado construir hipóteses que indiquem uma ou mais possibilidades conclusivas sobre o tema aqui abordado. De todo modo, nosso esforço até aqui será no sentido de buscar identificar elementos que nos permitam aprofundar o estudo crítico proposto sobre os discursos conservadores e/ou fascistas na educação brasileira. Portanto, parafraseando Boris Fausto (2007), nos cabe muito mais perguntar do que responder sobre tal assunto.

CONCLUSÃO

Decerto que os pressupostos até aqui desenhados sobre a experiência histórica brasileira nos permitem admitir a existência efetiva de um pensamento conservador em geral, com sua multiplicidade de visões mediadoras. Podemos admitir ainda que a visão mediadora dominante é a que se aplica a uma *modernização conservadora*, um híbrido equilibrado do conservadorismo liberal na economia e do tradicional na moral e nos costumes. Por fim, admitimos também que tal visão híbrida dominante se encontra entranhada no senso comum das classes médias e das massas populares, produzida e reproduzida, ao mesmo tempo em que se reproduz na política, na ciência, na cultura, na indústria cultural, isto é, em todas as instâncias da vida social brasileira.

De um ponto de vista estratégico, os 21 anos de governança acumulados distintamente pelos governos do liberal Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, 8 anos) e do centro-esquerda Partido dos Trabalhadores (PT, 13 anos), acabaram por corroer o equilíbrio dessa visão dominante, motivo pelo qual o conservadorismo tradicional tenha

ampliado o seu espaço na sociedade. A inflexão no interior desse equilíbrio se mostrou primeiramente presente nas jornadas de junho de 2013, se acentuando com a recondução do Partido dos Trabalhadores ao governo na eleição presidencial de 2014, e se consolidando com o golpe de 2016 com a posse do vice-presidente Michel Temer, um obscuro advogado trabalhista e político do partido de centro-direita Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Importante assinalar que o revés da centro-esquerda se deveu, sobretudo, à confluência da tática dos conservadores liberais às teses radicais dos conservadores tradicionalistas durante todo o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Ainda a propósito da questão estratégica que resultou no redimensionamento do equilíbrio do conservadorismo híbrido entre nós, é importante ressaltar o papel das forças de segurança estaduais num contexto de mais de vinte anos de crescimento acelerado de organizações e facções criminosas⁸⁶.

Olhados historicamente com desconfiança pela sociedade em geral, especialmente pela população mais pobre, as corporações das polícias militares passaram a sofrer baixas pela adesão de uma significativa parte dos seus componentes, entre soldados e oficiais, a facções de milicianos vendendo dentre outras mercadorias, segurança patrimonial e pessoas, gás doméstico, sinal de TV e Internet etc. Assim incluídas no contexto da violência criminosa, as facções de milicianos se associaram a vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores e mesmo à presidência da república, seja como linha auxiliar na busca de votos seja para manter a fidelidade dos eleitores depois do candidato eleito. Como parte da população mais pobre, a visão de mundo desses policiais militares segue o que o senso comum conservador tradicionalista fórmula.

É verdade que todos esses fatores relacionados que caracterizam o novo *despertar* do ultraconservadorismo no Brasil não se sustentam sozinhos, todavia quando elevados ao nível de combustível político e jogado sobre a crise de hegemonia brasileira decorrente da crise estrutural, e que tinha uma coalização de centro-esquerda que vivia no governo federal a sua pior crise econômica, a tendência não seria outra se não ocorrer como foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Retomando e atualizando as práticas propagandísticas dos fascistas europeus nos anos 1920-1940, a ultradireita brasileira organizou nas redes sociais ataques coordenados e múltiplos, divulgando falsas verdades e notícias com versões incompletas ou simplesmente falsas sobre políticos, artistas, intelectuais, situações

⁸⁶ Compostas, por um lado, de traficantes de armas e de entorpecentes, as narcomilícias, e, de outro, de policiais civis e militares, na ativa ou não, milícias paramilitares que remontam desde à época da ditadura civil-militar, extorquindo moradores das comunidades e favelas urbanas e da periferia. Facções dessas organizações com presença nacional, atuam na política municipal, estadual e federal, compondo as chamadas *bancadas da bala*, em associação com famílias de políticos como a de Jair Messias Bolsonaro.

que tomavam como *adversárias* das suas ideias⁸⁷. Somava-se a isso a agitação chauvinista de rua com os manifestantes vestidos de verde e amarelo e portando a bandeira nacional, painéis diários, e a criação de inúmeros grupos de pressão ligados à grande mídia⁸⁸. Muitos autores consideram que as jornadas de 2013 foram um balão de ensaio para o ultraconservadorismo de direita abrir o caminho *contra tudo o que está aí*, e para a extrema direita contestar a política feita pelos civis, as instituições legislativas e jurídicas republicanas. Em verdade, pelo menos até o momento, as jornadas foram um processo social difuso em meio à crise institucional da democracia representativa no Brasil, um claro descompasso entre representantes e representados.

Para concluir e reforçar ainda mais todo este contexto conservador e de atraso mesmo, - e que por falta de espaço, não temos como aprofundar aqui -, no campo educacional, do qual pouco tivemos a dizer, temos o surgimento, em 2004, do Movimento Escola sem Partido (MESP) com a proposta dentre outras mais, de controlar a ação docente em sala de aula. Uma iniciativa retrógrada, reacionária mesmo, mas, sobretudo, intelectualmente confusa, chegando a desmerecer, antes de tudo, outras iniciativas conservadoras que surgiram ao longo da história da educação e da cultura no Brasil, definitivamente, um país que teima em acertar as contas com seu passado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. In *Anais do XIIº Congresso Brasileiro de História Econômica*. Niterói/RJ:

<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/30%20Notas%20Cr%C3%ADticas%20%C3%A0%20compreens%C3%A3o%20de%20L%C3%AAnin%20sobre%20o%20Estado%20revisitando%20O%20Estado%20e%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>, 2017.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2008.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

⁸⁷ Dentre outros casos mais conhecidos diziam que as escolas públicas estavam oferecendo *mamadeira de piroca* para as crianças.

⁸⁸ Dentre os muitos agrupamentos ultraconservadores surgidos na época, o chamado Movimento Brasil Livre (MBL) talvez seja o mais representativo deles. Para Santos Neto, eles “defendem uma política nacionalista, repressora e militarista contra aqueles que não comungam da mesma ideologia, apregoam uma política de austeridade fiscal, de privatizações, livre comércio e de redução do Estado nos benefícios sociais. Pode-se perceber que há um misto de ideologias nesse novo levante da direita brasileira, assim como um acordo pouco comum entre a tradicional direita e a extrema-direita nacional. (2017, p. 129)

- CORTÊS, M. O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. In *Revista Em Debate*, Belo Horizonte, UFMG. v.10, n.1, p.31-38, abril 2018.
- FAUSTO, B. Integralismo, Fascismo e a Sociedade Brasileira dos anos 30. In FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930 -1964)*. Tomo III – O Brasil Republicano. Volume 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930 -1964)*. Tomo III – O Brasil Republicano. Volume 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- FERLINI, V. L. A. Perspectivas de Pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no Período Colonial. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.11, nº 22. Março/ agosto. 1991.
- FERNANDES, F. *A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular. 2009.
- LESSA, C. *Rio de todos brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México, DF: 1968.
- _____. Anotações sobre o materialismo burguês. In *Revista Crítica Marxista*, n. 31. (São Paulo: Unicamp, 2010). Pág.133-138. Escrito por Lukács em 1922.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Nélio Schneider.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução: Mario Duayer.
- _____. *As lutas de Classe na França*. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 4º edição. São Paulo. Centauro. 2006.
- NETO; O. C. *Sob o Signo do Sigma. Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: EDUEM. 2014.
- PRIORE, M. *Histórias da gente brasileira*. São Paulo: Leya, 2016.
- REIS, R. R. “O antirreino da liberdade. Pós-modernismo e má-fé”. In RODRIGUES, J. (Org.). *Rumo à Nova América*. Niterói/RJ: Eduff, 2012.
- _____. “Formação humana e ideias de liberdade”. In *Ex Libris*. Revista del Departamento de Letras. Buenos Aires, Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2014, pp. 49-65. www.lettras.filo.uba.ar/exlibris

_____. “La violencia como mercancía”. In REIS, R. R. et al. *Tiempos violentos. Barbarie y decadencia civilizatoria*. Buenos Aires: Herramienta, 2014.

SAMARA, E. M. “Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX)”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.11, nº 22. Março/agosto. 1991.

SANTOS NETO; A. B. Estado, política, educação e a doutrina ideológica da “Nova” Direita no Brasil. In *As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise*. Maceió: Coletivo Veredas, 2007.

VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 2005. (VÁRIOS AUTORES). A ideologia do movimento Escola Sem Partido. 20 autores desmontam o discurso 1ª edição. São Paulo: Ação educativa, 2016.

Outras fontes

Depoimento de Paulo Henrique Furtado de Araújo ao autor em 07/2020.

Disponível em <http://escolasempartido.org/quem-somos>

Disponível em <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2> acesso em 25 de novembro de 2019.

Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb em

Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. acesso em 12 de setembro de 2020.

Capítulo

08

SOBRE O CONSERVADORISMO E FASCISMO - ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

DIEGO FONSECA DANTAS

Doutorado em Educação
Universidade Federal do Fluminense - UFF

RESUMO: Este ensaio faz uma revisão teórica sobre o ideário conservador, e apontamentos sobre o fascismo, ainda que preliminar, referenciado em Marx e Engels, Lukács, Escorsin Netto e Chasin, dentre outros. Neste artigo, buscamos aprofundar o entendimento sobre as motivações da atual fase conservadora da nossa história e o seu flerte acintoso com o extremismo de direita de características fascistas. A importância que atribuímos a essa busca não teria a dimensão elevada de agora se a guinada conservadora extremista a partir da segunda metade da última década do século XX não viesse ganhando espaço em todo o mundo. Este ensaio visou, assim, agregar elementos históricos e sociológicos à fundamentação deste trabalho de pesquisa, de modo a entender pelo exame das relações sociais que estruturam a disputa ideológica, como que o conservadorismo e o diálogo com o fascismo possuem eco na história até os dias atuais como um fenômeno mundial.

PALAVRAS-CHAVE: fascismo; conservadorismo; ideologia.

ABSTRACT: This essay makes a theoretical review of the conservative ideology, and notes on fascism, albeit preliminary, referenced in Marx and Engels, Lukács, Escorsin Netto and Chasin, among others. In this article, we seek to deepen the understanding of the motivations of the current conservative phase of our history and its audacious flirtation with right-wing extremism with fascist characteristics. The importance we attach to this search would not have the high dimension it is now if the extreme conservative turn from the second half of the last decade of the 20th century had not been gaining ground around the world. This essay aimed, therefore, to add historical and sociological elements to the foundation of this research work, in order to understand, through the examination of the social relations that structure the ideological dispute, how conservatism and the dialogue with fascism have an echo in history until the present day. as a worldwide phenomenon.

KEYWORDS: fascism; conservatism; ideology.

À GUIA DA INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos aprofundar o entendimento sobre as motivações da atual fase conservadora da nossa história e o seu flerte acintoso com o extremismo de direita de características fascistas. A importância que atribuímos a essa busca não teria a dimensão elevada de agora se a guinada conservadora extremista a partir da segunda metade da última década do século XX não viesse ganhando espaço em determinados setores da sociedade brasileira. Este ensaio visou, assim, agregar elementos históricos e sociológicos à fundamentação deste trabalho de pesquisa, de modo que o exame das relações sociais que estruturam a disputa ideológica no interior da cultura brasileira encontre lastro material e confiabilidade. Todavia, em não se tratando de uma pesquisa específica nas disciplinas adjuntas da história e das ciências sociais, respectivamente,

tampouco numa disciplina do amplo arco da filosofia, gostaríamos de insistir no esclarecimento que a nossa procura aqui se volta para os possíveis recursos que tais disciplinas podem nos oferecer, para a compreensão do que seja o conservadorismo e o fascismo como questões culturais.

Nossa proposta, portanto, é entrar numa breve digressão visando dar um arcabouço teórico ao que se entende por conservadorismo e suas correntes, para depois na segunda seção, olhar o fascismo como conceito e seu percurso histórico como fenômeno mundial.

DO PENSAMENTO CONSERVADOR EM GERAL

No terreno filosófico, embora entendamos o ser social como um ser histórico, e, portanto, não é um ser acabado, determinado, também, é preciso ponderar que autores diversos dizem ser imanente neste ser social algum aspecto de *conservação* como imperativo da experiência na formação do homem⁸⁹. Da conservação como necessidade essencial para fins de criação aleatória de *instrumentos ocasionais* de trabalho⁹⁰, entendido aqui como a concepção de Lukács da Ontologia, o “metabolismo entre o homem e a natureza”, até o surgimento de uma cultura constituída de *instrumentos padronizados* “em meio à grande massa, à miscelânea dos instrumentos ocasionais de formas extraordinariamente variadas do paleolítico inferior” (CHILDE *apud* FISCHER, 1983, p. 27) a prática de conservar algo segue um ritual de repetição, quer alimentada e sustentada por crenças que, no decorrer do tempo, formam uma tradição que se cristaliza na experiência a partir de ideias e impressões cada vez mais fortes, quer constituem as mais variadas instituições e normatividades⁹¹. Visto por esse ângulo, observamos que na cultura criada e acumulada pelos indivíduos permanece latente a tendência natural de conservar coisas, ideias, experiências. É do ser social conservar algo que os indivíduos dominam, que eles já sabem fazer funcionar e já conhecem desde o nascimento assimilado pela tradição familiar, e/ou adquirido socialmente mediante a educação escolar. Em suma, não seria uma inverdade nem exagerado afirmar que em alguma medida somos conservadores, o que

⁸⁹ Cabe recordar que durante cerca de 250 mil anos, no período paleolítico, os homínídeos eram coletores, valendo-se da mimetização para adaptarem os objetos coletados às necessidades decorrentes do trabalho (caça, pesca, guerra, coleta etc.). Sobre isso ver LUKÁCS, G. 1967. *Estética*, vol. 2

⁹⁰ Inúmeras, são as passagens que Lukács, cita o trabalho como fundante do ser social, como modelo ontológico, que para além das argumentações e citações, o registro aqui, com toda a sorte possível, passaria tranquilamente de uma página. Citamos aqui, apenas a referência (LUKÁCS, 2013, p. 79).

⁹¹ A evidência cultural disso está nas instituições e nas formas de governo onde subjazem a crença, o costume, a tradição.

explica porque os inúmeros reveses das tentativas históricas de subverter determinada realidade e tradição, dado que, conforme concluímos em um texto antigo com base em Lukács, “o resultado das revoluções ou em construir um *novo homem* sempre esbarrou em alguma medida na tradição” (DANTAS, 2014).

Entretanto a ideia latente de conservação no ser social não está isenta de contradições internas, como atesta a filosofia idealista alemã da segunda metade do século XVIII. Isto porque, como avaliavam os seus principais representantes, a existência de um conflito extremo entre a ordem natural das coisas e o padrão de acumulação e de racionalidade fundado na aceleração e na mecanização do mundo burguês imposto pela revolução industrial, conformava algo a que se preocupar seriamente. De fato, Kant, por exemplo, já havia observado que o efeito produzido pelo novo padrão havia colocado a humanidade refém de um insuperável problema moral transcendental, no qual razão e sentimento não poderiam dar conta do *novo mundo* daí emergente conquanto a universalidade do *imperativo categórico* se encontraria numa situação fragmentária como a descrita, portanto, à beira da ruína⁹².

Com efeito, num raro breve texto em forma de nota publicada originariamente em 1922, Lukács (2010) chama a atenção para o fato de que enquanto classe dirigente a burguesia instrumentaliza toda a filosofia e todas as ciências para negar a história como a razão da transformação e da revolução. Isto é, a mesma razão que possibilitou a ela enquanto classe remover, no século XVIII, os últimos entraves do feudalismo e do Antigo Regime absolutista. Conforme o estudo de Hanna Arendt (1988) sobre as revoluções burguesas no ocidente, estas tiveram em comum ao seu término a negação da história da parte da classe vitoriosa. Dando por concluído o seu papel de classe no processo transformador, a burguesia passou a conceber o fim da história como um fato consumado, passando tal visão de mundo a constituir e portar um estatuto conservador *para si*. Contudo, o conservadorismo não detém uma visão unívoca no meio burguês, posto que se compõe de variadas correntes⁹³, as quais se enfrentam internamente. No livro de Leila Escorsim Netto, Carlos Nelson Coutinho assina o prefácio para explicar que

⁹² Na França, o terror que se seguiu à Revolução de 1789 em meio a uma sociedade que agonizava sinalizava, à época, a importância de se recuperar o bom senso antes de tudo. Sobre esse assunto ver também, dentre outros, SCHILLER (2014),

⁹³ Corrente ideológica, o que não significa que seja uma ideologia em uníssono, sem dissenso. Há disputas entre desde o conservadorismo “puro”, filiado ao conservadorismo clássico, com os liberais-conservadores, que são liberais na liberdade econômica e conservadores nos costumes, e ainda com o ultraconservadorismo, que possui filiação às raízes na tradição da religião e da família e no nacionalismo exacerbado ou chauvinismo e que por vezes está associado a extrema direita.

O pensamento conservador moderno [...] apresenta inúmeras e polimórficas faces. Manifestou-se de modo explícito, por exemplo, em pensadores como os franceses De Maistre e De Bonald, defensores do *Ancien Régime* e do direito divino dos monarcas; neste caso, tratava-se de um conservadorismo que poderíamos definir abertamente como abertamente reacionário. Esta modalidade do pensamento conservador não é a dominante hoje, ainda que continue a ter solitários e quixotescos defensores. (COUTINHO, 2013, p. 59).

De fato, do conservadorismo clássico ao liberal-conservadorismo, passando pelo conservadorismo nos costumes e o ultraconservadorismo, este último em regra enraizado na tradição religiosa, da família e no chauvinismo, as disputas internas se sucedem, obrigando que de tempos em tempos busquem fazer um ajuste teleológico a fim de evitar a ruína do sistema (LUKÁCS, 2010). Assim, do ponto de visto histórico, o conservadorismo pressupõe em última instância na consciência e na razão dos seus defensores a negação da história, principalmente naquilo que ela tem de modernidade. Para Leila Escorsim Netto

[A modernidade], com seus traços mais determinantes, como o racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo, e suas características mais marcantes – secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante-, não só expressa os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária. Expressa as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis, uma vez que o desenvolvimento científico, sem o qual é impensável o fenômeno industrializante, é resultado direto daquela cultura, que rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios religiosos para a condução da vida prática etc. sem as implicações desta cultura da modernidade – por exemplo, a constituição de um espaço público (com a refuncionalização da família e do papel social da mulher); o privilégio da calculabilidade (com o desenvolvimento das técnicas de manipulação e formalização impessoais) -, a industrialização e a urbanização seriam inconcebíveis (2013, p. 626).

Retomando o sentido da preocupação kantiana, não seria exagero considerar que, em meio as profundas transformações em curso na época, ela sinaliza algo que seria estudado seguidamente a partir do século XIX: a *alienação* e o *estranhamento de si* do homem moderno. Do mesmo modo podemos pensar que as observações dos filósofos alemães idealistas sobre as contradições de que se reveste a conservação e a tradição, nos levam a buscar o momento determinante em que a perspectiva histórica da conservação e da tradição se descola e se autonomiza em uma visão de mundo como *ideologia*.

Ora, a despeito do ceticismo presente no pensamento dos filósofos alemães contemporâneos do marco inaugural da Revolução Francesa, no restante da Europa, em especial na Inglaterra, a disputa pela hegemonia do pensamento conservador seguia em frente buscando, sobretudo, fazer prevalecer uma crítica à visão de mundo exposta pelas frações burguesas interessadas em destituir o sentido da tradição e a experiência do passado. Dessa forma, coube a Edmund Burke expressar com mais contundência a crítica

à ideologia que permeou a Revolução e seus valores de modernidade. Mas apesar da contundência conservadora da crítica de Burke visar o caminho político, dos costumes, morais e religiosos tomado pela burguesia revolucionária, ela igualmente compartilharia do ideário liberal burguês na economia. Segundo Escorsim Netto

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada). E considera que a Revolução é excrescência desnecessária que efetiva esta ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a modernidade. (2013, p. 644)

E ainda sobre o período em que a sociedade burguesa “assiste ao surgimento do pensamento conservador diz Escorsim Netto que

[...] não é por acaso que a obra fundante do conservadorismo seja a de Burke, resposta imediata e de enorme impacto à Revolução Francesa. [...] o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1º a forma da ação política e 2º a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a da revolução burguesa que mobiliza massas. A instauração de novas instituições segundo uma racionalidade anti tradicionalista é rechaçada por Burke. (Idem, id)

A partir de 1848, quando a revolução já dava indícios de estar perdendo a sua pulsão inicial, o tólos que a havia orientado inicialmente passaria por uma metamorfose, por assim dizer uma refuncionalização dos seus objetivos primários, seja como forma de reação ao avanço do proletariado seja para frear as forças que buscavam restaurar a ordem antiga. Sob qualquer ponto de vista, ainda que por um lado a burguesia revolucionária estivesse combatendo aqueles que defendiam a restauração, se tratava de um esforço conservador que ao longo do tempo foi cada vez mais tomando forma na história como uma atitude reflexa de um pensamento reacionário. É importante insistir, nesse sentido, que a visão de mundo conservadora tem servido histórica e filosoficamente como marco para a definição do arcabouço ideológico da direita em todo e qualquer parte do espectro político que ela se manifeste⁹⁴.

Ao longo de toda a história, o pensamento conservador considerou qualquer transformação como um *ponto de chegada natural*, ou seja, como resultado de um acúmulo de experiências que produziram um salto qualitativo. Desse modo, jamais admitiram a possibilidade de a razão humana visasse por iniciativa própria a transmutação da realidade. O conservadorismo sempre tenta parar a roda da história: nega a luta de classes ou se a aceita, usa de meios de controles sociais e de meios políticos para frear, mitigar as

⁹⁴ Em suma o conservadorismo se constitui no espectro político como sendo *extrema direita*, podendo ou não ser fascista; *direita moderada* e/ou *liberal* e/ou *direita religiosa*.

mudanças que sabem ser irreversíveis pelo avanço natural das ciências, da técnica e da tecnologia e, por conseguinte, dos valores da sociedade, cuja modernidade vai lhe arrancando mesmo que de forma relativa àquelas condições de mandonismo, patriarcalismo, vassalagem, e hierarquização da sociedade. Por isso, a preocupação com a ordem do Estado e da sociedade e na tradição da família de modo a não proporcionar uma anarquia na sua falta, e nem um regime tirânico caso falhe os meios de controle interno. Para os conservadores moderados, a defesa da propriedade, da tradição, da família e da ordem Estatal é o suficiente para se contrapor a anarquia a qualquer regime despótico ou tirânico. Para eles

[...] o termo conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras. [...] na relação que se estabelece entre progressismo e conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos, acentuada, daquele; aparece como tal mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista. Daí a conhecida tendência dos conservadores a não sistematizar o próprio pensamento que, sendo alternativo, nunca poderá ser concluído e fixado de uma vez para sempre; tem de acompanhar de perto a natureza dinâmica e a contínua tendência expansiva do progressismo. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 242).

Admitindo com Coutinho que o pensamento de Edmund Burke seja o marco inicial do conservadorismo liberal (2013, p. 57), e que a sua projeção alcança hegemonicamente a nossa atualidade, estaríamos diante de uma ideia que, em síntese, suportaria conviver com possíveis reformas sociais sem, contudo, convulsionar a estrutura das relações de produção. Liberdade com ordem, evitando-se assim a ideia de um retorno ao estado natural de entropia capaz de ameaçar a essência do modo de produção capitalista, a propriedade privada. Filósofos liberais, de Locke a Adam Smith, fundamentaram a questão da liberdade como um direito natural e político da “natureza humana”, e, para tanto, a manutenção de um sistema constituinte, garantidor e provedor da ordem e da estabilidade a fim de proteger a propriedade, era defendido como central. A esse propósito Burke observaria muito adequadamente que

Devo, por conseguinte, suspender os meus parabéns à nova liberdade da França até ser informado desta relação dessa liberdade com o governo, com a força pública, com a disciplina e obediência dos exércitos, com a cobrança de uma receita eficaz e bem distribuída, com a moral e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e a ordem, com os costumes. Todas estas coisas (à sua maneira) são boas também, e sem elas a liberdade sequer é um benefício, e provavelmente não durará muito tempo (BURKE, 2017, p. 34).

A liberdade dos indivíduos conquanto não seja à margem do Estado, coloca uma preocupação comum entre proeminentes defensores do conservadorismo liberal como Burke e, na França, dentre outros, Benjamin Constant: a questão da ordem. Para o intelectual e político franco-suíço Benjamin Constant, contemporâneo da Revolução Francesa e participante da Assembleia Nacional, a compreensão da importância da ordem e da autoridade política deve estar associada ao esforço de reconstrução:

Dois movimentos são naturais para qualquer nação que derruba instituições julgadas opressoras e viciadas. O primeiro é o de querer ver tudo destruído e erigido de novo; o segundo, de demonstrar severidade implacável contra aqueles que lucraram com os vícios das instituições anteriores. Esses dois movimentos são precisamente os que tornam as revoluções horrendas, os que fazem as pessoas ultrapassarem suas necessidades, prolongam duração dos levantes e põem em risco seu sucesso. Os homens ilustrados devem se esforçar para barrá-los e suspendê-los (CONSTANT, 2007, p. 668).

Sabe-se que na experiência política, materializada em ações concretas, o pensamento e as ideias normalmente se descolam da prática. Na França revolucionada, quando, em 1848, o proletariado e as classes populares passaram a confrontar a ordem burguesa, esta fez valer o seu espírito de conservação reagindo violentamente, pois, se tratava de manter íntegro o seu modo de produção fundado na propriedade privada e no controle político-ideológico das relações sociais. Em 1851, sem qualquer constrangimento, a mesma burguesia admitiria o golpe conhecido como o *Dezoito de Brumário*, tendo à frente Luís Bonaparte. Dado inicialmente com o pretexto de garantir a ordem esmagando por completo o movimento do proletariado e das classes populares, o golpe visava ulteriormente esfacelar o Partido da Ordem formado pela aliança entre monarquistas e burgueses e, ao fim e ao cabo, restaurar o Império Francês pondo fim a Segunda República⁹⁵. Apesar de o golpe ter evidenciado a contradição entre a teoria conservadora liberal – sobretudo em relação ao preceito da *ordem* – e a prática política, mais valeu a interpretação de que se tratava de uma mudança no télos burguês, uma alternativa para reacomodar o sistema.

DO FASCISMO EM GERAL

Perto de concluir os escritos da volumosa ontologia do ser social, Lukács (1968) retoma o tema da violência no interior da problemática do estranhamento, algo que antes o havia ocupado por quase sete anos no seu estudo sobre o irracionalismo. Dado que nos

⁹⁵ Sobre o assunto ver MARX (2006).

interessa refletir sobre a ideologia entranhada na violência e no irracionalismo, buscaremos extrair daí algumas questões que possam jogar um pouco de luz sobre a atualidade de ambos na sociedade brasileira, tal como antecipamos na seção anterior.

Logo na introdução de *El asalto a la razón* (1968), escrito entre 1952 e 1959, com uma ironia que lhe é peculiar, o filósofo húngaro alerta o leitor que o seu estudo “de modo algum pretende ser uma história da filosofia reacionária”, todavia destaca que desde a sua aparição e expansão, o irracionalismo foi convertido na “corrente dominante da filosofia burguesa reacionária” (1968, p. 3). Já no início do estudo da ontologia, Lukács lembra da inexistência de uma sociedade que tenha se desenvolvido economicamente para o capitalismo de forma *pura*, isto é, sem violência. Desse modo, comentando um trecho de *O capital* no qual Marx analisa o vínculo “ontologicamente irrevogável de economia e violência sob o capitalismo”, Lukács assevera que

A verdade ontológica pela qual, no âmbito do ser social, a necessidade nunca é espontânea e automática como na natureza, mas se impõe com a sanção ontológica *sob pena de ruína* como motor das decisões teleológicas humanas, se manifesta de dois modos: em primeiro lugar, a necessidade puramente econômica funcionando normalmente numa economia capitalista se apresenta como *coerção muda* à qual o trabalhador pode ficar entregue *para o curso usual das coisas*; em segundo lugar, o uso da *violência imediata*, extraeconômica, não é contestado de modo absoluto nem mesmo por uma situação normal, mas entra em cogitação apenas como *exceção* (2013, pp. 750-75. Grifos nosso).

A partir dessas considerações iniciais, Lukács irá explorar nos pensamentos de Marx, Engels e Lenin, as múltiplas determinações desse nexos participante da base objetiva do estranhamento. Reclama, com razão, da propaganda burguesa que deliberadamente busca misturar sob a mesma expressão *totalitarista* o fascismo e o comunismo como portadores do mesmo “parentesco tanto social como espiritual” (Idem, p. 789). Em contraposição àquela propaganda, o filósofo húngaro recorda que no seu já citado *El asalto a la razón*, havia mostrado que concepções fascistas “constituem o produto gradativamente amadurecido de um desenvolvimento socioideológico reacionário secular”, acrescentando que, no processo de desenvolvimento capitalista, a unificação da “tendência conservadora de todos os momentos retrógrados da sociedade” ocorre de forma subterrânea (Idem, id).

Como já visto, o marco do pensamento conservador na modernidade se institui a partir de meados do século XVIII se aprofundando desde então quando as lutas de classe que tomaram forma em fins daquele século e se ampliaram para além das fronteiras nacionais na Europa no século XIX. Nelas ficaram escancaradas o caráter reativo da burguesia em geral, esmagando violentamente o proletariado e as classes populares insurgentes quando estes, em 1871, depois de anos de luta, ficaram reconhecidos como

força política radical e revolucionária ascendente no cenário mundial. Nesse contexto forma-se no espectro político europeu uma direita radical e seu oposto, a esquerda revolucionária. Enquanto a primeira agia como um movimento contrarrevolucionário tolerado pelo Estado burguês, a esquerda trazia a perspectiva de conquistar o Estado e implantar uma república socialista. Na Rússia czarista, depois de uma tentativa malograda, em 1905, a esquerda obtém êxito na Revolução de Outubro 1917 em meio ao quadro da Primeira Grande Guerra (1914 -1919).

Com o fim desta última, a primeira fase imperialista do capitalismo passa por um processo de metamorfose teleológica, de onde começa a surgir visões chauvinistas mitificando a pátria como simulacro de identidade nacional. O mito da pátria foi principalmente utilizado como um guarda-chuva para os países que haviam se reunificado como nação recentemente, como foram os casos da Itália e da Alemanha. Serviria ainda para resguardar especificamente a Alemanha que havia perdido a guerra e fora humilhada pelas nações vencedoras com a perda de extensos territórios, a redução do seu corpo militar na ativa e o pagamento de 6 bilhões de marcos a título de indenização. As sanções impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes acabariam criando um clima nacional de muita tensão, desintegração social e instabilidade política na República de Weimar.

Com efeito, o quadro de desemprego, de greves, de agitações e de quebra-quebra no comércio que se seguiu por cerca de duas décadas alimentou o ânimo exacerbado de militantes à direita e à esquerda. A exemplo do que ocorria na Alemanha, em 1920, onde o Partido Nacional Socialista (Nazista) havia sido criado juntamente com uma violenta milícia paramilitar conhecida pelos seus uniformes pardos, na Itália em 1922, sob a liderança de Benito Mussolini (*Il Duce*) à frente do Partido Nacional Fascista, caminha à Roma com milhares de violentos milicianos conhecidos como *camisas pretas* tomando o poder. Durante as décadas de 1920 e 1930, o fascismo e o nazismo ganharam espaço como força política com a tolerância dos conservadores, com a adesão de grande parte da burguesia e, fundamentalmente, da classe média, e dos muitos equívocos de avaliação da esquerda. A título de exemplo, em 1935, a anexação do território da Áustria pela Alemanha teve total condescendência da comunidade internacional. Prova o descrédito e o ceticismo vulgar por parte do mundo do que viria a se transformar em um dos impérios mais fortes e cruéis da história da humanidade e do século XX⁹⁶. Sobre esse assunto, Bray (2017, pp. 7-10), relaciona e atualiza cinco lições para o combate antifascista:

⁹⁶ Ver também KONDER (2009, p. 53) e THALHEIMER (2009).

1) não reconhecer os riscos de “uma ideologia que rejeita os termos do debate racional”; 2) não reconhecer que “as instituições republicanas não são barreira ao fascismo”; 3) desconhecer que “não se pode reduzir o fascismo como o último recurso do capitalismo”; 4) reconhecer que o “fascismo sempre alçou ao poder pelas vias legais”; 5) reconhecer que “grupos supremacistas brancos infiltrados na polícia americana são propensos às ideias fascistas”.

Como fenômeno político que visa a tomada do poder do Estado, o fascismo constitui uma ideologia porque seu irracionalismo balizado por mitos os quais pretendem que sejam universais, e também porque o seu modo de ação, fundado num pragmatismo radical, busca ir às últimas consequências na conquista dos seus intentos, quer mediante a manipulação propagandística das massas quer mediante a violência de fato. Para Leandro Konder

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, anti-operário (KONDER, 2009, p. 53).

Como toda ideologia e conseqüente movimento político conservador, historicamente o fascismo encontrou na estrutura do sistema capitalista os recursos financeiros para se tornar uma força capaz de assegurar o caráter monopolista de Estado e dos seus patrocinadores nacionais, em detrimento dos entraves concorrenciais determinantes do capitalismo de corte liberal. Apesar disso ou por causa disso mesmo, Boito Jr. (2019) diz que o fascismo necessita estar junto às massas populares que lhe darão sustentação ideológica e, em regra, paramilitar. Ao lutar pela sua ascensão política num regime democrático, o fascismo enquanto movimento tem em vista na sua estratégia dar uma guinada para conformar o regime numa ditadura. O que permite toda esta conjuntura deve-se a algumas características peculiares que Mark Bray relaciona em um conhecido ensaio sobre a singularidade do fascismo:

É constituído de classes antagônicas (capitalistas burgueses e tradicionais proprietários de terra); diluí o conceito de social no nacional; a ideologia fascista reduz todas os problemas a uma questão nacional, da pátria; o apelo populista às massas formada indistintamente por setores médios da sociedade, a pequena burguesia, e a classe trabalhadora, contando com o apoio das elites (2017, p. 7).

CONCLUSÃO

Pergunta-se ainda hoje como um movimento que surge inicialmente amorfo, algo como uma horda de desocupados arruaceiros conseguiu tomar o poder na Alemanha e na Itália mantendo-o por cerca de duas décadas. Para Lukács (2013), o caldo de tensão resultante das transformações operadas numa economia industrialista e na circulação rápida e permanente da mercadoria, incluindo nisso o trabalho humano, teria colocado em xeque as identidades nacionais, impondo aos Estados de sociedades mais conservadoras, conseqüentemente, diretrizes de mudanças tão radicais ao ponto de gerar um fatalismo e um determinismo irreversível. Nesse sentido, sendo o *estranhamento* uma tensão entre o subjetivo e o objetivo tendo como fundo a experiência individual face ao econômico e o social, ele pode ser superado individualmente, como “*momento*”, mas, somente em definitivo com a abolição do valor, da propriedade privada e do capitalismo. Decorre daí que a propósito da ideologia nazifascista, Lukács diria ser uma “deformação moral da particularidade” (Idem, id), decorrente de um fenômeno insólito relativo à “generidade pular por cima da particularidade”. Isto é, a contaminação subliminar do inconsciente por crenças místicas a respeito de determinada conjuntura econômica, social e política. No caso da Alemanha e da Itália, dois países capitalistas na Europa em meio à crise estrutural da economia capitalista de 1929, evidenciando o colapso das políticas econômicas liberais, e, ameaçadas pela constituição da URSS após 1917, suas lideranças populistas apelavam para o chauvinismo e a xenofobia como forma de instauração de um Estado provedor.

Para além desses aspectos estruturais, Lukács observa que na busca de afirmação de poder, suas lideranças haviam percebido o caráter receptivo das massas para com os efeitos da propaganda quanto ao fato de que tudo poderia ser vendido ao público como *verdade* pela propaganda desde que, repetido muitas vezes assertivamente⁹⁷. Era apenas fazê-lo de modo correto, uma questão de método. Pois, na era da mercadoria, do *valor*, a moral, a ética, a cultura, a ideologia, enfim tudo havia se tornado passível de ser propagandeado, fosse um sabonete ou qualquer outra coisa. Inovando em relação às forças políticas tradicionais, os fascistas logo perceberam que a propaganda de massa poderia servir tanto à venda de mercadorias como valores culturais.

Os fascistas fizeram uso seguidamente do rádio, de carros com alto falantes, de jornais, panfletos, pichações, cartazes e faixas em locais de grande concentração e passagem de gente fazia eco às suas mensagens. E os temas eram diversos: apologia ao

⁹⁷ Durante a primeira década do seu surgimento, a propaganda fascista inculcaria em milhões de pessoas a ideia de que seus respectivos partidos, na Alemanha e na Itália atendiam às massas trabalhadoras.

fascismo e a um messias redentor, um mito na forma de chefe nacionalista; ataques indistintos aos inimigos da pátria à esquerda – socialdemocratas e comunistas – e à direita, basicamente os liberais; proselitismo de uma *raça pura* acompanhavam palavras de ordem antissemitas, ciganos e negros. Espera com este ensaio, artigo, dar entendimento, mesmo que em síntese, para melhor compreendê-lo, como fenômeno, principalmente nos atuais ditames da atualidade no Brasil e no mundo. Seguindo sempre à advertência de Marx, para que não se repita a tragédia, como farsa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. In *Anais do XIIº Congresso Brasileiro de História Econômica*. Niterói/RJ:

<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/30%20Notas%20Cr%C3%ADticas%20%C3%A0%20compreens%C3%A3o%20de%20L%C3%AAnin%20sobre%20o%20Estado%20revisitando%20O%20Estado%20e%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>, 2017.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; GIANFANCO, G. *Dicionário de política*. v.1. 13.ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

BOITO JR., A. *O neofascismo no Brasil*. Brasil de Fato. Janeiro. 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>

BRAY, M. Cinco Lições de História para Antifascistas. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. In *Revista SERROTE*. Número 27. Editora IMS. Rio de Janeiro: 2017.

BURKE, E. Reflexões sobre a Revolução na França. Campinas, SP: Vide editorial. 2017.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

CONSTANT, B. *Princípios de política Aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS. 2007.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990.

_____. "Prefácio". In: ERCORSIN NETTO, L. *O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica*. Versão digital. Kindle. São Paulo: Cortez. 2013.

DANTAS, D. F. História e Consciência de Classe. Lukács e uma Abordagem Dialética do Partido Para Além do Proletariado. In PPGCP-UFF. 2014.

ERCORSIN NETTO, L. *O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica*. Versão digital. Kindle. São Paulo: Cortez. 2013.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México, DF: 1968.

_____. Anotações sobre o materialismo burguês. In *Revista Crítica Marxista*, n. 31. (São Paulo: Unicamp, 2010). Pág.133-138. Escrito por Lukács em 1922.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Nélio Schneider.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução: Mario Duayer.

_____. *As lutas de Classe na França*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 4ª edição. São Paulo. Centauro. 2006.

THALHEIMER, A. *Sobre o fascismo*. Coleção Marxismo Militante. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer CVM. 2009.

Outras fontes

Depoimento de Paulo Henrique Furtado de Araújo ao autor em 07/2020.

Capítulo

09

DO PARTIDO NA DIALÉTICA – MÉTODO DA TOTALIDADE E REALIDADE HISTÓRICA

DIEGO FONSECA DANTAS

Doutorado em Educação
Universidade Federal do Fluminense - UFF

RESUMO: Este ensaio pretende, através de abordagem dialética, pesquisa teórica, com base na crítica do ensaio: *O que é o marxismo ortodoxo?*, do livro seminal *História e Consciência de Classe*, sobre a problemática da dialética e da consciência de classe, e possíveis impasses para sua sublevação da consciência e de uma organização do proletariado em Partido. Nesta leitura, a partir do conceito marxista de dialética, entendemos que à luz de 1923, e, portanto, no pós-revolução de 1917, Lukács depositava no Partido um papel pedagógico, de formação da consciência reificada do proletariado em consciência de classe. Como um testamento, dava instruções de que o Partido revolucionário deveria agir enquanto fomentador e transformador da consciência (burguesa) do proletariado em consciência de classe. Por meio do discernimento das contradições do capital, por meio da ação (práxis) consciente da realidade. Do resgate em todos os sentidos da questão e método dialético como a forma correta de teoria e ação proletária e do marxismo.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia; Consciência; Educação; Conservadorismo

ABSTRACT: This essay intends, through a dialectical approach, theoretical research, based on the critique of the essay: *What is orthodox Marxism?*, from the seminal book *História e Consciência de Classe*, on the problem of dialectics and class consciousness, and possible impasses. for its uprising of conscience and of an organization of the proletariat in Party. In this reading, based on the Marxist concept of dialectics, we understand that in the light of 1923, and, therefore, in the post-revolution of 1917, Lukács placed in the Party a pedagogical role, in the formation of the reified consciousness of the proletariat in class consciousness. As a testament, it gave instructions that the revolutionary Party should act as a promoter and transformer of the (bourgeois) consciousness of the proletariat into class consciousness. Through discerning the contradictions of capital, through action (praxis) conscious of reality. From the rescue in all senses of the dialectical question and method as the correct form of proletarian theory and action and of Marxism.

KEY-WORDS: Ideology; Conscience; Education; Conservatism

INTRODUÇÃO

No estudo sobre *História e Consciência de Classe*, Lukács cuida primeiro da dialética para fomentar a consciência de classe do Partido do proletariado - tema central do ensaio “*O que é marxismo ortodoxo?*”.

Esse ensaio trata a questão e a premissa-mor do que se define por um autêntico marxista ortodoxo. Faz a defesa de que não se pode ter um comportamento dogmático dos escritos de Marx e Engels, fazendo uma cátedra bíblica dos escritos marxianos; assim como não se pode usar de rigidez no trato estrito e científico dos mesmos; pelo contrário, deve-se valer também da crítica do campo externo a Marx (contribuições e outras escolas do pensamento filosófico, social e político). E defende categoricamente o quê que se poderia de fato “descartar” e o quê tinha que fincar como cláusula pétrea do marxismo. Ou seja, do que não pode sob nenhuma hipótese ser removido do marxismo.

Por isso, com efeito, o fundamento da ortodoxia do marxismo é a dialética⁹⁸⁹⁹, o método dialético que compreende: 1) a dialética da natureza e sociedade, ou seja, em que existe uma realidade que não é produzida, e sim reproduzida para o ser humano, e que, portanto, forma a sua consciência; 2) e o materialismo histórico – a concepção da histórica como a história da luta de classes. Justamente por isso, o Partido não pode conceber a dialética somente pela dialética da natureza e sociedade em detrimento do materialismo histórico e vice-versa, sob pena de descaracterizar a ontologia do marxismo, a própria dialética marxista.

Pretendemos avaliar e percorrer essa visão de Lukács: de que o Partido do proletariado sem esta premissa (do método dialético) é, senão outro Partido que não de cunho revolucionário, ou seja, Partido burguês, de cunho institucional, um Partido ordinário, tradicional, burocrático, apenas formal; apenas um Partido político cuja “associação visa um fim deliberado, seja ele objetivo, como a realização de um plano com intuítos materiais e ideais, seja pessoal, isto é, destinado a obter benefícios, poder e conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes”¹⁰⁰; sem pretensão, portanto, de transformação de uma realidade “dada” para realidade ulterior, do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista. É o que detalharemos a seguir: dialética ou método dialético, Partido e consciência.

PARTIDO, DIALÉTICA E CONSCIÊNCIA

Ainda, aprofundando a temática para ficar detidamente à luz do conceito de dialética tanto para os quadros do Partido, isto é, o corpo dirigente assim como para as fileiras que

⁹⁸COUTINHO, Carlos Nelson. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Apêndice: Carta de Lukács em resposta a Carta de Coutinho. Pág. 206. Diz Lukács: “Você tem inteira razão quando aponta no método o critério para estabelecer se alguém é ou não marxista. Mas, quando se fala de método, é preciso ter em vista o marxismo como um todo. E isso se refere tanto ao marxismo dialético quanto ao materialismo histórico. Os escritos certamente interessantes de Sartre e de Goldmann são, sem dúvida, influenciados pelo método do materialismo histórico. Mas, ao contrário, tais autores recusam o materialismo dialético. Eles não aceitam: a) que exista uma realidade independente de nossa consciência; b) que esta realidade tenha um caráter objetivamente dialético, que nossa consciência – livremente, não mecanicamente – reproduz; e finalmente, c) que o homem seja ontologicamente um ser social e não que ingresse em relações sociais (independentemente da essência do seu ser-homem) somente em um segundo momento.”

⁹⁹ Entre os Comentadores, sobre a dialética, seu resgate como método da totalidade e da ortodoxia e ontologia marxista em Lukács, estão os seguintes autores e obras: Ver: TONET, Ivo. “Lukács e as esquerdas brasileiras”, in *A revanche da dialética*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 148). Ver: JAMESON, Fredric. Uma crítica literária dialética. in *Revista Margem Esquerda. Ensaios marxistas*. nº 17. p.106. Publicado como introdução à edição inglesa (Georg, Lukács, *The Historical Novel*, Merlin Press, 1962) da obra *Der Historische Roman* (Berlin, Aufbau, 1955). Ver: KONDER, Leandro. *A revanche da dialética*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.50.). Ver: MESZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 469-470).

¹⁰⁰ Ver BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v.2. 13.ed. Brasília: UNB. P.674). Ver WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v.2. Brasília: UNB, 2004.

compõe inexoravelmente em cada individualidade a base do mesmo e, desta forma, clarear as linhas deste trabalho dissertativo, lançamos mão da Obra *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social* (LUKÁCS, 2010)¹⁰¹, obra da maturidade de Lukács, em que o filósofo húngaro afirma faticamente – pelos seus estudos baseados em Marx, desde a sua juventude com os *Manuscritos*, e em Hegel, incluindo aí Espinosa (LUKÁCS, 2010)¹⁰² -, de que a dialética é formada pela generidade¹⁰³ do ser, isto é, sua essência, e por sua vez, na formação gradativa e ininterrupta deste ser através de processos irreversíveis, em outras palavras, a formação do ser com base em sua historicidade.

Isto, valendo tanto para o ser social (sociedade), quanto à natureza orgânica (organismos biológicos) e inorgânica (geologia e estrutura física da terra), sendo que em última instância, o ser social nasce dos seres precedentes (orgânico e inorgânico), e por isso, a despeito de o ser social obter nesta transformação dialética, formações e estrutura de ser cada vez mais dinâmica e elevada estará sempre aterrada em suas conexões e complexos processuais como nexos desses seres precedentes, pelo que Marx chama de recuo das barreiras naturais como repetidamente endossado por Lukács nesta *Ontologia*.

Desta forma, não derroca o processo natural, mas, no máximo, há um complexo misto entre a estrutura transformada do ser social e natural, embora o ser social mostre-se em ênfase neste processo, não por ser hierárquica e logicamente um ser superior, mas, por ser uma gradação relativa e uma elevação dialética do ser em geral. Ainda, sobre esta relação entre sociedade e natureza, há uma crítica na visão de Lukács – também no *Prolegômenos* -, entre a concepção de Hegel e Marx: na medida em que Hegel faz uso estrito do pensamento abstrato para categorizar de forma lógica o ser (inorgânico, orgânico e social) e hierarquizá-lo com base em escala de valor: partindo do ser natural (natureza) para o ser social (sociedade). Marx, ao contrário, relaciona a sociedade como precedente da natureza, mas, mais que isto, que as mesmas estão em tal relação de uma para a outra, que se influenciam dialeticamente, independente da consciência e do conhecimento de que se tenha deste processo, já que, portanto, não é um pôr teleológico, mas, sim, a conexão de séries causais entre complexos e processos naturais e sociais.

Portanto, a dialética é o ser em sua concretude, o ser real e o seu desenvolvimento estrutural a partir de sua historicidade. Por este motivo e correção, faz-se o posfácio de 1967 de Lukács na introdução de *História e Consciência de Classe*, o reconhecimento de sua

¹⁰¹GEORG, Lukacs. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 72-74.

¹⁰²Idem, *ibidem*. p.159.

¹⁰³ Generidade, apesar de ser um neologismo é descrita pela Prof. Doutora Ester Vaisman na tradução, como essência do ser, in Georg, Lukács, *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo, 2010). Pag. 73.

incorreção a não considerar a relação interdinâmica entre a natureza e a sociedade. Por isso, a relevância de neste ensaio, referendarmos o desenvolvimento e a união entre as concepções do jovem Lukács de *HCC* e o Lukács da maturidade, em que o mesmo realiza as correções no posfácio, a cabo do seu último trabalho que foi a *Ontologia do Ser Social*, para trabalharmos com a correção mais aproximada possível do filósofo húngaro. Voltando à concepção de dialética em Lukács, tal reconhecimento da dialética se deu claramente com base na ruptura do jovem Marx com a concepção idealista de Hegel e a concepção materialista de Feuerbach, que será detidamente mostrada no desenvolvimento ulterior deste ensaio.

Ainda, dissecando a dialética, agora em termos de historicidade, para nos esclarecer e nos deter ao conceito de história na visão marxista que se relaciona dialeticamente com o ser natural e social, lançamos mão mais uma vez da obra de maturidade de Lukács no *Prolegômenos*, isto é: a idéia de que a história não tem fim com o espírito absoluto e objetivo com as sociedades e nações, como preconiza Hegel, em *Princípios da Filosofia do Direito* (HEGEL, 1997), e que não possui gênese e nem fim, de que, portanto, não há um roteiro da história, haja vista o que colocamos no parágrafo acima, pois não há pôr teleológico no ser social, isto é, nas esferas da sociedade, e muito menos nos processos naturais. Em tempo, o que há é um pôr teleológico a partir do trabalho (processo produtivo) e nas ações de cunho ideológico, moral e ético nas decisões alternativas dos homens e de sua individuação, assim, como do Partido - da concepção do homem produzindo e transformando com seus instrumentos e seu próprio trabalho em conjunto com os demais, mas, que na soma e na conjunção destes pores teleológicos, há causalmente um processo, ou seja, há a conexão de vários nexos entre vários processos internos e externos do ser social, entrelaçado aos processos naturais, que nessa última encontra sua base, e que por isso, nunca uma ação de pôr teleológico terá diretamente o mesmo reflexo da ideia do autor do pôr.

Desta forma, discorrendo sobre a dialética e o Partido, temos um problema com dois correlatos: 1) a individualidade, 2) seu sistema de crença advindo da experiência em relação ao regramento proposto pelo Partido.

A individualidade, isto é, a relação entre gênero e exemplar individual foi trabalhada por Lukács como a passagem da singularidade para a individualidade como um processo histórico e que seu conjunto é a formação da genericidade, só que como bem destacado por Ester Vaisman¹⁰⁴, ela não é forjada mecanicamente pela genericidade em si, que possui lastro

¹⁰⁴VAISMAN, Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. In: Revista Perspectiva, v.27. Florianópolis: jul/dez, 2009. p. 455-456. "dimensão mais relevante da individualidade é sua autoconstituição, tanto à constituição do gênero, quanto do indivíduo, no interior do qual a dimensão ativa, que é atributo específico da existência humana, se encontra circunscrita apenas pelo próprio indivíduo."

na reprodução econômica. A reprodução social do indivíduo, por sua vez, responde também de forma independente e cada vez mais distante do gênero, fazendo com que a relação entre individualidade e gênero seja cada vez mais mediada e complexa, uma relação dinâmica e dialética, em constante evolução rumo à socialidade e à expansão da individualidade.

Já o sistema de crenças, advindo da experiência, não pode ser descartado, pois estaríamos agindo com miniaturização (KIRALY, 2012) da existência humana, apelando para que apenas tal regra e uma regularidade do Partido, de forma objetiva, pudessem banir a subjetividade, a ideia de mundo que cada individualidade, com base na imagem de sua experiência possui, independente do mecanismo de adesão a uma nova ordem de um Partido, mesmo revolucionário, pois, “a personalidade de cada indivíduo é resultado das escolhas que ele realiza ao longo da vida”. (VAISMAN, 2009). Ou seja, da sua própria experiência, independente da sociabilidade com outros indivíduos e com a realidade. Ou dito de outra forma:

“Não existe um mundo sem homens. Não existe homens sem crenças. Não há crenças sem mundo. [...] A crença não é um sentimento: a crença é uma estrutura cognitiva e social da natureza humana, cuja expressão é a adesão necessária à experiência. Por isso, não podemos deixar de respirar ou crer”.

Desta forma, o Partido terá que fomentar através da educação e ideologia, considerando num primeiro momento tais crenças individuais, mas, abarcando outros mecanismos cognitivos de adesão, formulando nova crença em substituição as crenças já existentes (KIRALY, 2012), o que é tampouco fácil ou factível, mas, está na categoria da possibilidade, pois o pôr teleológico singular (individual) terá e sofrerá sempre influência do todo de pores (demais indivíduos) em sua sociabilidade, que por sua vez, altera o original e coloca como resultado, séries causais que também sofrem externamente influência de outras esferas de ser, como por exemplo, a ideologia, ou as ideologias (tradição, costumes, crenças e instituições: religiosa, filosófica, política, social, etc.), além da própria base econômica. Por esta riqueza e complexidade, nunca de modo absoluto será possível apreender totalmente a história, seu pretense roteiro, com domínio absoluto e totalizante. Será sempre *post festum*, e na melhor correção possível, uma aproximação da realidade, tanto mais correta for. E esta apreensão se faz, como defende Lukács, pelo método dialético, no conhecimento do ser concreto, e pela sua interconexão com sua historicidade. Por isso posto, a correção do método dialético para o Partido revolucionário, tanto no nível singular do indivíduo, como na universalidade do gênero, da classe.

A mesma coisa se faz no entendimento da mudança das partes e do todo. Mesmo a parte será tão somente a totalidade de totalidades dentro de si. Por ser muito rica e infundável a possibilidade de conexões, e as interconexões dentro das próprias partes, da parte para com outra parte, faz-se com isso um trabalho porquanto aproximativo quanto ao entendimento real. Não diferente será à ação, a práxis, o agir consciente sobre tais. Existe aí, e no processo real como um todo, a totalidade de várias totalidades, e o conhecimento e entendimento serão por mais correto que seja, o espelhamento e o reflexo da realidade na história e do ser. Nada mais que isso, na visão de Lukács.(LUKÁCS, 2010)¹⁰⁵. Esta visão de Lukács encontra eco no trabalho de Karel Kosic, *A Dialética da Natureza* (KOSIC, 2010), em que o mesmo defende a relevância e a importância do conhecimento pela totalidade, a concepção correta dos fenômenos e dos fatos, pois fincar-se no fato é cair decerto na armadilha positivista, de que as coisas, os fatos falam por si mesmos. De que é preciso adensar-se na essência, na concretude do ser, que envolve sair do imediato, e pela abstração em articulação com a realidade e seus critérios, avaliar o conhecimento real que ocorre nos fenômenos, nas conexões e nos fatos.

Ainda em tempo, a totalidade de Marx, presume-se na genericidade do ser e na historicidade que o pensamento (conhecimento) se faz apenas a partir da realidade, ainda que por reflexo aproximativo. A totalidade de Hegel (LUKÁCS, 2012), busca apreender a essência, a substância real, mas, como em seu método lógico-sistematizante, há uma confusão entre categorias lógicas e reais, uma vez que diferente de Marx (onde as categorias são determinações reais do ser), a processualidade de Hegel tenta apreender o real por um sistema lógico de pensamento, o que acaba por contaminar o objeto real. Ainda, se citarmos Espinosa, na visão de Lukács¹⁰⁶, a totalidade se faz para além do concreto (objeto real), perfazendo-se e incluindo também um universo estático, mesmo que não comprovado, subordinando pelo por teleológico divino e pela necessidade conforme do mesmo em intervir na realidade para que “nada ocorra pro acaso”. Portanto, o pensamento acaba por ser uma extensão do concreto, do real.

A DETERMINAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E DO PARTIDO PELA DIALÉTICA

Desta forma, passada esta importante digressão do ponto de vista epistemológico, e ao contrário do que se fixa no método dialético – fincado sempre na realidade e objetividades do ser e em sua historicidade -, é preciso antecipar que o Partido proletário sofreu certo

¹⁰⁵ LUKÁCS, Georg *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 127-383.

¹⁰⁶ _____. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.139.

desvio calculado do jovem Lukács¹⁰⁷, o mesmo de obras como: *Tática e Ética*¹⁰⁸ (1919¹⁰⁹), e *História e Consciência de Classe* (1923), e *Lenin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*¹¹⁰ (1924) - todos da década de 20 no curso da proclamação da Comuna húngara de 1919, passando pela *Ação de Março* de 1921 até a morte de Lenin em 1924 - , pois o mesmo detinha um messianismo utópico e revolucionário, muito influenciado por estes fatos históricos de revolução, e por suas próprias e autodeliberadas concepções intelectuais como a especulação ideológica de Hegel em detrimento do materialismo de Marx - só depois revistos pelo fracasso da *Ação de Março*.

Por isso, de saída, vamos antecipar e nos ater ao conceito do Partido marxista porque revolucionário para sua contextualização na luta política contra a burguesia e na sociedade capitalista, a despeito das inúmeras imagens de pensamento, sabendo desde já que o Partido está inserido na dialética, enquanto agremiação revolucionária. Já o contrário não vale, pois a realidade para além da consciência e independente dela é possuir mais plasticidade do que uma instituição. A dialética é apenas o método de espelhamento e aproximação desta realidade para o Partido revolucionário.

“A organização do Partido deve corresponder às condições e ao propósito de sua atividade. O Partido comunista deve ser a vanguarda, o setor mais avançado do proletariado, durante todas as fases de sua luta de classes revolucionária, e no período subsequente de transição para o socialismo, primeiro passo no desenvolvimento de uma sociedade comunista”.¹¹²

¹⁰⁷ Ver PAULO NETO, José. Introdução: Lukács e a Política. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 2011. p.9. “À época, Lukács vê a revolução proletária como processo imediata e universalmente em curso e compreendia, neste processo, o Partido Comunista – expressão mais alta da consciência de classe do proletariado, tomado este enquanto o sujeito que introduzia um sentido na história – como organizador demiúrgico da passagem da “pré-história da humanidade” ao estágio da emancipação humana.”

¹⁰⁸ LUKÁCS, Georg. *Tactics and ethics*:1919-1929. London-New York. Verso, 2014.

¹⁰⁹ Ver PAULO NETO, José. Introdução: Lukács e a Política. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 2011. p.9. De fato, antes de *História e Consciência de Classe*; *Tática e Ética* foi a “primeira coletânea marxista” em 1919, de Lukács. Na página 13 de HCC, Lukács diz que *Tática e Ética* foi à base de ensaios para *História e Consciência de Classe*, entretanto, esse último com os ensaios inéditos à primeira coletânea: “A reificação e a consciência do proletariado” e “Observações metodológicas sobre a questão da organização”.

¹¹⁰ Idem. p.9-10. Do ponto de vista ideológico, a crítica de Lenin, impressionou-o profundamente – e escrevendo um pequeno ensaio logo na sequência da morte do bolchevique (o pensamento de Lenin, 1924), Lukács vê-se no início de um ajuste de contas consigo mesmo ao defrontar-se com o antiutopismo leniniano -, conduzindo-o a repensar as suas tomadas de posição no sentido do que chamou de “realismo revolucionário”.

¹¹¹ LUKÁCS, Georg. *Lenin: a study on the Unity of His Thought*. London-New York Verso. 2009.

¹¹² LÊNIN, V. I. Teses sobre a estrutura organizativa, os métodos e ação dos partidos comunistas. In: FELLIPE, Wilian. *Teoria e organização do partido*: coletâneas de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Ed. José Luiz Rosa Sundermam, 2006. p.81. Resolução aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, realizado de 22 de junho a 12 de julho de 1921, em Moscou. Textos inéditos em língua portuguesa.

De igual modo, importante a distinção do Partido revolucionário de um Partido dito tradicional, burguês. Um Partido que não responde meramente por um laço institucional e formal entre sua base e direção, isto é, seu núcleo dirigente.

“Um grande Partido [...], não deve se limitar a concentrar em sua direção central a função de autoridade, deixando subsistir para o resto o antigo estado de coisas. [...] é necessário que sua realização se cumpra de maneira que ela seja, para os membros do Partido, um reforço e um desenvolvimento, [...] de sua atividade [...]. De outro modo, ele aparecerá para as massas como simples burocratização do Partido e provocará, assim, uma oposição a toda centralização, toda direção e toda disciplina estrita”.¹¹³

Concluindo, a função primaz do Partido revolucionário corresponde ao um processo educativo, pedagógico (REIS, 2014) ¹¹⁴: à formação e à captação da consciência pela ideologia (pois, como destaca Reis, a ideologia possui um “papel central na produção e reprodução do conhecimento da sociedade de classes”); e pela organização do proletariado, conforme defendido por Lukács em *História e Consciência de Classe*, afirma Lenin:

“Para bem guiar as massas, o Partido tem necessidade de uma boa direção. A tarefa essencial de organização que se impõe a nós é a seguinte: formação, organização e educação de um Partido Comunista puro e realmente dirigente para guiar o movimento revolucionário proletário”.¹¹⁵

O Partido, por isso, aterrado na dialética tem toda a liberdade de ação no cotidiano e na estratégia - apesar da difícil equação -, pois, conforme defesa de Lukács, o cerne da ortodoxia marxista não está em renegar ou não suas teses, pois reforça hipoteticamente, que um verdadeiro marxista ortodoxo pode refutar todas as teorias de Marx a respeito e tomando como base os fatos ocorridos até hoje, desde que reconheça e aja baseado nessa ortodoxia¹¹⁶ que se refere ao método, a dialética, que se descobriu pelos seus predecessores ser a forma e conteúdo de leitura correta da realidade, da realidade proletária, pois a dialética marxista é uma dialética revolucionária¹¹⁷. Isto é, método revolucionário, pois engloba o conceito e práxis de superação dialética, sobretudo na lei da

¹¹³ V.I Lênin, “Teses sobre a Estrutura Organizativa, os Métodos e Ação dos Partidos Comunistas”, In: FELLIPE, Wilian. *Op. Cit.* p. 83.

¹¹⁴ REIS, Ronaldo. *Formación humana y ideas de libertad*. Ex Libris - Revista del Departamento de Letras, v. 3, p. 49-65, 2014.

¹¹⁵ V.I Lênin, “Teses sobre a Estrutura Organizativa, os Métodos e Ação dos Partidos Comunistas”, In: FELLIPE, Wilian. *Op. Cit.* p.82.

¹¹⁶KONDER, Leandro. *A revanche da dialética*. São Paulo: Editora UNESP ; Boitempo, 2002). P.50. “As teorias são construções históricas, quer dizer, não permanecem imunes à passagem do tempo, estão sujeitas a envelhecer e só podem tentar recuperar a vitalidade quando ousam empreender as autotransformações necessárias. Está também aí o sentido da conhecida ênfase que Georg Lukács sempre depositou na potência metodológica do marxismo, fato que o levou, num texto célebre, a afirmar que em matéria de marxismo “a ortodoxia refere-se exclusivamente ao método.”

¹¹⁷LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo?. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.64.

mudança quantitativa para a qualitativa, ou seja, a alteração em primeira instância nas partes do todo dos processos da natureza e sociedade, ou mais explícito: a realidade, de forma quantitativa para em última instância, quando da conclusão e efetividade desse processo nas partes, se dar a mudança qualitativa da totalidade em questão. Somente tal lei, já colocaria a dialética como método revolucionário. Engels defende este ponto em seu *Anti-Duhring*, dando como exemplo prático, a transformação do valor em capital baseada na lei da transformação da quantidade em qualidade (ENGELS, 1979) ¹¹⁸:

“Assim, por exemplo, em O Capital de Marx, toda a seção 4ª, dedicada ao estudo da produção da mais-valia relativa ao âmbito da corporação, da divisão do trabalho, e da manufatura, da maquinaria e da grande indústria, contém inúmeros casos de simples mudanças quantitativas que fazem transformar-se a qualidade, podendo-se dizer, portanto, que a quantidade se converte em qualidade e vice-versa”.

O Partido revolucionário para atuar na práxis, isto é, na unicidade entre teoria e ação, urge apreender na realidade a dialética conceitualmente pela palavra alemã *aufheben*¹¹⁹, um verbo que significa “suspender” possuindo três sentidos diferentes, sendo: 1) negar, cancelar, anular; 2) suspender (elevar) para conservar algo, proteger o mesmo; e 3) elevar à qualidade, “*promover a passagem de alguma coisa para um plano superior, suspender o nível*”, isto é, promover uma mudança qualitativa na matéria ou na condição de um processo. Tais leis foram descritas por Engels, no *Anti-Duhring*. Ainda, sobre as leis, diz Konder:

“Pois bem: Hegel emprega a palavra com os três sentidos diferentes ao mesmo tempo. Para ele, a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nesta realidade negada e a elevação dela a um nível superior”. ¹²⁰

Em tempo, vale ressaltar: Tal discorrer sobre este tema é importante e faz-se de antemão a uma leitura mais rente e direta do pano de fundo do Partido, pois, na teoria marxista, não se pode configurar nada sem antes entrar no campo e no método da dialética, tomada emprestada de Hegel, mas, em sentido inverso: não no do idealismo, mas, no materialismo de Marx. Portanto, a conceituação de tal temática como a primeira – antes mesmo do Partido, na pesquisa sobre Lukács, mas, para além do núcleo do mesmo, faz-se decerto necessário discorrer sobre a dialética marxista, antes de fomentar o encaixe da figura orgânica do Partido, pois é uma premissa do método marxista, não se configurando

¹¹⁸ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.107.

¹¹⁹MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.123.

“*Aufheben*” é descrita como suprassunção.

¹²⁰ ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. op. cit. 111-121.

nada antes, da dialética, seja o tema do Partido, do proletariado, das forças produtivas, etc. Persistir contra essa questão, é seguir uma pesquisa monotrópica do Partido, por exemplo, e não atentar-se ao conteúdo, já exposto no subtítulo do objeto de estudo de Lukács em *História e Consciência de Classe: “Estudos sobre a dialética marxista”*.

Como vimos, a dialética em sua definição não é senão a visão da totalidade do ser na natureza e na sociedade, e do seu movimento na história em relação ao objeto, que forma este mesmo ser. Portanto, é a um só tempo, a totalidade do que é na natureza e na sociedade, e o movimento desta totalidade. Em suma, é senão o movimento de sua história como sujeito – sua relação com objeto outrem, de tal modo, a formar-se em grau de identidade a um só tempo, como sujeito e objeto. Há aqui uma relevância importante. O conceito de dialética em Hegel, que como Lukács, observou possuir sua forma mais completa na *Fenomenologia do espírito*¹²¹, possui *a priori*, a concepção do sujeito e do ser, na ideia, e essa ideia, transpassa etapas de consciência de si, para si, e para além de si, até fincar-se no objeto, concreto, e unir-se a ele como consciência não mais em si, mas de um mesmo todo, porém, sempre partindo da ideia, do pensamento que forma a realidade em sua totalidade. Marx apercebe-se nesta dialética certa mistificação, um movimento especulativo e abstrato, já que para ele, não se pode conceber, sem sair da especulação, um movimento de ideação, isto é, partindo-se da ideia que forma sua realidade do sujeito com o objeto.

Nos manuscritos de Paris de 1844 (MARX, 2010)¹²², Marx relata que a partir das teses de Feuerbach, há uma crítica à dialética de Hegel, justamente neste ponto, de que seria uma mistificação, um movimento especulativo, capitaneado pela categoria de Ideia Absoluta; e coloca sobre essa, um tom materialista em que se corta a visão teológica e mística da dialética, negando a ela uma ação estrita de um transcendente que é em última instância o desencadeador da negação e das contradições a partir do que a ideia tenta apreender como espelho – a realidade; e defende, ainda, a definição do sujeito e do objeto pela sensibilidade (MARX; ENGELS, 2007)¹²³ do que é a realidade – mas, Marx chama a atenção de que caracterizando o aperceber-se da realidade pelo sensível, não o seria mais a dialética, sendo um materialismo de espécime contemplativo, e não como fruto de uma atividade prática, humano-sensível, pelo que ao tomar consciência da realidade, como um só sujeito e objeto, porque a consciência (sujeito) é somente forjada pela realidade (objeto)

¹²¹LUKÁCS, Georg Lukács Rosa. Luxemburgo como marxista. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

¹²²MARX, Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.117-119.

¹²³MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e teses sobre Feurbach*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p.611-613.

pelo que sendo uma só coisa, pode-se transformá-la; que Marx, professou uma frase que navegou na história: “os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo.”¹²⁴

Portanto, o Partido revolucionário não pode ter uma visão especulativa da realidade, como em Hegel, e também não com base em um materialismo imediatista do sensível como em Feuerbach, que considerava a observação sensível do homem, como contemplativa e não uma atividade de cunho prático e inserido em uma totalidade e através da mediação, e por isso, não compreende a essência humana como fruto da realidade e conjunto das relações sociais:

“Feurbach, que não chega à crítica dessa essência real, é obrigado, por isso: 1) a abstrair do processo histórico e fixar para si mesmo a índole religiosa, e pressupor um indivíduo humano abstrato, isolado. 2) nele a essência humana pode, por isso, ser compreendida apenas na condição de “gênero”, de coletividade interna, muda, que une muitos indivíduos de maneira apenas natural”.¹²⁵

Por conseguinte, a bem da verdade, Marx faz a junção entre a dialética hegeliana a partir da crítica materialista de Feuerbach, e insere a dialética em uma base, em última instância, econômica, portanto, materialista, que se inscreve na natureza (realidade) e na história: seja na sociedade, no Estado, na moral e na ideologia. Com efeito, está concebida, a dialética marxista. Uma dialética em que a realidade forma a consciência, sendo ser e pensamento a mesma coisa e um todo, onde a realidade tende ao pensamento. E é aí que o Partido proletário precisa decerto capturar como consciência o método dialético tanto como teoria do conhecimento (entendimento) como na ação da realidade perpassando tanto ações do cotidiano como nas esferas superiores: éticas e morais para trazer à tona as oportunidades no campo da luta política, seja ela parlamentar, seja ela ilegal, sem quando no bojo de crises econômicas, provinda do interior da estrutura do capital e da sociedade burguesa. Podemos traduzir esta ciência para o Partido do proletariado pela definição, tomada do próprio Marx, no Prefácio de *O Capital*:

“Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é a apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado”.

¹²⁶

¹²⁴ Idem, p.613.

¹²⁵ Ibidem, p.612.

¹²⁶ Ver MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.94.

Por isso na concepção de Partido em Lukács: o mesmo faz uma defesa desmesurada e científica da dialética e do seu método como ponto crucial e de partida para entendimento da realidade. Defende a sua aplicação disciplinada e metálica da categoria da totalidade, que só pode ser entendida na visão dialética¹²⁷.

Constatam-se as bases do que é dado à cientificidade e filosofia marxista, a partir da dialética, da visão da totalidade da sociedade, e do seu viés revolucionário, de modo que influi a partir de seu entendimento e ação, na transformação da realidade, já que destrona a tênue limítrofe entre pensamento e ação, dando-lhes unicidade e não somente unidade, e pelo seu ponto de extrema relevância: a de que como se concebe a consciência de uma unidade na unidade e na totalidade do pensamento e do processo histórico, saqueando a visão fragmentada da realidade, fazendo-se, portanto, um propulsor e agente dinâmico das ações no processo histórico.

Toda esta concepção da dialética para o Partido é fundamental, pois afirma Lukács¹²⁸: “apenas tal relação da consciência com a realidade torna possível a unidade entre teoria e a práxis. Para tanto, a conscientização precisa se transformar no passo decisivo a ser dado pelo processo histórico”. Portanto, com o advento do processo histórico que culminou no capitalismo, ficou mais claro, a despeito das vertentes alienantes, o papel que o proletariado pode ter como potencial desencadeador da revolução da realidade histórica, com a tomada, também potencial, assim como latente, da consciência de classe, a despeito da consciência imediata, reificada, em suma, a “falsa consciência” que tem de si mesmo no processo produtivo, porque econômico, e social da sociedade capitalista.

Por isso, tomada a dialética como conhecimento da realidade e norteadora da ação, o Partido não pode se comportar em busca da revolução pela revolução, de forma contingente, mas, a premissa de que o passo pendente e seguinte de cada etapa do processo revolucionário, resguardada sua condição histórica, faz-se “o momento da revolução”, é passo a ser dado, que condiciona o passo seguinte. Se a dialética, é dada pela visão da totalidade, da totalidade concreta, essa enxerga em cada momento particular da luta política e histórica, o seu contexto unitário dentro da totalidade de todo o processo da sociedade, - e o é de suma importância e relevância que culmina na visão revolucionária, portanto, de cada passo da etapa da cadeia da revolução.

¹²⁷ LUKÁCS, Georg. Meu caminho para Marx. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p.39-41. Ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Lukács, Proust e Kafk: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Ver ZIZEK, Slavoj. De História e consciência de classe à dialética do esclarecimento e volta. In *Revista LUA NOVA* nº 59. 2003.

¹²⁸ Ver LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo?. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 65-66.

Por isso, não é sabor negociável a separação, estripação deliberada da ciência marxista da dialética materialista para a agremiação revolucionária. Mas, por tal condição fundamental para com o método e com o marxismo, que o intelectual húngaro não perdoa o tido como revisionismo, seja pelo voluntarismo, seja por oportunismos de intelectuais ditos marxistas ou socialistas, meramente e no máximo: considerados como utópicos e abstratos pelo próprio Lukács.

Sobre o Revisionismo, percebemos claramente que, para tal, houve como causa, a difusão e ideologia do mecanicismo da II Internacional¹²⁹, cujo movimento negava a dialética de Marx, e adotava uma postura epistemológica e prática de marxismo, a partir da adoção de teses mecanicistas, diametralmente oposto à dialética (que, como já visto, apreende o conceito de superação, ou seja: a negação, conservação e elevação a um nível superior da matéria e dos conceitos a partir da consciência dessa mesma matéria – em última instância, de base econômica), com um mecanicismo que vaticinava, por exemplo, que a revolução se daria com um cataclismo e crise econômica. Havia aí, certo determinismo de toda ordem, da tomada e protagonismo do proletariado a partir de um fato econômico pré-determinado, o que condicionava o Partido revolucionário a postura de não iniciativa, defensiva frente à luta e, por conseguinte, a transformação da realidade.

O revisionismo era a contraparte à dialética, por seu caráter de imobilidade e certa medida de previsibilidade, por isso, preconizava a revolução como um fato dado, a depender exclusivamente da irregularidade econômica descartando aí à experiência, uma iniciativa tática ou estratégica do proletariado, muito menos, a tomada de uma consciência de classe.

A defesa da dialética para o Partido é completada como essencial dentro do contexto histórico, fato relegado pelo próprio Engels, que se ocupou de fazer uma distinção com metafísica (ENGELS, 1979)¹³⁰. Esse último como um método isolante de um determinado objeto ou realidade, dando-lhe conotações fixas, rígidas dentro de uma perspectiva contemplativa, fatalista, o que para o método dialético, faz-se um sistema em permanente revolução, imanente a um processo dinâmico e ininterrupto de dissolução de conceitos, objetos, leis do pensamento e do real, do todo. Mas, Lukács defende que sem atrelá-lo ao aspecto da *relação dialética do sujeito e do objeto no processo da história*¹³¹, a despeito da manutenção do aspecto da superação permanente dos conceitos fluídos, perde-se categoricamente seu caráter de método revolucionário. Alça-se por isso, por todo exposto,

¹²⁹ Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (civilização brasileira). Rio de Janeiro, 2012. O mesmo relata os efeitos da reificação no partido comunista – isto é – a ideia de uma ideologia mecanicista e determinista, a que Lukács destacou muito como utopismo.

¹³⁰ ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.107-109.

¹³¹ Ver LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo?. In *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.67.

a dialética como ciência para o Partido revolucionário, isto é, a um método no máximo, de cunho científico¹³².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, e por meio da exposição de mais um conceito dialético, a ciência burguesa por si só, reza em expelir de toda sorte a ciência dialética, para usar de sua intenção no sentido de discriminar a ciência que é uma só, em sua totalidade, em ciências objetivas e particulares, dando uma nebulosidade natural ao todo, e a visão específica em cada área do saber que condiciona a experiência e a moral do agir.

Como já vimos no início deste ensaio, a ciência burguesa¹³³ nega a dialética, o materialismo histórico, uma vez que nega, de igual modo, a história como cadeia revolucionária, mesmo com advento do capitalismo pela classe burguesa derrocando ainda a estrutura vacilante do feudalismo no século XVIII.

O Partido por isso e por sua vez é o meio, a mediação, através da educação, da ideologia da (re) interligação ontológica crítica entre os elementos *educação* e *trabalho* na cabeça do trabalhador e da classe trabalhadora, para o cumprimento e alcance da classe proletária à consciência e para além da consciência. Interligando-se através da reflexão da ideologia crítica, conscientizando e subvertendo o seu cotidiano desde a linha de produção até os trabalhos de ordem intelectual, éticas e artísticas, aliás, vale ressaltar que a própria política em sua concepção desde o pensamento até sua concretude na práxis consciente é uma arte, é uma obra estética, que visa harmonia, que visa ao belo. Pois, a própria sociedade capitalista e sua estrutura e superestrutura é um advento vivo para aplicação da conscientização, da educação crítica para formar e agir pela consciência, para sair das amarras do estranhamento, da alienação, do regramento das máquinas de regramento

¹³² Conforme Lenin, em seu *Cadernos da Dialética de Hegel*: “Em virtude da natureza do método, a ciência se apresenta como um círculo fechado sobre si mesmo, no qual o fim retorna pela mediação do começo, fundamento simples; e este círculo é um círculo constituído por círculos [...] os anéis desta cadeia são as ciências particulares....” Diz ainda: “[...] O método é o conceito puro que se refere apenas a si mesmo; por conseguinte, é a simples relação consigo mesmo que é o ser. Mas agora ele é também o ser em sua plenitude, o conceito que se concebe a si mesmo, o ser como totalidade concreta e também, completamente intensiva...”

¹³³ Mas, Lukács defende claramente isso, quando afirma em contraponto à ciência burguesa que: “a ciência proletária é revolucionária não somente pelo fato de contrapor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas, em primeiro lugar, devido à essência revolucionária do seu método. O domínio da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário na ciência”.

Ou ainda, em relação à história condizente ao pensamento burguês: “Pois ele deve suprimir completamente todo o processo histórico e apreender nas formas de organização do presente, as leis eternas da natureza, que no passado – por razões “misteriosas” e de uma maneira que é incompatível com os princípios da ciência racional na procura de leis...”. (LUKÁCS, 2012, 67).

social e humano. Precisa, necessariamente, estar inserido dentro da matéria dialética, em sua concepção marxista. A defesa aberta e não menos técnico-científica, e tampouco filosófica, nos faz em primeira instância conceituar o método dialético como revolucionário, não somente na ótica do conceito, da ideia, mas na ação histórica dentro deste mesmo processo. E o proletariado, com sua própria consciência - permeia toda esta possibilidade à realidade. Não é, e nunca será um processo teleológico. Apenas com pôr teleológico nas decisões alternativas do indivíduo como nos pores ainda teleológicos do Partido, mas, que pode no máximo, gerar conexões e séries causais na luta com a burguesia que também possui seus pores teleológicos, e da contingência histórica.

Por isso, a correção da dialética em meio a este contexto, que se cerca de crueldade pela violência e nas inúmeras imagens de mundo e de pensamento para sua respectiva realidade. Se não é um por teleológico de uma só visão de mundo, decerto não será uma série de causalidades também – e muito menos – de uma só visão de mundo e concepção de abarcar, destruir ou construir mundos (KIRALY, 2012). O problema da individualidade com o gênero¹³⁴ e o mundo de cada um dos próprios proletários, com sobriedade, não irá contradizer este ponto – por isso a defesa do Partido no quadro da teoria marxiana de Lukács – de seus quadros dirigentes para capturar as individualidades, tanto objetiva como subjetivamente. Mas, se o gênero (coletividade de exemplares) não regra unilateral e mecanicamente e o seu exemplar social (indivíduo), como abarcar a imagem e ação dos próprios proletários nas fileiras do Partido? Por isso, a relevância da teoria e a prática na dialética na parte e no todo, na singularidade, individualidade e universalidade, pois o método - conforme Lukács - compreende também a ontologia do ser social e não meramente uma realidade econômica, sem a sociabilidade, interdependente dela.

A dialética para o Partido é um método da práxis, da ação prática para tal. Por isso, também, o Partido inserido na mesma. Este mesmo Partido, que necessita explorar as contradições da acumulação do capital (principal ponto de ruptura e alerta para a consciência) para ascender como fomentador e propagador da consciência de classe, como prioritária e pioneiramente bem elucidou Rosa Luxemburgo – claro, dentro e sempre pertencente à categoria da totalidade. Em suma: o próprio método dialético é um método para educação pela consciência, já que espelha concretamente o ser e a história da realidade, não entendendo como acabado, absolutamente, nada, e, sobretudo, é um método de ação concreta, para alterar a realidade, por esta mesma ideologia e educação com base,

¹³⁴Ver VAISMAN, Ester. Apresentação. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

nesta mesma consciência (REIS, 2014) ¹³⁵, já elevada, já formada e educada, e em vias de se elevar ainda mais nesta realidade histórica, mas, nunca, historicamente, determinada. A dialética é o método de conhecimento (entendimento e ação) da totalidade e da realidade histórica.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFANCO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v.1. 13.ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político (civilização brasileira)*. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Lukács, Proust e Kafka. *Literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, Friedrich. *Anti-duhring*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FELIPPE, Wilian. *Teoria e organização do partido*. Coletâneas de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Ed. José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HUME, David. *Tratado da natureza humana*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2009)

JAMESON, Friedric. Uma crítica literária dialética. In: *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n.17.

KIRALY, Cesar. *Ceticismo e política*. São Paulo: Giz Editorial, 2012.

_____. *Os limites da representação: um ensaio desde a filosofia de David Hume*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

KOSIC, Karel. *A dialética da natureza*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KONDER, Leandro. *A revanche da dialética*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LENIN, V.I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

¹³⁵ Ver REIS, Ronaldo. *Formación humana y ideas de libertad*. Ex Libris - Revista del Departamento de Letras, v. 3, p. 49-65, 2014.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. Anotações sobre o materialismo burguês. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 31. São Paulo: Unicamp, 2010.

_____. As antinomias do pensamento burguês. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. Consciência de classe. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Lenin: a study on the unity of his thought*. London-New York: Verso, 2009.

_____. Meu caminho para Marx. In: *Socialismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. A mudança de função do materialismo histórico. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. Observações metodológicas sobre a questão da organização. In: *História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma Ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Posfácio. In: *História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O que é marxismo ortodoxo?. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. A reificação e a consciência do proletariado. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. Rosa Luxemburgo como marxista. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Tactics and Ethics: 1919-1929*. London-New York: Verso, 2014.

MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 6.ed. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e teses sobre Feuerbach*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MÉZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

A MUDANÇA de função do materialismo histórico. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

PAULO NETO, José. Introdução: Lukács e a Política., In: *Socialismo e Democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 2011.

REIS, Ronaldo. Formación humana y ideas de libertad. Ex Libris - *Revista del Departamento de Letras*, v. 3, p. 49-65, 2014.

REIS, Ronaldo. Ontologia crítica, estética e ética: um excerto. *Revista Virtual En_Fil*, v. 3, p. 1-10, 2015.

TONET, Ivo. Lukács e as esquerdas brasileiras. In: *A revanche da dialética*. São Paulo: Editora UNESP. Boitempo. 2002.

TROTSKY, Leon. A degeneração do Partido Bolchevique. In: Wilian Fellipe. *Teoria e organização do partido*. São Paulo: José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

_____. *A Revolução de Outubro*. São Paulo: Boitempo. 2007.

VAISMAN, Ester. *Apresentação*. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Apresentação*. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Ester. *Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações*. In: *Revista Perspectiva*, v.27. Florianópolis: jul/dez, 2009.

Capítulo

10

EMPREENDEDORISMO: RELATOS DA VIDA ECONÔMICA E EVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL DE MULHERES MARANHENSES

FRANCISCA DE JESUS PEREIRA DA SILVA

BENEDITA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA

ELIANE FERNANDES DO NASCIMENTO

MARCELO AUGUSTO PEREIRA LEITE

MARIA ZUILA ERICEIRA DE LACERDA

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo algo bem interessante que é falar de mulheres e suas conquistas dentro de empreendimentos, sonhos e lutas para mudanças nas suas vidas financeiras e pessoais. Quem são essas mulheres? São aquelas que vão à luta, muitas sustentam suas famílias com vendas informais, outras estão se formando, dirigindo empresas, abrindo o próprio negócio, ou cuidando dos negócios da família. São muitas. Dá gosto ver como o avanço feminino se fortaleceu. Trabalham de sol a sol, sem apoio masculino, sem amparo, mas com fé e muita força de vontade de vencer. Onde isso acontece? Na atualidade é no mundo inteiro. Agora, vamos em particular voltar para o Brasil, no sul, sudeste, norte e nordeste, chegando até o Maranhão. A autonomia das mulheres abriu caminhos para muitas. A mulher não mede esforço quando o trabalho significa cuidar e manter sua família. Ela lava, passa, cozinha, vende, carrega peso, faz unhas, cabelos, estuda para chegar além. No Brasil a informalidade é o maior caminho para se trilhar. As ruas das cidades brasileiras são tomadas por homens e mulheres vendendo para construir suas histórias de vida econômica. As mulheres se destacam porque há mais espaço para elas. Através desse artigo iremos relatar histórias de vida de pessoas que passaram por experiências positivas e segue buscando crescer profissionalmente e economicamente, procurando divulgar de maneira precisa, através de uma visão feminina de viver, transformando sua luta e conquista em exemplos a serem colocados em práticas por mulheres que também sonham e querem vencer.

Palavras-Chave: Empreendimento, autonomia, informalidade.

ABSTRACT: This article aims at something very interesting, which is to talk about women and their achievements within enterprises, dreams and struggles for changes in their financial and personal lives. Who are these women? They are those who go to fight, many support their families with sales informal, others are forming, running companies, opening their own business, or taking care of the family business. There are many. It is nice to see how the female advancement has strengthened. faith and a lot of willpower to win. Where does this happen? Nowadays it is all over the world. Now, let's go back to Brazil in particular, in the south, southeast, north and northeast, arriving as far as Maranhão. Women's autonomy has paved the way for many. Passes, cooks, sells, carries weight, does nails, hair, studies to get beyond. In Brazil, informality is the biggest way to go. The streets of Brazilian cities are taken by men and women selling to build their life stories. Women stand out because there is more space for them. Through this article we will report life stories of people who have gone through positive experiences and continue to seek to grow professionally and economically, seeking to disseminate in a precise way, through a feminine vision of living, transforming their struggle and conquest into examples to be put into practice by women who also dream and want to win.

Keywords: Entrepreneurship, autonomy, informality.

INTRODUÇÃO

Foi somente no Brasil República, mais especificamente após a elaboração da Constituição de 1934 que as mulheres adquiriram seus primeiros direitos trabalhistas e passaram a exercer atividades não apenas doméstica. A partir da CLT, criado no governo Vargas, pessoas do sexo feminino também passaram a produzir no mercado, o que antes não era visto com bons olhos na área econômica. Com o tempo e muitas dificuldades como cita (LESKINEN,2004): A introdução da mulher no mercado de trabalho se deu com a I e II Guerra Mundial (1914-1918 e 1939 a 1945), quando os homens iam para as batalhas e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e posição dos homens no mercado de trabalho

Esse artigo tem como objetivo algo bem interessante que é falar de mulheres e suas conquistas dentro de empreendimentos, sonhos e lutas para mudanças nas suas vidas financeiras e pessoais. Quem são essas mulheres? São aquelas que vão à luta, muitas sustentam suas famílias com vendas informais, outras estão se formando, dirigindo empresas, abrindo o próprio negócio, ou cuidando dos negócios da família. São muitas. Dá gosto ver como o avanço feminino se fortaleceu. Trabalham de sol a sol, sem apoio masculino, sem amparo, mas com fé e muita força de vontade de vencer.

Onde isso acontece? Na atualidade e no mundo inteiro.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo de experiência é analisar o exemplo de vida de mulheres empreendedoras maranhenses, através de uma visão analítica, bibliográfica, qualitativa. Tendo como objeto de pesquisa às experiências de cada mulher e as conquistas dentro de uma perspectiva de gênero humano, social e participativo no aspecto financeiro e de empreendimento. Empreender em um Estado do nordeste não é fácil, onde ainda se caminha com dificuldades nas frentes de trabalho porque Maranhão é um Estado que não tem muitas indústrias, multinacionais e sua população vive mais de pequenos e grandes negócios.

MARANHÃO E O EMPREENDEDORISMO FEMININO

Agora, vamos em particular voltar para o Brasil, no sul, sudeste, norte e nordeste, chegando até o Maranhão. A autonomia das mulheres abriu caminhos para muitas. A mulher não mede esforço quando o trabalho significa cuidar e manter sua família. Ela lava,

passa, cozinha, vende, carrega peso, faz unhas, cabelos, estuda para chegar além. No Brasil a informalidade é o maior caminho para se trilhar. As ruas das cidades brasileiras são tomadas por homens e mulheres vendendo para construir suas histórias de vida econômica. As mulheres se destacam porque há mais espaço para elas.

Através desse artigo iremos relatar histórias de vida de pessoas que passaram por experiências positivas e segue buscando crescer profissionalmente e economicamente, procurando divulgar de maneira precisa, através de uma visão feminina de viver. Procurando transformar sua luta e conquistas em exemplos a serem colocados em práticas por mulheres que também sonham e querem vencer.

MARANHÃO UM ESTADO EM ASCENSÃO NOS PEQUENOS E GRANDES NEGÓCIOS

Segundo a Junta Comercial do Maranhão (Jucema) com dados que foram relacionados a 2020. Os pequenos negócios foram responsáveis por 83% dos postos de trabalho no Maranhão. Em números absolutos, os pequenos negócios, atualmente, geram 16.412 dos 19.753 empregos formais em 2020 no estado. Os dados são baseados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério da Economia. No relatório da Jucema também fazem ranking das cidades maranhenses que tiveram os maiores saldos de empregos gerados as micro e pequenas empresas. Destaque para São Luís, Imperatriz e Timon.

TRABALHO FORMAL X INFORMAL DAS MULHERES MARANHENSES

MANDELLI (2015, p.53) afirma que: O estilo de liderança das mulheres altamente interativo é mais adequado do que o comando-controle exercido pelo sexo masculino. Nessa linha de comportamento, as mulheres são mais colaborativas. tendência que se intensificou com o acelerado processo de urbanização e com as mudanças no papel social da mulher, favorecida pelo maior nível médio de escolaridade em relação ao homem. O peso do emprego formal entre homens avançou mais rapidamente do que entre as mulheres no Maranhão. Percebe-se mesmo com o crescimento maior na área masculina, o crescimento do trabalho assalariado entre as mulheres. Dentre os sujeitos que trabalham informalmente segundo a PNAD Contínua (2018) estão aderindo a esse tipo de ocupação é revelado que as mulheres com 40 anos ou mais são maioria comparada se comparadas aos homens.

UM OLHAR ATRAVÉS DOS RELATOS DE MULHERES EMPREENDEDORAS MARANHENSES

ENSINAR É EMPREENDER CONHECIMENTOS

Meu nome é Maria Zuila Ericeira de Lacerda. Nasci no dia 03/10/1962 num povoado do município de Bacabal. Tenho 59 anos e atualmente sou professora da rede estadual de ensino. Leciono atualmente turmas do Ensino Médio, no Centro de Ensino Estado do Ceará, situado em Bacabal-MA.

A minha história de vida talvez seja igual a de muitas mulheres brasileiras que tiveram que se reinventar para enfrentar os desafios. Sendo de família humilde (não abastada) tive que sair de casa muito cedo, aos 8 anos, para estudar na cidade. Apesar de meus pais serem pobres e viverem em povoados, meu pai sempre me incentivou a estudar, sou grata a ele por isso. Me criei sabendo a importância do estudo.

Por ser dona de uma boa caligrafia e saber datilografia, consegui o meu primeiro emprego na loja de departamentos do Armazém Paraíba no ano de 1977 aos 14 anos, assim pude custear meus estudos no Colégio de Nossa Senhora dos Anjos. Eu havia crescido com esse sonho de estudar naquela escola, cujo diretor Frei Evaldo (hoje falecido) havia me dado uma meia bolsa. Essa escola foi muito importante para minha educação.

O Armazém Paraíba foi uma escola de vida, foi lá que aprendi muito do que sou hoje em dia durante os dez anos que ali fiquei. Me considero uma pessoa disciplinada e comprometida tanto na vida profissional quanto no pessoal. Aos 20 anos me casei e tive 3 filhos homens no decorrer da década de 80. Em 1993 consegui um estágio no Banco do Brasil, onde trabalhei por dois anos. Em 1997 mudei-me para Santa Inês.

A mudança para Santa Inês foi muito proveitosa para mim, pois decidi voltar a estudar e assim entrei para o campo da educação. Fiz o vestibular para Letras aos 40 anos, ao mesmo tempo que fui avó. Passei em 9º lugar e assim começou a minha vida acadêmica. Me formei em 2009, a sorte cruzou o meu caminho e no mesmo ano o estado lançou o concurso para professores, no qual me inscrevi e fui aprovada em 5º lugar.

O ano de 2009 foi de fato um divisor de águas na minha história, contudo não foram só rosas tive também que tirar os espinhos. Nesse mesmo ano ocorreu a minha separação. Sabemos que uma separação traz sequelas, pois, além dos problemas emocionais também há um impacto na vida financeira e familiar. Nesse meio tempo decidi voltar para Bacabal e recomeçar a vida do “zero”. Nesse período contei com a ajuda da minha mãe e de meus irmãos, aliás, não sei o que seria de mim sem a ajuda dos meus parentes. Enfrentei muitos problemas com os filhos e de saúde também.

Aprendendo a liderar quando se cabe, construindo e melhorando quando se pode, e esperando o mérito pelo trabalho, sigo em frente, visando ampliar nosso negócio e sempre ter Fé. Sigo em frente com pensamentos positivos e com sangue de mulheres empreendedoras nas minhas veias, mas nada me impediu de concluir o meu curso, defender minha monografia é estudar para o concurso.

No dia 25/03/2010 começou um novo capítulo da minha história, tomei posse na rede estadual de ensino na cidade de Vitorino Freire. Lá tive que enfrentar o desafio de viver sozinha em uma terra estranha numa nova profissão e ainda por cima, na difícil missão de ensinar inglês. Esse período foi muito sofrido, pois além do luto da separação tive que me acostumar a um novo estilo de vida, o de morar sozinha. Mas a sorte cruzou meu caminho novamente e após dois anos consegui ser remanejada para Bacabal onde estou até hoje.

No retorno a Bacabal conquistei minha especialização pela UEMA. Atualmente sou professora especialista em Educação de Jovens Adultos e Idosos. Estou me preparando para o teste de proficiência em Língua Inglesa e assim concorrer a bolsas de estudos nos EUA. Esse ano farei 60 anos e descobri que não existe limites quando temos fé e foco.

HERANÇA FAMILIAR DE SER EMPREENDEDORA

Me chamo Benedita Amélia Pereira da Silva Farias, sou a quarta filha de cinco filhos do casal Maria da Graça Ribeiro da Silva e José Ribamar Pereira da Silva. Meus pais foram os pioneiros na medicina em uma região do Maranhão, chamada hoje de Pio XII, anteriormente conhecida como Andirobal dos Crentes.

Nascida em Bacabal na década de 80, cresci juntamente com meus irmãos, na casa de minha avó Teresa Leal, matriarca da família, que nos disciplinava e cuidava dos 5 (cinco) netos, que ficavam sob sua responsabilidade. Avó paterna, separada do marido, comandava sua casa com a autarquia e vigilância. Era responsável também em administrar 3 pontos de aluguel, deixado de herança, por sua mãe Benedita Leal, que em outrora, era a viúva, de um grande comerciante, que morreu de um ataque cardíaco súbito, deixando suas mercadorias e comércio, nas mãos de sua esposa, que naquela época, não tinha vez ou voz, e muito menos experiência em lidar com, recursos financeiros, compra, venda de mercadorias, enfim, minha bisavó Benedita Beatriz teve que enfrentar muitas barreiras, para sustentar seus filhos sozinha e com patrimônio para gerir.

Sofria, danos nos aluguéis, pois os locatários não queriam pagar os mesmos, ou pagavam o valor que os convinha, não queriam sair do ponto alugado, se ela determinava, enfrentou tudo sozinha, ao lado de seus filhos. Sem nenhum amparo jurídico ou executivo,

apenas na lei de Deus. Ao se passar dos anos, com o falecimento de minha bisavó Benedita, a minha avó, ficou sendo a responsável pelos patrimônios, não havia mais comércios próprios apenas, pontos para os aluguéis, contudo, o histórico ficou um pouco distinto, Teresa minha avó era mais dura e tinha sempre uma resposta pronta, então não aceitava desaforos de locatários, ela era querida por eles e respeitada. A dona de casa estudou apenas até o quarto ano primário, mesmo assim era administradora de nossos bens, e nos orientava com uma mente fora de seu tempo. Ah! Ninguém enganava minha avó.

Ao partir de minha avó, para o plano superior, os aluguéis e a casa que ela morava se deram a uma nova gerência, Beatriz Pereira, minha tia, mulher estudiosa, virginiana, super organizada, defensora de opiniões e muito sincera nas palavras, mas essa sim, herdou a força da mãe e a coragem da avó. Enfrentou uma das maiores dificuldades em manter nosso patrimônio, sofrendo ameaças de um locatário, que se recusava a entregar o ponto, onde desejando para si, o alheio ou privado. Teve que iniciar um processo jurídico para solicitar ordem de despejo, e os transtornos vieram juntos, ameaças, ofensas, sacarmos mais uma coisa ela nunca havia perdido, a Fé de quem crer em Deus, não seria permitido perder um patrimônio, que já havia sido, conservado e cuidado de geração em geração. Pois bem, houve o falecimento do locatário e a família, desistiu de dar continuidade a permanência do ponto, que já não era mais permitido a permanência deles. Tudo isso mostra, a garra de uma mulher que de geração em geração, comanda, administra com amor e zelo suas obrigações que assim lhe foram atribuídas. Esse será o seu legado.

E onde me encaixo nessa nova geração de mulheres empreendedoras? Encaixo-me, de forma simples, sempre tive um sonho de trabalhar com meus pais. Pois apesar de ter estudado em Bacabal, nos fins de semana, papai sempre mandava nos buscar para passar o fim de semana com eles em Pio XII, e durante os finais de semana, presenciávamos os atendimentos médicos dos dois, independentemente do horário. O público-alvo de minha mãe, sempre fora o infantil e meu pai os adultos. Quantas vezes, vi papai engessando braço, perna na varanda de casa.

Nenhum de seus filhos se tornou médico, porém a maioria de nós trabalhamos na área da saúde. Um advogado, duas enfermeiras, uma dentista e eu Farmacêutica Bioquímica.

Meus pais dedicaram toda sua juventude, na cidade de Pio XII, prestando serviços médicos, e também políticos. Juntos construíram um Hospital, que serviu a população de Pio XII, por décadas. Minha mãe também prestava serviços médicos no sindicato dos trabalhadores rurais, e foi vereadora por dois mandatos pelo Partido dos Trabalhadores

(PT). Isso mesmo, minha mãe foi a primeira mulher, vereadora de Pio XII, e ainda com dois mandatos. A poucos dias, ela também recebeu o título de Cidadã Piauiense. Tenho um histórico vasto de mulheres empreendedoras, em minha família, sendo ele no campo do lar, comercial ou político.

Antes de chegar aos meus serviços prestados, e dar exemplo para meus antecessores assim como minha prole, não posso deixar de falar de uma das minhas irmãs Patrícia Pereira, enfermeira, servidora pública e foi vereadora, também da cidade de Pio XII, por dois mandatos, essa aí puxou a mãe. Mais uma mulher ativa, em nosso meio, que ousou e buscou enfrentar o reduto da supremacia masculina e fazendo diferença na Câmara Parlamentar.

Pois bem, diante de tantas mulheres com históricos de empreendedorismo, falarei de uma pessoa, que sempre amou sua família, e que sonhava em conquistar respeito e transmitir segurança naquilo que lhe foi designado. A minha história.

Meu pai e eu idealizamos a construção de uma clínica particular, com serviços médicos e laboratoriais, e com recursos próprios conseguimos seguir adiante e a denominamos de Clínica Santa Teresa, em homenagem a nossa avó Teresa e mãe de papai. A ideia partiu da necessidade de um local, para prestarem esses serviços, pois, o seu prédio continuou servindo a população de Pio XII, porém arrendado ao município. Estávamos de vento em popa, até saber da doença crônica de meu pai. Lembro-me como se fosse hoje eu sentada na cadeira do laboratório, segurando o choro com os valores dos resultados dos exames dele em minhas mãos. Não queria acreditar, mas meu pai era insuficiente. A partir de então, comecei a me envolver de forma plena ao nosso negócio. Consegui abrir os olhos de minha irmã mais nova, Paula Tereza a se engajar em nosso empreendimento, e montou seu consultório odontológico na clínica Santa Teresa. Meu esposo Josivan Farias e eu éramos os responsáveis pelo Laboratório da clínica. Hoje após 04 (quatro) anos de falecimento de meu pai (falecido em decorrência de insuficiência renal crônica, após uma crise de Acidente Vascular Cerebral, AVC) consegue manter a clínica Santa Teresa em funcionamento, com perseverança, persistência, amor e fé. Também enfrentando obstáculos, da concorrência desleal, do comércio politizado, que impede de o comerciante progredir, perseguindo ou coagindo a clientela a ter livre opção de escolha, se o comerciante não for a favor do administrador (prefeito) atual, há uma verdadeira perseguição política.

Hoje, apesar dos obstáculos, a parceria de minha mãe, meu marido e minhas irmãs. Patrícia Pereira e Paula Tereza, conseguimos alcançar e permanecer conquistando satisfação, elo e segurança a nossos clientes. Mesmo sem a nossa maior torre da casa,

que era meu pai. O que aprendemos com a luta e herdamos da inteligência dele é a força que nos faz seguir com fé e determinação.

EMPREENDER É LUTAR, VENCER E CRESCER NO ESPORTE

Meu nome é Eliane Fernandes do Nascimento, nasci em Bacabal, hoje resido na capital São Luís, para mim sempre foi tudo, menos fácil...pois disciplina, planejamento, comprometimento e dedicação, muita dedicação não é tarefa fácil, mas fazem parte da minha personalidade que sempre foi focada nos objetivos a conquistar. Essas sempre foram metas traçadas no decorrer da minha trajetória de vida. Sou mulher, mãe, e fiz um compromisso comigo quando resolvi conquistar um sonho, uma causa. O esporte fez parte da minha vida desde a adolescência, e nele tracei projetos e metas. Venci, conquistei medalhas, e cresci profissionalmente nesta área. Mesmo trabalhando na área financeira, me formei em Comunicação e logo passei em um concurso para a Caixa Econômica. Através desse trabalho segui para a área esportiva representando a Caixa Econômica no esporte tênis de mesa, encarado com seriedade, tentando representar sempre com muito orgulho e respeito o Maranhão em torneios nacionais. Seguindo esportivamente com o tempo, assumi também outra modalidade esportiva, passei do tênis de mesa para a corrida de rua, me transformei em uma maratonista, conheci outros países. Com o apoio de minha família que participam muitas vezes comigo. Com o mesmo foco e determinação. Conquistei medalhas, novas amizades, confraternizando com antigos amigos e colegas de trabalho, aprendendo a superar minhas limitações físicas e psicológicas. Já não sou mais tão jovem, já madura, continuo enfrentando desafios. Já aposentada, conquistei meu espaço como mulher, como pessoa, com a mesma seriedade e compromisso representando o meu Estado Maranhão no esporte.

RELATOS DO EMPREENDIMENTO DE PEQUENAS E LUTADORAS MARANHENSES.

DOMÉSTICA E VENDEDORA DE GELADINHO

M R, teve uma infância e adolescência difíceis por ser filha de mãe prostituta e morar com os avós e depois com famílias. Essa família com quem convive até hoje já na maturidade. Lutou até encontrar sua mãe e pouco conviveu porque já estava doente, logo ela faleceu nos anos 80. Estudou somente até o fundamental, trabalhou na cozinha de um hospital particular, perdeu o único filho porque nasceu com deficiência cardíaca, criou um

sobrinho, filho de uma prima também prostituta que morreu de parto, hoje é uma empreendedora no ramo de granjas. Assim que ainda trabalhava no hospital, contraiu tuberculose e teve que parar de trabalhar. A mãe, graças a Deus, deixou-lhe uma casinha. Após todos os problemas reencontrei a família que sempre foram meus amigos e voltou a trabalhar para eles como doméstica. Lá deram a ideia de fazer geladinho e vender para aumentar sua renda. Deu certo. Faz tudo na residência da patroa que é sua melhor amiga desde a infância. Já está em processo de aposentadoria e com o dinheiro extra e economia está ampliando sua casa e realizando pequenos sonhos.

PINTANDO UNHAS DE PORTA EM PORTA

Para M.A a vida nunca foi fácil teve uma fase que viveu de prostituição. Era uma mulher com habilidades de conversar e somente arrumava clientes que a respeitavam mesmo tendo essa profissão desvalorizada. No final terminou gostando de um homem com quem saia e tendo filhos. Teve dois, um segue trabalhando e outro se perdeu nas drogas. Esse é um fardo pesado que carrega porque é mãe e não tem como não sofrer, principalmente, porque dois netos seguiram o caminho do crime e droga (foram mortos por facções). Vive do trabalho de unhas, indo na casa das clientes. Graças a Deus conseguiu se aposentar e continuar trabalhando informalmente.

A ARTE DE SER VENDEDORA AMBULANTE

D.S, trabalhou desde jovem para sobreviver. No começo na área rural, na roça, depois que casou foram tempos difíceis para ajudar no sustento da família. Já na maturidade, separada, não teve filhos, mas ajuda os sobrinhos, hoje se encontra com a idade de 68 anos, segue com a profissão de ambulante no centro da minha cidade. Vende roupas que compra em Pernambuco e vende para a população bacabalense. Geralmente seus clientes são pessoas humildes, assalariados. Vende a preço de custo, à vista.

EMPREENDER NA ARTE DA BELEZA

D.C, é uma empreendedora no ramo de beleza. Começou o trabalho com salão de cabelos e sua irmã M.C com depilação em um cômodo na casa dos seus pais, uma com 17 anos e a outra com 15 anos de idade. Hoje, olhando em volta, ver que o salão cresceu, tem várias funcionárias, e o empreendimento deu certo. É determinada, forte e lutadora.

Esclarece que nesse ramo precisa-se sempre está fazendo treinamentos, aprendendo novas técnicas, ser paciente e saber tratar bem os clientes. Sabe que está no caminho certo, como cabeleireira e a irmã como esteticista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a realidade do empreendedorismo, das mulheres maranhenses através de suas experiências de vida foi a finalidade deste artigo, mostrando os espaço e conquistas das mulheres. Muitas dentro do seu nível de conhecimento e de vivência. Ver como venceram, como alcançaram seus sonhos através das suas lutas. Tornaram-se empreendedoras dentro das suas possibilidades. Tornando-se empoderadas e livres diante da conquista de trabalho, de um negócio próprio.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, E. M.; MARCONI I, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**.4. ed. São Paulo: Atlas,2001.

LESKINEN, M.: "Educación una clave hacia lá igualdad", **Revista Observatório Social**, num.5.

MANDELLI, L. **Liderança nua e crua**: decifrando o lado masculino e feminino de liderar. Petrópolis, RJ:Vozes,2015.

SOARES, S.D.& Zaqui, R.S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. 2020.

PNAD-ibge.gov.br/estatísticas/sociais/sociais/população/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicílios.html?=&=destaques

Portal.Jucema.ma.gov.br/consulta-empresarial-simples

<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/História-a-Mulher-No-Mercado-De/68800930.html>

Capítulo

11

UMA ABORDAGEM DA SEXUALIDADE HUMANA NA ESCOLA COMO REFERENCIAL PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS

TATIANA PINHEIRO DA CRUZ

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

CARLOS ALBERTO VASCONCELOS

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RENILDES DE MELO SOUZA

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO: Ao longo da história, a sexualidade é vista pela sociedade como tabu, em virtude de ser tema difícil de abordar. Este capítulo tem como objetivo compreender o lugar da sexualidade na epistemologia de Vygotsky e sua relação com o ensino de ciências. Consideramos relevante que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano, nesse sentido, a escola desempenha um papel importante, em fomentar discussões correlacionados com a disciplina de ciências, uma vez que aborda conceitos sobre o corpo humano. O referencial teórico utilizado na análise fundamenta-se nas contribuições da periodização do desenvolvimento histórico-cultural enfatizados por Elkoni, Leontiev e Vygotsky. A pesquisa é de caráter qualitativo, com ênfase em revisão bibliográfica baseada na orientação de Gil (2008). O texto apresenta os documentos oficiais evidenciados pelo Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular que discutem a sexualidade na escola. Foi possível perceber nos resultados do levantamento que, a escola desempenha um papel importante quando a temática sexualidade é discutida para criança e adolescente principalmente, quando a “educação sexual” é problematizada do ponto de vista científico, que contribuem para o fortalecimento da autoestima, cuidados com o próprio corpo e o reconhecimento da diversidade sexual que fazem parte da vida dos alunos. Essas discussões, tornam o conhecimento científico acessível, por meio do qual acontece o desenvolvimento intelectual, condição em que conceitos espontâneos, ao ser apropriados pelos alunos precisam ser explorados pelo professor de ciências no processo de ensino.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Sexual, desenvolvimento humano, psicologia histórico-cultural.

ABSTRACT: Throughout history, the sexuality is seen by society as a taboo, because it is a difficult topic to address. This chapter aims to understand the place of sexuality in Vygotsky's epistemology and its relationship with science teaching. We consider it relevant that sexuality is part of human development, in this sense, the school plays an important role in promoting discussions related to the discipline of science, since it addresses concepts about the human body. The theoretical framework used in the analysis is based on the contributions of the periodization of historical-cultural development emphasized by Elkoni, Leontiev and Vygotsky. The research is of a qualitative nature, with emphasis on a bibliographic review based on the guidance of Gil (2008). The text presents the official documents evidenced by the National Curricular Parameters and the National Curricular Common Base that discuss sexuality at school. It was possible to perceive in the results of the survey that the school plays a relevant role when the theme of sexuality is discussed for children and adolescents, especially when "sexual education" is problematized from a scientific point of view, which contribute to the strengthening of self-esteem, care with their own bodies and the recognition of sexual diversity that are part of the students' lives. These discussions make scientific knowledge accessible, through which intellectual development takes place, a condition in which spontaneous concepts, when appropriated by students, need to be explored by the science teacher in the teaching process.

KEYWORDS: Sexual Education, Human Development, Historical-cultural psychology

INTRODUÇÃO

Em princípio, ao longo da história, a sexualidade é vista pela sociedade como tabu, em virtude de ser tema difícil de abordar. Furlani (2011) comenta que, devido ao fato de a sexualidade ser inerente ao ser humano, desde o nascimento até a morte, e se manifestar de formas diferentes em cada etapa do desenvolvimento humano, a educação sexual escolar deve ter um caráter sistemático, contínuo e abrangente. Identificam-se ainda na escola as dificuldades de abordar a temática, apesar de existirem documentos oficiais que retratam o assunto. Estudos mostram que os professores, que são os responsáveis pela educação sexual, não têm acessado esses documentos e também não têm recebido capacitação para lidar com o tema (NARDI; QUARTIERO, 2012). Dessa forma, acredita-se que essas dificuldades podem estar relacionadas com a própria constituição da sexualidade.

Para Figueiró (2010), as práticas higienistas e a repressão da liberdade sexual, em decorrência das crenças religiosas, definiram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu. Nesse sentido, essa cultura até hoje interfere no diálogo sobre a sexualidade na escola, sendo permitidas apenas práticas de prevenção, principalmente nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Dessa forma, quando se aborda a discussão da sexualidade nas séries iniciais, parece existir um certo temor por parte dos professores, visto que uma antecipação dos comportamentos sexuais fomentaria a ideia de provocar conflitos com família (GAVA; VILLELA, 2016).

Diante desse contexto, para as autoras Jesus e Freitas (2020), a sexualidade deve ser discutida no âmbito escolar, destacando o papel que a escola desempenha, que é o de informar e dessa maneira contribuir para a formação do desenvolvimento humano. De modo geral, a sexualidade é compreendida como direito, fazendo parte da vida de cada ser humano. Logo, a escola ter esse reconhecimento é fundamental, pois ela pode contribuir com os valores, cuidados e exercício da sexualidade dos alunos. No entanto, ainda no contexto escolar, geralmente quando há quaisquer discussões sobre sexualidade, a abordagem restringe-se à orientação sexual.

Segundo Souza Pinto (1997), é preciso compreender também a vertente de concepção de desenvolvimento humano que se emprega no processo de ensino, dentro dos pressupostos da teoria histórico-cultural desenvolvida por Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934). Essa teoria sustenta que a aprendizagem e o desenvolvimento são

reconhecidos como fenômenos humanos mediados semioticamente através da linguagem (SCHROEDER; NADIR; MAESTRELLI, 2010).

Além disso, quando a sexualidade assume um papel fundamental na vida de cada ser humano, a orientação tem uma utilidade imediata assim que a condição biológica surge. Negar essa condição é fomentar uma violência equivalente a impedir o exercício de quaisquer funções essenciais como falar, andar e pensar (SOUZA PINTO, 1997).

Dessa forma, o objetivo deste texto de caráter qualitativo, com ênfase em revisão bibliográfica baseada pela orientação de Gil (2008), é compreender o lugar da sexualidade na perspectiva da epistemologia de Vygotsky e sua relação com o ensino de Ciências, partindo da premissa das contribuições da periodização do desenvolvimento histórico-cultural enfatizada por Elkonin, Leontiev e Vygotsky. Esses autores fazem parte da elaboração de uma teoria que nos fornece elementos epistemológicos explicitamente difundidos pela escola de Vygotsky que nos permitem entender a lógica do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a epistemologia de Vygotsky, como salientam Marsiglia e Saccomani (2016), subsidia elementos de compreensão de como acontece o processo interno do desenvolvimento do psiquismo humano. Esse subsídio teórico pode instigar discussões em sala de aula, partindo de ideias sobre qual seria a melhor “forma de ensinar”, principalmente, quando o conteúdo se refere à sexualidade. Ainda em consonância com as ideias apresentadas, ressaltamos que o desenvolvimento dos seres humanos vai acontecendo a partir de tudo o que foi produzido pelo homem ao longo do processo social.

Dessa forma, a partir de Vygotsky, com base na abordagem de Schroeder, Nadir e Maestrelli (2010), compreende-se que o desenvolvimento humano se dá através da relação entre sujeito e mundo, emergindo da consciência um fenômeno que está voltado em destaque para a relação humana, enfatizado pelo social e cultural. Ainda em concordância com o pensamento do autor supracitado, o homem, por fazer parte da natureza, age sobre ela e a transforma em objeto de ação. Com isso, torna-se, ao mesmo tempo, agente de sua própria história.

Nessa perspectiva, é vista em toda a obra de Vygotsky, segundo Schroeder, Nadir e Maestrelli (2010), a preocupação em explicar o desenvolvimento das funções superiores não somente a partir do princípio dos processos que acontecem por intervenção da maturação biológica, caracterizada por fenômenos naturais, mas, também, através das relações de compartilhamento de consciência, nas quais destacam-se as leis históricas – visto que, a relação dialética não é direta, mas mediada simbolicamente, como defende o autor em todo o contexto de sua obra.

A SEXUALIDADE NA ESCOLA: COM BASE NOS PCN E NA BNCC

Ao observar o contexto atual quando o assunto se refere à sexualidade no âmbito educacional, temos em destaque os seguintes documentos: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2016). Esses documentos norteiam a educação brasileira, tendo em vista, em especial, que o primeiro documento predominou nas últimas duas décadas, orientando as práticas de ensino e as instituições escolares. Ainda hoje a educação nacional continua sendo fundamentada por esses referidos documentos.

Os PCNs, sobretudo em sua introdução, quando o assunto é “orientação sexual”, partem de uma perspectiva naturalizante da relação entre o desenvolvimento psicossocial e o desenvolvimento intelectual, reforçando que “na fase da puberdade é identificada a ativação hormonal marcada pela adolescência, nesse sentido, a sexualidade é encarregada de assumir o primeiro plano na vida e interfere no comportamento dos adolescentes” (BRASIL, 1997, p. 292).

Dessa forma, segundo o referido documento, aponta-se a necessidade de a escola sistematizar e abordar o tema, pois ele tende a estar presente na vida dos jovens, com o intuito de promover ações de saúde, em destaque para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS. Compreende-se que abordar o tema orientação sexual na instituição escolar é informar para que problemas mais graves sejam evitados, como o abuso sexual e a gravidez indesejada que acontece no período da adolescência pela ausência de orientação. Nessa perspectiva, informa-se a respeito do uso do preservativo e de outros métodos contraceptivos.

Ainda segundo o referido documento, afirma-se que “assim como a inteligência, a sexualidade será desenvolvida através das necessidades individuais, e por meio da troca em interação com cultura” (BRASIL 1997, p. 296). Dessa forma, nesse documento aborda-se que tanto a inteligência quanto a sexualidade são apropriadas pela interação entre os fenômenos biológicos e culturais (DUARTE, 2006). Para esse autor, cabe à escola desenvolver um trabalho que aborde os diferentes pontos de vista, promovendo discussões que despertem o valor e desconstruam as crenças preconceituosas que estão presentes na sociedade, procurando de modo eficaz zelar pela “orientação sexual” dos alunos de modo a despertar o respeito e a tolerância à diversidade no exercício da sexualidade.

Dessa forma, Vitello (1995) comenta que a “educação sexual” precisa partir do princípio da informação, orientação e aconselhamento, não devendo se limitar somente a informar. Tal autor aponta a relevância da formação do aluno, esclarecendo que:

Informar é uma atividade de ensino, instrução, e não de educação, ao menos enquanto a informação for passada insoladamente. Já a orientação implica num mecanismo mais elaborado, segundo o qual, baseando-se em sua experiência e em seus conhecimentos, o orientador irá ajudar o orientando a analisar as diferentes opções disponíveis, tomando-o assim apto a descobrir caminhos. Aconselhar, por outro lado, consiste em auxiliar o aconselhamento a decidir-se por um ou vários dos possíveis caminhos que ele próprio já conhece, em outras palavras, aconselhar significa “ajudar a decidir”. Educar, finalmente, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes insoladas. Educar, no sentido mais amplo, significa formar, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente. (VITELLO, 1995, p. 18, grifo nosso).

Com base nos argumentos anteriores, percebe-se que a sexualidade cumpre um papel importante no desenvolvimento humano, sendo que ela, ao ser problematizada, deve ir além dos aspectos do processo reprodutivo. Vale ressaltar que a sexualidade se relaciona com a busca do prazer, sendo característica fundamental de qualquer indivíduo. Desse modo, a sexualidade, aflora desde o nascimento e se apresenta em diferentes etapas do desenvolvimento, repercutindo até a morte. Nesse sentido, ainda como apontam os PCNs de orientação sexual, vale considerar as três dimensões através das quais a sexualidade deve ser discutida na escola: biológica, psíquica e sociocultural (BRASIL, 1998, p. 296).

Além disso, o apoio familiar é relevante em relação à temática da sexualidade, de tal modo que pode ser discutida de uma forma implícita ou explícita pelos pais no contexto familiar através das crenças e valores que cada família carrega. A função da escola, portanto, é conceituar os diversos pontos de vista, valores e crenças que estão contidos na esfera social e auxiliar o aluno a ter um referencial por meio de seus ensinamentos. Abordar a educação sexual no espaço escolar nem concorre e nem substitui os valores familiares, mas os complementa.

Deve se nortear pelas questões que pertencem à ordem do que pode ser aprendido socialmente, preservando, assim, a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana, pertinente à ordem do que ainda pode ser prazerosamente aprendido, descoberto ou inventado no espaço da privacidade de cada um. (BRASIL, 1998, p. 299).

Os PCNs de Ciências estão organizados em três eixos para os conteúdos do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: 1) corpo: matriz da sexualidade, 2) relação de gênero, 3) prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Vale ressaltar que cada eixo estabelece uma direção para se trabalhar o conteúdo de cada área, de modo que se possibilite a informação da sexualidade (BRASIL, 1998, p. 316). Nessa perspectiva, para Jesus e Freitas (2020), por

mais que os PCNs apresentem essa organização sobre os aspectos de anatomia, as informações devem ir além dessa abordagem, pois, além do funcionamento dos órgãos, temos um corpo que pulsa e sente. Dessa forma, problematizar o tema em sala de aula deve colaborar na construção da autoestima do adolescente, reconhecendo a relevância do corpo com a identidade pessoal. Ainda nesse contexto, além de abordar as questões de cuidado com o corpo, é fundamental que se respeite o limite físico e psicológico, oportunizando os alunos a construírem uma abordagem crítica diante do assunto estudado.

A partir disso, a disciplina de Ciências Naturais por conter em seus conteúdos temas que abordam o corpo e sua anatomia, o corpo também é composto por sentimentos, as emoções e o pensamento se constituem a partir dele, devem ser abordadas com cuidado por se tratarem de transformações do corpo, as transformações que acontecem no processo da puberdade, os mecanismos da concepção, gravidez e parto e métodos contraceptivos e suas ações no corpo do homem e da mulher. (BRASIL,1998, p. 316).

No que se refere aos alunos do terceiro e quarto ciclos, geralmente são estudante de uma faixa etária de idade entre 10 e 13 anos, vivenciando, portanto, uma fase de transição da infância para a adolescência.

Ao problematizar o corpo a partir da puberdade e das transformações que acontecem em decorrência das mudanças hormonais, a escola deve orientar os alunos sobre o cuidado com o próprio corpo, em especial da saúde sexual, pontuando, assim, os cuidados necessários como o uso de métodos contraceptivos, tendo em vista como, quando e por que utilizar para não ter filhos, se caso não souberem esclarecer sobre esses métodos, fará pouco sentido para o adolescente. (BRASIL,1998, p. 331).

Segundo Jesus e Freitas (2020), diante dessas informações, levando em consideração os PCNs, a sexualidade deve ser problematizada no ambiente escolar de uma forma aberta por alunos, professores e demais participantes do meio social, sendo que é importante deixar clara a importância da educação sexual ser abordada no contexto familiar. Quando a sexualidade for discutida na escola, ela deve ser abordada de forma transversal, perpassando por cada área do conhecimento. Nesse sentido, o papel do professor é desenvolver nos alunos autonomia e fazer com que possam exercer sua sexualidade com consciência.

Nessa direção, depois de tantos anos, os PCNs norteiam ações no que diz respeito à educação. Em 2016, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento evidenciado por ser um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem ter ao longo de sua trajetória da Educação Básica e que devem ser seguidas pelas instituições de ensino públicas e privadas de todo o país. Quanto à educação sexual, embora a BNCC não traga em seu bojo um complexo sobre o assunto, ela é mencionada da seguinte maneira:

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica têm direito: ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer. (BRASIL, 2018, p. 34).

Apesar de mencionar a orientação sexual como sendo algo que deve estar incluso na educação escolar, quando se refere à sexualidade, o documento é específico ao mencionar somente na seção referente ao oitavo ano, mais precisamente na disciplina de Ciências do Ensino Fundamental. Como está posta nos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira agora, a sexualidade se apresenta vinculada somente a seus aspectos biológicos, com ênfase para a reprodução humana, puberdade, gravidez e infecções sexualmente transmissíveis.

A DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DO ENSINO DE CIÊNCIAS

Evidenciamos, quando se trata de discutir a sexualidade na escola, que essa abordagem geralmente acontece pela disciplina de Ciências, por fornecer informações sobre o próprio corpo humano. Nesse sentido, ressaltamos a importância do professor durante esse processo de ensino. Segundo Vygotsky, citado por Mortimer e Carvalho (1996), o professor assume o papel de mediar o conhecimento, provocando nos alunos o debate diante das situações sociais, até chegar em uma dimensão psicológica do plano do desenvolvimento humano.

Além disso, ainda em consonância com a contribuição do estudo de Vygotsky, para o entendimento do desenvolvimento, ressalta-se que ele acontece desde o nascimento e vai até a velhice. Assim, para Marsiglia e Saccomani (2016), os pressupostos da periodização do desenvolvimento humano não acontecem de forma natural, linear e espontânea, mas somente por meio da apropriação da cultura. Nesse sentido, trata-se de um desenvolvimento histórico-cultural e, portanto, é o resultado da produção do que foi desenvolvido ao longo da história pela humanidade. Segundo Saviani (2008, p. 13), “trata-se de um desenvolvimento histórico-cultural e, portanto, é resultado da produção (ou não) na subjetividade de cada indivíduo, daquilo que já foi produzido no mundo da cultura pela humanidade ao longo da história”.

Diante desse contexto, abordar a sexualidade e sua relação com o desenvolvimento é resgatar a contribuição acumulada da cultura e a importância do trabalho educativo que

é imprescindível para a formação de cada indivíduo a se humanizar. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 13) afirma que:

[...] a educação deve seguir uma linha de sistematização e o trabalho educativo é como um ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens.

Partindo do princípio da ideia supracitada por Saviani (2008), entende-se que a “humanização” não acontece somente em decorrência do nascimento, ou seja, ela vai acontecendo a partir da apropriação dos elementos culturais que foram produzidos ao longo da história. E nesse sentido, respalda-se a relevância do trabalho educativo e a intervenção do professor nesse processo de desenvolvimento. Para psicologia histórico-cultural, compreende-se que o processo do psiquismo humano é composto pelo cultural.

Nesse sentido, a educação tem um importante papel. Ela não pode desvincular-se das subjetividades dos alunos. Dentro desse contexto, a educação deve estabelecer condições de modo a contribuir para a construção da subjetividade dos sujeitos. Dessa forma, Leontiev (1978, p. 283 *apud* MARSIGLIA; SACCOMANI, 2016, p. 344) salienta as aquisições históricas do gênero humano na sociedade capitalista: “para a maioria das pessoas, a apropriação dessas aquisições só é possível dentro dos limites miseráveis”.

Segundo as contribuições de Marsiglia e Saccomani (2016), diante desse contexto, as condições de desenvolvimento do psiquismo presentes na sociedade capitalista não aparecem de maneira igualitária para todos os sujeitos. Tendo em vista a alienação que está fortemente presente nesse próprio contexto capitalista, fortifica-se, nesse sentido, a ideia de pseudodesenvolvimento. Dessa forma, concordando-se com os pressupostos da pedagogia histórico-cultural, a educação não é privilégio de uma classe social, nesse caso a classe dominante. Para essa corrente pedagógica, os conhecimentos científicos são um legado aos quais todos os indivíduos devem ter acesso. Todos têm, segundo essa corrente, o mesmo direito de se desenvolver intelectualmente. No entanto, para que de fato esse desenvolvimento aconteça na íntegra, é preciso desenvolver ações educativas que alcancem uma finalidade intencionalmente planejada pelo educador.

Por conseguinte, para Vygotsky, citado por Schroeder, Nadir e Maestrelli (2010), o desenvolvimento das funções ou processos mentais superiores do aluno deve ser analisado de forma prospectiva, quer dizer, o professor deve evidenciar a atenção para os conceitos que os alunos precisam dominar no processo de ensino. A partir desse pressuposto, emerge a definição do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que leva em

sua essência a ideia de transformação que acontece por meio da ação mediada pelo professor, possibilitando um desenvolvimento que não aconteceria de modo espontâneo.

Vale ressaltar que a linguagem desempenha um papel relevante nesse processo. Segundo Tudge (2002, p. 153), os significados sociais devem ser partilhados: “palavras que já têm significados para os membros maduros de um grupo cultural passam a ter, no processo de interação, o mesmo significado para os jovens do grupo”. Com relação à aprendizagem conceitual, Vygotsky (1993; 2001) afirma que esse conceito não seria possível sem o uso da palavra, e que o pensamento seria ineficaz sem o pensamento verbal (SCHROEDER; NADIR; MAESTRELLI, 2010). Ainda condizente com Vygotsky (1989), a aprendizagem pressupõe uma natureza social específica, um processo pelo qual o aluno se aprofunda na vida intelectual através de indivíduos que o cercam.

Desse ponto de vista, o aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, aprendizado adequadamente organizado que resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente humanas. (VYGOTSKY, 1989, p. 101).

Nesse sentido, com base na elaboração do conceito de ZDP, Vygotsky conforme Schroeder, Nadir e Maestrelli (2010), defende o desenvolvimento como um processo que é construído por dois níveis: o primeiro é caracterizado por desenvolvimento real, entendido como resultado do desenvolvimento das funções mentais que já amadureceram na criança, e o segundo é o nível de desenvolvimento potencial, que é compreendido no momento em que a criança necessita do auxílio de um adulto para resolução de uma tarefa.

A ZDP [...] é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1989, p.97).

Por certo a ZDP é definida pelo processo de evolução intelectual, permitindo observar as funções superiores que ainda não maturaram, ou que já amadureceram. Nesse processo, Vygotsky (1989) destaca duas questões importantes: a colaboração de um adulto, fornecida por par mais capaz, e o da imitação por meio da qual recebe-se o auxílio do mais desenvolvido. Esse processo de imitação salientado por Vygotsky (1989) no processo de aprendizagem é argumentado dentro do contexto da ZDP não como atividades mecânicas, mas no sentido de se respeitar o rendimento intelectual do aluno, pois a colaboração e a imitação são aspectos importantes que constituem as práticas que

colaboram para o desenvolvimento intelectual (SCHROEDER; NADIR; MAESTRELLI, 2010).

De acordo, com as ideias de Vygotsky (1993 *apud* SCHOEDER; NADIR; MAESTRELLI, 2010), não é qualquer ensino que contribui para o desenvolvimento intelectual do aluno, mas, sim, aquele ensino que antecipa o desenvolvimento. Condizente com o argumento defendido pelo autor supracitado, não se deve esquecer da importância do aspecto da linguagem no desenvolvimento intelectual do aluno, nesse caso, a escola desempenha um papel importante na formação do aluno. Vygotsky (1993 *apud* SCHOEDER; NADIR; MAESTRELLI, 2010) nos revela que o desenvolvimento se dá através do processo cultural, ou seja, quando a cultura é apropriada num processo que se dá de fora para dentro, pelas interações sociais – do interpessoal ao âmbito psicológico pessoal ou intrapessoal (VYGOTSKY, 1993 *apud* SCHOEDER; NADIR; MAESTRELLI, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esclarecemos que a escola desempenha um papel importante quando a temática sexualidade é discutida para a criança e ao adolescente. Nesse sentido, a “educação sexual”, problematizada do ponto de vista do conhecimento científico, contribui para o fortalecimento da autoestima, cuidados com o próprio corpo e reconhecimento da diversidade em relação às identidades sexuais presentes nas vidas dos indivíduos. Nesse sentido, essas discussões que a escola fomenta, através de um ensino sistematizado, tornam o conhecimento científico acessível, por meio do qual acontece o desenvolvimento intelectual, condição em que o aluno consegue ter aspectos de equilíbrio em diferentes áreas: pessoal, social e cultural. Vale ressaltar que o conhecimento científico não representa um fim, mas desempenha um papel preponderante nas diferentes situações em sala de aula.

Evidencia-se que as interações discursivas que acontecem entre aluno e objeto através da mediação do professor em um processo de ensino na disciplina de Ciências são elementos que contribuem para introduzir novos significados em sala de aula. Cabe lembrar que a metodologia utilizada pelo professor em suas aulas possibilita a interação entre sujeito e objeto. Os conteúdos em relação ao ensino das Ciências, a linguagem produzida e a escrita fazem parte de um repertório cultural, sendo considerados importantes no processo de ensino.

A linguagem, formada por conjunto de sistemas simbólicos, tem um papel mediador que é fundamental nas relações entre o sujeito e objeto: “a transmissão racional e

intencional de experiência e pensamento a outros requer um sistema mediador, cujo protótipo é a fala humana, oriunda da necessidade de intercâmbio durante o trabalho” (VYGOTSKY, 2005, p. 7). Nesse sentido, a linguagem não é vista apenas como recurso comunicativo, mas também como um meio de organizar o pensamento e planejar ação mediada com o objeto de estudo.

Portanto, partindo da análise vygotskyana dos estudos, vimos que as interações discursivas com a linguagem como recurso social têm um papel importante quando a temática sexualidade é abordada em sala de aula. Os conceitos científicos, conforme são apropriados pelos alunos e relacionados com os conceitos espontâneos, precisam ser explorados pelo professor de Ciências no processo de ensino, visto que, segundo Vygotsky (1989), ao serem internalizados pelos alunos, potencializam o desenvolvimento intelectual, atuando, assim, na ZDP de modo a possibilitar a organização do pensamento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Brasília: MEC: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental. **Orientação Sexual**. Livro primeira parte 52. .: MEC:1998 s.d. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em: 10 de jul.2021
- DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed, Londrina: Eduel, 2010.
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GAVA, Thais; VILLELA, Wilsa Vieira. Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, dec. 2016. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, Micaela Gomes; FREITAS, Maria Cecília Martínez Amaro. Abordagem da Sexualidade na Disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II. *In: Jornada Científica de educação do curso de Pedagogia*, 1., Anápolis (GO), 2019. **Anais [...]**. Anápolis: Unievangélica, 2020. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/5181>. Acesso em: 4 nov. 2021.

MARSIGLIA, Ana C.G.; SACCOMANI, Maria C. da S. Contribuições da periodização histórico-cultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico histórico-crítico. *In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.). Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 343-368. (Coleção Contemporânea).

MORTIMER, Eduardo Fleury; CARVALHO, A. M. P. de. Referências teóricas para análise do processo de ensino de ciências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, p. 5-14, fev. 1996. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/374.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIEIRO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2933/293323029004.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHROEDER, Edson; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sílvia Regina Pedrosa. A construção dos conceitos científicos em aulas de ciências: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento como referencial para análise de um processo de ensino sobre a sexualidade humana. **Alexandria Revista de Educação em Ciências e Tecnologia**, v. 3, n. 1, p. 21-49, maio 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/38014/29014>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOUZA PINTO, H. D. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. *In: AQUINO, J. G. (org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 43-51.

TUDGE, J. Vygotsky, a ZDP e a colaboração entre pares: implicações para a prática em sala de aula. *In: MOLL, L. C. Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VITELLO, N.A. Educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas II**: problemas de psicologia general. Madrid: Visor, 1993.

Capítulo

12

RELATO DE EXPERIÊNCIA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INSERIDA NAS DISCIPLINAS DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE AGRONOMIA-UFRA/PARAGOMINAS

LUCIANA DA SILVA BORGES

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Paragominas, Pará

NATÁLIA NAYALE FREITAS BARROSO

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Paragominas, Pará

TAYLANE SANTOS SANTOS

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Paragominas, Pará

LUIS DE SOUSA FREITAS

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Paragominas, Pará

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO VIEIRA

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Paragominas, Pará

CARLOS DOUGLAS DE SOUSA OLIVEIRA

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Paragominas, Pará

RONAN MAGALHÃES DE SOUZA

Universidade Federal Rural Da Amazônia – UFRA, Tomé açu, Pará

RESUMO: Três pilares dão base a uma universidade no Brasil: ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário, a importância da interdisciplinaridade e da fusão entre ensino, pesquisa e extensão é vista como uma ferramenta eficaz para aplicar o conhecimento de forma integrada. Foram realizadas três ações na comunidade Mandacarú, Paragominas- PA. sendo I- Ação sobre a coletas de solo (antes do evento café com agroecologia); II- Envolvimento da ação de extensão com atividade da disciplina eletiva biomassa sob compostagem e III- O evento “Café com agroecologia”, como ação de integração entre, ensino, pesquisa e extensão. Essa atividade cumpriu o que preconiza as diretrizes da curricularização da extensão; uma vez que, por meio de visitas técnicas e práticas de campo, possibilitou a troca de saberes entre alunos de ensino médio, alunos de ensino superior, professores e produtores rurais. Promovendo assim, a interação dialógica, entre conhecimento científico e cotidiano, impacto na formação dos discentes, contribuindo com formação profissional e humana desses alunos, que através dessa ação passaram a ter um olhar social para os agricultores familiares, verificando seus anseios e desafios. E claro, como essa atividade envolveu várias disciplinas foi possível realizar também a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, com a junção de várias áreas de conhecimento, contribuindo a formação de relações interprofissionais e intersetoriais de todos os atores envolvidos.

PALAVRA-CHAVE: Curricularização da extensão, interdisciplinaridade, interação dialógica

ABSTRACT: Three pillars underpin a university in Brazil: teaching, research and extension. In this scenario, the importance of interdisciplinarity and the fusion between teaching, research and extension is seen as an effective tool to apply knowledge in an integrated way. Three actions were carried out in the Mandacarú community, Paragominas-PA. being I- Action on soil collection (before the coffee with agroecology event); II- Involvement of the extension action with activity of the elective discipline biomass under compost and III- The event “Coffee with agroecology”, as an action of integration between, teaching, research and extension. This activity complied with the guidelines of extension curricularization; since, through technical visits and field practices, it enabled the exchange of knowledge between high school students, higher education students, teachers and rural producers. Thus promoting dialogic interaction between scientific and everyday knowledge, impacting the formation of students, contributing to the professional and human training of these students, who through this action began to have a social look at family farmers, verifying their desires and challenges. And of course, as this activity involved several disciplines, it was also possible to

carry out interdisciplinarity and interprofessionality, with the junction of several areas of knowledge, contributing to the formation of interprofessional and intersectoral relationships of all the actors involved.

KEYWORDS: Extension curriculum, interdisciplinarity, dialogic interaction

INTRODUÇÃO

A extensão universitária funciona como um dos pilares dentro da universidade, juntamente com ensino e a pesquisa. Seu início de ação tem seu marco na década de 1930, atrelado com o movimento estudantil, vinculados o MEC, e demais seguimentos da sociedade civil.

O Ministério da Educação (MEC) incluiu a RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, a obrigatoriedade de 10% do total de créditos curriculares para a extensão universitária nas matrizes curriculares dos cursos de graduação de acordo com o que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Essa curricularização será vinculada a graduação através de programas e projetos de extensão, com o intuito de potencializar o impacto social e acadêmico dos cursos, além de proporcionar aos estudantes formação e atuação transdisciplinar e interprofissional.

A proposta do MEC é que essa curricularização aumente a valorização dessa terceira missão universitária – uma vez que atualmente alunos e professores não recebem sequer pontuação por participar desses programas. O fato é que as universidades precisam não só ampliar seus projetos de extensão como monitorar se aqueles vigentes estão sendo efetivos.

Na Universidade Federal Rural Amazônia (UFRA), o projeto “café com agroecologia” é cadastro em suas plataformas, ocorre no *Campus* de Paragominas com intuito de proporcionar diálogos sobre agroecologia com alunos, técnicos, professores e comunidade externa, e por vezes esse evento também é realizado fora da universidade de forma multidisciplinar, nas comunidades ou cidade.

Neste cenário, a importância da interdisciplinaridade e da fusão entre ensino, pesquisa e extensão é vista como uma ferramenta eficaz para aplicar o conhecimento de forma integrada, de maneira que uma área complemente a outra, mutuamente. Para promover a extensão universitária de qualidade, se faz necessário prestar serviços especializados à comunidade, sobretudo aos grupos sociais menos favorecidos, e é por isso que a UFRA se preocupa em formar profissionais cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento e melhorias da qualidade de vida da sociedade brasileira, em específico do ambiente complexo da Amazônia.

DESENVOLVIMENTO

I- Ação sobre a coletas de solo (antes do evento café com agroecologia):

A coleta de solos foi motivada por uma visita quanto uma ação de extensão do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), campus Paragominas e Grupo de Pesquisa em Horticultura da Amazônia (HORTIZON), com professores e alunos da Universidade na comunidade Mandacarú, a qual os produtores afirmaram que há tempos plantavam arroz, mandioca, milho, vários tipos de frutas, como banana, manga, acerola, e que estas culturas ao longo do tempo a produtividade foi declinando. Uma das perguntas dos professores foi sobre a assistência técnica, a qual responderam ser bem difícil um engenheiro agrônomo fazer assistência, outra pergunta foi sobre a análise de solo, onde os produtores relataram que não faziam e que não sabiam como proceder, diante disso, foi retirado amostras de solo das propriedades e deste desafio foi proposto que os professores e alunos retornariam para efetivar uma coleta de solos (Figura 1) para esclarecer a baixa produtividade por exemplo na terra de vários plantios.

Figura 1- Coleta de solo e socialização de conhecimentos na área de mandioca, envolvendo discentes, professores e produtores da comunidade Mandacarú-Pa. 2019



Fonte: Freitas, 2019

Logo, houve uma agenda com alguns produtores par fazermos as devidas coletas de solo, sendo a propriedade SR. MIGUEL, do Sr. Lucas José dos Santos, Sítio São Lucas e a do Sr. Raimundinho. Com a ajuda do Eduano o qual é filho de Sr, Lucas, mapeamos as áreas destas três propriedades para as atividades de coletas de solo, que constaram de algumas ferramentas e objetos de coletas como trado do tipo holandês, terçados, canivetes, sacolas de plástico, balde de 20L, etiquetas, caneta do tipo piloto e caneta bico esférico para anotações agroecológicas.

Com essa ação da UFRA, campus Paragominas, através do grupo NEA e HORTIZON, promoveu as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão, sendo esses elementos indissociáveis. A extensão, como o próprio nome sugere, é o ato de a universidade estender suas ações e difundir as conquistas e os benefícios gerados na

instituição para a sociedade. Sendo assim, essa atividade cumpriu o que preconiza a resolução, nº 7 de 2018 “A Resolução ainda define que essas atividades devem ser obrigatoriamente realizadas de modo presencial.”

O momento de aprendizagem como um todo foi muito produtivo, uma vez que em cada caminhada o diálogo era constante com muitas perguntas dos produtores sobre aquele método e para qual seria o objetivo de está retirando do solo aqueles vários pontas e misturando. A todas as perguntas pelos produtores e as alunas que já estavam no 6º semestre do curso de Agronomia, externaram seus aprendizados de várias disciplinas teóricas, como a morfologia, classificação, nutrição e fertilidade do solo, bem como outros da grade curricular do curso. Por outro Lado, o professor também dialogava sobre aquele evento tão importante para a teoria e para a vivência dos alunos quando a junção da teoria e a prática naquele momento.

II- Envolvimento da ação de extensão com atividade da disciplina eletiva biomassa sob compostagem

As disciplinas eletivas ofertadas no curso de agronomia na Universidade Federal Rural da Amazônia, são aqueles componentes importantíssimos contidos dentro da matriz curricular do curso a qual os discentes matriculam-se para fortalecer seus conhecimentos técnicos, principalmente aqueles galgados pelo forte engajamento econômico que a região tem como potência na agricultura local.

Neste sentido a disciplina eletiva biomassa sob compostagem, foi elaborada na UFRA-Campus Paragominas, pelo conhecimento de que restos de beneficiamento de grão a qual é muito forte no município de Paragominas, bem como muitas outras atividades agrícolas poderiam estar trazendo poluição ambiental, dentro de várias propriedades sejam pequenas, médias ou grandes propriedades rurais, por não ter aproveitamento destas biomassas.

Na Universidade, com a teoria em sala de aula foram transmitidos muitos conhecimentos, desde o histórico da biomassa e da compostagem, conceitos simples de biomassa, os vários tipos de produtos vegetais e animais, como forma-se os adubos orgânicos, os pontos fortes do aproveitamento de compostos orgânicos em propriedade.

Desta forma, junto do produtor Eduano, também filho na comunidade Mandacaru, planejamos uma aula prática com os alunos e produtores, para fazermos uma compostagem, aproveitando todos os materiais que a propriedade poderia oferecer, e nesta prática fazendo com que todos os alunos pudessem dialogar e aprender como as propriedades familiares são ricas em materiais orgânicos para se obter os adubos alternativos oriundos de biomassa presente na própria propriedade rural.

Logo, dividimos os alunos e os produtores em grupos distintos para a coleta de materiais a qual eles viram na aula teórica e que poderia servir com materiais para uma compostagem, os grupos obtiveram dentro da propriedade esterco de galinha, restos de frutas, muitas folhas de várias espécies vegetais, como as de bananeiras, capins, restos de cinzas a qual está na área sem uso. Diante dos materiais, debatemos quais eram os primeiros materiais a serem colocados para formar a pilha, almejando um bom potencial de nutrientes, mas também equalizar o equilíbrio entre C/N, que é a relação Carbono/Nitrogênio, principalmente ao desmembramento da matéria orgânica, pelos agentes decompositores que são os microrganismos.

Com a dinâmica da montagem da pilha, vários depoimentos de alunos e produtores e sempre cada um tentando retirar dúvidas sobre cada camada a qual estávamos construindo, fomos colocando, uma camada sobreposta sobre a outra de até 10 cm, de folhas secas, logo outra com folhas de bananeira, uma de esterco de galinha, outra de capim seco, mais uma de cinzas, caroço de açaizeiro até completarmos uma altura de aproximadamente 1,5m de altura a qual é mais recomendado, por uma largura de até 1,5 m e com 10 m de comprimento. Em todas as camadas foram molhadas e cada uma delas eram inseridos diferentes tipos de biomassa pelos alunos e produtores até completarmos cobrindo com folhas secas e no final com lona de plástico, para depois ser descoberto para o manejo da pilha a qual já seria com os produtores (Figura 2).

Figura 2- Manejo da pilha de compostagem pelos produtores da comunidade Mandacarú. Paragominas-PA. 2019.



Fonte: Freitas, 2019

III- O evento “Café com agroecologia”, como ação de integração entre, ensino, pesquisa e extensão.

A atividade extensão universitária foi realizada de forma multidisciplinar envolvendo as disciplinas do 6º semestre do curso de agronomia da UFRA-Paragominas, olericultura,

extensão rural e ambiência e construções rurais com a participação dos discentes, dos professores responsáveis pelas disciplinas, de professores colaboradores na comunidade Mandacarú em Paragominas, fortalecendo assim a resolução n°7, 2018 que dispõe “ Dentre os enfoques da Resolução está a conceituação objetiva do que são as atividades de extensão.

O artigo 7º as define como “as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”. Elas podem se inserir nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços”. O evento “ 9º café com agroecologia” (BORGES, et al 2021) faz parte de um programa de extensão perfazendo assim o que estabelece a resolução. Dessa forma os alunos tiveram a oportunidade de fazer cadastro e gerar certificados, com carga horária de 10 horas, como forma de comprovação de realização de atividade de extensão, que vem a ser um dos pilares da universidade.

A troca de conhecimento entre a universidade, por meio de seus discentes, professores, e colaboradores e a comunidade Mandacarú ocorreu, inicialmente, com a realização de duas palestras: A primeira tendo como palestrante o professor da disciplina extensão rural Carlos Douglas de Sousa Oliveira com o tema: **“Inclusão da agricultura familiar em políticas públicas de desenvolvimento rural”**.

Figura 3- Troca de conhecimento entre alunos, produtores rurais e professores sobre análise de solo. Mandacarú. Paragominas-PA. 2019.



Fonte: Borges, 2019

E a segunda proferida pelo professor Ronan Magalhães de Souza , da UFRA- TOMÉ AÇU, com o tema: **“Interpretação de análise de solo, iniciação de solos, intempéries e constituintes do solo; coleta, análise, correção e adubação”**, na qual utilizou-se análises de solo das propriedades da comunidade, contribuindo assim com conhecimento técnico sobre como interpretar esses resultados. Os produtores, por sua vez,

apresentaram e relataram suas experiências com o manejo do solo de suas propriedades (Figura 3).

Com isso, essa ação de encaixa nas diretrizes da creditação de extensão que estabelece por exemplo a interação dialógica, interdisciplinaridade entre ensino-pesquisa-extensão e impacto na formação do estudante, este último sendo fortalecido com fato dos alunos serem atores envolvidos na execução do evento, ou seja, nesse evento os alunos são co-protagonistas, atuando nas intervenções dialogadas, onde eles, no momento da explanação sobre a temática do evento, feita pelos palestrantes/colaboradores, atuavam com perguntas, e ações nas quais muitas vezes, o produtor presente no evento, ficava, com timidez de participar (Figura 4).

Figura 4- Interação dialógica entre produtores, alunos e professores promovendo a interdisciplinaridade. Mandacarú. Paragominas-PA. 2019.



Fonte: Borges, 2019

Em seguida foram realizadas visitas técnicas em algumas propriedades da comunidade. A primeira ocorreu no sítio do Sr. Miguel, que possui plantio de cana, açaí, integração, saf´s, e discutiu com os alunos e profissionais as diferentes formas de plantio e manejo dessas culturas, com demonstração de sua prática diária e troca de informações teóricas com todo o grupo. O momento seguinte aconteceu na propriedade do Sr. Lucas José dos Santos, uma experiência experimental de plantio de feijão e milho sob cobertura morta de mucuná (plantio direto), no qual foi possível a compreensão, por parte dos alunos, de como são realizados os plantios diretos e a troca de experiências (teoria e prática) entre os membros da universidade e os produtores rurais. Outro produtor, o Sr. Fernando, também apresentou sua propriedade, na qual cultivava um plantio de feijão e batata doce em células nos moldes baiano. E por último o grupo visitou o pomar de fruticultura do Sr. Raimundinho, que apresentou algumas frutíferas (Goiaba, graviola, abacaxi e maracujá), e

onde ocorreu a prática de poda das goiabeiras, realizada pelo produtor Eduano, também com trocas de experiências entre todos os envolvidos na ação (Figura 5).

Figura 5- visitas técnicas em algumas propriedades da comunidade nas propriedades dos produtores. Mandacarú. Paragominas-PA. 2019



Fonte:Borges,2019

Essa integração entre os alunos e a comunidade externa é gratificante quando recebemos o relato dos discentes como destacado abaixo.

Para discente Khayo Cardoso e colaboradores “essa atividade de extensão dentro das disciplinas foi uma experiência fantástica de troca de saberes entre agricultores, acadêmicos de Agronomia, professores da UFRA e alunos da comunidade, realizada por meio da Extensão rural, com atividades voltadas para agricultura familiar (Figura 6). A iniciativa de fomentar as aulas práticas, por parte dos docentes da UFRA, possibilitou a troca de experiências do que se aprende dentro da academia, com a comunidade externa. A maior vantagem em momentos como esse é o contato com a realidade, com os produtores, compreender seus desafios, demandas, anseios, erros e acertos”. Pozzobon e Busato (2009), relatam que “a influência da universidade no processo de desenvolvimento da sociedade se dá pela presença ativa e crítica, pela interferência nos espaços políticosocial.”

Figura 6- Reunião de todos os atores envolvidos na ação de extensão. Mandacarú. Paragominas-PA. 2019.



Fonte: Borges,2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa atividade cumpriu o que preconiza as diretrizes da curricularização da extensão; uma vez que, por meio de visitas técnicas e práticas de campo, possibilitou a troca de saberes entre alunos de ensino médio, alunos de ensino superior, professores e produtores rurais. Promovendo assim, a interação dialógica, entre conhecimento científico e cotidiano, impacto na formação dos discentes, contribuindo com formação profissional e humana desses alunos, que através dessa ação passaram a ter um olhar social para os agricultores familiares, verificando seus anseios e desafios. E claro, como essa atividade envolveu várias disciplinas foi possível realizar também a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, com a junção de várias áreas de conhecimento, contribuindo a formação de relações interprofissionais e intersetoriais de todos os atores envolvidos.

REFERENCIAS

BORGES, L. S.; CARMO, A. S.; FREITAS, L. S.; CASAIS, L. K. N.; CARVALHO, F. S.; LIMA, C. A. T. de; RESQUE, A. G. L.; TRINDADE, P. C. CAFÉ COM AGROECOLOGIA: ENCONTROS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFRA CAMPUS DE PARAGOMINAS - PA In: **Sustentabilidade e Meio Ambiente: Perspectivas e Desafios**. 1 ed. Maringá: Editora: Uniedusul, 2021, v.1, p. 121-140. ISBN: 9786586010763

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior** Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

POZZOBON, M.E.; BUSATO, M.A.; **Extensão Universitária: reflexão e ação**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

Capítulo

13

FORMAS, IMPACTOS E INCIDÊNCIA DA FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL 2018-2021

GIZELE DE LIMA PINHEIRO

Graduanda em Nutrição, Centro Universitário São Lucas Porto Velho.

MAGECIRA PINTO BOIBA

Graduanda em Nutrição, Centro Universitário São Lucas Porto Velho.

RAFAEL ADEMIR OLIVEIRA DE ANDRADE

Sociólogo, Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário São Lucas

Resumo: Trata-se de produção científica cuja temática é a questão da fome e insegurança alimentar entre os povos indígenas no Brasil. Os povos indígenas constituem uma parcela da população brasileira ainda caracterizada pela escassez de informações epidemiológicas e demográficas, o que restringe o desenvolvimento de intervenções sociais e de saúde. Partindo do pressuposto de que a alimentação é essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, o presente trabalho aborda aspectos relativos à desnutrição ou fome, que influenciam o seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Ou seja, a desnutrição, como insuficiência de calorias e proteínas que necessitam ser ingeridas cotidianamente, afeta o crescimento e desenvolvimento, predispõe a criança a maior vulnerabilidade em relação a doenças infecciosas e compromete o seu estado funcional e a redução do rendimento escolar. Nosso objetivo será “Analisar a formas, impactos e incidência da fome em terras indígenas no Brasil a partir de dados organizados pelo CIMI” e teremos como metodologia central a análise documental e de conteúdos, analisando os relatórios anuais do CIMI no que tange à identificar, classificar e analisar as formas de fome e insegurança alimentar entre os povos indígenas.

Palavras-chave: Brasil. Fome. Insegurança alimentar. Políticas públicas. Povos indígenas.

INTRODUÇÃO

A presente produção trata da insegurança alimentar em terras indígenas tendo como foco central a perspectiva sobre a fome datada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), importa te ONG brasileira que atua junto aos povos indígenas desde antes da reabertura democrática em 1988.. A insegurança alimentar é um fenômeno que ocorre quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades, conforme a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2022). A insegurança alimentar pode ser crônica ou apenas temporária, e se divide em três tipos ou níveis: leve, moderada ou grave. Dados do IBGE (2010) revelam que 41% da população brasileira convivem com a insegurança alimentar. No mundo, 30% se encontram em insegurança moderada ou grave.

O Brasil apresenta 562 terras indígenas, sendo 38 delimitadas, 72 declaradas, 17 homologadas e 435 regularizadas, além de 114 em fase de estudo. O poder Executivo e seus órgãos técnicos, em especial a FUNAI, são responsáveis pelos processos de demarcação das terras dos povos indígenas. Os embasamentos legais provêm do decreto nº 1775/96, art. 26 da Lei 6001/73, artigo 7.º do decreto 1775/96, artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, convenção 169 da OIT de 1989 e artigo 1.º, inciso VII da Lei nº 5371/67.

Não é possível dialogarmos sobre segurança alimentar e nutricional (SAN) sem nos reportarmos a Soberania Alimentar dos povos tradicionais, considerando a função socioambiental da terra. As políticas que norteiam a SAN devem ser desenvolvidas pela base dos direitos humanos e soberania alimentar, esta que aborda a importância de cada nação definir políticas que assegurem a SAN de seus povos, considerando o direito à preservação das peculiaridades culturais, em especial nas práticas alimentares e produtivas tradicionais de cada cultura

O conceito de insegurança alimentar, que tem como base o conceito de segurança alimentar, foi reinterpretado ao longo do tempo e ganhou novos contornos conforme o problema da fome se agravou em escala global e as discussões acerca dessa temática se tornaram cada vez mais complexas e urgentes (BRASIL, 2006).

A segurança alimentar é descrita como o acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O direito à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos na Constituição Federal, definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), como também no artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. Cabe ao Estado respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos e comunidades em busca da capacidade de alimentar-se de forma adequada, promovendo políticas públicas que garantam a realização do direito à alimentação de toda a sua população. Aos povos indígenas esta atenção deve ser organizada e orientada por suas especificidades étnicas e culturais, promovendo políticas públicas que garantam a realização do direito à alimentação a toda população (BRASIL, 2006).

Segundo o IPEA (2005), no início da década de 2000, 55 milhões de brasileiros viviam na pobreza, com metade de um salário mínimo mensal *per capita*, dentre os quais

24 milhões viviam com menos de um quarto de salário mínimo, em condições de pobreza extrema. Esse cenário constitui uma realidade da estrutura econômico-social do país, que figura dentre as nações com maior desigualdade de renda de todo o mundo. Esse estado de pobreza, conseqüentemente de vulnerabilidade social, dificulta o acesso adequado a alimentos seguros e nutritivos, constituindo um panorama de alta prevalência de IAN.

Nessa concepção, o objetivo deste estudo foi estimar a prevalência de insegurança alimentar em indígenas, buscando por meio de seus resultados servir de auxílio na elaboração de ações adequadas e específicas voltada para melhorias das condições de vida e saúde desses povos.

REFERENCIAL TEÓRICO

IMPACTOS DA FOME E DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO SER HUMANO

O direito humano à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos: Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” (ONU, 1948)

A ideia básica em torno do impacto da fome é, portanto, esclarecer como, através de mecanismos biológicos desencadeados pela má nutrição, o homem tem a capacidade de intervenção na realidade modificada.

A questão da alimentação, da fome e da má nutrição não pode ser olhada exclusivamente em sua dimensão econômica (acesso à renda), alimentar (disponibilidade de alimentos) ou biológica (estado nutricional). O ato de se alimentar e alimentar familiares e amigos é uma das atividades humanas que mais reflete a enorme riqueza do processo histórico de construção das relações sociais que se constituem no que podemos chamar de “humanidade”, com toda a sua diversidade, e que está intrinsecamente ligado à identidade cultural de cada povo ou grupo social. (VALENTE, 2002)

A carência de alimentos no organismo por períodos prolongados, causando sensações de desconforto e dor, significa fome. Essa sensação é devido à falta de energia que o organismo precisa para continuar com suas atividades vitais. Quando há um período muito prolongado sem alimentos, essa sensação pode se agravar causando mal-estar, dor no estômago, fraqueza e chegar a óbito (HOFFMAN, 1995).

A pobreza e a extrema pobreza continuam, ano após ano, a ser uma grande marca na sociedade brasileira. Segundo os dados mais recentes do IBGE, o país tinha 13,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, de acordo com critérios do Banco Mundial. Somadas as que estão na linha da pobreza, chegam a 25% da população do país.

As características e a distribuição da população em situação de pobreza e extrema pobreza chamam a atenção. Os pretos e pardos correspondem a 72,7% dos que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza - são 38,1 milhões de pessoas. Dentre aqueles em condição de extrema pobreza, as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente: 27,2 milhões de pessoas. Vale destacar que o rendimento domiciliar per capita médio de pretos ou pardos é metade do recebido pelos brancos.

Com o intuito de conhecer a condição de segurança alimentar (SA) no Brasil, em 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um levantamento detalhado sobre o tema. Tal pesquisa, baseada na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), permitiu mensurar a insegurança alimentar (IA) no Brasil. De acordo com a gravidade, o IBGE classificou a IA em três níveis: leve, moderada e grave (respectivamente, IAL, IAM e IAG). Conforme o estudo, mais de 72.259.500 (39,69%) da população brasileira estava em IA (BEZERRA, 2020).

A FOME ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: UMA BREVE REVISÃO

No Brasil, desde os tempos coloniais, havia uma preocupação dos governantes com a alimentação da população. Com isso, a partir do século XX foram criadas políticas públicas voltadas para essa problemática. Estas abrangem diversos itens como a política agrícola, os sistemas de abastecimento, controle de preços, distribuição de alimentos entre outros

Os povos indígenas contemporâneos estão espalhados por todo o território brasileiro. Vários desses povos também habitam países vizinhos. No Brasil, a grande maioria das comunidades indígenas vive em terras coletivas, declaradas pelo governo federal para seu usufruto exclusivo. As chamadas Terras Indígenas (TIs) somam, hoje, 726 áreas (CALDAS, 2012).

São mais de 800 mil indígenas, 305 etnias que falam 274 diferentes tipos de línguas. 78 mil pessoas se declararam de outra raça, mas se consideram indígenas por conta de tradições, costumes e antepassados. 274 é o número total de línguas indígenas faladas no Brasil. Região com maior número de indígenas: Norte – 342,8 mil habitantes.

Nos estados da Amazônia Legal brasileira a população de pessoas indígenas, conforme o Censo IBGE 2010, é de 433.363 (somando os estados Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e Maranhão - desconsiderando que apenas parte do Maranhão é Amazônia Legal, uma vez que os dados divulgados do Censo não possibilitam esse recorte apurado).

Os povos indígenas ajudam a ampliar a diversidade da fauna e da flora local porque têm formas únicas de viver e ocupar um lugar. Pesquisas recentes têm mostrado que os povos indígenas tiveram um papel fundamental na formação da biodiversidade encontrada na América do Sul.

A maior parte dos indígenas no Brasil vive distante dos centros urbanos dificultando o acesso aos serviços de saúde, sendo este prejudicado pela precariedade da rede, pelos aspectos logísticos e operacionais e particularidades socioculturais.

No Brasil, os povos indígenas estão expostos a transformações ambientais e socioeconômicas, que os colocam em situação de alta vulnerabilidade frente a problemas de ordem alimentar e nutricional. Nesse sentido, estudos pontuais realizados em comunidades indígenas revelam a fragilidade de muitos povos frente às consequências das carências alimentares, como a elevada prevalência de nanismo nutricional em crianças menores de cinco anos, também favorecida por precárias condições de saneamento, entre outros determinantes (FÁVARO, 2007).

Pesquisas realizadas com indígenas da etnia Terena, no Mato Grosso do Sul, apontam a gravidade da situação nutricional desse povo, refletida na elevada prevalência de nanismo nas crianças, monotonia alimentar e abandono das práticas tradicionais de cultivo, que no passado contribuíram para a diversidade dos alimentos consumidos e relativa garantia da segurança alimentar.

Nesta produção, serão usadas as seguintes categorias para caracterizar a situação de sustentação alimentar dos indígenas:

Fome ou carência alimentar: são aquelas situações que poderíamos chamar de fome crônica. É quando a carência alimentar se estende por todo o ano, e há uma quase que total falta de alternativas imediatas de superação desta situação (indisponibilidade ou inacessibilidade a território próprio e suficiente, e meio ambiente degradado. solo, fauna e flora), chegando alguns casos ao extremo da indigência e sujeição a condição de trabalho escravo. São aquelas situações que exigem ações urgentes e continuadas, haja vista o visível agravamento generalizado do quadro de saúde da população (RAMALHO, 2008).

Carência alimentar: são aquelas situações quando a população tem dificuldades de obter alimentos durante quase todo o ano, mas que, não obstante sua gravidade, não chega ao extremo do quadro acima descrito (FROTA, 2008)

Fome sazonal: com esta categoria não estamos nos referindo aqui aos períodos ou situações, digamos, naturais de entressafra, quando as dificuldades alimentares são superadas pela movimentação da população para outras partes dentro do seu território (áreas de caça distantes, antigos roçados, regiões de frutas nativas não cultivadas, etc.) ou pelo consumo temporário de alimentos, digamos, característicos destes períodos de escassez de alimentos culturalmente preferenciais (RAMALHO, 2008).

Diante da reconhecida gravidade da situação alimentar e nutricional indígena no país, a adoção de uma escala única para avaliação e governança deve obedecer a um processo amplo, duradouro, interdisciplinar e, notadamente, participativo de discussão nacional, dialogando tanto com a sociodiversidade quanto com noções de bem-estar e saúde possivelmente diversas. O debate envolveria não apenas uma reflexão sobre o sentido que o conceito de insegurança alimentar possa ter para suas epistemologias de mundo, mas também a quais tipos de ações esta aplicação poderá conduzir. O conceito de segurança alimentar, afinal, tem sido alvo de preocupação de organizações indígenas, integrando levantamentos participativos e constituindo, mesmo, um eixo temático das duas últimas Conferências Nacionais de Saúde Indígena (ATHILA, 2020).

Além de reconhecer a importância do problema, trata-se de incluir outras variáveis em sua compreensão, de modo a produzir soluções que tenham efetividade e, ao mesmo tempo, respeitem a diversidade dos modos de vida de povos indígenas, constitucionalmente prevista no Brasil. Reconhecendo as múltiplas dimensões da insegurança alimentar, Webb et al (2015). mencionam que a usual associação da “fome” com a falta de disponibilidade de comida, e da falta de disponibilidade de comida com a produção de mais comida, conduziu a uma hiper confiança em soluções de agricultura doméstica, para problemas que possivelmente tinham outras origens. Iniciativas inspiradas em diagnósticos fundados em um modo semelhante de conceber a vida e os problemas de povos indígenas no país têm se multiplicado ao longo da história (PROVENZI, 2020).

Projetadas para garantir e aumentar a produção de alimentos, seu excedente, gerar renda a partir dele ou gerar alimento por meio de políticas de transferência de renda, elas não têm alcançado resultados satisfatórios entre povos indígenas brasileiro.

Frequentemente, indígenas, suas formas de vida ou sua “incapacidade” em gerar “produção”, “excedente” ou “renda” são responsabilizados por condições desiguais de saúde, saneamento ambiental, degradação e limitação de seus territórios, histórica e

juridicamente da competência do Estado. Intencionalmente ou não, a causa dos problemas tem seu eixo completamente deslocado. Mais recentemente, a política indigenista oficial reacende projetos constitucionalmente desautorizados de “integração” de povos indígenas à economia de mercado, como forma de usurpar ou ocupar indevidamente seus territórios, abrindo-os a atividades de mineração e ao agronegócio, ambos estimulados por ações de uma sucessão de Governos e, sem precedentes, pelo Governo atual (WEITZMAN, 2020).

Um estudo interdisciplinar sobre a percepção, a execução e o uso de recursos provenientes de programas nacionais relacionados à segurança alimentar e nutricional entre povos indígenas, entre os Shawi peruanos, demonstra quanto o respeito aos contextos culturais nativos - de suas configurações territoriais, histórico de contato a dietas e sistemas alimentares - é decisivo à capacidade das iniciativas em efetivamente promover suas condições de saúde. Em suas conclusões, os autores acrescentam outra dimensão importante ao aspecto da eficiência sanitária dos Programas. Considerar as especificidades dos indígenas é, além do mais, um “imperativo moral” que atende resolutivamente às iniquidades de suas condições de saúde naquele país (ATHILA, 2020).

No Brasil, onde também persistem as iniquidades históricas, em especial, de suas condições de saúde, esse imperativo moral está reforçado pelo imperativo jurídico de que as políticas públicas destinadas ao segmento adotem tanto formas de diagnóstico quanto soluções culturalmente sensíveis. Colocando dessa forma, o respeito à sociodiversidade de povos indígenas atende a um imperativo simultaneamente moral e jurídico, mas que não deixa de estar também relacionado à eficiência das políticas públicas a eles destinadas (WEITZMAN, 2020).

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Para alcançar os objetivos propostos se fez necessário estabelecer diálogos com variados procedimentos metodológicos. Analisar a presença da fome em terras indígenas no Brasil requer uma análise complexa e intracultural de cada povo, entretanto, neste trabalho foi feita apropriação de fontes secundárias e realizar um tratamento específico com tais fontes. Este trabalho é de natureza qualitativa, pois irá detalhar informações disponíveis em documentos (relatório da violência contra os povos indígenas) a presença da fome entre as populações indígenas relatadas pelos diversos agentes que são compilados pelo CIMI.

Com relação aos procedimentos de ética em pesquisa e seus procedimentos, com vistas a orientar a aplicabilidade deste trabalho destacamos que não foi feito contato com

membros dos povos indígenas e o trabalho foi de procedimento documental, o que excluiu o mesmo da necessidade de tramitação em Comitê de Ética em Pesquisa.

A pesquisa documental foi a principal forma de levantamento de dados e parte da localização, organização e análise metódica de documentos produzidos pelos agentes sociais e instituições envolvidos no contexto analisado (PIMENTEL, 2001) com intuito de descrever histórias, percepções e legislações sobre o objeto. Com relação aos procedimentos, destacamos: a primeira etapa foi o agrupamento dos documentos “Relatório da violência contra os povos indígenas” aos anos 2018, 2019, 2020 e 2021. Este procedimento forneceu o rol total de documentos que foram analisados.

A segunda etapa consistiu em organizar os documentos, visando facilitar a função analítica dos mesmos. Essa organização significa acessar o conteúdo dos documentos e parte da ação de estabelecer critérios para separação, usando de técnicas como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo e criação de códigos. Os códigos de busca nos documentos foram: fome, insegurança alimentar e desnutrição. Qualquer resposta do documento aos códigos acima foram categorizados nos quadros de análise apresentados na seção Resultados deste artigo.

Como procedimento para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) dos documentos, já organizados em quadros divididos por anos, possibilitando compreender o processo de presença da temática nos quatro documentos analisados (CELLARD, 2008; BARDIN, 1977).

Foram elencadas e analisadas as publicações acerca do tema, a fim de compreender as dificuldades do Estado em garantir a segurança alimentar dos povos indígenas no Brasil. A seleção das literaturas foi restrita a trabalhos realizados no Brasil, por tratar da Política Nacional de Atenção Integral Alimentar dos Povos Indígenas e ser um modelo adotado em nosso Sistema único de Saúde, foram utilizados como critérios de inclusão os trabalhos publicados no período de 2010 a 2022, sendo excluídos os materiais publicados fora do período considerado e aqueles que não corroboram com a temática proposta.

Para a elaboração do presente estudo foi realizada consulta às indicações formuladas pelo Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública, FUNAI, livros e artigos científicos e busca direcionada pelos descritores “Brasil. Fome. Insegurança alimentar. Políticas públicas. Povos indígenas.” que apontaram ocorrências na LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico.

Foram apreciados 25 estudos, dos quais foram excluídos: duplicatas, textos indisponíveis, artigos não relacionados ao tema, teses e dissertações, além de textos

excluídos pelo título e leitura de resumo, dentre esses estudos “13” foram selecionadas de acordo com a relevância dos dados para o estudo proposto.

Serão etapas da análise de conteúdo: Palavras-chave encontradas, Formas da manifestação, povo indígena e unidade da federação, de acordo com o modelo abaixo

Quadro 01: Modelo de quadros analíticos da Análise de Conteúdo do Artigo

Palavra Chave	Manifestação (Formas e impactos)	UF	Povo Indígena
Alimentação	O direito humano à alimentação adequada e à nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico - resumo executivo	TODOS	Kaiowá

Fonte: Os autores, 2022.

RESULTADOS

Quadro 02: Resultados sobre Fome, Desnutrição e Insegurança Alimentar - Relatório 2018

Palavra Chave	Manifestação (Formas e impactos)	UF	Povo Indígena
Fome	Insegurança alimentar entre famílias indígenas de Dourados, Mato Grosso do Sul.	MS	Kaiowá
Fome	A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil	SP	Guarani
Fome	Os povos originários do Brasil não são respeitados em seu direito constitucional de viver nos territórios tradicionais. Vivem nas margens das rodovias ou acampados em pequenas porções de terra, sujeitos à fome, ao frio e a outras condições degradantes.	BR	Todos
Fome	A Colônia Tereza Cristina, terra pertencente aos índios Bororo, no Mato Grosso, também se arrasta sem solução até os dias atuais. Conforme relatório, já citado, do Departamento de Estudos e Pesquisas do Ministério da Agricultura, apresentando dados sobre massacres de índios entre 1961 e 1969, relata que: “no caso dos Bororo, não se trata propriamente de massacre mas, sim, da destruição de um grupo indígena pela fome.”	MT	Bororo
Desnutrição	Desde o final de 2017 a criança era levada ao hospital e o médico dizia que não era nada e nem a consultava. Em março de 2018, a criança ficou desacordada e foi, novamente, levada ao hospital,	AC	Huni Kuin

	mas o médico se recusou a atendê-la. Com a insistência da enfermeira, ele a examinou e diagnosticou que a criança estava em estado de choque causado por desnutrição elevada		
Alimentação	Foi determinado pela 4ª Turma do TRF da 5ª Região que a Funai deveria fornecer cestas básicas à família indígena, Macário/Salustiano, por um período de quatro meses, até que os indígenas pudessem colher as próprias plantações e adquirissem autossuficiência para se alimentar. No entanto, a determinação não foi cumprida.	AL	Kukuri Kariri
Alimentação	Tal descaso se reflete nos altos índices de violência doméstica, consumo de drogas e álcool, suicídio devido, sobretudo, à precariedade na educação, alimentação, habitação e segurança pública.	MS	Guarani Kaiowá
Alimentação	Segundo comprovação do TRF da 3ª Região, famílias indígenas não estavam recebendo cestas básicas. O problema tinha se agravado porque novas famílias não haviam sido cadastradas, o que as impediam de receber mesmo com a regularização da entrega das cestas.	MS	Várias

Fonte: Os autores, 2022.

Quadro 03: Resultados sobre Fome, Desnutrição e Insegurança Alimentar - Relatório 2019

Palavra Chave	Manifestação (Formas e impactos)	UF	Povo Indígena
Segurança alimentar	Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil.	RO	Suruí
Segurança alimentar	Mensurar a dimensão da insegurança alimentar em uma população não se limita apenas no conhecimento de fatores socioeconômicos, pois é possível encontrar famílias com rendimentos abaixo da linha de pobreza vivendo em segurança alimentar, assim como famílias com rendimento acima do corte da pobreza com insegurança alimentar	MS	Terena
Dignidade	Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!	PA	Mura
Insegurança alimentar	Mensurar a dimensão da insegurança alimentar em uma população não se limita apenas no conhecimento de fatores socioeconômicos, pois é possível encontrar famílias com rendimentos abaixo da linha de pobreza vivendo em segurança alimentar, assim como famílias com rendimento acima do corte da pobreza com insegurança alimentar	BR	TODOS

Fonte: Os autores, 2022.

Quadro 04: Resultados sobre Fome, Desnutrição e Insegurança Alimentar - Relatório 2020

Palavra Chave	Manifestação (Formas e impactos)	UF	Povo Indígena
Fome	A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil	BR	TODOS
Alimentação adequada	Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (I): uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar.	BR	TODOS
Fome	A vulnerabilidade da situação da fome que acomete os povos indígenas vem sendo sistematicamente reconhecida em todo o mundo, em um quadro em que são evidentes os indicadores de saúde, alimentação e nutrição amplamente desfavoráveis, e sistematicamente piores que aqueles registrados nos segmentos não indígenas da população	BR	TODOS
Desnutrição	O risco nutricional na saúde indígena se baseia na cultura pela falta de hábito de se sentar com a criança e incentivá-la a se alimentar. Porque o que acontece é que os pais comem primeiro e depois oferecem o alimento. Se a criança se negar a comer eles não insistem.	BR	TODOS
Desnutrição	Desnutrição é um estado de diferentes graus de intensidade e variadas manifestações clínicas produzidas pela falta de ingestão de alimentos energétoproteica, bem como: proteínas, hidratos de carbono, gorduras, sais minerais e 49 vitaminas a falta destes resulta na deficiência de assimilação do organismo nas quantidades adequadas dos componentes necessário para o organismo	RO	Suruí

Fonte: Os autores, 2022.

Quadro 05: Resultados sobre Fome, Desnutrição e Insegurança Alimentar - Relatório 2021

Palavra Chave	Manifestação (Formas e impactos)	UF	Povo Indígena
Segurança nutricional	Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas	AM	Kaixana
Desnutrição	Fome ameaça povos indígenas em São Paulo	SP	Todos

Desnutrição	O conceito da desnutrição mais abrangente, como uma questão política, social e econômica, que atinge grandes populações e não prejudica apenas a criança, mas a sociedade como um todo, à medida que provoca danos à saúde, à socialização e ao desenvolvimento da criança.	RO	Suruí
Fome	Nas aldeias guaranis e kaingangas do Estado, a fome tem sido uma companhia indesejada. A impossibilidade de obter recurso por meio da venda do artesanato, o fim do auxílio emergencial e a assistência deficitária da Fundação Nacional do Índio (Funai) criaram o quadro de extrema dificuldade pelo qual passam os indígenas no RS.	RS	Kaingangs
Insegurança alimentar	Diante da reconhecida gravidade da situação alimentar e nutricional indígena no país, a adoção de uma escala única para avaliação e governança deve obedecer a um processo amplo, duradouro, interdisciplinar e, notadamente, participativo de discussão nacional, dialogando tanto com a sociodiversidade quanto com noções de bem-estar e saúde possivelmente diversas. O debate envolveria não apenas uma reflexão sobre o sentido que o conceito de insegurança alimentar possa ter para suas epistemologias de mundo, mas também a quais tipos de ações esta aplicação poderá conduzir.	Br	Todos

Fonte: Os autores, 2022.

DISCUSSÕES

Em 2014, o problema da insegurança alimentar dos povos indígenas no Brasil mereceu a atenção da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que, ao reconhecer o sucesso do Brasil nas políticas de combate à pobreza e à fome, ressaltou que os indígenas ainda sofriam com a insegurança alimentar no país. Assim, apesar de o Brasil naquele período ter reduzido pela metade a parcela da população que sofria com a fome, diversos indicadores apontavam indígenas e quilombolas como população em vulnerabilidade crônica. A FAO avaliava que as comunidades indígenas convivem com condições muito desfavoráveis, que lhes dificultam o acesso a uma alimentação suficiente e de qualidade adequada.

As diretrizes da FAO mostram a urgência de se combater as desigualdades que persistiam em grupos populacionais específicos, em particular os povos indígenas e outras comunidades tradicionais. E colocou a criação e o fortalecimento de políticas públicas para esses setores da população brasileira dentre os quatro maiores desafios do Brasil nos

próximos anos. Um desafio, segundo a FAO, a ser enfrentado com políticas públicas federais, estaduais e municipais (FAO, 2021).

A realidade de insegurança alimentar e a desigualdade dos povos indígenas na América Latina também foram motivo de preocupação do Banco Mundial, este órgão alertou que a redução sem precedentes da pobreza na América Latina – que possibilitou que mais de 70 milhões de pessoas saíssem da pobreza ao longo da primeira década do século XXI – não alcançou da mesma forma a população indígena da região.

Mais recentemente, em outubro de 2019, a Unicef, no lançamento do relatório Situação Mundial da Infância 2019, indicou que a situação permanece preocupante. Segundo o organismo da ONU, citando dados do Ministério da Saúde, em 2018 no Brasil, a prevalência de desnutrição crônica entre crianças indígenas menores de 5 anos era de 28,6% (UNICEF, 2019).

Garantir uma alimentação adequada e saudável em terras que não apresentam plenas condições para sobrevivência física e cultural é o dilema enfrentado pela maioria das aldeias no Estado de São Paulo. Mesmo os povos com terras já regularizadas enfrentam dificuldades para promoção da sua soberania alimentar.

A soberania alimentar dos povos indígenas têm relação direta com a garantia de seus territórios. “Para nós a terra é tudo. Sem a terra a gente não é nada: a gente não vive, a gente não tem cultura. Tendo a terra demarcada a gente tem espaço para fazer a roça, para fazer plantação, para viver do nosso modo. Sem terra a comunidade não existe, não tem vida” explica Sérgio Martins Popyguá, TI Aguapeú.

Efetivar o direito à terra é, sem dúvida, o passo inicial e fundamental para garantir a soberania alimentar dos povos indígenas. A autonomia da posse e o pleno acesso aos recursos naturais são as condições para a produção de alimentos adequada às suas necessidades e cultura alimentar. Para a antropóloga Maria Emília Pacheco não é possível falar sobre combate à insegurança alimentar sem questionar a demarcação e posse da terra e o despejo abusivo de agrotóxicos. “Sem a questão territorial, que é uma questão fundante, é muito difícil falar de soberania alimentar indígena”, enfatiza.

Segundo a Comissão Pró Índio São Paulo (CPISP), no Estado, a segurança territorial é ainda um desafio, uma vez que somente 13 das 31 terras indígenas com algum tipo de reconhecimento pela Funai, já se encontram demarcadas e homologadas. O problema da insegurança alimentar, porém, é verificado mesmo em terras demarcadas já que grande parte delas não apresenta as adequadas condições para sobrevivência física e cultural. Terras de tamanho diminuto, uma população crescente pressionando os limitados recursos naturais e novos hábitos de consumo são alguns dos fatores da insegurança alimentar dos

povos indígenas em São Paulo que têm baixo acesso aos alimentos, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

Cada vez mais, os indígenas em São Paulo dependem dos não índios para garantir a sua alimentação, o que afeta sua autonomia e sustentabilidade. “Antigamente, a vida era melhor, mais saudável. Era mais difícil para conseguir o alimento, mas era mais saudável, mais na cultura. Hoje, para sobreviver, tem que trabalhar para ter dinheiro”, explica Márcia Voty, da Terra Indígena Tenondé Porã.

O acesso à alimentação nas aldeias em nosso estado se dá pelas doações (cesta básica), mas também, pela compra dos alimentos, com recursos advindos da venda de artesanato, assalariamento, aposentadorias e do programa Bolsa Família, não mais da agricultura, caça e pesca. Porém as fontes atuais não garantem a alimentação na constância, na quantidade e na qualidade necessárias.

A alimentação escolar assume especial importância para os povos indígenas em São Paulo que vivenciam uma realidade de insegurança alimentar na qual a escola constitui um importante canal para reforçar a alimentação das crianças. Porém, a alimentação oferecida nas escolas atualmente não é composta de alimentos saudáveis nem tampouco respeita a cultura alimentar dos povos indígenas.

As críticas com relação à alimentação oferecida atualmente nas escolas indígenas em São Paulo são uma constante. Os educadores indígenas se queixam que há anos denunciam a situação sem que providências efetivas tenham sido tomadas para reverter esse quadro. De maneira geral, o cardápio desconsidera a cultura alimentar dos índios e inclui muitos alimentos industrializados de baixa qualidade nutricional.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo tem promovido iniciativas visando debater a questão da soberania alimentar dos povos indígenas em São Paulo e, mais particularmente, a necessidade de se assegurar uma alimentação escolar saudável e culturalmente adequada. Entre as iniciativas realizadas estão as vivências entre as mulheres indígenas para cozinhar, trocar receitas e refletir sobre alimentação e cultura e a promoção de debates com a presença de diferentes atores – educadores, mulheres e lideranças indígenas, representantes dos governos federal, estadual e municipal e de ONGs. Desde 2015, a CPI-SP assessora os índios da TI Piaçaguera, no litoral sul do estado, na luta pela melhoria da qualidade da alimentação escolar.

CONCLUSÃO

Os hábitos alimentares indígenas são peculiares e se entrelaçam a todo um contingente cultural, reproduzido entre as gerações e diretamente relacionado a uma dinâmica própria de utilização do território. No decorrer do processo de colonização podemos observar que as comunidades indígenas passaram por fortes mudanças em nível cultural, social, ambiental e econômico. E tais mudanças, repercutem, por conseguinte, em alterações em seus hábitos, em especial alimentares e de produção. Diante da diminuição de seus territórios, instabilidade da garantia dos direitos e transformação de seus princípios produtivos, a necessidade de procura por comércios locais se torna mais significativo e as atividades básicas de subsistência se inclinam fortemente ao abandono, favorecendo assim um consumo crescente de alimentos industrializados e reforçando mudanças prejudiciais à saúde.

O ato de se alimentar envolve muito mais que a questão biológica, envolve contornos simbólicos, incluindo o espaço social e envolvendo todos que circundam tal atividade. As bases alimentares de um determinado povo são acometidas e enxertadas de várias influências, dentre elas podemos citar a economia, a organização social, as práticas produtivas, dentre outros. Estes são importantes elementos para fomentar o desenho nutricional do grupo.

Na presente abordagem, por segurança alimentar, entendemos aqui a capacidade de uma sociedade ou grupo social de fazer frente à demanda alimentar do conjunto de sua população, de forma suficiente, estável, autônoma, sustentável e equitativa. Logo, por fome, estamos falando especificamente da incapacidade ou impossibilidade de uma sociedade ou grupo social de fazer frente, satisfatoriamente, às suas demandas alimentares (incluindo água), comprometendo sua sobrevivência física, social e cultural, presente e futura.

É imprescindível olhar as comunidades indígenas no sentido de garantias de direitos que historicamente foram cerceados, resguardando o acesso ao seu território, manutenção de suas práticas culturais, relação singular com o meio ambiente, e como resultado, assegura-se para além da sobrevivência desses povos, desenvolvendo simultaneamente processos práticos de sustentabilidade ambiental para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. A. O. ; HILÁRIO, R. A. ; GONÇALVES, G. M. **Saúde Mental Indígena e a Formação de Psicólogos na Região Norte do Brasil: Entre o descaso e a invisibilidade.** In: Wendell Fiori de Faria, Rosângela de Fátima Cavalcante França,

Clarides Henrich de Barba, Marilsa Miranda de Souza. (Org.). Educação em foco: pesquisa em educação na Amazônia. 1ed.Porto Velho: EDUFRO, 2021, v. 1, p. 194-214. (CAPÍTULO DE LIVRO)

ATHILA, Adriana Romano. **A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/6XNcJYvf5vSsrZmVrrVhYgj/?lang=pt>> Acesso em 04 de out. 2022.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Manual de jurisprudência dos direitos indígenas.** Brasília: MPF, 2019. Disponível em:<<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-jurisprudencia-dos-direitos-indigenas.pdf>>. Acesso em: 19 de set. 2022.

BRASIL. Lei 11346 de 15 de setembro de 2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> acesso em 12 de out. 2002.

BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. **Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças.** Estud. psicol. (Natal), v. 21, n. 4, p. 403-414, Dec. 2016.

BRASIL. **Política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas.** Brasília: Ministério da Saúde/Governo Federal do Brasil, 2017. (REVISTA)

BRASIL. **Análise descritiva dos óbitos por suicídio na população indígena assistida pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena entre 2010 e 2017.** Brasília: Ministério da Saúde/Governo Federal, 2018. (DOCUMENTO)

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. (ARTIGO)

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A **pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CIMI. **Congresso Anti-Indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos dos povos indígenas.** Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/congresso-anti-indigena.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

CPISP. Comissão Pró índio São Paulo (CPISP). **Território e soberania alimentar: desafios para os índios de São Paulo.** Disponível em: <<https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/desafiosindiosemsaopaulo/>> Acesso em 19 de out. 2022.

FAO. Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1585484/>> Acesso em 15 de out. 2022.

FAO. Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura. **Especialistas da região debatem como recuperar e transformar os sistemas agroalimentares pós-COVID-19.** Disponível em: <[https://www.fao.org/brasil/noticias/en/?page=44&ipp=5&tx_dynalist_pi1\[par\]=YToxOntzOjE6lkwiO3M6MToiMSI7fQ==](https://www.fao.org/brasil/noticias/en/?page=44&ipp=5&tx_dynalist_pi1[par]=YToxOntzOjE6lkwiO3M6MToiMSI7fQ==)> Acesso em 15 de out. 2022.

FÁVARO, Thatiana. **Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/HrQfQRV38LBKB3KvVvKvNgNvk/?lang=pt>> Acesso em 08 de set. 2022.

FRANCESCHINI, T. **O direito humano à alimentação adequada e à nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico - resumo executivo.** Brasília: FIAN Brasil; 2016.

FROTA, Mirna Albuquerque. **Má alimentação: fator que influencia na aprendizagem de crianças de uma escola pública.** Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14147>> Acesso em 19 de nov. 2022.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** LTC: Rio de Janeiro, 1989.

IBGE. **Povos Indígenas do Brasil.** Brasília: IBGE, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Desigualdade de renda no Brasil.** Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>> Acesso em 15 de out. 2022.

LEITE, M.S. **Nutrição e alimentação em saúde indígena: notas sobre a importância e a situação atual.** In: Garnelo L, Pontes AL, organizadores. Saúde indígena: uma introdução ao tema. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério da Educação; 2012. p. 156-83.

PIMENTEL, A.. **O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa**, n. 114, Novembro, p. 179-185, 2001.

PROVENZI, Júlia. **Povos indígenas enfrentam desafios para atingir a soberania alimentar.** Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/povos-indigenas-enfrentam-desafios-para-atingir-a-soberania-alimentar/>> Acesso em 05 de out. 2022.

RAMALHO, Rejane Andréa. **O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais.** Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=car%C3%AAncia+alimentar&btnG=>> Acesso em 22 de out. 2022.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Os povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 20 de out. 2022.

UNICEF. Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância. **Situação mundial da infância 2019.** Disponível em:

<<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/situacao-mundial-da-infancia-2019-crianca-alimentacao-e-nutricao>> Acesso em 19 de out. 2022.

VALENTE, F.L.S. “**Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente**” in: VALENTE, F. L. S. Direito Humano à Alimentação – desafios e conquistas. 1ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2002. p. 103-136.

VERDUN, Ricardo. **Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (I):** uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-200883>> Acesso em 06 de out. 2022.

WEB, Jhon Altir et al. **Transição nutricional.** Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v7n2/10241.pdf> Acesso em 21 de out. 2022.

WEITZMAN, Rodica. **As práticas alimentares “tradicionais” no contexto dos povos indígenas de Minas Gerais.** Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/362/358/983>> Acesso em 01 de out. 2022.

Capítulo

14

A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

NÉRITON CLAY OLIVEIRA PORTO
UFSM

JEAN CARLO ROSA DURIGON
UFSM

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD
UFSM

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar sumariamente as normativas arquivísticas operacionalizadas na esfera federal e sua aplicação na política arquivística da UFSM. Trata-se de um estudo exploratório, concebido com base na revisão bibliográfica, bem como de pesquisa documental, com ênfase no tratamento legislativo da matéria. O artigo está organizado em seções e subseções que possibilitam ao leitor conhecer a temática. Destacamos ainda que este estudo decorre da investigação que vem sendo feita pelo primeiro autor, arquivista da UFSM, no sentido de sistematizar rotinas e práticas arquivísticas no Centro de Educação, local de atuação dos autores. A título e conclusão parcial destacamos a importância de conhecer e operar com as normativas arquivísticas para garantir a rotina e o protocolo no trato dos fundos documentais da UFSM corroborando com a constituição da memória institucional.

PALAVRAS-CHAVE: ASCE; Rotinas Arquivistas; Normativas Federais.

ABSTRACT: This article aims to briefly present the archival regulations operationalized at the federal level and their applications in the archival policy of UFSM. This is an exploratory study, based on a bibliographic review, as well as documentary research, with an emphasis on the legislative treatment of the matter. The article is organized into sections and subsections in order of introducing the theme to the reader. It should be noted that this paper results from the investigation that has been carried out by the first author, an archivist at UFSM, with the intent of systematizing the archival routines and practices at the Education Center. As a partial conclusion, we highlight the importance of knowing and operating within the archival norms in order to guarantee UFSM's routine and protocols of document treatment, thus, contributing to the maintenance of the institutional memory.

KEYWORDS: ASCE; Archivist Routines; Federal Regulations.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, com enfoque exploratório, visa à apresentação das normativas que compõem a Política Nacional de Arquivos no Brasil e a sua relação com a gestão arquivística na Universidade Federal de Santa Maria / RS.

Utilizando-se da conjectura da pesquisa bibliográfica e documental, pretende-se apresentar a articulação existente entre as normativas nacionais com a gestão documental do Sistema de Arquivos da UFSM. Neste contexto busca-se também destacar a importância

do trabalho arquivístico desenvolvido pelos profissionais da área, nos arquivos que compõem este sistema da instituição.

O principal elemento a ser registrado é o respeito por parte dos técnico-administrativos em Educação - ocupantes do cargo de arquivista na UFSM e responsáveis pela gestão documental no âmbito institucional - às normas de controle e preservação documental estabelecidas no Brasil.

São desenvolvidos estudos sobre estas legislações, bem como a viabilidade das mesmas no âmbito específico da UFSM, ou seja, os arquivistas servem-se destas normativas para a organização do acervo documental, além de discutir, analisar, avaliar, problematizar, questionar e identificar esta aplicabilidade.

APRESENTANDO ALGUNS CONCEITOS

Nesta seção apresentaremos brevemente os principais conceitos que orientam a pesquisa em curso, além da descrição das normativas utilizadas e que regulam a gestão documental na UFSM quais sejam: documento, arquivo, gestão documental, legislação arquivística, normatização e memória institucional.

DOCUMENTO

Do latim *documentum*, é uma carta, um diploma ou um escrito que reproduz um acontecimento, uma situação ou uma circunstância. Também se trata de um texto que apresenta dados susceptíveis de serem utilizados para comprovar algo.

Podemos considerar que documento é toda e qualquer informação registrada em um suporte (papel, microfilme, computador, etc.). É qualquer informação produzida ou recebida por instituição, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades e que constitui elemento de prova ou de conhecimento, independente da natureza do suporte onde esteja inserida.

ARQUIVO

Etimologicamente o arquivo vem do latim “*archívum*”, denominando o lugar onde se guardam documentos.

A Arquivologia estabelece que o arquivo seja um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades.

Marilena Leite Paes conceitua arquivo como “o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros” (PAES, 1991, p. 4).

Rodrigues (2011, p. 257) destaca que “os arquivos devem ser entendidos no seu duplo, paradoxal e conflituoso papel. Arquivos como Memória, por conseguinte, testemunhas de acontecimentos ou de ações passadas, mas também como dispositivos no presente, portanto, muitas vezes, incômodos. No caso de arquivos públicos, pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso a seus documentos é de fundamental importância [...]”.

GESTÃO DOCUMENTAL

O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, estabelece que a gestão arquivística de documentos seja um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (CONARQ, 2009).

Bernardes & Delatorre afirmam que ao fazer gestão documental não estamos nos preocupando somente em atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas estamos nos assegurando que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito à informação está o direito à memória. (BERNARDES & DELATORRE, 2008, p.7)

A gestão documental engloba todo ciclo de vida dos documentos, pois inicia na produção até a sua destinação final ou eliminação. Além disso, é considerada uma medida fundamental para a integridade das informações. Está sendo reconhecida como atividade importante para o sucesso de um empreendimento.

LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Legislação é o conjunto de normas sobre um assunto ou de um país, estado ou município. Exemplos dessas normas: lei, decreto-lei, ato, resolução, portaria, projeto de lei, decreto legislativo, resolução legislativa, ordem interna, circular e exposição de motivos.

A legislação arquivística é o conjunto de normas jurídicas relacionadas aos arquivos e aos profissionais da área. A Legislação Arquivística Brasileira compreende: Excertos da Constituição, leis e decretos federais, estaduais e municipais, medidas provisórias, resoluções, portarias federais, instruções normativas e atos dos poderes judiciário e legislativo.

Suas principais funções são: normatizar a atuação do arquivista, regulamentar a atuação profissional e as atividades do arquivista junto aos documentos e aos arquivos e apresentar diretrizes para a gestão de arquivos.

NORMATIZAÇÃO

Ato de estabelecer padrões ou inserir algo num modelo ou padrão a ser seguido pelos demais. Segundo a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a norma é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto.

A normatização arquivística, então, é o estabelecimento de uma metodologia única cuja finalidade é aperfeiçoar os procedimentos de classificação, avaliação, armazenamento e eliminação de documentos arquivísticos.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Os estudos de Icléia Thiesen Costa (1997) definem a memória institucional como um elemento primordial no funcionamento das instituições, pois através dela que as instituições se reproduzem na sociedade onde está inserida, retendo somente as informações que interessam ao seu funcionamento.

A memória institucional está em permanente elaboração e evolução, visto que é resultante da função do tempo, ou seja, engloba a instituição como um todo, sendo formada com o passar do tempo. Desse modo: “[...] as experiências pelas quais passa uma organização são acumuladas, ao longo dos anos, nas suas pessoas, cultura, processos e em seus documentos, e esse conjunto de conhecimentos forma a sua memória”, Spiller e Pontes (2007, p.99).

A memória Institucional estabelece, permanentemente, embora esteja sempre em formação por estar ligada ao fator “tempo”, quais elementos são importantes e relevantes para serem preservados e utilizados numa sociedade, como base de novas construções.

LOCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa está sendo realizada no Arquivo Setorial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, considerando que o mesmo faz parte de uma estrutura administrativa e está diretamente vinculado ao Sistema de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria, cujo responsável é o Departamento de Arquivo Geral da UFSM. Assim sendo apresentamos, sumariamente, alguns elementos acerca da Instituição.

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria – USM. A solenidade de criação da Universidade de Santa Maria ocorreu em Goiânia, na sacada do Palácio das Esmeraldas, em 18 de dezembro de 1960. Já a cerimônia de instalação da Universidade em Santa Maria ocorreu em 18 de março de 1961. A UFSM foi a primeira Universidade Federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e tornou o Rio Grande do Sul o primeiro Estado da Federação a contar com duas universidades federais.

A regulamentação das suas atividades está ancorada na Lei n. 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria/MEC n. 156, de 12 de março de 2014 e pelo Regimento Geral, aprovado na 722ª Sessão do Conselho Universitário, pelo Parecer n. 031/2011, de 15 de abril de 2011, e Resolução n. 06, de 28 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, n. 151, de 8 de agosto de 2014.

É uma instituição pública, gratuita, de qualidade e que construiu credibilidade e tradição ao longo de sua trajetória, recebendo alunos de todos os estados do Brasil em busca de aprendizado e qualificação profissional. A universidade, também, é responsável por gerar empregos para centenas de pessoas e qualificar muitas outras, já que contribui profissionalmente para as empresas do estado e do país.

Considerando o primeiro semestre de 2022, a UFSM conta com 28.612 alunos regularmente matriculados, 271 cursos, 2020 docentes e 2560 técnico-administrativos em educação. Possui em sua estrutura organizacional, entre outros, 8 Pró-reitorias e 14 unidades de ensino: Colégio técnico Industrial, Colégio Politécnico de Santa Maria, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, Campus de Frederico Westphalen, Campus de Palmeira das Missões, Campus da UFSM em Cachoeira do Sul, Centro de Ciências Naturais e

Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de tecnologia, Centro de Artes e Letras e Centro de Educação.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL

O Departamento de Arquivo Geral (DAG) da UFSM é o órgão central do Sistema de Arquivos, subordinado à Pró-Reitoria de Administração e responsável pela gestão arquivística na instituição.

É o DAG que realiza a implantação das políticas arquivísticas na Universidade Federal de Santa Maria, ou seja, é o setor responsável por todas as atividades referentes à gestão documental. O DAG também trabalha com o assessoramento nos procedimentos e ações que envolvam a avaliação de documentos da UFSM nas unidades acadêmicas e administrativas da universidade; através da Comissão Permanente Avaliação de Documentos (CPAD), composto por um grupo interdisciplinar, é responsável pela avaliação de documentos e da manutenção e uso da tabela de temporalidade dos documentos de arquivo.

Tem por finalidade manter sob custódia os documentos de caráter permanente, provenientes das atividades administrativas, das unidades de ensino, pesquisa e extensão que compõem a universidade.

O DAG é a unidade administrativa da UFSM responsável pelas políticas arquivísticas de gestão documental com os documentos produzidos e acumulados no âmbito institucional dos Arquivos Setoriais das unidades acadêmicas da UFSM, entre elas, o Arquivo Setorial do Centro de Educação.

Atualmente está localizado no Campus Universitário da UFSM, no prédio 47 - Reitoria, juntamente com a Administração Central da UFSM, nas salas 130 e 127. Os contatos devem ser estabelecidos pelo telefone (55) 3220-8130 ou pelo endereço eletrônico no site da UFSM: <http://www.ufsm.br/dag>.

CENTRO DE EDUCAÇÃO

O Centro de Educação (CE) está localizado no prédio 16 do campus universitário Doutor José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima n. 1000, no Bairro Camobi, Santa Maria, RS. O CE teve sua origem na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras instalada em março de 1965, criada pela Lei n. 3.958/1961. Em 1970 passa a chamar-se Centro de

Ciências Pedagógicas e em 1978 sofre mudança de nomenclatura, chegando à denominação atual de Centro de Educação.

A sua estrutura é composta de cursos de Graduação presenciais: Pedagogia Diurno, Pedagogia Noturno, Educação Especial Diurno, Educação Especial Noturno, Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional; cursos de graduação a distância: Ciências da Religião EAD, Educação Especial EAD e Pedagogia EAD.

O CE conta também com cursos/programas de pós-graduação: Curso Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional - PROFHISTÒRIA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE e Curso de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede - MPTER.

Além dos cursos de graduação e pós-graduação, o Centro de Educação apresenta em sua estrutura, setores que complementam a formação dos acadêmicos. São quatro Departamentos Didáticos: Departamento de Administração Escolar (ADE), Departamento de Educação Especial (EDE), Departamento de Fundamentos da Educação (FUE), Departamento de Metodologia de Ensino (MEN). Além destes Departamentos, existem os Laboratórios Didáticos: Laboratório de Metodologia de Ensino - LAMEN e suas áreas de atuação: Laboratório de Alfabetização e Linguagem, Laboratório de Artes Cênicas, Laboratório de Artes Visuais, Laboratório de Ensino de Biologia, Laboratório de Ensino de Física, Laboratório de Ensino de História, Laboratório de Línguas e Ensino, Laboratório de Educação Matemática Escolar, Laboratório de Educação Musical, Laboratório de Educação em Ciências e Química, Laboratório Interdisciplinar - Ciências da Natureza. Conta também com o Laboratório de Pesquisa e Documentação em Educação – LAPEDOC, responsável pela criação e edição das revistas do Centro da Educação – Educação e Educação Especial –, além dos Cadernos de Ensino e Pesquisa e Extensão do CE.

O CE é também composto dos seguintes núcleos: Núcleo de Apoio à Aprendizagem em Educação - ÂNIMA, Núcleo Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - NIEPE, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial - NEPES, Núcleo de Educação em Ciências - NEC, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Infância - NEPEI, Núcleo de Comunicação Institucional - NUCOM, Núcleo de Execução e Controle Orçamentário – NECOR, Núcleo de Infraestrutura – NUINFRA e Núcleo de Patrimônio – NUPAT.

Responsável pelo controle documental e pela gestão arquivística do Centro de Educação, encontramos o Arquivo Setorial do Centro de Educação – ASCE/UFMS.

ARQUIVO SETORIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

A partir da criação do Centro de Educação, em 1965, passaram a ser produzidos e recebidos documentos administrativos referentes aos trâmites existentes na UFSM e às atividades docentes e discentes de ensino, pesquisa e extensão.

Com o aumento significativo do volume documental gerado pelas ações necessárias para se atingir as metas estabelecidas pela “máquina administrativa”, parte desta documentação foi transferida para um espaço específico, equivocadamente conhecido e denominado pelos membros desta comunidade acadêmica como “arquivo morto”.

O volume documental crescente gerou a necessidade da transferência dos arquivos das subunidades porque os espaços administrativos estavam comprometidos pela grande massa de documentos gerados e recebidos.

A documentação transferida sofreu alguns processos de intervenção arquivística elaborados e executados por docentes e discentes do Curso de Arquivologia da UFSM, tendo como supervisores, agentes do Departamento de Arquivo Geral da instituição. Estas ações se deram até o final do ano de 2013, momento em que o Centro de Educação recebe em seu quadro funcional, um profissional arquivista que assumiu a responsabilidade de dar início ao processo de criação do Arquivo Setorial e da gestão documental, em conformidade com a Resolução n. 009/2012/UFSM que estabelece as diretrizes para a criação e implementação dos arquivos setoriais na UFSM.

Sob a coordenação deste profissional arquivista, o acervo documental do Centro de Educação passou pelo processo de organização e avaliação para a identificação do destino destes documentos transferidos para este “depósito”. Através do instrumento arquivístico denominado “Tabela de Temporalidade de Documentos da UFSM”, foram identificados os documentos cujo prazo de guarda estava vencido e os que necessitavam permanecer, provisória ou indeterminadamente, arquivados no acervo do CE/UFSM.

No ano de 2016, com a crescente massa documental e os resultados satisfatórios decorrentes das intervenções arquivísticas deste profissional e sua equipe de estagiários, foi disponibilizado um espaço físico com melhores condições de armazenamento para o acondicionamento da documentação avaliada e classificada e passou a ser denominado Arquivo Setorial do Centro de Educação, aprovado por unanimidade na 570ª sessão do Conselho do Centro de Educação, Parecer n. 12/2016-CE.

Atualmente o complexo do Arquivo Setorial do Centro de Educação, conta com a sala 3179, constituída do acervo documental disponível para consultas e pesquisas por usuários internos e externos e a sala 3181, com a coordenação, parte do acervo e a sala

do desenvolvimento das atividades arquivísticas ou tratamento documental. Todos estes espaços estão no andar térreo do prédio 16 – Centro de Educação da UFSM.

Destaca-se que os conjuntos documentais organizados no acervo, oriundos dos setores administrativos desta unidade acadêmica, são constituídos de atas de colegiados de cursos, atas dos colegiados departamentais e das diversas reuniões organizadas pelas subunidades do centro, projetos desenvolvidos pelos docentes, técnico-administrativos em educação e discentes, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, prontuários de atendimento nos setores de atendimento psicossocial, documentos com registros financeiros como balancetes e prestação de contas, portarias, processos administrativos, memorandos, ofícios, ordens de serviço, e os mais variados tipos documentais com o registro das informações das atividades desenvolvidas no âmbito desta unidade.

O Arquivo Setorial do Centro de Educação está localizado na Cidade Universitária Dr. José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima, n. 1000, especificamente no Prédio 16. O horário de atendimento do Arquivo Setorial do Centro de Educação é de segundas a sextas-feiras, das 8 horas às 17 horas. Para contato, possui o telefone (55) 3220-6171 e o e-mail: arqsetce@gmail.com.

GESTÃO DOCUMENTAL NO ASCE/UFSM

Considerando a conexão existente entre “documento” e “memória institucional”, é possível identificar que esta relação se estabelece naturalmente, principalmente pelas características dos seus conceitos.

Tendo em vista que o documento é a informação produzida ou recebida por instituição, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades e que constitui elemento de prova ou de conhecimento, independente da natureza do suporte onde esteja inserida e, a memória institucional, segundo Huber (1991) é um processo inerentemente humano e, assim sendo, faz parte do processo evolutivo da humanidade e pode ser considerado um dos embasamentos que dá significado à vida e que esta memória institucional está intrinsecamente ligada às ações produzidas pelas pessoas e é capaz de descrever os fatos históricos, políticos e sociais construídos nos vários segmentos da sociedade, podemos identificar que no contexto da construção de uma memória institucional, o Arquivo Setorial do Centro de Educação – ASCE/UFSM desenvolve suas ações e rotinas dentro deste princípio.

Sabatini, Veríssimo, Cadidé e Ades, em texto sobre a “Preservação da Memória Institucional no Instituto de Psicologia da USP”, apontam que a memória institucional, sua

preservação e disseminação, dependem pontualmente da coleta, classificação e arquivamento de documentos como atas, artigos, teses e dissertações, fotografias, filmes e outros registros; que ela pode também se valer, dentro do avanço acelerado dos veículos virtuais, de contextos informatizados como os sites na internet. O uso da rede virtual de comunicação permite que uma informação relevante a respeito da história da instituição, possa ser acessada múltiplas vezes, com facilidades, propiciando materiais para um esforço de análise e pesquisa.

A implementação das políticas arquivísticas organizadas e disseminadas no âmbito da comunidade universitária da UFSM, pelo Departamento de Arquivo Geral, são aplicadas e gerenciadas no sentido da construção e manutenção da memória institucional do ASCE/UFSM e do Centro de Educação, suas gestões, seu desenvolvimento acadêmico e administrativo bem como a preservação de sua história.

Desde o ano de 1965, ano da criação do Centro de Educação, foram criados e recebidos documentos administrativos relativos aos trâmites existentes na universidade, referentes às atividades docentes e discentes de ensino, pesquisa e extensão.

Esta documentação produzida e recebida foi armazenada (acumulada) nos setores que compõem a estrutura administrativa do CE, conforme a atividade desenvolvida.

Para a organização da documentação e a implantação da gestão de documentos propriamente dita, utilizou-se de algumas rotinas arquivísticas, a saber: Levantamento da documentação existente e apta a ser recolhida, no âmbito do Centro de Educação; construção de cronograma de recolhimento dos documentos nos setores administrativos do CE; conscientização e orientação aos detentores da documentação sobre a importância da intervenção arquivística nos documentos produzidos e acumulados nos setores; orientação referente ao preparo dos documentos a serem recolhidos ao ASCE/UFSM; recolhimento da documentação; limpeza e extração dos agentes deteriorantes da documentação (clipes, grampos, espirais metálicas, etc.); Avaliação documental propriamente, ou seja, identificação dos prazos de guarda ou a imediata eliminação dos documentos (encaminhamento dos papéis para reciclagem); Armazenamento e organização das caixas, devidamente identificadas, no acervo do ASCE/UFSM; inclusão das informações acerca da documentação recolhida nos Inventário documental do ASCE/UFSM, confecção de listagens de eliminação da documentação com o prazo de guarda vencido, informando o volume e o conteúdo das informações a serem eliminadas e, mediante autorização legal, encaminhamento para empresas de reciclagem de papéis.

Assim sendo, o Arquivo Setorial do Centro de Educação, mediante estas ações e rotinas descritas, assegura a manutenção da sua gestão documental, da criação ao destino final do documento, assegura o controle das informações que tramitam na forma de documentos e mantém o registro das ações, administrativas e, com o passar do tempo, históricas do Centro de Educação/UFSM.

Nesta perspectiva é possível assegurar que a gestão documental é fundamental para as instituições; a produção de documentos é constante e, por isso, também é necessário preservá-los ordenadamente para resguardar a memória institucional mantendo-a viva e fortalecendo seus alicerces.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL

Carpes, F.S. & Castanho, D. M. (2011) destacam que as políticas públicas arquivísticas impulsionam o progresso da arquivística e representam uma garantia do cumprimento do direito de acesso à informação.

“Servem como base para a gestão de documentos, principalmente nos arquivos das instituições públicas, como é o caso das universidades federais. Elas servem como subsídio e orientação para o desenvolvimento das atividades arquivísticas.”

No texto do artigo: Discussões Sobre as Políticas Públicas Arquivísticas e o Usuário (LEITE, M.M., CARRAZZONI, R.S.N. e CARVALHO, D.L. – 2019) as autoras citam que “mediante o viés de JARDIM (2006, p.4), entende-se por políticas públicas arquivísticas como o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social”. As decisões e ações do Estado inclusivas destas políticas podem envolver aspectos representados na parte administrativa, científica, tecnológica, econômica, jurídica entre outros, pois todas as ações são relativas às etapas de gestão documental com finalidade de preservação e uso da informação, independentemente do seu suporte”.

Sob a luz destes registros, cabe destacar que os documentos armazenados nos arquivos setoriais e/ou gerais das instituições de ensino e, também, na Universidade Federal de Santa Maria, são importantes para a continuidade das ações administrativas desenvolvidas. Além disso, a memória institucional está diretamente relacionada com as informações contidas nos mais diversos suportes e servem de fonte de pesquisa para os profissionais e acadêmicos desta “multiversidade” que são as universidades brasileiras.

Segundo Ohira et al (2004, p. 2) os arquivos das universidades “vem sendo objeto de preocupação no âmbito da ciência arquivística, tanto nacional como internacionalmente, evidenciado pela produção documental existente.”.

A legislação arquivística brasileira, que determina as atribuições de cunho exclusivo do profissional de arquivo graduado, é normatização de qualidade e tem obtido avanços. A LAI – Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 15 de maio de 2012 é um claro exemplo disso; ela possibilitou aos cidadãos o direito de acesso às informações contidas nos documentos recolhidos ou não aos arquivos públicos e exigiu que a gestão do arquivista fosse o mais transparente possível.

A aplicação das normas arquivísticas, no entanto, não alcança a abrangência adequada, seja pela fragilidade das políticas públicas de arquivo ou pela ausência de fiscalização e de sanções pelo seu descumprimento.

Concorre para este cenário, a falta de um órgão deliberativo federal que, quando criado e em conjunto com órgãos executivos regionais, deliberaria junto aos Poderes Executivo e Legislativo, avanços legais, regulamentações mais modernas e estabeleceria uma fiscalização mais forte afim de que o arquivista atingisse a máxima importância e respeito com relação a sua atuação no tratamento documental.

NORMATIVAS ARQUIVÍSTICAS MAIS USUAIS NA ROTINA DA UFSM

A seguir, relacionamos as principais normas que regem as gestões arquivísticas, bem como as resoluções estabelecidas na UFSM, dentro do contexto do SIARQ-UFSM, Sistema de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria.

Destacamos as principais Leis e Decretos que regulamentam as ações a serem desenvolvidas no âmbito da arquivística nacional:

LEGISLAÇÃO NACIONAL	DATA	RESUMO
Lei n. 5.433	08/05/1968	Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências
Lei n. 6.546	04/07/1978	

		Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.
Lei n. 7.115	29/08/1983	Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências
Lei n. 8.159	08/01/1991	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
Lei n. 8.394	30/12/1991	Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências.
Lei n.9.507	12/11/1997	Regula o direito de acesso às informações e disciplina o rito processual da cidadania.
Lei n.9.784	29/01/1999	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal
Decreto n. 4.344	26/08/2002	Regulamenta a Lei n. 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências.
Lei n. 12.527	18/11/2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37

		e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Lei n. 12.682	09/07/2012	Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos
Lei n. 13.787	27/12/2018	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário do paciente.
Lei n. 13.853	08/07/2019	Altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.
Lei n. 14.129	29/03/2021	Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei n. 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017.
Decreto n. 4.344	26/08/2022	Regulamenta a Lei n. 8.394, de 30/12/1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos

		documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências.
--	--	---

Fonte: Elaboradas pelos autores

A Universidade Federal de Santa Maria é integrante do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, que tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo no âmbito da Administração Pública Federal.

O SINAR tem como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, e tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

O sistema SIARQ-UFSM, regulamentado pela Resolução n. 052/2021-UFSM, é o conjunto de políticas, diretrizes e métodos que ocorrem de modo integrado na instituição, para garantir a gestão unificada e padronizada dos documentos arquivísticos.

Os objetivos do Sistema de Arquivos da UFSM são:

- Definir as políticas arquivísticas para a UFSM;
- Promover o inter-relacionamento das unidades/subunidades institucionais na aplicação da gestão documental;
- Racionalizar e padronizar a produção documental;
- Assegurar as condições para preservação do patrimônio documental em qualquer suporte;
- Regular o acesso aos documentos arquivísticos, resguardado os aspectos de sigilo e restrições legais; e,
- Estabelecer diretrizes para uso de tecnologias na gestão, preservação e acesso ao acervo arquivístico da instituição.

Integram este SIARQ-UFSM, o Comitê Consultivo do Siarq-UFSM (Consiarq-UFSM), a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD-DAG), o Departamento de Arquivo Geral (DAG) e as Unidades e Subunidades da UFSM, entre elas, o Arquivo Setorial do Centro de Educação.

LEGISLAÇÃO CONARQ	DATA	RESUMO
Resolução n. 031	28/04/010	Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanente.
Resolução n. 032	17/05/2010	Dispõe sobre a inserção dos Metadados na Parte II do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil Revogada pela Resolução n. 50, de 6 de maio de 2022.
Resolução n. 033	30/05/2011	Dispõe sobre a criação do Informativo CONARQ e dá outras providências
Resolução n. 034	15/05/2012	Dispõe sobre a adoção das Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR
Resolução n. 036	19/12/2012	Dispõe sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR
Resolução n. 037	19/12/2012	Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de

		Documentos Arquivísticos Digitais
Resolução n. 038	09/07/2013	Dispõe sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações"
Resolução n. 039	29/04/2014	Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. [Redação dada pela Resolução n. 43 de 04 de setembro de 2015]
Resolução n. 040	09/12/2014	Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
Resolução n. 041	09/12/2014	Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR,

		visando a sua preservação e acesso.
Resolução n. 042	09/12/2014	Dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos.
Resolução n. 043	04/09/2015	Altera a redação da Resolução do CONARQ n. 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
Resolução n. 044	14/02/2020	Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º e respectivos anexos 1, 2 e 3 da Resolução n. 40, de 9 de dezembro de 2014.
Resolução n. 045	14/02/2020	Revoga as Resoluções n. 14, de 24 de outubro de 2001; n. 21 de 4 de agosto de 2004 e n. 35, de 11 de dezembro de 2012.
Resolução n. 047	26/04/2021	Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a

		cultura e o desenvolvimento nacional.
Resolução n. 048	10/11/2021	Estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados.
Resolução n. 049	04/03/2022	Dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas.
Resolução n. 050	06/05/2022	Dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas.

Fonte: Elaboradas pelos autores

Na UFSM, o Departamento de Arquivo Geral, sempre respeitando a legislação nacional, estabelece orientações visando à unificação de procedimentos relacionados à gestão arquivística nas unidades e subunidades da instituição.

RESOLUÇÕES UFSM	DATA	RESUMO
Resolução n. 012	01/07/2019	Dispõe sobre a política de preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais da UFSM.
Resolução n. 001	10/01/2020	Dispõe sobre o uso de assinatura eletrônica para a produção e incorporação de documentos arquivísticos digitais nos

		sistemas de informação da UFSM.
Resolução n. 052	31/05/2021	Dispõe sobre a normatização da política de gestão arquivística na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estabelece a organização e o funcionamento do Sistema de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (Siarq-UFSM) e da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD-DAG).
Instrução Normativa n. 001	27/09/2021	Estabelece orientações sobre o processo de eliminação de documentos arquivísticos no âmbito do Sistema de Arquivos da UFSM.
Instrução Normativa PROPLAN n. 001	09/11/2021	Orienta sobre as tramitações de Processos Administrativos de Resolução Normativa, Portaria Normativa e Instrução Normativa no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

Fonte: Elaboradas pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indolfo (2008) diz que, de uma maneira geral, a partir da adoção de normas arquivísticas pelos órgãos públicos federais, foi possível efetivar transformações importantes no campo arquivístico.

Apesar de não suficiente, a construção de uma legislação arquivística tem sido, e ainda é de grande importância; o conjunto de normas e orientações do CONARQ e do Arquivo Nacional tem desempenhado um papel decisivo no estabelecimento de uma

adequada gestão documental, nas instituições públicas, com destaque para as universidades. (INDOLFO, 2008).

Jardim (2003, p. 38) diz: “o maior desafio para as instituições arquivísticas, seus profissionais e a sociedade é a construção cotidiana da legislação no fazer arquivístico”. Para Jardim, a noção de que a legislação é um diferencial para a definição de ações arquivísticas é compreensível “já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos”.

Carpes e Castanho (2011) concluem, em sua pesquisa, uma síntese que diz: “... para que as orientações e legislação arquivísticas ganhem em dimensão e importância e sejam respeitadas pelos órgãos públicos é necessário um planejamento e investimento maior em recursos humanos, materiais e divulgação”.

Consideramos também, além destas importantes contribuições destes autores que pesquisam a legislação arquivística e suas aplicações e implicações, que é necessário estabelecer uma educação sobre as condutas com destaque para a importância da preservação documental e também desenvolver a cultura arquivística que contribuirá sobremaneira para a construção de memórias institucionais em todos os níveis da administração pública e na rede privada.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, I. P., DELATORRE, H. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do estado de São Paulo, 2008.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivos relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 2001.

CARPES, F. S.; CASTANHO, D.M. A política nacional de arquivos na perspectiva das universidades federais do Rio Grande do Sul. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 4, p. 192-211, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapctci/38694>. Acesso em 27 out. 2022.

INDOLFO, A. C. As transformações no cenário arquivístico federal a partir do uso das normas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia. **Anais**. Disponível em: <HTTP://www.aag.org.br/anaisxvcb>, Acesso em: 10 out. 2022. P. 1-28.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E. (org.) **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. P. 37-45.

LEITE, M.M., CARRAZZONI, R.S.N. e CARVALHO, D.L.. Discussões sobre as políticas públicas arquivísticas e o usuário. **Revista Gestão e Organizações**. João Pessoa-PB ISSN 2526-2289, v.4, n.01, Jan/Jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. In; **Legislação Arquivística Brasileira**, Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), 2010. Disponível em: <[HTTP://www.conarq.arquivonacional.gov.br/](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/)>. Acesso em 20 de out. 2022.

OHIRA, M. L. B. ET AL. Gestão de documentos em arquivos universitários: estudo de caso no Arquivo Central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1.; **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: [HTTP://200.19.105.195/html/novo_portal/arquivos/secao/cdoc/FAED_congresso.pdf](http://200.19.105.195/html/novo_portal/arquivos/secao/cdoc/FAED_congresso.pdf). Acesso em 11 out. 2022.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan/jun 2011.

SABATINI, A.A.Z.P., VERÍSSIMO, T.G., CADIDÉ, I., ADES, C. **Preservação da Memória Institucional no Instituto de Psicologia da USP**. Trabalho apresentado no XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU. São Paulo. 2008.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SPILLER; A.; PONTES, C.C.C. Memória organizacional e reutilização do conhecimento técnico em uma empresa do setor eletroeletrônico no Brasil. **RBGN**, São Paulo, v9, n25, p.96-108, set./dez. 2007.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: editora UFPB, 2013, 312 p. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Departamento de Arquivo Geral. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/dag/index.php/teste/historico>>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Direção CE. Santa Maria. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ce/index.php/administracao/direcao>>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Institucional. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/frederico/index.php/institucional/historico>. Acesso em 20 out. 2022.

Capítulo

15

AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

RODSON OLDANI CASANOVA

Bel. em Serviço Social, Lic. em Ciências Sociais e Licenciando em Educação do Campo UFSM

SUSANA DA COSTA MOTA

Mestranda em Tecnologia Educacional em Rede - UFSM, Servidora Pública Municipal, Santa Maria-RS

LUCIANA DE AGUILAR BELIZIO

Mestre em Patrimônio Cultural-UFSM. Servidora Pública, SEDUC-RS

LEONICE APARECIDA DE FATIMA ALVES PEREIRA MOURAD

Professora Universidade Federal de Santa Maria/RS (orientadora)

RESUMO: O presente artigo de revisão bibliográfica objetiva sistematizar os principais elementos e fatores referentes a formação da agricultura de base familiar no Brasil, bem como os impactos causados pelo avanço do capitalismo no campo através da modernização conservadora e expansiva, porém concentrada a uma burguesia não mais exclusivamente agrária, mas ligada ao complexo agro-industrial-financeiro internacional. Devido à heterogeneidade dos sujeitos do campo e as diferenciações teóricas e políticas, principalmente sobre o conceito de campesinato e agricultura familiar, será usado o termo *agricultura de base familiar* a fim de conformar os sujeitos que produzem e se reproduzem socialmente no meio rural.

PALAVRAS CHAVE: Modernização Conservadora; Campesinato; Agricultura Tradicional.

ABSTRACT: This bibliographic review article aims to systematize the main elements and factors referring to the formation of family-based agriculture in Brazil, as well as the impacts caused by the advance of capitalism in the countryside through conservative and expansive modernization, however concentrated to a bourgeoisie not more exclusively agrarian, but linked to the international agro-industrial-financial complex. Due to the heterogeneity of rural subjects and the theoretical and political differences, mainly on the concept of peasantry and family farming, the term family-based agriculture will be used in order to conform the subjects who produce and reproduce socially in rural areas.

KEYWORDS: Conservative Modernization; peasantry; Traditional Agriculture.

HISTORICIZANDO A AGRICULTURA...

A agricultura de base familiar sempre foi designada a ter um papel subalternizado na formação econômica e social do Brasil, tanto no que condiz como uma forma de organizar a produção, como indica Chayanov, até como objeto de pesquisa no campo intelectual, quando Caio Prado Jr. denominava a categoria como um “apêndice” da grande lavoura, servindo como provedora à monocultura colonial. Na segunda metade do século XX, com o advento da incorporação tecnológica fortemente subsidiada pelo Estado no campo brasileiro, esta categoria também foi relegada, sendo protagonista de um dos maiores

movimentos migratórios já visto no país nas décadas de 1960 e 1970, causando inchaço nos cinturões periféricos das grandes capitais do Sudeste, principalmente São Paulo. Este movimento desvela que o êxodo rural não estava relacionado diretamente com os níveis de pobreza e desenvolvimento no campo, e sim pela penetração das formas capitalistas de produção agrícola (MARTINE, 1987) chamada de Revolução Verde, ou como preferimos: modernização conservadora.

Estes elementos gerais, sobre a dificuldade de reconhecimento econômico e social da agricultura de base familiar por parte do Estado, juntamente com a dificuldade de reconhecer o trabalhador rural como um sujeito político de direitos e não secundarizado no debate público, principalmente pelos teóricos da década de 1950 e 1960, nos leva a concordar com o que Maria Isabel de Queiroz (2009) sugere: a agricultura de base familiar foi uma categoria social esquecida.

AGRICULTURA A PARTIR DOS AUTORES CLÁSSICOS

A questão da modernização e o avanço do capitalismo no campo foi tema de estudos clássicos ainda no século XIX. Para Max Weber (1982), camponês se diferencia de agricultor. Agricultor é um empreendedor, o fazendeiro racional que com sua família gerencia racionalmente uma quantidade considerável de terra usando métodos modernos e integrados ao mercado. Weber se referia ao caso alemão, onde o camponês estava submetido aos *Junkers*, classe aristocrata que mantinha forte vínculo através do controle territorial e político no leste do país, o que dificultava a inserção das relações de produção capitalista no campo.

Uma das principais preocupações nos estudos do alemão Max Weber estava centrada nas transformações sócio-políticas que seu país tinha passado. Na Alemanha, foram esses grandes proprietários fundiários que promoveram a unificação dos territórios germânicos, gerando um problema de questão nacional a ser resolvido, diferentemente da configuração agrária dos Estados Unidos da América, onde os conflitos entre o norte e sul foram solucionados com uma guerra civil entre dois blocos distintos. O autor também sinalizava que uma das formas de romper com a dominação política através da posse da terra se daria com a inserção do capitalismo no campo e com a divisão e racionalização dos métodos de trabalho e, que sem isso, não bastaria somente o progresso técnico-científico dos instrumentos de produção.

Já no processo ocorrido na Inglaterra, Marx (2012) dá ênfase para as origens dessa classe fundiária que era hegemônica no modo de produção feudal, caracterizando seu

surgimento como poder político e econômico a partir de um conceito empregado por Adam Smith em “A Riqueza das Nações” chamado de acumulação primitiva. Este processo muitas vezes é simplificado apenas como a transição da condição de servo sob os poderes coercitivos para uma condição de homem livre. Porém, um dos processos da fase de acumulação primitiva ocorrido na Europa central, teve como principal característica a expropriação dos meios de produção dos camponeses, onde estes detinham o domínio total do processo de trabalho nas suas manufaturas e plantações.

Não só os instrumentos técnicos foram expropriados dos camponeses, mas também a posse da terra por meio de decretos jurídicos bancados pelos representantes da monarquia, culminando com as expropriações das terras da Coroa e da Igreja com o advento da Reforma e da Revolução Gloriosa a uma década do século XVII. Este movimento, junto com outros determinantes relacionados, propiciou as condições históricas para a transição do feudalismo para o capitalismo naquele país, onde não houve uma ruptura nos moldes clássicos do republicanismo, como ocorreu mais tarde com a Revolução Francesa, e sim uma série de eventos em que comungavam cleros, lordes e a burguesia constituída.

A expulsão dos camponeses de suas terras, bem como dos seus meios de produção e subsistência, provocou o esvaziamento populacional do campo, sendo ocupado por ovelhas para a extração de matéria prima para as manufaturas têxteis, impulsionando a economia mercantil através da divisão social do trabalho e da fragmentação dos ramos de manufaturas.

Vale lembrar que Marx não considerava a terra como capital, pois a terra em si não é resultado de trabalho humano, mas sim um instrumento de trabalho gerador de renda através da exploração do arrendatário, que recebe uma parte da mais-valia extraída do trabalhador pelo capitalista. Desta forma não há uma exploração direta entre proprietário e trabalhador, e sim uma intermediação com o capitalista transferindo parte da extração da mais-valia em forma de renda para o proprietário fundiário. Tal observação é feita apenas para mostrar que a especulação maior se dá entre proprietários fundiários e arrendatários.

Lênin (1982), que tem sua fundamentação baseada na metodologia de Marx diz que, como tudo vira mercadoria a partir da divisão social do trabalho, a agricultura estaria desta forma inserida como um ramo da indústria por fazer parte da cadeia de produção de mercadorias através da extração da matéria prima, que é a base para a transformação em produtos com valor de troca agregado. Com isso, a partir da transição do feudalismo para

o capitalismo, os camponeses se transformariam em proletários agrários, desenvolvendo-se assim as forças produtivas também no campo.

Neste caso observa-se uma polêmica: um dos principais argumentos usados para defender a reforma agrária na atualidade é que a distribuição de terra para milhões de sem-terra movimentaria substancialmente o mercado interno, já que essas famílias gerariam renda, produziriam alimentos para alimentar o setor urbano, sem precisar aumentar salários em tempos de escassez. Lênin, rebatendo os populistas russos, diz que “a ruína dos pequenos produtores numa sociedade em que a economia mercantil e capitalista se desenvolve significa precisamente o oposto do que querem deduzir (...) significa a criação e não a redução do mercado interno” (1982, p. 16). Ou seja, a formação de um operariado agrário poderia alavancar as relações produtivas no campo concomitantemente à inserção capitalista, levando mais dinamicidade às formas ainda relacionadas às formas anteriores de relações produtivas.

APONTAMENTOS GERAIS SOBRE AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR E MODERNIZAÇÃO

A família camponesa brasileira, desprovida de propriedade jurídica da terra, é diferente da família camponesa da Europa do século XIX, principalmente do leste europeu, mais precisamente a Rússia. Em carta datada de 1881, a camponesa russa Vera Sassulitch questiona Marx sobre os caminhos que sua comuna deve seguir frente ao avanço do capitalismo no campo, visto que, n’*O Capital*, Marx disserta como algo irreparável a dissolução de configurações sociais que entravassem a reprodução do capital e seu desenvolvimento.

A questão se dava porque o camponês europeu tem forte ligação com a posse da terra, o que Lênin denominava de *campesinato estamental* no caso russo, pois as raízes históricas o prendiam à terra, à comuna, e, por isso, desejavam permanecer defensivamente frente ao avanço do capitalismo (MARTINS, 1981).

Já o campesinato brasileiro se movimentou historicamente de acordo com as violentas pressões do que Queiroz (2009) chama de “economia de sociedade global” (p. 58), desgarrando-se da propriedade e deixando tudo o que foi construído para trás, porém sempre indo à busca de um pedaço de chão para usufruir e ter a terra como provedora dos frutos necessários para a reprodução de sua família. Por isso a forte presença do posseiro na história da agricultura de base familiar, que avançava para o oeste do país abrindo estradas e fugindo da violenta ameaça do latifúndio, e, quando este o expulsava, continuava

a peregrinação na “direção do pôr-do-sol” (MARTINS, 1981, p. 133). Esse movimento inaugurou a expansão ao oeste das fronteiras agrícolas, sendo que na contemporaneidade, a expansão se deu para o centro-norte, avançando sobre regiões do bioma do Cerrado, Amazônia e Caatinga, inaugurando a nova fronteira agrícola chamada MATOPIBA – região que abarca os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Obviamente, fazer comparações buscando semelhanças com o campesinato do leste europeu é uma tarefa impossível, considerando suas especificidades e a enorme discrepância na formação e configuração sócio-histórica entre ambos. A própria agricultura de base familiar brasileira traz diferenças na sua formação, como os caboclos do norte e nordeste e os colonos europeus que desembarcaram do sudeste ao sul há mais de 150 anos, com a intenção de substituir a mão-de-obra antes escravizada no pós-abolição.

Coube trazer essa pequena comparação a fim de mostrar que a agricultura de base familiar, ou o rural, “não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma” (WANDERLEY, 2009, p. 204). Portanto, ela compartilha de similaridades universais, contudo, tem em suas raízes formativas os impactos do desenvolvimento desigual e combinado que cada país e região sofreu no curso do processo histórico.

Este ponto de vista, que considera a agricultura de base familiar como um processo de transformação ao longo da história, muitas vezes não dialoga com os recortes conceituais feitos para enquadramento de acesso a políticas públicas como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Tal recorte facilita com que a unidade de produção familiar integrada ao mercado acesse as modalidades de crédito, crédito este que é distribuído pelos bancos públicos, porém controlado pelo setor financeiro através dos acordos das agências de fomento internacionais. Além disso, tem-se um recuo nas políticas públicas para a Extensão Rural, desconstruindo um acúmulo de décadas de debates, formulações e implementações no meio rural.

Empresas privadas do setor agrícola também dão suporte técnico, incentivando a inserção de tecnologia nos meios de produção e gerenciamento com métodos racionais, a fim de manter a eficiência produtiva (quantidade) acima da eficácia produtiva (qualidade), enquanto que, a família não consolidada, que produz para sua subsistência, vendendo ou trocando o excedente em pequenos nichos de comércio, com utilização de instrumentos manuais e de tração animal, é considerada atrasada, não desenvolvida, tendo o acesso ao crédito muitas vezes dificultado pela burocracia dos limites orçamentários e dos enquadramentos nos critérios exigidos.

Maria de Nazareth Wanderley (2009) defende a hipótese de que não há essa ruptura isolada entre o tradicional e o moderno, e sim “pontos de rupturas e elementos de continuidade” (p. 189) frente à passagem do camponês tradicional ao moderno:

Há, portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. (...) mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2009, p. 190).

A autora, que busca não dicotomizar as categorias sociais da agricultura de base familiar ao dizer que o moderno é fruto de um longo processo de rupturas e continuidades do tradicional, sugere, a partir disso, uma necessária modernização das famílias tradicionais e se aproxima muito das teses chayanovianas, que era a de incorporar novas tecnologias nas unidades familiares do campesinato russo sem que se perca a organização produtiva de base familiar. Ao apresentar algumas das principais teses de Chayanov, Wanderley (2009) diz que “a agricultura deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir” (p. 140), parecendo sugerir que o Estado não focalize a modernização apenas nas unidades familiares consolidadas, mas que se espraie a todo tipo de propriedade de base familiar.

De acordo com Queiroz (2009), a separação entre tradicional e moderno é chamada de “economia fechada” e “economia de mercado”, sustentando que ambas sempre coexistiram desde o período colonial, pois “em qualquer economia fechada se desenvolve uma troca” (p. 57). Quanto ao modo de organização familiar na produção, a autora descreve que

É marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão (...) se requer quantidade de mão-de-obra, os habitantes da comunidade atendem à convocação, sabedores de que poderão contar com o auxílio dos outros, em condições idênticas (QUEIROZ, 2009, p. 58).

Segundo Queiroz, esse modelo de organização coletiva em que raramente as atividades produtivas, recreativas, culturais e religiosas acontecem de forma isolada, se dá através de uma “existência coletiva” (p. 58). Cabe aqui um exemplo muito corriqueiro que acontece nas comunidades com essa característica: quando um porco é carneado, sabemos que há uma grande mobilização entre vizinhos para a “matança”, pois necessita mobilizar instrumentos domésticos, fazer fogo para a banha, manear o animal, dentre outras tarefas que exigem um esforço coletivo. No fim do processo, após um dia inteiro de

atividade, o melhor pedaço de carne é presenteado à família vizinha como forma de agradecimento. Quando a lida é na propriedade da família que auxiliou na última “matança”, o processo acontece da mesma forma, como um ato de reciprocidade.

Como se observa, o entendimento da agricultura de base familiar transcende a produção, pois perpassa por elementos culturais e antropológicos que se dão através de uma sociabilidade única. Porém, a partir da tecnologia produzida na II Grande Guerra ser transplantada para o campo, a agricultura de base familiar sofre ainda mais com o avanço do capital sob qualquer espaço agricultável do país, pois foi implementada de cima para baixo, com o foco voltado para grandes proprietários rurais, com subsídio direto do Estado a juros baixos e negativos, enquanto relega a categoria mini fundiária às migalhas dos financiamentos.

A “Revolução Verde”, de acordo com Brum, foi:

Um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (1988, p. 44).

Ou seja, neste novo período, a agricultura passa a estar cada vez mais atrelada ao ramo industrial, servindo como um importante elo para a consolidação do capital monopolista mundial.

Palmeira (1999), ao falar sobre os “efeitos perversos” deste processo, diz que:

A propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho das atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1999, p. 87).

Veiga (1996), nesta mesma linha de crítica à agricultura patronal, traça uma comparação com a agricultura de base familiar:

A agricultura patronal, com suas levas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais (VEIGA, 1996, p. 395).

Desta forma, com o violento avanço da modernização conservadora sobre o campo, milhões de famílias, que em muitas partes do país já eram desprovidas da posse da terra, com o processo passou a ser expropriada também de seus meios de produção que restavam, sendo expulsas para as periferias das grandes cidades, pois a fronteira agrícola já encontrava seus limites, e de nada valia se deslocar ao oeste e ao norte sem o mínimo

de condições necessárias para desbravar novos territórios. Como efeito dessa política perversa, surgiram conglomerados urbanos precariamente ocupados, gerando uma massa de brasileiros destituídos dos meios necessários para se alçar ao mundo da dignidade, pois através desses violentos processos, lhe tiraram tudo do pouco que tinham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi descrito neste artigo, de forma breve e generalista, os longos processos históricos e societários que a agricultura de base familiar percorreu, no mundo e no Brasil. Processos esses que foram dolorosos, permeados de conflitos e resistência, porém este sujeito coletivo, o agricultor de base familiar, ainda resiste à violenta batalha pelo direito de produzir e ter sua reprodução minimamente garantida.

Sobre a modernização, considera-se de grande importância a inserção tecnológica no campo, principalmente para reduzir o trabalho penoso á que está submetido muitos agricultores de base familiar. Porém, como sugere Martins (2001), o futuro depende amplamente do que as populações rurais tenham a propor. O que há de se construir, não poderá vir apenas das mentes dos chamados especialistas, mas que se considere e se enfatize as propostas levantadas por estes atores organizados, com acúmulos práticos e teóricos, onde somente eles podem decifrar, projetar e construir suas possibilidades diante de suas especificidades.

Os sujeitos da agricultura familiar não querem ser vistos como sinônimo de pena, muito menos o contrário, como uma vida romantizada diante da calmaria afastada da loucura urbana. Querem apenas serem respeitados como sujeitos que tem direitos frente ao Estado, pois são uma categoria muitas vezes relegada pelos governantes, mas quase toda comida no prato dos brasileiros vem das mãos e da terra dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

BRUM, A.. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Impactos sociais da modernização da agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** Estudos Avançados, n. 15 (43), 2001.

MARX, K. **O capital.** 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 (livro 1, vol. 2).

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária.** Estudos Avançados. São Paulo, 1999,

QUEIROZ, M. I. P. **Uma categoria rural esquecida.** [1963] In: WELCH, Clifford et al. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VEIGA, J. E. da. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília: v.13, n.3, 1996.

Capítulo

16

CONSTRUINDO “VERDADES”: A AÇÃO/ INTERDIÇÃO DA MEMÓRIA NA ATUAÇÃO DA CNV

KÁTIA GOMES DA SILVA AMARO

Docente da Educação Básica, SEDUC/MT. Doutoranda em História UFMT

LEONICE APARECIDA DE FATIMA ALVES PEREIRA MOURAD

Doutora em História, UNISINOS. Professora, UFSM

“Como é difícil dizer a verdade, já que por toda a parte a sufocam, dizê-la ou não parece à maioria uma simples questão de honestidade. Muitas pessoas pensam que quem diz a verdade só precisa de coragem. Esquecem a segunda dificuldade, a que consiste em descobri-la. Não se pode dizer que seja fácil encontrar a verdade” Bertolt Breacht (1934).

RESUMO: O presente artigo é parte de estudos que vem sendo desenvolvido pela primeira autora desde o mestrado, tendo como tema central a temática da memória coletiva resultante da ação da Comissão Nacional da Verdade – CNV foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve por finalidade apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, sendo um instrumento para a busca de “conhecer a verdade” dos fatos, o que realmente aconteceu pela via democrática, com base na justiça de transição. O presente artigo tem o objetivo de apresentar, com base na bibliografia especializada, alguns conceitos acerca das inúmeras possibilidades do conceito de memória, de forma a apresentar ao leitor o contexto desses debates.

PALAVRAS-CHAVE: Disputas Memorialísticas; Comissão Nacional da Verdade; Justiça de Transição.

ABSTRACT: This article is part of studies that have been developed by the first author since the master's degree, having as its central theme the theme of collective memory resulting from the action of the National Truth Commission - CNV was created by Law 12528/2011 and instituted in 16 May 2012. The purpose of the CNV was to investigate the serious violations of Human Rights that occurred between September 18, 1946 and October 5, 1988, being an instrument for the search to “know the truth” of the facts, what really happened democratic way, based on transitional justice. This article aims to present, based on the specialized bibliography, some concepts about the innumerable possibilities of the concept of memory, in order to present to the reader the context of these debates.

KEYWORDS: Memorial Disputes; National Truth Commission; Transitional Justice.

INTRODUÇÃO

Para Paula Maria Nasser Cury (2012) não é fácil tratar sobre verdade, pois o conceito é problematizado em diversas áreas do conhecimento com foco para discussões jurídicas, linguísticas e principalmente filosóficas, além de ser problemático no campo conceitual envolve também uma dimensão ética. No presente texto, que constitui um artigo de revisão, o conceito de verdade será apresentado enquanto uma dimensão da Justiça de Transição,

assim como a memória, visto que enfrentar o passado de violência significa conhecer a verdade em relação ao contexto de desrespeito aos direitos humanos.

APONTAMENTOS SOBRE A MEMÓRIA

No Brasil em um cenário de disputas políticas, ideológicas e busca por consolidação de memórias sobre a violação de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o trabalho da Comissão Nacional da Verdade se configurava como a possibilidade de “conhecer a verdade” dos fatos, o que realmente aconteceu pela via democrática.

Para Virgínea Soares e Renan Quinalha “O propósito essencial da verdade como valor democrático é permitir que se recorde um acontecimento violento para que se possa recuperá-lo enquanto memória viva, diante do que se torna possível registrar sua visibilidade pública e significá-lo como algo eticamente inaceitável ou que, ao menos, deva ser refletido coletivamente (SOARES, e QUINALHA, 2011, p. 268).

Mas Bertolt Brecht (1934) problematiza sobre os impasses que perpassam a vontade de dizer a “verdade” já que tal ato está também relacionado com ações sociais e vontades políticas. Neste sentido Michel Foucault (2012) um dos maiores críticos a respeito de se pensar sobre a busca sobre uma “verdade única”, destaca que tal objetivo é também uma busca por uma forma de dominação e poder.

No Brasil o relatório da Comissão Nacional da Verdade, resultou da orientação do terceiro Plano Nacional de direitos humanos em 2009, que estabeleceu necessária promover apurações e esclarecimentos sobre as violações de direitos humanos ocorridos durante períodos autoritários.

Em 2011 foram sancionados dois projetos de Lei n 12.527 (Lei de acesso a informação) que estabeleceu prazos máximos para a restrição do acesso a informação e documentos sigilosos, e a Lei n 12.528 que criou a Comissão Nacional da Verdade, e foi instituída com o objetivo principal de esclarecer acerca das violações aos direitos humanos cometidos durante 1946 a 1988, conforme verificamos quando da leitura da justificativa para a criação da comissão.

Instalada em maio de 2012, a Comissão Nacional da verdade procurou cumprir, ao longo de dois anos e meio de atividade, a tarefa que lhe foi estipulada na lei n 12.528, de novembro de 2011, que a instituiu. Empenhou-se, assim, em examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Com apoio de um diligente conjunto de consultores e assessores, e de colaboradores, nós, conselheiros da Comissão, por designação presidencial, dedicamo-nos à busca de um grande volume de documentos, tomamos centenas de depoimentos, realizamos audiências públicas por todo o território nacional, dialogamos intensamente com a sociedade, buscando fazer de nossa missão fator de mobilização da sociedade brasileira na defesa e na promoção dos direitos humanos. (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

O objetivo então segundo a Comissão Nacional da verdade¹³⁶ é esclarecer sobre as violações aos direitos humanos, promovendo tal debate na sociedade, e promover o direito à memória, e à verdade.

Para Rafael Negrelli o “direito a verdade” sobre fatos que envolvem violações de direitos humanos assume duas dimensões:

[...] o “direito à verdade” passou a ser definido como o de acesso à informação e ao conhecimento dos fatos, preenchendo uma necessidade social de confirmar oficialmente aquilo que foi durante muito tempo negado, e o “direito à memória” como o campo de atuação política para a construção de referências sociais sobre o passado (NEGRELLI, 2014, p. 105).

Neste sentido o direito a verdade apresenta correlação com o direito a memória e depende dos esclarecimentos dos fatos (CURY, 2012). “A verdade como referência e a memória como consequente (ou referida) não apenas preenchem o bem cultural de significado, mas demandam ações e medidas contra a repetição das violências. E a rememoração é uma das iniciativas que vincula o presente (democrático) e o passado (autoritário) (SOARES, e QUINALHA, 2011, p. 268).

Não podemos deixar de referir também o caráter social da memória, mesmo apresentando um caráter individual ela resulta da interação com outras pessoas, é uma ação subjetiva porque seleciona, organiza, sintetiza, e atua na preservação de experiências históricas, quando transformadas em senso comum se torna uma referência identitária, fazendo parte da cultura política de um país (PADRÓS, 2001, p.80).

¹³⁶ O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, foi organizado em três volumes; o primeiro Tomo é apresentado os métodos de trabalho, pesquisa utilizados pela comissão, destacando-se uma história constitucional e de contextualização do cenário político ditatorial; e as ações das organizações de repressão do Estado brasileiro. No segundo Tomo, trata-se da temática sobre os direitos humanos e as violações aos direitos humanos cometidos pelos agentes do estado contra os “perseguidos” políticos, são analisados os órgãos e os procedimentos da repressão no Brasil e exterior. Este divide-se em nove textos temáticos que tratam de violações de direitos contra: trabalhadores, militares, camponeses, estudantes, cristãos, indígenas, professores universitários, homossexuais. No terceiro Tomo apresenta-se um compilado biográfico com os nomes e dados das vítimas; desaparecidos e mortos políticos. São 434 biografias; a narrativa é linear e em sua introdução a Comissão Nacional da Verdade assume a inconclusão dos trabalhos, admitindo que esse número de desaparecidos e mortos não é definitivo. Esses volumes foram difundidos tanto no Brasil como para outros países.

Portanto, a memória não apresenta um caráter somente individual, mas é troca, resulta da troca, é sinônimo de coesão social, cultura política, a mesma é alvo de disputas dos diversos atores históricos, e os discursos que produzem o “senso comum” sobre um determinado fato histórico não é a realidade, a “verdade objetiva”, neste sentido precisa do historiador e sua “intervenção”.

E Keith Jenkins destaca:

A verdade age como um censor: estabelecendo limites. Sabemos que tais verdades não passam de “ficções úteis” que estão no discurso graças ao poder (alguém precisa pô-las e mantê-las ali) e que o poder usa o termo “verdade” para exercer controle; daí o regime da verdade. A verdade evita a desordem, e é esse medo da desordem (dos desordeiros), ou, para nos expressarmos de maneira positiva, é esse medo da liberdade (o medo de dar a liberdade a quem não a tem), o que vincula funcionalmente a verdade aos interesses materiais (JENKINS, 2001, p.59).

É necessário então destacar que o passado é utilizado de acordo com interesses e demandas do presente, e muitas vezes esse passado é “simulado” com objetivos específicos como: “melhorá-lo, melhorar as circunstâncias presentes (esvaziando os motivos que levaram a elas); assegurar a estabilidade do presente alterando (ou protegendo) o passado, evitando interferência de outros)” (PADRÓS, 2001, p. 85).

O historiador Jacques Le Goff (2003) adverte sobre o “perigo” para o que ele denomina de “história coletiva”, uma produção anacrônica, deformada, temática e baseada na memória coletiva, pois não “há neutralidade nos registros da memória” (PADRÓS, 2001, p.81). Le Goff (2003) defende a necessidade e a importância do ofício do historiador, em se contrapor a “historiografia tradicional” que muitas vezes é falseada a partir de uma dada memória coletiva e para atender determinados interesses políticos e sociais.

Maria Paula Araújo (2013) defende a importância para professores, alunos, e a própria escola em abordar a história sobre a ditadura civil-militar, mas ressalta que tal atitude é necessária para toda a sociedade, pois ao conhecer os fatos, as experiências desencadeadas pela ditadura, e analisar discutir, refletir sobre a nossa própria história traumática, poderemos de fato deixá-la no passado. E em nosso país percebemos “dispositivos políticos” legais que evitam conhecer a verdade ou atuam na contramão do “direito à verdade como direito à informação, ao conhecimento dos fatos” (CURY, 2012, p.290).

Os principais pesquisadores elegem, portanto, “a Lei de Anistia de 1979 como o primeiro marco fundamental do governo das memórias públicas sobre a ditadura civil-militar no Brasil, uma vez que ela cristalizou, no campo da justiça formal, a recusa da

responsabilização dos agentes da repressão pelas violências perpetradas sob o regime” (GALLAGHER, 2017, p. 56).

Assim como a elaboração da constituição de 1988 que representou uma “blindagem conservadora” afim de manter a lógica estabelecida anteriormente pelo regime, ou seja, a “soberania do país estava acima da cidadania e direitos humanos”, onde houve a elaboração da constituição a partir de interesses políticos autoritários em um jogo assimétrico de forças.

Mesmo com os ensaios na busca por reparação como a criação da Lei n 9.140 de 04 de dezembro de 1995 que reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de atuação política, e que originou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP) onde o Estado brasileiro assumiu sua responsabilidade. Mas em contrapartida não revogou a Lei de Anistia, nem estabeleceu responsabilidades jurídicas, e o “direito a verdade”.

Um marco importante na gestão das memórias públicas sobre as violações aos direitos humanos segundo Gallagher (2017) seria a criação da Comissão de Anistia em 2002 que institui a categoria de anistiado, perseguidos políticos; que previa indenização, reintegração de cargos para pessoas perseguidas politicamente, e que sofreram perseguição por fazer oposição ao governo ditatorial.

Deste modo o governo brasileiro ao longo das várias tentativas em gerir as políticas de memória buscou não “arcar” com o ônus e não assumir seus atos sobre as práticas de violência adotando caminhos para velar, e camuflar ações de violência. Ocorreu no Brasil em relação a implantação das políticas públicas de memória a busca por ações que blindavam para não ocorrer a responsabilização política e judicial para aqueles que violaram os direitos humanos (GASPAROTTO, 2013).

Por exemplo a redação da Lei n 10.559 que regulamenta o artigo 8 das Disposições Transitórias e garante a anistia política, aqueles que sofreram com a repressão política são denominados como: “atingidos, impedidos, punidos, demitidos”, não foram nomeados como torturados, mortos, desaparecidos, fica implícito sua condição de vítima. A lei que regulamenta e viabiliza as ações de reparação não menciona as práticas de violência e torturas sofridas pelos opositores ao regime, onde adotou-se uma “política de memória evasiva” buscando não nomear as vítimas como tal, mas sim nomeá-las como indenizados (GALLAGHER, 2017, p. 67).

O que se produz nas palavras de Queiroz:

Memórias-raízes que se constituem como uma das vozes enunciativas do pensamento dominante. Instituído-se como um dos dispositivos de regulação do social que hoje age como engrenagem da guerra contra o

outro, por meio da ação que essas representações exercem sobre os processos de subjetivação que nos conduzem, embora nos produzam como sujeitos que se pensam agindo em liberdade (QUEIROZ, 2019, p. 66).

Para a historiadora as memórias produzidas pelo Estado brasileiro democrático foram centralizadas no “corpo-vítima de esquerda”, fundamentadas na interpretação de variados dispositivos jurídicos (Anistia), dentre outros, e por ações e gestão de memórias, materializadas nas ações da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia, Comissão Nacional da Verdade, que atuaram para a conservação do Estado e para a produção de subjetividades binárias (nós e as vítimas políticas). Produzindo uma “verdade histórica”, e representações individuais e coletivas que se disseminam no social (QUEIROZ, 2019, p.41). E criam uma “vontade de verdade”.

O que impede de dizerem-se certas coisas e permite expressarem-se apenas coisas específicas é o poder, a verdade fica na dependência de alguém ter poder para torna-la verdadeira. É assim que fazem o conceito de verdade (não importando se tal “verdade” é mesmo verdadeira) funciona como um censor (JENKINS, 2001, p.59).

Para Mateus Henrique de Faria Pereira (2015) a capacidade de negação e revisionismo que envolve os acontecimentos desencadeados pela ditadura civil-militar, “a poliformia da negação brasileira não é apenas uma negação inconsciente, nos termos analisados por Freud. A negação brasileira é, também, uma negação linguística, pública e ideológica” (PERERIA, 2015, p. 16).

Neste sentido Paul Ricoeur (2007) chama a atenção sobre a “ideologização da memória” que é possível ocorrer através do trabalho de configuração da narrativa. Segundo o filósofo:

A ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refrigerando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (RICOEUR, 2007, p. 455).

Friedrich Nietzsche (2005) em seu texto “Considerações Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”, problematiza a utilidade da história para a vida criticando a constituição do conhecimento histórico do século XIX que busca “cristalizar” o passado. Para Nietzsche o passado deve servir para o futuro, assim defende que as experiências do passado se tornem objeto de conhecimento a ser pensados e refletidos, e o passado assim ganha um caráter de ensinamento. “Portanto conhecer o passado e a verdade dos fatos é primordial já que “a verdade deve ser usada como valor de referência que tem por finalidade recuperar esse passado de graves violações de direitos humanos para enriquecer e transformar o presente” (SOARES, e QUINALHA, 2011, p. 268).

Esse também é o entendimento estampado na diretiva da Organização das Nações Unidas, datada de 2005 e chamada de Conjunto de princípios atualizados para a proteção e a promoção dos direitos humanos na luta contra a impunidade, que foi produzida por sua Comissão de Direitos Humanos. Nesse documento, é reconhecido que os povos têm não apenas o “direito inalienável” de conhecer a verdade a respeito de crimes do passado, mas também que os Estados têm o dever de recordar esses acontecimentos. (SOARES, e QUINALHA, 2011, p. 269).

Segundo Pereira (2015) a questão do negacionismo e do revisionismo sobre a história da ditadura no Brasil ganham força e são alimentados em grande medida pela impunidade respaldada pela Lei de Anistia, e funcionam como o autor destaca pela falta de arrependimento por parte daqueles que cometeram as violações aos direitos humanos. E, portanto:

A negação e certos revisionismos produzem a sobre, a não inscrição. Assim, seu sentido estrutural é impedir algum tipo de produção de visibilidade. Toda e qualquer possibilidade de criação de visibilidade é combatida, mormente daqueles que não eram ou não são vistos, que foram ou são cotidianamente apagados, ontem e hoje (PEREIRA, 2015, p. 886).

Para Silvia Brandão a ditadura civil-militar criou “regimes de subjetivação” durante sua vigência 1964-1985 que se modificaram, mas ainda atuam e afetam nosso presente. Segundo a autora os “regimes de subjetivação” que são edificadas, transformadas pelo o que ela denomina “máquinas de memórias democráticas” ganharam novas roupagens e engrenagens. A partir das leituras de Gilles Deleuze e Félix Guatari a historiadora forja seu conceito:

[...] entendemos por maquinismos as composições, os agenciamentos coletivos em que cada um de nós é envolvido e “reproduz o enunciado quando acredita falar em seu nome, [...]”. Todo enunciado é produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de agentes coletivos de enunciação”, que não se confundem com povos ou sociedades, mas se constituem em multiplicidades sem sujeito ou objeto (apud QUEIROZ, 2019, p. 29).

Tais subjetividades são alimentadas pelo “bloqueio de justiça” que podem ser exemplificadas pela impunidade, ou teoria dos dois demônios, ou discurso da reconciliação, resquícios da ditadura que foram mantidas e atualizadas na democracia e que gera a baixa percepção social do que é a ditadura militar e quais efeitos e como ela age na sociedade:

[...] desde a ditadura maquinismos necropolíticos ocultam assassinatos, escondem registros e enfraquecem a potência de metamorfose das narrativas menores; ao mesmo tempo que máquinas de memória menores teimosamente denunciam as estratégias de produção da morte e seu ocultamento, que atingiram corpos militantes e afetam seus familiares, embora também tenham abrangido outros corpos e subjetividades. (QUEIROZ, 2019, p.246).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a atingir múltiplas camadas sociais, agora o inimigo do Estado são os pobres, da periferia, os negros, os indígenas, os drogados, os moradores de rua, enfim lidamos diariamente com a naturalização e banalização da violência. Ou seja, um passado que persiste diante do aumento dos pedidos do retorno da ditadura civil-militar como solução para o país, uma solução contra a corrupção, a violência urbana, a crise econômica, a defesa da família.

Percebemos um embate em torno dos discursos que envolvem as violações de direitos humanos, e uma busca pela consolidação de “verdades” sobre os acontecimentos de violência, uma “verdade” / discurso defendida pelas famílias das vítimas, ou por exemplo a “verdade” / discurso defendida pelos militares, afirmando que ocorreram apenas algumas ações extremadas pelo uso da força e não a ação sistemática de violações aos direitos humanos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014), um discurso criticado pela Comissão Nacional da verdade. Neste sentido a verdade sobre um determinado acontecimento histórico não são imparciais, ou neutras, são também construções sociais e muda de acordo com o contexto onde os indivíduos estão inseridos.

Desta forma notamos cada vez mais a importância do debate sobre as violações de direitos humanos, a justiça de transição e a educação. Para Lucia de Fátima Guerra Ferreira e Giuseppe Tosi a justiça de transição “não se trata simplesmente de “direitos” no sentido estritamente jurídico da palavra, mas de um conjunto de “valores” que implica várias dimensões” como a dimensão ética, a dimensão jurídica, a dimensão política, a dimensão social, a dimensão cultural e a dimensão educativa (2013, p. 42). Os autores destacam o caráter complexo das dimensões que devem estar em sintonia, e estabelecendo conexões. Diante do exposto a escola deve ser lugar plural de discussões a privilegiar uma educação para e em direitos humanos, que tenha efetivamente um compromisso com a memória coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. P. N.. O ensino da Ditadura Militar nas escolas: Problemas e Propostas de Trabalho. In: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, SILVA, Izabel Pimenta da, SANTOS, Desiree dos Reis (orgs.) **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 9-10.

BRECHT, B. - **As cinco dificuldades para escrever a verdade**. Disponível em: <<http://resistir.info/>>. acesso em 13 abril. 2022.

CERTEAU, M..Operação Historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CNV. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. V. I. Brasília: CNV, 2014.

CURY, P. M. N. Comissão Da Verdade: Análise Do Caso Brasileiro. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça. – N. 7 (jan. / jun. 2012). – Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 289.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder, in: **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 25ª edição, 2012, p. 1-14.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Edições Loyola. São Paulo, 1996.

GALLAGHER, J. D. L. **De muitas verdades a uma: histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

JENKINS, K. **A História Repensada**. São Paulo. Contexto, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

NEGRELLI, R. **O Direito à memória é à Verdade Histórica como Direito Fundamental Coletivo e a sua Proteção nos Instrumentos de Justiça Transicional no Brasil 27/03/2014 228 f.** Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, Piracicaba Biblioteca Depositária: Biblioteca da UNIMEP, 2014.

NIETZSCHE, F. Considerações Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 67-178.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

PADRÓS, E. S. Usos da Memória e do Esquecimento na História. **Letras** Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Letras. N. 22 (Literatura e Autoritarismo) - (Jan.-Jun. de 2001), p. 79-95

QUEIROZ, S. M. B. **As máquinas de memória: o corpo-vítima da ditadura militar brasileira como peça dos processos de subjetivação do contemporâneo**. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos, São Paulo, 2019.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007.

SOARES, I. V. P. QUINALHA, R. H. A Memória E Seus Abrigos: Considerações Sobre Os Lugares De Memória E Seus Valores De Referência. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça. – N. 4 (jul. / dez. 2010). – Brasília : Ministério da Justiça, 2011, p. 254

PEREIRA, M. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set.-dez. 2015.

Capítulo

17

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O DISCURSO MIDIÁTICO ACERCA DO CASO RICHTHOFEN

PAULA THAÍS PAIVA DE ALMEIDA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

STAMBERG JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Esta pesquisa debruça-se sobre a construção jurisprudencial do Direito ao Esquecimento no Brasil e no mundo, questionando sua legitimidade e aplicabilidade em um dos crimes mais remanescentes na memória e imaginário deste país, o assassinato do casal Richthofen, arquitetado pela filha Suzane. Este trabalho¹³⁷ identificou, exploratória e dedutivamente, a partir do caso em análise, elementos discursivos caracterizados pela moralização dos sujeitos e seus atos, além da condenação eterna destes na razão jurídica e na linguagem midiática das reportagens aqui estudadas, razão pela qual os resultados indicaram a possibilidade de aplicação da teoria do esquecimento ao caso Richthofen.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao Esquecimento. Estigma. Memória. Esquecimento. Telejornalismo.

ABSTRACT: This research focuses on the jurisprudential construction of the Right to Oblivion in Brazil and in the world, questioning its legitimacy and applicability in one of the most remaining crimes in the memory and imagination of this country, the murder of the Richthofen couple, engineered by their daughter Suzane. Thus, this research identified, exploratory and deductively, from the case under analysis, discursive elements characterized by the moralization of the subjects and their acts, in addition to their eternal condemnation in legal reason and in the media language of the reports studied here, which is why the results indicated the possibility of applying the theory of forgetting to the Richthofen case.

KEYWORDS: Right to Oblivion. Stigma. Memory. Forgetfulness. Television Journalism.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais e tecnológicas, próprias ao processo disruptivo da modernização, instituíram um novo momento na história da vida humana, chamado por Castells (2000) de Sociedade da Informação, ou seja, aquela cuja informação sustenta o pilar fundamental das dinâmicas sociais. Marcada pelo desenvolvimento de tecnologias da comunicação e informação, notadamente através da popularização da *internet*, essa nova era da experiência humana oportunizou a guarda e retomada ilimitada de dados, bem como possibilitou maiores conexões e interatividades no corpo social. Com isso, surgiram questões que demandam novas reflexões de cunho político, jurídico e econômico acerca desse rearranjo social na modernidade.

Diante da nova realidade fática, emergiram debates no âmbito jurídico acerca da proteção da personalidade do indivíduo frente ao uso de informações de caráter pessoal

¹³⁷ Esta pesquisa é parte da dissertação da mestra Paula Thaís Paiva de Almeida, publicada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte sob o título "Lembrar de Esquecer: o direito ao esquecimento e o discurso midiático acerca do caso Richthofen",

pelos *medias*, posto que atualmente, tanto a imagem como a vida pregressa de uma pessoa podem ser objeto de eterna exposição e compartilhamento, na maior parte das vezes sem autorização desta. Nesse cenário, o Direito ao Esquecimento – entendido como a possibilidade que uma pessoa tem de controlar os usos de seus dados antigos – tem sido objeto de reflexão de inúmeros estudiosos das ciências jurídicas. O conceito também tem sido tema de debate nos tribunais superiores, responsáveis pelo deslinde de questões fundamentais de ordem constitucional, que versam, principalmente, sobre temas relacionados à tutela da dignidade da pessoa humana.

Atualmente, não é raro encontrar, seja através de uma rápida pesquisa na internet, ou mesmo por meio de plataformas de entretenimento, informações acerca da vida pregressa de pessoas que figuraram como agentes ou vítimas de crimes que ganharam grande notoriedade, em razão da exposição midiática ao longo dos anos. Isso pode gerar a eterna estigmatização do indivíduo perante a sociedade, prejudicando o desenvolvimento saudável de suas atividades e relações.

Nesta pesquisa, como forma de refletir acerca da aplicação do Direito ao Esquecimento, em consonância com nossos diplomas legais nos chamados “crimes que chocaram o país”, nos debruçamos na análise exploratória do discurso midiático sobre o famoso assassinato do casal Manfred e Marísia Von Richthofen, orquestrado por sua filha Suzane Von Richthofen e executado por Cristian e Daniel Cravinhos, em outubro de 2002. Como veremos no decorrer do trabalho através das fontes apontadas, a repercussão do caso ainda é demonstrada através de recentes *posts* da internet, bem como de recentes notícias sobre problemas psicológicos enfrentados por Andreas Von Richthofen – o outro filho do casal – quase duas décadas após a ocorrência do crime.

A perseguição empenhada pelas mídias sobre os acontecimentos que culminaram na morte dos Richthofen demonstra a importância de se debater o direito à tutela da personalidade, frente aos usos dos acontecimentos privados pela atividade midiática. Para os que militam contra a aplicação do Direito ao Esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, a possibilidade de limitação pelo poder judiciário do que pode ou não pode ser publicado acerca de um acontecimento passado da vida de um indivíduo, soaria como uma forma de censura, principalmente pelo fato de o Brasil ter passado por um período de ditadura militar (1964-1985), na qual a censura sobre a produção artística, jornalística e científica era prática recorrente.

Com base em todos esses elementos que permeiam o caso Richthofen e sua atualidade, bem como a doutrina e a jurisprudência atuais que versam sobre o Direito ao Esquecimento, nossa pesquisa desdobrou-se perseguindo as seguintes questões: É

possível a aplicação do Direito ao Esquecimento ao caso Richthofen? O que é de interesse público e de interesse meramente do público? A vida pregressa de qualquer indivíduo pode ser considerada objeto para fins historiográficos na construção de uma memória coletiva? O direito à liberdade de expressão é um direito absoluto conferido à atividade midiática?

Nossos procedimentos metodológicos coadunam a revisão bibliográfica, o estudo de caso concreto e a análise documental de leis e jurisprudência, o que possibilitou o desenvolvimento de uma pesquisa de abordagem qualitativa e intuito exploratório. Além disso, foi empregado o método dedutivo, uma vez que, através das fontes utilizadas, visou-se chegar a uma conclusão acerca da existência dos critérios para a aplicação da teoria do Direito ao Esquecimento sobre o caso Richthofen.

ESTIGMA, MÍDIA E ESQUECIMENTO

Sabe-se que cada ser humano é sujeito de uma relação de dependência na qual a estima, o reconhecimento e o respeito vindos do olhar do outro, são condições *sine qua non* para o desenvolvimento e realização da personalidade. Esta, só é desenvolvida por meio das relações humanas, da nossa relação com o outro, devendo ser guiada de modo que nenhum indivíduo sofra privações no exercício de si. Dentre essas adversidades que limitam a convivência em sociedade e a formação do sujeito, encontra-se a questão do estigma. O estigma sobre uma pessoa faz com que ela se torne inabilitada para uma aceitação social plena, notadamente quando esse estigma está relacionado à alguma falha de caráter.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. [...] Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. (GOFFMAN, 2004, p.5)

Segundo Goffman (2004), cada sociedade estabelece os critérios de aceitação e os meios de categorizar pessoas, ou seja, o modo como o indivíduo que está a nossa frente deve ser. Assim, uma pessoa estigmatizada será considerada pela sociedade como uma pessoa estragada ou diminuída. O termo estigma é, portanto, um atributo profundamente depreciativo. É importante que se diga que um estigma, para ser reconhecido como tal, necessita estar envolto em uma série de relações sociais, pois o que é depreciativo em uma sociedade, pode não ser em outra

Desta forma, o estigma reflete a *informação social* sobre o indivíduo, devendo esta ser entendida como a informação mais importante sobre o este, em que constem suas

características permanentes, ao contrário de estados de espírito, sentimentos e intenções que ele pode ter em um momento específico. A constante repetição pelos veículos de comunicação, ou a mera disposição da informação indesejada em sites de busca, faz com que a informação social a respeito do indivíduo se resuma justamente àquele aspecto negativo de seu passado, como se sua narrativa pessoal se resumisse unicamente à um acontecimento vexatório ou doloroso, desconsiderando o caráter mutável da personalidade humana.

A produção de estigmas custou muito à História. Grandes violações de direitos humanos foram justificadas por características supervalorizadas sobre os indivíduos. “Bruxas”, “negros”, “judeus”, são estigmas bastante conhecidos e responsáveis por grandes atrocidades que se caracterizaram pela exclusão social e a descartabilidade da vida humana. Notadamente, após as atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial contra a dignidade humana, sentiu-se a necessidade de evoluir na proteção de uma categoria de direitos básicos reconhecida fundamentalmente, que fosse capaz de salvaguardar a personalidade humana.

Pode-se afirmar que as maiores colaborações a respeito do tema vieram do Direito Alemão, talvez pelo fato de que lá foi empreendido um dos maiores desmandos contra a humanidade (FARIAS; ROSENVALD, 2012). Segundo Telles Jr. (1972) citado por Diniz (2012), tanto é assim que, ordenamentos jurídicos ao redor do mundo estabeleceram suas formas de tutelar a personalidade humana, os chamados Direitos da Personalidade, que podem ser conceituados como direitos da subjetividade humana de proteger o que lhe é próprio, ou seja, a honra, a imagem, a privacidade, a intimidade, a sociabilidade e a reputação.

Desta forma, os chamados direitos da personalidade estão diretamente relacionados à nossa necessidade de aprovação pelos semelhantes. A dimensão ética começa quando outra pessoa está presente, pois toda lei jurídica normatiza relações interpessoais, assim, é a opinião do outro que nos define e nos forma. Neste ponto, cabe dar visibilidade às palavras de Eco (1995), segundo as quais, até mesmo aquele que tenha se envolvido nos fatos mais reprováveis pela sociedade, necessita, em alguma medida, do respeito social.

O direito ao esquecimento surge, assim, da pretensão de evitar que o estigma sobre determinada pessoa – alimentado pela repetição das narrativas sobre um fato através das mais diversas materialidades – fique sempre na memória dos que a conhecem, impedindo o desenvolvimento de sua personalidade no seio social. Ele proclama a vontade de reintegração social de indivíduos que cometeram crimes, e se voltaram contra a memória gerada em razão da constante revisitação do fato, fazendo com que este jamais fosse

esquecido. As discussões acerca da possibilidade de o indivíduo proteger-se juridicamente da assídua exposição midiática, no sentido de proibir a veiculação repetida de notícias depreciativas a seu respeito, justificaram-se em razão da possibilidade de a personalidade do sujeito ficar sob o constante julgo da opinião pública, o que poderia limitar sua convivência em sociedade¹³⁸.

Ao estruturar narrativas sobre o real, o jornalismo pode dar visibilidade a algumas vozes e silenciar outras, lançando luz sobre algo e escuridão no corolário deste (SILVA JR.; COSTA, 2020). A relação do que se diz com o que não se diz sobre determinado fato ou pessoa, produz um discurso, e por esse discurso, formado pelo jogo da escolha entre o dizer e o silêncio, é que a mídia constrói narrativas que podem se tornar eternas. Embora a mídia possa coparticipar na pluralidade de ideias e defesa da democracia, a prática profissional pode gerir interpretações linguísticas e imagéticas que estigmatizam sujeitos e os relegam à eternização de seus atos pregressos.

Na linguagem simbólica que produz, o jornalismo transmite mensagens que são repetidas, apreendidas e assimiladas pelos receptores. Isso pode intervir na forma em que estes se comportam, sentem, observam e pensam o mundo, já que essas mensagens podem vir a formar a subjetividade dos indivíduos. Dentre as práticas profissionais do jornalismo, aquela que acontece na televisão ainda parece ser uma das principais fontes de informação com credibilidade do público em geral, frente às novas tecnologias de mídias. Mas, será que o discurso ali propagado está em consonância com os direitos da personalidade dos indivíduos, com a dignidade da pessoa humana?

Como se sabe, o dever do judiciário é punir a ação daquele que cometeu um crime, não julgar moralmente o caráter ou personalidade, nem o condenar eternamente por tais atos. Esse, porém, parece ser um dos problemas do telejornalismo, conforme demonstraremos a seguir. A partir da análise exploratória das regularidades discursivas das reportagens de distintas emissoras, conforme a tabela abaixo, relacionamo-la a categorias que nos fará investigar acerca da aplicação ou não do Direito ao Esquecimento sobre o caso Richthofen. Escolhemos sete reportagens, em diferentes anos de exibição, justamente para a avaliação dos discursos em diferentes períodos dos quase 20 anos após o crime.

Após a decupagem do material e transcrição dos discursos, optamos por selecionar elementos essenciais que serviram como base para avaliarmos, posteriormente, os critérios

¹³⁸ “As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Por isso, os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica” (THOMPSON, 2001, p. 31).

de aplicação do Direito ao Esquecimento. Tal seleção se desenvolveu por meio da análise de materialidades produzidas sobre o caso, pelas quais buscamos identificar possíveis regularidades nos discursos que incidam diretamente sobre os direitos da personalidade dos protagonistas ou que tratem de questões controversas sobre o tema do esquecimento no Brasil.

Quadro 1 – Reportagens de diferentes emissoras sobre o Caso Richthofen

	Título da reportagem	Emissora	Ano de Exibição	Link
Reportagem 1	Suzane, Daniel e Cristian confessam o assassinato do casal Richthofen	TV Globo (Jornal Nacional)	2002	https://www.youtube.com/watch?v=bly7Zi0OGls
Reportagem 2	Julgamento do caso Richthofen	TV Cultura	2003	https://www.youtube.com/watch?v=xLRU9WY2E4U
Reportagem 3	Entrevista de Suzane Von Richthofen ao Fantástico	TV Globo (Programa Fantástico)	2006	https://www.youtube.com/watch?v=8Mj4qVm5teU
Reportagem 4	Herança deixada pelo casal Richthofen vale R\$ 11 milhões	TV Globo (Programa Fantástico)	2011	https://www.youtube.com/watch?v=0I5EpHOPll4
Reportagem 5	Cristian Cravinhos fala sobre o assassinato do casal Von Richthofen	TV Record (Jornal Hoje em Dia)	2013	https://www.youtube.com/watch?v=4IQvhITHPmg
Reportagem 6	Andreas Von Richthofen recebe visita de tio em clínica de reabilitação	TV Record (Jornal Hoje em Dia)	2017	https://www.youtube.com/watch?v=BNsg7-xFeuU
Reportagem 7	Carla Diaz explica suposta recusa de encontrar Suzane Von Richthofen na prisão	TV SBT	2019	https://www.youtube.com/watch?v=JG6pjm7_Hc

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Sumariamente, entendemos o episódio do assassinato do casal paulista Manfred e Marísia Von Richthofen, ocorrido no final de outubro de 2002, como um acontecimento jurídico e, sobretudo, midiático, cuja historicidade levanta a problemática do direito ao esquecimento. Desde a data de 31 de outubro de 2002, os brasileiros estão familiarizados com o caso em tela, e desde que o crime ocorreu, o histórico de coisas ditas sobre o caso, não cessou de alimentar nossa memória e nosso imaginário.

O assassinato do casal, de origem alemã, formado por um engenheiro civil e uma médica psiquiatra, residentes no bairro nobre do Brooklin, zona sul de São Paulo, despertou a comoção nacional, notadamente por constituir um fato que não se espera ocorrer na

localidade, muito menos com uma família de classe média alta e da forma violenta como se deu (espancamento e asfixia). Essa é a visão geral que se teve do acontecimento. Categorizamos as notícias supracitadas a partir do que foi dito pelos repórteres, entrevistados ou pelo apresentador do programa, conforme segue abaixo.

MORALIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO DOS CULPADOS

O discurso realizado em qualquer meio, sobretudo no jornalismo, nunca é neutro. Bourdieu (1983, p.162) já afirmava “escutar é crer”, portanto, o que se diz acerca de quem está envolvido em um caso como este, pode fazer com que os espectadores passem a crer naquilo que está sendo transmitido. Quando as reportagens enfatizam a condição socioeconômica da família de Suzane, e da própria autora do crime, avaliamos que há uma espécie de descrença no ato da jovem pelo fato de aquela possuir riqueza material e ainda assim ter realizado tal infração. Isso pode ser percebido, por exemplo, na ênfase que a reportagem 1 dá às diferenças de capital cultural e simbólico entre os acusados. “A caminho da cela de uma delegacia, Suzane Von Richthofen: 19 anos, *estudante de Direito, fluente em três línguas*. A caminho de um presídio, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, 21 anos, *desempregado*” (TV GLOBO, 2002, grifo nosso).

Se é certo que no discurso estão envolvidas dimensões formais e informais, tais como, a entonação, as cores (no caso da imagem), etc., percebemos claramente uma semântica em que a própria retórica construída pela notícia visa segregar mundos distintos, na tentativa de criminalizar aquela que seria menos propensa ao crime e que ainda assim o realiza. Essa ênfase também aparece na reportagem 3, que chama Suzane de “a menina *bem nascida* que é acusada de tramar a morte dos pais” (TV GLOBO, 2006, grifo nosso). Tais recursos explicitam a intenção jornalística de mostrar aos telespectadores, que o fato ocorreu com pessoas que se encontram, em razão de sua posição social, fora de uma realidade propensa ao crime, aspecto que já encaminha particularidades no modo como o acontecimento ao longo dos anos foi sendo escrito.

O assassinato de um casal no bairro do Brooklin, em São Paulo, realizado por golpes na cabeça, logo chamou a atenção da sociedade, e o que mais impressionava era a condição financeira do casal e as qualificações de Suzane, onde a mídia viu uma situação perfeita para obter audiência e noticiar qualquer informação relacionada a ela (MICHETTI, 2018). Toda a atenção foi voltada à Suzane, que era vista como a mandante do crime. Durante as investigações, as reportagens referidas a ela ganharam títulos escandalosos e exagerados como: “monstro em casa”, “matou os pais e foi para o motel” e “assassina fria

e louca por sexo” (MICHETTI, 2018, p. 31).

A caracterização dos delinquentes como ‘marginais’, ‘predadores’, ‘monstros sexuais’, ‘maus’ ou ‘malvados’, membros de uma ‘sub-classe’, cada um deles “sendo o ‘inimigo marcado’, em uma cultura dominante que exalta os valores da família, a iniciativa individual e os limites da assistência social” (GARLAND, 1999, p. 74-75), tenta transformar em “choque” um crime cometido por alguém que parecia estar fora desse meio. Outro aspecto importante é o destaque ao caráter fictício ou não das declarações dadas por Suzane à reportagem. O mesmo não acontece com os outros acusados, Daniel e Cristian. Na reportagem 3, por exemplo, isso é ressaltado ao se dizer que “Dois diálogos gravados pelo Fantástico, mostraram que o que Suzane falou era uma farsa, e como ela foi montada. O advogado pede para ela chorar, ela diz que não vai conseguir, e mesmo assim chora na entrevista” (TV GLOBO, 2006). O poder midiático dessa reportagem foi tão incisivo que gerou, por parte do juiz, o impedimento da condenada ao regime semiaberto.

Na reportagem 4, também há ênfase em uma possível posição mimética de Suzane. “Onze vezes ela pareceu chorar diante da câmera: *nenhuma* lágrima. [...] Surge assim, um retrato de quem é essa jovem que, aos 19 anos planejou o assassinato dos próprios pais junto com o namorado e o irmão dele” (TV GLOBO, 2011, grifo nosso). Em todas as outras reportagens, exceto na 4, não se ressalta que os casos de assassinato por herança são comuns no país. Na edição supracitada, são apresentados outros crimes de natureza semelhantes aos da morte do casal Richthofen. Nas outras, no entanto, o caso é tratado como uma excepcionalidade.

Desde o ocorrido, a intimidade da família Richthofen foi acompanhada de maneira inédita em relação aos outros crimes da mesma natureza, alimentando a curiosidade pública sobre as particularidades de uma família aparentemente blindada de tais eventos trágicos, conforme observa Michetti (2018, p. 32):

A revista ISTOÉ, sob o mesmo ponto de vista, em sua edição nº 172, utilizava a foto da família Richthofen como capa, que recebia a seguinte manchete: por que ela matou os pais? No interior da revista, a reportagem “esta menina matou os pais” narra com detalhes as memórias da família, as habilidades de cada um, os desentendimentos, como ocorreu o assassinato e até mesmo, o salário das vítimas. A reportagem em questão combinava todas estas informações com fotos da cena do crime e fotos particulares.

Para o estudioso da comunicação, Nelson Traquina (2005), o critério de seleção das notícias, e o modo como serão conduzidas é de suma importância para o processo de formação daquilo que é chamado de “valor da notícia”. Segundo o autor, a imprensa tende a atribuir valores e critérios para selecionar o que é mais importante para o interesse público e social. “A partir dessa associação, o valor/notícia passa a ser a tônica para escolher qual

notícia causa a maior repercussão” (TRAQUINA, 2005, p. 05).

Por tratar-se de uma atividade genuinamente discursiva, ao classificar os fatos segundo critérios substantivos e contextuais, o jornalismo pauta como determinado fato será interpretado, o que será omitido e o que será revelado. Com o ato de dizer, apagam-se necessariamente outros sentidos possíveis, sentidos esses indesejados, e por isso, evitados, formando um acontecimento discursivo já dado. Nesse jogo enunciativo, tudo o que se diz sobre Suzane é selecionado a partir da criação da imagem de uma criminosa que foge aos padrões do que seja um criminoso, o que atribui uma roupagem a Suzane de criminosa por excelência, por vocação, vez que “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis” (ORLANDI, 2007, p. 74).

Para Bourdieu (1983, p. 53), assim, “a intenção expressiva, a maneira de realizá-la e as condições de sua realização”, são pontos nevrálgicos na estrutura linguística que compõe o discurso. Portanto, a implicação de circulação pública do jornalismo em formas simbólicas, pode gerar elementos de fixação e transmissão de mensagens que influenciam direta ou indiretamente a agenda da opinião pública, inclusive no âmbito jurídico, como foi neste caso. As expressões, “brutal”, “atrocidade”, “crueldade”, crime ocorrido no “dia das bruxas”, crime que “chocou o país”, aparecem, por exemplo, respectivamente, nas reportagens 1; 5; 2; 2; e 7. Para Perigago (2004), esses elementos discursivos podem criar situações que aumentam o potencial de um fato, para que ele se torne mais fluente aos olhos do telespectador.

Esse processo pode transformar a telenotícia em um espetáculo de ficção, pois, “em determinadas situações até elementos da dramaturgia como a tensão dramática, a identificação com o herói ou com o vilão, as expressões oral e facial são utilizadas para sensibilizar o telespectador” (PERIGAGO, 2004, p. 11).

Para Perigago (2004, p.5), a espetacularização da notícia policial “por meio de métodos extraídos do sensacionalismo, hiper-realismo e dramaturgia, vulgariza a TV, diminui a credibilidade do jornalista e falseia o conteúdo do fato diante da realidade”. A violência, assim, “com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns banais e instaladas” (PORTO, 2002, p. 15).

O próprio Cristian Cravinhos fala, na reportagem 5, sobre o estigma que recebeu do poder midiático no crime em que cometeu. Dez anos e meio após cumprir a pena em regime progressivo, o executor do crime declara que: “o que foi feito foi uma *atrocidade*, foi um erro. A *própria imprensa*, pela minha atitude, fez com que eu ficasse com esse *estigma*. [...] Quero mostrar pra sociedade que o que aconteceu foi um erro e que isso nunca retornará

a acontecer” (TV RECORD, 2013, grifo nosso).

É de suma importância para o nosso estudo apontar não só as formas, os enunciados e os tons usados na exposição do caso aos brasileiros visando à construção da imagem dos envolvidos, mas também o fato de que houve e ainda há um acompanhamento detalhado do caso através do tempo. Após quase vinte anos do desfecho sobre o mistério do crime e da prisão dos culpados, temos uma infinidade de manchetes, reportagens, livros, documentários, fotografias e até produções cinematográficas que constituem um acervo impossível de ser exposto e esgotado em um trabalho acadêmico, qualquer que este seja.

Além disso, a imagem física dos envolvidos, e até dos não envolvidos – como é o caso de Andreas, irmão de Suzane – constitui outro forte elemento de fixação na memória dos brasileiros. Afirma Huberman (2012, p. 38) que “a fotografia está em parte ligada à imagem e à memória: possui por isso o seu eminente poder epidérmico”. Razão pela qual, ao trazer novamente as imagens das vítimas, dos familiares e, principalmente, de Suzane, a mídia fixa em nossa lembrança o rosto de cada um desses, à revelia das mudanças físicas causadas pelo tempo, o que gera um reconhecimento da sociedade em qualquer lugar que estejam.

É importante lembrar que a imagem do indivíduo, compreendida não só quanto à fama ou a honra, mas também quanto aos aspectos físicos, são bens jurídicos tutelados por diversos diplomas legais pátrios, como o Código Civil e a Constituição Brasileira sob o título de direitos da personalidade, criados para proteger e garantir a dignidade da pessoa humana. Sob esse argumento, segundo Martins (2021) redator da Folha de São Paulo, Suzane Von Richthofen foi à justiça tentar impedir a veiculação dos filmes simultâneos “A menina que matou os pais” e “O menino que matou meus pais”, produzidos com base nos depoimentos dela e de Daniel Cravinhos nos autos do processo que os condenou no ano de 2006. Com base na recente decisão do STF a justiça mais uma vez negou o pedido de Suzane afirmando que ela não teria o direito de ser esquecida, vez que os filmes foram produzidos com base em elementos contidos em arquivos públicos.

Dessa forma, na sociedade da informação, onde tudo é dito e lembrado, “a pretensão ao direito ao esquecimento se agigantou, em face da moldura original, como uma reação à invasão da privacidade, do espaço individual, do controle sobre a vida pessoal, e, muitas vezes, da própria identidade” (STF - RE: 1.010.606 RJ, Relator: Dias Toffoli, Data de Julgamento: 11/02/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/05/2021, p. 47). Nesse cenário, Toffoli afirmou que o direito à manifestação do pensamento pode ceder nos casos em que impliquem perigo evidente e atual, capaz de produzir males gravíssimos:

E em que situações se identifica esse perigo? A meu ver, a manifestação do pensamento, por mais relevante que seja, não deve respaldar a alimentação do ódio, da intolerância e da desinformação. Essas situações representam o exercício abusivo desse direito, por atentarem sobretudo contra o princípio democrático, que compreende o equilíbrio dinâmico entre as opiniões contrárias, o pluralismo, o respeito às diferenças e a tolerância (STF - RE: 1.010.606 RJ, Relator: Dias Toffoli, Data de Julgamento: 11/02/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/05/2021, p. 52).

Diante das declarações do ministro relator, convém questionar: a constante repetição e reafirmação da culpa de um criminoso, como Suzane Von Richthofen, ou a constante revisitação de um episódio traumático, como no caso de Andreas Von Richthofen, não finda por alimentar o ódio e a intolerância na memória social?

É necessário buscar a proteção da personalidade pela via da responsabilidade civil, diante dos desmandos no exercício da liberdade de expressão, a fim de que se evitem os excessos ilegais, as condutas abusivas e a concentração do poder narrativo. Assim,

Há que se ter, por certo, um adicional cuidado no exame do resguardo dos direitos da personalidade das vítimas de crimes (e, nesse ponto, incluo os familiares, tão duramente atingidos pelas consequências do delito), sobretudo no que tange aos crimes bárbaros que ainda assolam nossa sociedade (STF - RE: 1.010.606 RJ, Relator: Dias Toffoli, Data de Julgamento: 11/02/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/05/2021, p. 64).

Não seria o caso de Andreas? A vítima viva do caso Richthofen que até hoje, quase vinte anos após o crime, ainda tem que lidar – afora a dor de perder os pais, e de certa forma a única irmã – com o fato de sua imagem ser constantemente exibida e associada ao evento trágico, além de os acontecimentos vexatórios envolvendo seu nome serem acompanhados minuciosamente.

Os brasileiros não conhecem Andreas Von Richthofen pelo fato de ele ser um profissional renomado na área da química, mas sim, por ser “irmão da Suzane” (reportagem 6), a jovem que matou os pais, o que finda por reduzir a sua imagem e a sua narrativa de vida àquela madrugada de outubro de 2002. Mesmo após reconhecer que a atividade midiática deve ser limitada em determinadas situações, o ministro Toffoli afirma:

De certo que, para a família da vítima, uma exibição encenada do crime será sempre dolorosa, mas não há afronta à imagem, licitamente obtida, por sua exibição em formato de novela ou documentário. A estigmatização, assim, que afirmam os recorrentes sentir desde a ocorrência do crime não pode ser imputada à exibição do programa, que não inovou quanto aos fatos (STF - RE: 1.010.606 RJ, Relator: Dias Toffoli, Data de Julgamento: 11/02/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/05/2021, p. 66).

O fator que o ministro relator se esqueceu de abordar em suas reflexões é o de que a estigmatização do sujeito, como vimos em tópico próprio, advém justamente da atividade

mediática. Esta, através da revisitação dos fatos, finda por alimentar as marcas negativas por meio do discurso que fixa o sujeito no acontecimento, não permitindo que ele pertença a outro lugar de memória, senão àquele já previamente estabelecido. Assim, vê-se que se elege como possível critério de aplicação do direito ao esquecimento, o fato de que tenha havido, no caso concreto, a violação de um dado privado. Sendo que as informações públicas, sobre as quais pairam o interesse público, devem ser conservadas (BRANCO, 2017), não podendo o interesse público ser confundido com a curiosidade pública, que se traduz somente no mero despertar da atenção da população (LUCENA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos, aqui, que a crescente exposição do caso ao longo dos anos e a forma como essa exposição se desenvolveu, gerou um estigma para os envolvidos e mesmo para outros familiares. Nesse sentido, podemos perceber como surge a estigmatização e o não-esquecimento às pessoas que estão circundadas ao caso Richthofen. Questionamo-nos, então, se Suzane, assim como os demais, conseguirão ou conseguiram retomar suas vidas e conviver em sociedade como todos os outros. Talvez não. Nos reiterados erros cometidos pela mídia em torno do caso Richthofen, conforme mostramos, vemos que a função social do jornalismo, “de esclarecer a opinião pública e de levar conhecimento e cultura à sociedade em que está inserida” (PACHECO, 2005, p. 16), não está de acordo com o que deveria ser. Nos parece, sobretudo, que há, em diversos momentos de nossa análise das reportagens, uma crescente desinformação, estigmatização e reiteração de memória produzida sobre o caso.

Sabemos que os meios de comunicação funcionam com dupla lógica: a econômica, na qual se objetiva apenas a fabricação de um produto (a notícia); e a simbólica, que co-participa da construção social da realidade e, conseqüentemente, da opinião pública e até mesmo jurídica, como vimos. Após o exposto acima, questionamos: Poder-se-ia aplicar-se o Direito ao Esquecimento ao caso Von Richthofen? Os dois principais argumentos que se levantam contra a aplicação do direito ao esquecimento no Brasil são os direitos constitucionais à memória e à liberdade de expressão, que parecem conflitar com o tema do esquecimento. Convém então questionar: tais direitos estão realmente acima de uma reinserção social em que o presente pareça mais importante que os erros do passado? Sabemos que nenhum direito é absoluto, inclusive o direito à liberdade de expressão, podendo este ceder lugar em detrimento de outros direitos.

A depender de cada caso concreto, admite-se limites em sua utilização, tais como ocorrem na regulação de alguns espetáculos, instrumentos de defesa contra programas

que atinjam valores éticos e sociais, ou quando o que é dito atinge a honra ou a vida privada das pessoas (REIS, 2019). Dessa forma, entendemos que, embora haja a liberdade de expressão em nosso ordenamento jurídico, esta cede lugar diante do caso Richthofen. A constante exposição do caso – embora verdadeiro – à sociedade brasileira, prejudica tanto a reinserção dos culpados no convívio social, quanto a imagem e a privacidade de Andreas, o que fere de modo determinante os direitos da personalidade de todos. Não é pelo fato de haver uma liberdade de expressão, e por ter havido a ocorrência de um crime, que o autor perdeu os direitos da personalidade (LUCENA, 2019), ou que a mídia está legitimada, eternamente, a (re)dizer sobre o caso que constitui objeto não mais de interesse público, mas de interesse do público.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ECO, U. **Para quem gosta de ler sobre moral**. 2009. Disponível em: <http://sergiokbsa.blogspot.com/2009/06/texto-de-umberto-eco-para-quem-gosta-de.htm>. Acesso em: 24 nov. 2018

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. Tradução de Antônio Cavalcanti Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

GARLAND, D. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 59-80, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Matias Lambert. Forense Universitária, 2004.

GONDIM, A. N. A. **Direito ao esquecimento versus liberdade de direito de informação:** a tutela de um direito constitucional da personalidade em face da sociedade de informação. 2016. Disponível em: www.conteudojuridico.com.br/artigo,direito-ao-esquecimentoversus-liberdade-direito-de-informacao-a-tutela-de-um-direito-constitucional-daperson,56857.html. Acesso em: 02 ago. 2019.

GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. (org.). **Análise do Discurso**. Unidade e Dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19-42.

HUBERMAN, G.D. **Imagens apesar de tudo**. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2012.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 6. d. São Paulo: Ática, 2006.

LUCENA, M. G. L. **Direito ao Esquecimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MARTINS, P. **Filmes do caso Suzane Von Richthofen coroam a onda de “true crimes” no steaming**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/filmes-do-caso-suzane-von-richthofen-coroam-a-onda-dos-true-crimes-no-streaming.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MICHETTI, G. C. **Luz, câmera e execução:** a comunicação sobre a execução da pena de Suzane Von Richthofen. 2018. 65F. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2018.

MONTYSUMA, M. Memória e esquecimento. In: **História do Tempo Presente**. REIS, T. S. *et al.* (Org.). Boa Vista: Editora da UFRR. 2019. p. 46-63.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 8 ed. São Paulo: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

PACHECO, A. R. **Jornalismo policial responsável**. 2005. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 04 abril, 2020.

PERIGAGO, F. R. **O perfil do repórter de telejornal policial no Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES JUNIOR, O. L. Direito ao Esquecimento na perspectiva do STJ. **Consultor Jurídico**, 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-dez-19/direito-comparado-direito-esquecimento-perspectiva-stj>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TOFFOLI, D. Audiência Pública sobre o Direito ao Esquecimento na esfera cível. **Supremo Tribunal Federal**, 12 jun. 2017. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/AUDINCIAPUBLICASOBREODIREITOAOESQUECIMENTO_Transcries.pdf . Acesso em: 30 out. 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, F. V. M. **Direito ao esquecimento na sociedade da informação**. 2016. 110f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2002.

Capítulo

18

PRONTUÁRIOS DE PACIENTES NOS HOSPITAIS DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA/RS E A GESTÃO DOCUMENTAL

JEAN CARLO ROSA DURIGON

UFSM

JORGE ALBERTO SOARES CRUZ

UFSM

NÉRITON CLAY OLIVEIRA PORTO

UFSM

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD

UFSM

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo estudar a gestão documental dos Prontuários de Pacientes sob custódia de três hospitais de municípios pertencentes a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul: Ivorá, Pinhal Grande e Restinga Seca. A colonização do sul do Brasil, iniciada na segunda metade do século XIX, visou o povoamento da região, para isto o Governo Imperial promoveu a vinda de imigrantes oriundos da Europa para povoarem as terras do sul do Brasil. Muitos destes eram Italianos e ítalo-brasileiros, que formaram quatro núcleos coloniais, três destes localizados na Serra Gaúcha denominadas de *Conde D’eu*, *Dona Isabel* e *Duque de Caxias* e um na região centro do estado do Rio Grande do Sul denominada, inicialmente, *Silveira Martins*. Com esta pesquisa pretende-se identificar os documentos que compõem os prontuários de pacientes nos estabelecimentos estudados; Verificando como estão armazenados os prontuários de pacientes identificando a realização da gestão de documentos. Os estabelecimentos de saúde foram criados entre os anos de 1941 e 1953, apresentando registros médicos desde esta época. A forma de arquivamento e armazenamento não obedecem à legislação em vigor nem possuem arquivista a frente do setor de arquivos. Os responsáveis pelos documentos são administradores, enfermeiros e médicos. A documentação é acondicionada em envelopes depositados em armários localizados nos espaços administrativos das instituições ou em “galpões” anexos a estas. Pode-se concluir que não há gestão documental que englobe os procedimentos que vão desde a produção até sua destinação final nas presentes instituições, seja ela eliminação ou guarda permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Instituições de saúde. Imigração italiana.

ABSTRACT: The present work aims to study the documental management of patient records in the custody of three hospitals in municipalities belonging to the Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul: Ivorá, Pinhal Grande and Restinga Seca. The colonization of southern Brazil, which began in the second half of the 19th century, aimed at populating the region, for which the Imperial Government promoted the arrival of immigrants from Europe to populate the lands of southern Brazil. Many of these were Italians, who formed four colonial nuclei, three of which were located in the Serra Gaúcha called Conde D’eu, Dona Isabel and Duque de Caxias and one in the central region of the state of Rio Grande do Sul called, initially, Silveira Martins. With this research it is intended to identify the documents that make up the medical records of patients in the studied establishments; Checking how patient records are stored, identifying document management. Health establishments were created between 1941 and 1953, presenting medical records since that time. The form of archiving and storage does not comply with the legislation in force, nor do they have an archivist in charge of the archive sector. Those responsible for the documents are administrators, nurses and doctors. The documentation is packaged in envelopes deposited in cabinets located in the administrative spaces of the institutions or in “sheds” attached to them. It can be concluded that there is no document management that encompasses procedures ranging from production to its final destination in the present institutions, be it disposal or permanent storage.

KEYWORDS: Archivology. Health institutions. Italian immigration.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva estudar a gestão dos prontuários de pacientes nos hospitais de Restinga Seca, Ivorá e Pinhal Grande, municípios que fazem parte da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Por questões éticas não serão identificadas as instituições por seus nomes e localidades, sendo assim, utilizaremos a denominação de Instituição A, B e C.

No Estado do Rio Grande do Sul, durante o Período Imperial Brasileiro foram criadas quatro colônias de imigrantes italianos, “No ano de 1875, foram criadas as colônias Conde D’Eu e Dona Isabel, atuais Bento Gonçalves e Garibaldi. No mesmo ano, criou-se a colônia Duque de Caxias (atualmente Caxias do Sul) e em 1877 Silveira Martins”.¹³⁹ As três primeiras colônias estão situadas na região da serra Gaúcha, enquanto a Quarta Colônia é situada na região centro do Estado.

A Quarta Colônia, é formada por sete municípios, conforme explica Saad,

Da histórica Silveira Martins originou-se os atuais sete municípios que compõe a Quarta Colônia: Faxinal do Soturno, o primeiro município a ser emancipado em 1959. Nova Palma, que se emancipa no ano seguinte e em 1965 ocorre a emancipação de Dona Francisca. Silveira Martins somente consegue sua emancipação em 1987 e em 1988, é a vez de Ivorá. Em 1992 emancipam-se Pinhal Grande e São João do Polêsine. Por questões político-econômicas, integram ainda a Quarta Colônia, os município de Restinga Seca (com colonização portuguesa) e Agudo (com colonização alemã). (p.4, 2012)

A realização deste trabalho nos municípios acima citados serve para destacar e difundir a relevância da Arquivologia na preservação do patrimônio documental em diversas áreas do conhecimento humano, onde o profissional de arquivo desempenha o papel na organização e direção de serviços de Arquivos, conforme estabelecido na Lei nº 6.546 de 1978.

A preservação destes acervos proporciona ao cidadão uma fonte segura de informações e acredita-se que o seu acesso deve ser facilitado por meio de intervenções arquivísticas que envolvam a gestão documental, respeitando a Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação. Ressalta-se que as informações contidas nos registros de instituições de saúde pertencem ao paciente e não à instituição que as gerou, esta apenas é responsável

¹³⁹ Retirado do sitio Universitário. Disponível em <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=8057>> Acessado dia 29 nov. 2015 às 23:10.

pela guarda, preservação e acesso quando for solicitado, conforme o *caput* da Resolução nº 1.821 do CFM.

CONSIDERANDO que o prontuário do paciente, em qualquer meio de armazenamento, é propriedade física da instituição onde é assistido – independente de ser unidade ou consultório -, a quem cabe o dever da guarda do documento;

CONSIDERANDO que os dados ali contidos pertencem ao paciente e só podem ser divulgados com sua autorização ou a de seu responsável, ou por dever legal ou justa causa;

CONSIDERANDO que o prontuário e seus respectivos dados pertencem ao paciente e devem estar permanentemente disponíveis, de modo que quando solicitado por ele ou seu representante legal permita o fornecimento de cópias autênticas das informações pertinentes. (CFM, 2007, p. 1).

Para o desenvolvimento desta investigação procurou-se responder a seguinte hipótese: O desconhecimento e/ou descaso da legislação vigente, proposta pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Conselho Federal de Medicina (CFM), tem contribuído para que muitos prontuários sejam descartados prematuramente?

Para tanto procurou-se alcançar os seguintes objetivos: verificar a gestão documental em instituições de saúde nos municípios de Restinga Seca, Ivorá e Pinhal Grande, identificar os documentos que compõem os prontuários de pacientes nas instituições estudadas; conferir como são armazenados os prontuários de pacientes nas instituições de saúde.

Metodologicamente, para atingirmos os objetivos propostos foi desenvolvida uma pesquisa aplicada, com uma abordagem qualitativa, e bibliográfica.

A escolha do tema instigou uma reflexão sobre quais objetivos estipular, visando a identificação tipológica presente nos prontuários de paciente e a partir desta se iniciou a coleta de dados através da elaboração e aplicação de questionários nas instituições de saúde detentoras dos documentos, especificamente os prontuários de pacientes. Outro ponto metodológico foi estabelecer através pesquisas bibliográficas, quais as cidades que seriam elencadas para a realização do trabalho. Foram escolhidos três municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana devido a sua relevância para a região, o fácil acesso e a disponibilidade em colaborar com a investigação. Prezou-se por estabelecer um critério quanto à distância territorial entre os municípios para buscar peculiaridades e distinções quanto os hábitos e técnicas empregadas para o tratamento da documentação.

Na sequência contactou-se as instituições de saúde detentoras de Prontuários de Pacientes destes municípios. Após a autorização dos gestores, foram realizadas visitas aos locais de guarda da documentação. Estas visitas foram guiadas por colaboradores das

instituições que responderam a um questionário e a um termo de livre esclarecimento, necessários para apresentar os objetivos e questionamentos da presente pesquisa.

Para a elaboração do questionário, fez-se necessária a revisão de literatura, onde compilou-se as informações contidas nas resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Conselho Federal de Medicina (CFM) e materiais didáticos utilizados na Disciplina Complementar de Graduação (DCG) de Arquivos Médicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria.

Para melhor compreensão da espacialidade desta investigação torna-se necessário abordar o contexto histórico da Quarta Colônia e dos municípios onde estão localizadas as instituições de saúde pesquisadas.

O Império do Brasil, considerando suas extensões continentais e a necessidade do povoamento do interior de seu território, decide através de ações de povoamento, criar diversos pontos e núcleos de trabalho com pequenas propriedades rurais, cujos proprietários viessem a constituir uma classe média, nesse contexto tem início a imigração europeia. Sendo assim, Segundo Belinaso,

A região da Europa que mais facilmente poderia recorrer seria a Itália, recém unificada politicamente, porém com precárias condições econômicas para integrar sua grande massa populacional. Especificamente a região do Vêneto, com clima muito semelhante ao nosso do sul do Brasil. (BELINASO, 2000, p. 23 e 24).

O mesmo autor aponta que, para a fixação destes imigrantes, cada família receberia 25 hectares de terra a preço acessível. Estas terras faziam parte de um conjunto de terras devolutas. Neste contexto são criadas as colônias de imigração italiana, sendo elas: *Conde D'eu*, hoje Garibaldi, *Dona Isabel*, hoje Bento Gonçalves, *Duque de Caxias*, hoje Caxias do Sul e, por último "é criado outro núcleo, denominado quarto núcleo imperial de colonização Italiana no Rio Grande do Sul, tendo seu nome alterado em 21 de Setembro de 1878 para Colônia Silveira Martins (SPONCHIADO apud VENDRAME, 2007 p. 26)

O berço da colonização foi à cidade de Silveira Martins, sendo que em Val de Buia chegam às primeiras levas de imigrantes (BELINASO, 2000, p.24).

Na colônia de Silveira Martins as primeiras turmas ficaram alojadas num barracão, na base da encosta do planalto. Este lugar foi denominado de Val de Búia devido a predominância de italianos provenientes de Búia, província de Údine, Itália. Em Val de Búia uns dormiam no barracão outros em barracas feitas de lençóis ou ramos esperando a distribuição dos lotes de chão. (MANFIO apud SAQUET 2012 p. 36).

Recorrendo a Sponchiado (VENDRAME2007), afirma que no ano de 1892, a colônia de Silveira Martins deixa de ser Colônia Imperial, passando a ser administrada pela província. Isto resulta na alteração da nomenclatura para ex-Colônia Silveira Martins.

Hoje a Quarta Colônia, é formada por sete municípios Saad (2012) nos apresenta os municípios e as datas de emancipação político-administrativa destes:

Da histórica Silveira Martins originou-se os atuais sete municípios que compõe a Quarta Colônia: Faxinal do Soturno, o primeiro município a ser emancipado em 1959. Nova Palma, que se emancipa no ano seguinte e em 1965 ocorre a emancipação de Dona Francisca. Silveira Martins somente consegue sua emancipação em 1987 e em 1988, é a vez de Ivorá. Em 1992 emancipam-se Pinhal Grande e São João do Polêsine. Por questões político-econômicas, integram ainda a Quarta Colônia, os município de Restinga Seca (com colonização Portuguesa) e Agudo (com colonização alemã). (2012, p. 4).

Destes sete municípios será apresentado um breve histórico contextualizando os municípios de Ivorá, Pinhal Grande e Restinga Seca, objeto desta pesquisa.

O MUNICÍPIO DE IVORÁ

Segundo Belinaso (1984), o município de Ivorá foi colonizado por imigrantes italianos que chegaram em 25 de Setembro 1883. Inicialmente foi denominada de Núcleo Norte (por estar localizada ao Norte de Silveira Martins). Após algum tempo passa a chamar-se Nova Udine, em homenagem a terra de origem dos colonizadores (Udine – Itália). Tempo depois, no ano de 1939, passa a atual denominação, Ivorá, que significa na língua indígena “Rio de praia formosa”.

Administrativamente Ivorá pertenceu ao município de São Martinho da Serra até o ano de 1889, após fica subordinada ao município de Júlio de Castilhos em 1901, passando a ser o 2º distrito deste município. Sua emancipação ocorreu em 1988.

Em Ivorá está localizado o Hospital Nossa Senhora da Saúde, fundado em 1953¹⁴⁰., e hoje é uma instituição de direito privado,

O MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE

Antes da chegada dos imigrantes italianos às terras pinhal-grandenses, o território era ocupado por outros moradores, conforme afirma Costa¹⁴¹ (2007, p. 26) “o município de Pinhal Grande tem suas origens na extinta Redução Jesuítica denominada Natividade de Nossa Senhora, a 12º ou 13º redução fundada no Rio Grande do Sul, datada do século XVII, num total de 18 reduções”.

O mesmo autor afirma que esta redução teve vida breve, pois os registros contam que:

¹⁴⁰ O Hospital Nossa Senhora da Saúde foi fundado em 15 de março de 1953, segundo BELINASO 1984.

¹⁴¹ Costa, Firmino. Pinhal Grande: contribuição ao estudo da história de seu município. Casa de Cultura 2007

No ano de 1638, Natividade não existia mais, era o fim melancólico do primeiro núcleo de concentração demográfica desenvolvido em terras do atual município de Pinhal Grande. Ali, nas proximidade do Redomona ou em região vizinha, teriam se processado, salvo melhor juízo, a primeira ordenação de vida humana em terras pinhal-grandenses, seja sob o ponto de vista social, econômico, espiritual ou moral e sua primeira organização urbana. (COSTA, 2007, p. 48).

Após as Guerras Guaraníticas, datadas da metade do século XVII, o domínio português intensificou a exploração de terras, os tropeiros foram os novos posseiros das terras pinhal-grandenses, aproximadamente nos anos de 1812 ou 1813 o curitibano João Gonçalves Padilha e seu irmão José Maria Gonçalves Padilha (que realizavam o comércio de potros, cavalos e muares), passando pela coxilha do Durasnal (hoje município de Júlio de Castilhos) chegam as terras desconhecidas do Rio Jacui. Estas terras não possuíam dono, assim, mediante requerimento ao Comando Português passam a ocupá-las, dando início a Fazenda da Boa Vista, célula mãe do atual município de Pinhal Grande (COSTA, 2007).

A região que compreende Pinhal Grande forma-se a partir da chegada dos Imigrantes italianos no século XIX. Além dos Italianos, Pinhal Grande é composta por descendentes de portugueses e espanhóis.

O nome Pinhal Grande advém da mata nativa da região, a mata de pinhais¹⁴². O município fazia parte de Júlio de Castilhos, sendo seu 4º distrito. O processo de emancipação ocorre no ano de 1992. A Casa de Saúde São José, uma instituição de direito privado, e foi fundada no município em 6 de julho de 1948.

O MUNICÍPIO DE RESTINGA SECA

O município de Restinga Seca se localiza na Região Central do Rio Grande do Sul. Começa com a divisão territorial do Estado em 1809, quando foram criados os quatro primeiros municípios Riograndenses: Rio Grande de São Pedro, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha. No ano de 1819, foi criado São João de Cachoeira, hoje Cachoeira do Sul, de onde se desmembraram outros municípios, dentre eles, Restinga Seca, no ano de 1899.

O município teve origem na doação de sesmarias e com a construção da estrada de ferro Porto Alegre - Uruguiana em 1885. Na margem esquerda da sanga da Restinga, foi levantada uma caixa d'água para abastecer os trens, o local passou a ser conhecido como Caixa D'Água. Algumas pessoas que viajavam de trem reivindicaram a construção de uma

¹⁴² Retirado do Sítio da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande. Disponível em: <http://www.pinhalgrande.rs.gov.br/o-municipio/historico>. Acessado em 25 jun. 2022.

estação ao lado do reservatório de água a petição foi atendida e a estação construída e inaugurada em 1898, denominada estação de Restinga Seca.

A localidade de Caixa D'Água passou a ser chamada de Restinga Seca. Em decorrência da estação Férrea, o então distrito se tornou centro dinamizador da economia, levando o povoado de Restinga Seca a crescer e se desenvolver. O nome de Restinga (que significa orla de bosque ou mato em baixadas, à margem do arroio ou sangas) Seca (pois havia uma sanga denominada Passo da Porteira, que em época do ano, cortava o curso devido a pouca água).

Na década de 50, Restinga Seca era o distrito mais próspero do município de Cachoeira do Sul, com isso, surge a idéia da emancipação. A população por meio de um grande trabalho conjunto, sob o comando de Eugênio Gentil Müller, solicita a emancipação do distrito do Município de Cachoeira do Sul.

Restinga Seca foi emancipada no dia 25 de março de 1959, através da lei nº 3.730, assinada pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. O município conta com o Hospital de Caridade São Francisco, uma instituição de direito privado ¹⁴³(público/privado Porque está sendo administrado pelo poder público Municipal. a Instituição foi fundado no início da década de 1940.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base no questionário aplicado nas instituições, por questões éticas, as instituições hospitalares dos municípios não terão seus nomes identificados no presente diagnóstico nem na tabulação dos dados. Receberão a denominação de instituição A, B e C.

a) Diagnóstico do acervo documental da instituição A

O Acervo documental desta instituição A é composto por Prontuário de Pacientes e arquivos administrativos. A instituição realiza atendimentos de média complexidade, não apresentando em seu quadro funcional o cargo de arquivista (em nenhum momento de sua história houve presença deste profissional na instituição). O acervo documental é dividido em três salas distintas do Hospital:

1) A Secretaria, chamada pelos funcionários “sala dos armários” onde estão acondicionados os Prontuários de Pacientes apresenta armários que vão do chão até o teto da instituição, os prontuários estão ordenados pelo método decimal acompanhando a numeração do Serviço de Atendimento Médico e Estatísticas -SAME.

¹⁴³ Direito público é compreendido como aquele em que um dos sujeitos da relação jurídica é o próprio Estado; Enquanto Direito Privado compreende os ramos do Direito em que se disciplinam as relações entre os particulares (Oliveira, 2010, p.18).

2) O segundo local de guarda da documentação é denominado “Sala do Almox” local onde estão depositados os Prontuários de Pacientes que faleceram no ano corrente, os exames feitos pelos usuários que foram esquecidos na instituição, as requisições e solicitações de exames e medicamentos oriundas dos pacientes do ano corrente. No local existem componentes eletrônicos em desuso como computadores e impressoras, talões de receita para medicamentos e anotações, talões de recibos, formulários para procedimentos médicos e material de consumo do hospital.

3) O terceiro lugar que contém documentos é a chamada “Sala do Cachoeira” localizada em um anexo da instituição. Nesta sala, são compartilhados os espaços de “espera” (local onde são colocados os pacientes falecidos) enquanto se aguarda a chegada de serviços funerários, almoxarifado da instituição e arquivo (intermediário e Permanente).

O Anexo é dividido em três partes: A) “Sala de espera” que conta com uma maca e um banco onde se depositam os corpos de pacientes que foram a óbito e onde os familiares esperam a chegada de serviços funerários; B) Sala de depósito 1 onde a maioria da documentação está em caixas arquivo depositadas em estantes.

b) Diagnostico do Acervo documental da instituição B

Constatou-se que este acervo documental está constituído de Prontuário de Pacientes e arquivos administrativos. O Hospital realiza atendimentos de média complexidade, e não apresenta em seu quadro funcional um arquivista. Os colaboradores, responsáveis pelo arquivo, informaram que desconhecem que em algum momento tenha existido um arquivista na instituição.

O acervo arquivístico da instituição está acondicionado em duas salas distintas, a sala da Secretaria (arquivos corrente e intermediário), conforme, e na sala do “arquivo Morto” (arquivo permanente), a qual não se obteve o acesso e não é identificada. O método utilizado no arquivamento é o Cronológico, tanto no tratamento dos Prontuários quanto nos arquivos administrativos.

A instituição não Possui políticas para o tratamento Arquivístico da documentação, observa-se que não há Plano de Classificação Documental-PCD, Tabela de Temporalidade de, nem instrumentos descritores e de busca como Inventários, guias e catálogos.

Referente aos documentos, há uma folha utilizada pelos servidores administrativos que fôra fornecida por um contador referente ao tempo de guarda de documentos contábeis.

Junto da documentação dos pacientes e da documentação administrativa (acondicionadas em estante de madeira) na sala da Secretaria, existem componentes

eletrônicos em desuso, estabilizador e materiais de consumo predial (lâmpadas) e de uso diverso como linhas, e fitas adesivas.

Outras observações relevantes a serem destacadas é que se conseguiu acesso apenas à sala da secretaria, onde encontra-se o arquivo corrente e intermediário, pois segundo informações obtidas a chave da “sala do Arquivo Morto” (arquivo permanente) não se encontrava na instituição. A chave fica em posse de um médico que atua na instituição, que quando se faz necessária a entrada nesta sala, o médico está na instituição ou se desloca até a mesma para abri-la.

O hospital realiza cerca de dez procedimentos de internações por mês caracterizando a pouca produção de documentos. Também identificou-se que os Prontuários de Pacientes não formam um dossiê único. As informações e registros dos procedimentos médicos realizados nos pacientes são ordenadas e acondicionados em pastas, conforme o período de estada do paciente na instituição (se uma pessoa realiza um procedimento no mês de Março, estes registros ficarão arquivados na pasta/caixa arquivo referente a este mês. Caso este paciente necessite de outro tratamento em meses posteriores, seus registros serão acondicionados em outras pastas). Observa-se que isto fere preceitos estabelecidos pelo CFM em suas resoluções, que estabelece que o prontuário é um documento único, além disso fere princípios arquivísticos como o princípio de respeito aos fundos e a da ordem original quando fragmentam Prontuário de Paciente e eliminando a ordem original dos documentos. A responsável pelos arquivos da instituição é uma enfermeira que exerce funções de secretária e as atividades de enfermagem.

c) Diagnostico do Acervo documental da instituição C

Estas informações foram obtidas através de visitas e entrevistas com o colaborador, que está na instituição há quatorze anos.

O Acervo documental é composto por Prontuário de Pacientes e documentos administrativos. O Hospital realiza atendimentos de média complexidade, e não apresenta em seu quadro funcional um profissional arquivista.

Observa-se a existência da separação física entre o arquivo de Prontuários de Pacientes, que são acondicionados em móveis de aço e em armários de madeira em locais distintos.

Os Prontuários dos Pacientes que foram à óbito na instituição estão depositados em um galpão anexo ao hospital que serve como depósito e almoxarifado, Neste local encontram-

se a documentação administrativa do hospital, onde observa-se as características de arquivos intermediário e permanente.

A documentação está acondicionada em caixas de papelão (não são caixas arquivo) depositados em estantes de madeira juntamente com equipamentos hospitalares (camas, macas, cadeiras, bancos), além de lâmpadas, fios e produtos de limpeza, conforme.

Desde 1994 os Prontuários de Pacientes estão ordenados pelo método Dígito Terminal, onde o número é fornecido pelo SAME (Serviço de Arquivos Médicos e Estatística de Saúde). Antes de 1994 a instituição organizava os prontuários com o método alfabético.

Em relação a frequência de consulta aos Prontuários, relatou-se que isto raramente acontece, mas já ocorreram solicitações.

O método de arquivamento da documentação administrativa é a separação por clínicas (clínica Obstétrica e cirúrgica, clínica médica) e ordenada de forma cronológica 8.)

A visita e aplicação do questionário foi realizada no dia dez de setembro de dois mil e quinze no período de 8h e 55' até às 9h e 45'.

Análise dos questionários

Ao aplicar o questionário, (Apêndice B), pautando a identificação dos entrevistados, bem como seu perfil profissional, observou-se que o sexo dos responsáveis pelos setores de arquivo, em sua maioria são do sexo feminino nas três instituições, sendo que na instituição (C) um dos responsáveis é do sexo masculino. Em relação a formação profissional, constata-se que a maioria dos entrevistados possuem formação em áreas afins da Arquivologia, como a Administração, e o técnico em secretariado (instituição A e C). Na instituição (B) os profissionais responsáveis pelo arquivo são da área da saúde (Quadro 1)

Todos os entrevistados fazem parte do “*staff*” da instituição. Alguns ocupam a função a menos de um ano, instituição (B), enquanto na Instituição (A) o colaborador possui 34 anos de serviço. A Carga horária dos servidores nas instituições (A) e (C)g ira em torno de 40 horas semanais, enquanto a instituição (B) carga horária é de 36 horas. Ao questionarmos quanto a autonomia para sugerir novas idéias em relação à documentação que se encontra sob sua responsabilidade, todos afirmaram possuir.

Quadro 1 – Identificação dos entrevistados.

IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS			
	A	B	C
Sexo do entrevistado	Feminino	Feminino /masculino	Feminino
Formação profissional	Enfermagem	Administração (em formação) Administrador	Secretarias
Carga horária no setor	30h	40h	40h
Está na função a	5 meses	14 anos	34 anos
Tem autonomia dentro da instituição para sugerir novas ideias em relação a documentação sob sua responsabilidade?	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração pelos autores

Após traçar o perfil dos profissionais que estão a frente dos setores de arquivo, prezou-se por informações referentes as instituições, todas são instituições privadas, possuindo parcerias com o poder público. A data de fundação das referidas instituições variam entre as décadas de 1940 (A e C) e 1950 (B). Quanto ao grau de complexidade dos procedimentos que nelas são realizados todas afirmam ser de média complexidade¹⁴⁴ apresentando recursos para atendimentos cirúrgicos e anestésicos. Ao questionar se na instituição há outros arquivos além do arquivo dos prontuários de pacientes, todas afirmaram possuir. Questionou-se a existência no quadro de colaboradores de um profissional arquivista, onde constatamos a inexistência de tal profissional, bem como a de bolsista ou estagiário oriundo dos cursos de Arquivologia. Com este déficit no quadro funcional, indagou-se a existência da comissão de avaliação de documentos, como determina a Resolução 22/2005 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a resolução 1.638 do Conselho Federal de Medicina (CFM), nenhuma das instituições apresenta tal comissão.

¹⁴⁴ Conforme o Programa nacional de avaliação de serviços de saúde – PNASS, define-se graus de complexidades, sendo: Complexidade Baixa: Hospitais que declararam possuir os critérios de 1 a 16 do Roteiro de Padrões de Conformidade do PNASS, que são aqueles considerados básicos para o funcionamento de um hospital; Complexidade Média: Hospitais que declararam possuir, além dos critérios básicos, o critério 17 - Atenção em Terapia Intensiva e/ou 18 - Atenção Cirúrgica e Anestésica e/ou 19 - Atenção materno-Infantil; Complexidade Alta: Hospitais que atendem além dos básicos, ao critério 20 - Atenção Radioterápica e/ou 21 - Atenção Quimioterápica e/ou 22 – Atenção ao Renal Crônico - Terapia Renal Substitutiva.

Quadro 2 – estrutura da instituição

INSTITUIÇÃO			
	A	B	C
Caráter da instituição	Privada	Privada	Público/privada
Data de fundação da instituição	1952 ou 1953	1948	1941
Além do arquivo de prontuários de pacientes existe outro arquivo na instituição de saúde?	Sim	Sim	Sim
Grau complexidade dos atendimentos realizados na instituição de saúde ¹⁴⁵	Média complexidade	Média complexidade	Média complexidade
Possui comissão de avaliação de documentos ¹⁴⁶ de instituições de saúde	Não	Não	Não
No quadro de pessoal da instituição de saúde tem ou já teve arquivistas ou bolsistas/estagiários oriundos dos cursos de Arquivologia	Não	Não	Não

Fonte: elaborado pelos autores

Em decorrência da falta da comissão de avaliação documental, questionou-se se já houve eliminação de documentos nas instituições, todos afirmam que não realizaram ou desconhecem ter ocorrido tal procedimento. Questionadas em relação aos critérios utilizados para a contratação de profissionais para atuarem no setor de arquivos, uma das instituições informou que preza por profissionais que possuam noções de administração (C), outra afirmou que não estabelece critérios para a contratação(B), a terceira instituição optou por não responder(A). Quanto a instrumentos arquivísticos que são utilizados nas instituições, a maioria afirmou não possuir, enquanto uma instituição (B) utiliza uma tabela que contém algumas tipologias documentais com respectivos prazos de guarda, não informando se estes prazos estão em conformidade com a legislação vigente.

Quadro 3 – Políticas arquivísticas

POLITICAS ARQUIVISTICAS			
	A	B	C
Quais os critérios utilizados para contratação de profissionais para trabalhar nos arquivos da instituição de saúde	Não possui	Cursos com noções de administração	Não respondeu
Na instituição de saúde ocorre ou já ocorreu eliminação de documentos	Não	Não (já, segundo uma funcionária)	Não
Quais instrumentos arquivísticos utilizados na instituição de saúde	Tabela de prazos de guarda	Nenhum	Nenhum

Fonte: elaborado pelos autores

Em relação ao acervo institucional, solicitou-se a denominação empregada para o serviço responsável pela guarda dos prontuários de pacientes, obtivemos um léxico de denominações que variam de “Arquivo Morto”, “Arquivo”, “Almoxarifado” “SAME”, “Sala do

¹⁴⁵ Graus de complexidade colocar o que cada um é

¹⁴⁶ Conforme a resolução 1638 CFM e resolução 22 do CONARQ.

Cachoeira” (devido o apelido do servidor que administra o espaço físico onde estão armazenados os prontuários). Solicitou-se o volume de prontuários existente no acervo de prontuários de pacientes duas das instituições, não soube estipular (A e B), apenas uma delas tem controle neste aspecto (C), informando o número de 3.623 pastas contendo prontuários de pacientes sob sua custódia.

Para acondicionar estes documentos todas as instituições utilizam móveis de madeira, como estantes, armários com portas ou móveis de aço. O método de arquivamento utilizado para os prontuários de pacientes varia nas instituições, algumas optam pelo método cronológico (B), outra método Dígito Terminal (C) ou método decimal (A). Quanto aos arquivos administrativos observou-se também a distinção entre as instituições ao arquivarem seus documentos, apresentam método cronológico (B), Método Alfabético e Cronológico (C), e método de arquivamento mensal (A).

O acesso e a consulta aos documentos é possibilitado por todas as instituições, para isto estas solicitam o motivo da consulta para os usuários, apresentando as seguintes justificativas, buscam os arquivos institucionais para questões de prestação de contas e questões referentes a serviços de aposentadoria ou comprovação de que o paciente esteve em tratamento na instituição em determinado período.

Quadro 4 – Acervo institucional

ACERVO INSTITUCIONAL			
	A	B	C
Como é chamado o serviço responsável pela guarda dos prontuários de pacientes?	Arquivo; Arquivo Morto	SAME	Almoxarifado “Sala do Cachoeira”
Quantas pastas existem no arquivo de Prontuário de Pacientes?	Não sabe	3.623	Não sabe
Qual a estrutura física dos móveis do acervo?	Estantes de madeira	Arquivo gavetas de aço/ armários de madeira	Estantes de madeira
Quais os métodos de arquivamento utilizados pela instituição nos arquivos de Prontuários de Pacientes?	Método Cronológico	Método Dígito Terminal	Método Decimal
Quais os métodos de arquivamento utilizados pela instituição de saúde nos arquivos administrativos?	Método Cronológico	Método Cronológico Método Alfabético	Mensal (separado por meses)
Existe consulta ao acervo do arquivo administrativo?	Sim	Sim	Sim
Qual o objetivo da consulta?	Prestação de contas	Questões de aposentadoria (comprovação de estadia na instituição)	Prestação de contas
Existe separação física entre arquivo de prontuário e arquivos administrativos?	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelos autores

O último questionamento fora em relação à legislação arquivística, solicitando aos responsáveis qual o conhecimento destes em relação as resoluções do CONARQ e/ou CFM, todos afirmaram não conhecer nenhuma resolução destes órgãos, bem como o total desconhecimento das normas arquivísticas existentes. Ao questionar se a instituição de saúde em que o servidor atua respeita a legislação (arquivística e CFM) vigente, os entrevistados afirmam que as instituições (B e C) respeitam em parte tal legislação enquanto uma das instituições (A) afirma não respeitar a referida legislação.

Quadro 5 – Legislação arquivística

LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA			
	A	B	C
Quais das resoluções do CFM e CONARQ você tem conhecimento	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
Você considera que a instituição de saúde em que trabalha respeita a legislação (arquivística e do CFM) vigente que dispõe sobre arquivos de instituições de saúde	Em parte	Em parte	Não
Quais normas arquivísticas você tem conhecimento	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

Fonte: elaborado pelos autores

Referente aos documentos que compõem os Prontuários, são comuns as três instituições os seguintes documentos: Anamnese, Exames diversos (sanguíneos, radiográficos, dentre outros conforme a necessidade do paciente); alguns formulários e requerimentos de Internação Hospitalar, Laudos, prescrições e atestados de alta hospitalar, bem como o diagnóstico emitido pelo profissional que acompanhou o paciente.

Estes dados estão em conformidade com as resoluções 1.638/2002, em seu Artigo 5º, inciso I, alíneas A a D:

- I. Observar os itens que deverão constar obrigatoriamente do prontuário confeccionado em qualquer suporte, eletrônico ou papel:
 - a. Identificação do paciente – nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano com quatro dígitos), sexo, nome da mãe, naturalidade (indicando o município e o estado de nascimento), endereço completo (nome da via pública, número, complemento, bairro/distrito, município, estado e CEP);
 - b. Anamnese, exame físico, exames complementares solicitados e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento efetuado;
 - c. Evolução diária do paciente, com data e hora, discriminação de todos os procedimentos aos quais o mesmo foi submetido e identificação dos profissionais que os realizaram, assinados eletronicamente quando elaborados e/ou armazenados em meio eletrônico;
 - d. Nos prontuários em suporte de papel é obrigatória a legibilidade da letra do profissional que atendeu o paciente, bem como a identificação dos profissionais

prestadores do atendimento. São também obrigatórias a assinatura e o respectivo número do CRM; (BRASIL, 2002)

A Resolução 2.056 de 2013 do CFM, que em seu capítulo X, que dispõe da organização dos prontuários de pacientes, Artigo 45, alínea c:

Qualquer tratamento administrado a paciente deve ser justificado pela observação clínica e registrado no prontuário, o qual deve ser organizado de modo a [...] contemplar a seguinte ordem: anamnese, folhas de prescrição e de evolução exclusiva para médicos e enfermeiros, folhas de assentamento evolutivo comum para os demais profissionais que intervenham na assistência” (BRASIL, 2013, p. 13).

Ao tabular os dados e rever a literatura, pode-se observar a presença de um desconhecimento da legislação arquivística vigente, seja quanto às resoluções do Conselho Nacional de Arquivos, seja quanto as resoluções do Conselho Federal de Medicina.

Durante esta pesquisa nos deparamos com a falta de conhecimento dos gestores em relação a profissão de arquivista, sendo assim observa-se que foram designados servidores de outras áreas, não administrativas para exercer estas atividades. Com exemplo podemos citar o caso do hospital A onde um profissional da saúde desempenha as atividades de gestor documental. Desta forma constata-se que este profissional está em desvio de função ou seja não exerce as atividades para as quais fora contratado.

O desconhecimento eventual dos métodos e procedimentos que regem os serviços de arquivos nos remetem a uma série de reflexões quanto a salvaguarda e o armazenamento destes documentos de valor imprescindível, para o Paciente (dono da informação), para as instituições detentoras da custódia bem como para o profissional de saúde que prestou atendimento ao paciente (os autores do documento).

Além do desconhecimento, constatou-se a inexistência da Gestão documental, pois não há presença de procedimentos conforme estabelece a Lei nº 8.159 em seu artigo 3º, os quais deveriam acompanhar os documentos desde sua produção, uso e tramitação, passando até sua destinação final, seja ela guarda permanente ou eliminação.

Na literatura, utiliza-se vocabulário controlado para designar os setores institucionais, no presente trabalho, deparou-se com um léxico de termos para designar o setor responsável pela documentação ou local de armazenamento institucional, destacam-se os seguintes: “Arquivo”, “Arquivo Morto”, “SAME”, uma instituição batizou o local de armazenamento com o apelido do servidor que utiliza as dependências, batizando o local de “Sala do Cachoeira”, no contexto institucional ao ser questionados quanto o local de guarda da documentação da instituição usa-se esta denominação, com naturalidade, tornando-a sinônimo de arquivo.

Constatou-se também a divergência de informações disponibilizadas pelos servidores, em uma das instituições foram realizadas mais de uma visita, em períodos distintos; Na primeira visita que data do ano de 2014, um servidor vinculado a administração da instituição (C) a mais de vinte anos, ao ser questionado sobre o paradeiro de Prontuários de pacientes da década de 1980, revelou a inexistência de tais documentos no acervo. Não podemos deixar de salientar que este acervo se encontra armazenado em um “galpão” no pátio da instituição, local inapropriado para a guarda de acervos documentais. Ainda sobre os documentos da década de 1980 nos foi informado que, quando um paciente ia à óbito, seus dados, (ficha e prontuário) eram descartados pelos médicos que emitiam o laudo de falecimento. Podemos afirmar a veracidade desta informação pois este pesquisador, ao solicitar o prontuário de um familiar que veio a óbito no ano de 1982 deparou-se com a inexistência do mesmo.

Este relato de eliminação de documentos não foi informado pelos gestores na segunda visita realizada a instituição, no segundo semestre de 2015. Com isto coloca em dúvida a veracidade das informações obtidas através do questionário aplicado por esta pesquisa no que se refere à eliminação de documentos, especificamente os Prontuários de pacientes que se encontram sob sua custódia. O mesmo servidor que informou a ocorrência de eliminações, afirma que foi o responsável pelo método de arquivamento dos prontuários que existem na instituição, esta ordenação iniciou no ano de 1994, possuindo um livro com a codificação empregada nos documentos e respectivos dados do paciente, os quais evitam a criação de mais de um prontuário para a mesma pessoa.

Por fim, constatamos a inexistência da gestão documental nas três instituições pesquisadas, seguidas de preocupantes realidades institucionais no que se refere à documentação dos pacientes, seus prontuários não apresentam nenhuma forma de tratamento arquivístico adequado, o não uso de ferramentas para localizar as informações compromete o atendimento dos pacientes pois o caos documental, denominado de Massa Documental Acumulada, bem como a perda de informações de cunho permanente e de propriedade dos pacientes será uma realidade presente, caso não sejam tomadas as devidas medidas para o armazenamento e tratamento documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ao verificar nas instituições de saúde dos municípios de Restinga Seca, Ivorá e Pinhal Grande, municípios que pertencem a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, constata-se o desconhecimento por parte dos gestores das referidas instituições no que diz respeito à existência e a relevância sobre a

gestão documental, pois nenhuma das instituições de saúde investigadas apresenta os procedimentos que devem acompanhar o documento desde sua produção, tramitação, uso, transferência e destinação final, seja ela guarda permanente, para os documentos que se identificam por possuir valor secundário, ou eliminação, para os documentos que já cumpriram com suas atividades administrativas e legais e não apresentam valor secundário.

Com base nisto, pode-se afirmar que não ocorre a gestão de documentos nas referidas instituições. As consequências geradas em decorrência da falta de uma intervenção arquivística, acurto e médio prazo, corroboram para o surgimento de Massas Documentais Acumuladas, dificultando o acesso aos documentos destas instituições.

Por meio dos instrumentos de pesquisa utilizados neste trabalho, foi possível identificar os documentos que compõem os prontuários de pacientes nas instituições estudadas, apresentando um léxico de tipologias, como mencionados no capítulo “Análise e discussão dos resultados”, estando em conformidade com as resoluções 1.638/2002 e 2.056/2013 do Conselho Federal de Medicina, as quais apresentam a sequência de documentos que devem conter os prontuários de pacientes. Dentre estes documentos, identificou-se a Anamnese, a Prescrição, exames diversos (físicos e complementares) e alguns formulários e requerimentos para internação hospitalar dos pacientes.

Estes documentos que compõem o Prontuário de Paciente estão armazenados nas dependências das instituições, as quais responsabilizam-se pela custódia documental, porém estas instituições não apresentam tratamento arquivístico apropriado para a documentação. Algumas das instituições pesquisadas optaram por descentralizar o acervo documental, espalhando-o por dependências internas e externas, armazenando-o em secretarias, depósitos, “galpões” e salas de servidores das instituições.

Acredita-se que estas realidades necessitam atenção especial, pois os documentos que lá estão depositados sem nenhum tratamento ou método de preservação, com o passar do tempo os riscos da deterioração do suporte aumentam, resultando em perdas irreparáveis para as instituições custodiadoras e para os pacientes, donos das informações registradas, formando lacunas e corrompendo a organicidade dos prontuários de paciente. Esta ameaça de perda da documentação, em médio e longo prazo pode ser evitada com medidas e técnicas arquivísticas, bem como a aplicação dos procedimentos de gestão documental, que acompanham a documentação desde sua produção até sua destinação final, garantindo o acesso as informações contidas nestes documentos.

Conclui-se, o presente trabalho, salientando que seus objetivos foram alcançados, com o apoio das instituições pesquisadas, onde se obteve resposta sobre as indagações realizadas, o que proporcionou o atingir todas metas propostas. Ficou evidente que a falta de um profissional qualificado para a realizar a gestão documental pode provocar o desaparecimento de informações de grande valor para os pacientes, para a instituição de saúde, pra os profissionais de saúde e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 6.546, de 4 de Julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 Jul. 1978; 157º da Independência e 90º da República Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em 05 mai. 2022.

BELLINASSO, S. T. **Os heróis de Val de Buia**. Ivorá, Edição própria, 2000.

_____. **Ivorá: 100 anos de história 1883 – 1983. Berço de Alberto Pasqualini**. 3º ed. Edição própria, 1983.

BRASIL. Conselho Federal De Medicina, **Resolução 1.638/2002**

BRASIL. Conselho Federal De Medicina, **Resolução 1.639\ 2002**

BRASIL. Conselho Federal De Medicina, **Resolução 1.821\ 2007**

BRASIL. Conselho Federal De Medicina, **Resolução 2.056/2013**

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos, **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**. 1.1. Versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136 p. Disponível em:<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acessado em 02 jun. 2022. às 16:35

COLÔNIAS ITALIANAS NO RS. In: UNIVERSITÁRIO. 2015

Disponível em: <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=8057>>. Acesso em 29 nov. 2020. Às 23:10.

COSTA, Firmino. **Pinhal Grande: contribuição ao estudo da história de seu município**. Casa de Cultura 2007.[S.l.:s.n]

INFORMAÇÃO. In: QUE CONCEITO, seu novo conceito em dicionário. 2015. Disponível em: <http://queconceito.com.br/informacao>. Acesso em: 29 nov. 2015. Às 23:47.

MANFIO, V.. **Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.**

Disponível em:<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/viewFile/7333/4372>. Acesso em: 30 jul. 2022. às 23:42.

OLIVEIRA, J. R. A. COSTA, T. F. M. **Instituições de direito público e privado**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2010. 160p. Disponível em:http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/05-institui%E7%F5es%20do%20direito%20publico%20e%20privado/Livro%20institui%E7%F

5es%20de%20direito%20publico%20e%20privado.pdf. Acessado em 05 ago. 2022. às 23:22.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática, 3º ed. rev. ampl.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Prefeitura Municipal de Ivorá. Histórico. Disponível em: <http://www.ivora.rs.gov.br/pagina/495/historia> Acessado em 04 jun. 2020. As 12:39.

Prefeitura Municipal de Pinhal Grande. Histórico. Disponível em: <http://www.pinhalgrande.rs.gov.br/o-municipio/historico>. Acessado em 25 jun. 2022. As 22:44.

Prefeitura Municipal de Restinga Seca. Histórico. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/siteitem/areadinamica/8/3/10/historia.html>. Acessado em 29 ago. 2022. As 21:28.

SAAD, D. S. SAAD, D. S. MACHADO, M. V. M. **Quarta colônia de imigração italiana, patrimônio cultural e turismo no planalto central do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil.** Disponível em: http://www.revistaamericapatrimonio.org/art_4_4.pdf. Acesso em: 01 mai. 2016. Às 22:49.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas, 6 ed.** Rio de Janeiro, FGV, 2006.

VENDRAME, M. I. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia de Silveira Martins (1877-1914).** Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2007